

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DIEGO SCHERER DA SILVA

**A TRAJETÓRIA MILITANTE DE PAULO SCHILLING E A FORMAÇÃO DO SEU
ARQUIVO PESSOAL (1956-2012)**

**PORTO ALEGRE
2020**

DIEGO SCHERER DA SILVA

**A TRAJETÓRIA MILITANTE DE PAULO SCHILLING E A FORMAÇÃO DO SEU
ARQUIVO PESSOAL (1956-2012)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero

**PORTO ALEGRE
2020**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Diego Scherer da
A trajetória militante de Paulo Schilling e a
formação do seu arquivo pessoal (1956-2012) / Diego
Scherer da Silva. -- 2020.
251 f.
Orientador: Carla Simone Rodeghero.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Paulo Schilling. 2. arquivo pessoal. 3.
militância . 4. ditaduras civil-militares. I.
Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

DIEGO SCHERER DA SILVA

**A TRAJETÓRIA MILITANTE DE PAULO SCHILLING E A FORMAÇÃO DO SEU
ARQUIVO PESSOAL (1956-2012)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Dante Guimaraens Guazzelli
SMED/Porto Alegre

Prof^a. Dr^a. Luciana Quillet Heymann
Fundação Oswaldo Cruz

Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres
UNISINOS

*Para o meu avô José Gilberto Scherer,
que viu esta tese nascer, mas não verá sua conclusão.
Fica o carinho e a lembrança de suas palavras:
“meu neto tá tirando o doutorado”.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à família Schilling por me permitir contar a história de Paulo. À Andrea, Bonas, Cláudia, Flávia, Ingeborg, Gilberto e Valéria o meu muito obrigado pela disponibilidade, carinho e atenção dedicados a mim e a esta pesquisa. Espero que gostem do resultado.

À Carla Rodeghero, minha orientadora, agradeço imensamente pelas leituras atentas e inúmeras sugestões ao longo da escrita. A sensibilidade e cuidado em me ajudar a compreender as diversas situações que a pesquisa me colocou permitiram avançar com a certeza de estar em um caminho seguro. Agradeço também pela paciência e compreensão em orientar um pai de primeira viagem.

Às professoras Luciana e Marluza fica o meu agradecimento pela leitura atenta e sugestões dadas para o desenvolvimento desta tese, muitas das decisões tomadas passaram pelas observações feitas durante a qualificação. Obrigado por aceitarem compor a banca final.

Ao professor Benito, meu primeiro orientador ainda na graduação, fica o agradecimento por me apresentar a pesquisa em história. Está tese tem muito dos debates que realizamos ao longo dos anos. Agradeço pela amizade e por aceitar fazer parte da minha banca.

Agradeço ao professor Dante, colega de inúmeras atividades acadêmicas, por aceitar compor a banca final.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me acolheu tão bem desde 2008, e ao Programa de Pós-Graduação em História fica o meu agradecimento pela oportunidade de realizar esta pesquisa. É preciso, mais do que nunca, lutar pela universidade pública e pelos espaços de desenvolvimento científico.

Aos amigos Alex, Leandro e Vinícius, obrigado pela força e motivação ao longo desta pesquisa. A energia de vocês foi fundamental para que esta tese se tornasse realidade. À amiga Alexandra, agradeço o apoio e incentivo constante, sem contar as inúmeras ajudas nas correções dos textos.

Agradeço ao Álvaro por me ajudar a entender os diferentes tempos de uma vida e a transformar a escrita desta tese em momentos mais leves.

À minha família em Santa Cruz, Augusto, Cassio, Cristina, Fernanda, Mariana e Raquel, obrigado por entenderem as minhas ausências e por me permitirem saber que mesmo distantes, estamos sempre juntos.

À Viviane, minha esposa, obrigado por toda ajuda ao longo destes quatro anos. Éramos uma dupla e nos tornamos um trio ao longo da escrita desta tese. Obrigado pela paciência, amor e compreensão.

Ao Luiz Felipe, que mesmo sem entender, dividiu momentos de leituras e de estudos nos últimos três anos. Obrigado por me fazer sorrir todas as manhãs.

RESUMO

A pesquisa reconstrói o processo de criação do Arquivo Pessoal de Paulo Schilling, levando em consideração os projetos e os campos de possibilidades envolvidos em sua trajetória e militância. A investigação baseia-se nas seguintes questões: Como se construiu Paulo Schilling? Quais os projetos de militância do referido personagem? De que forma os diferentes campos de possibilidades interferiram em sua trajetória? Quais os projetos construídos por Schilling para a sua produção intelectual? Qual o legado que ele pretendia deixar com seus papéis? Quem, como, para que e em que contextos específicos se tornou possível a construção do conjunto documental que hoje é chamado de Arquivo Paulo Schilling? A tese está organizada em duas partes: na primeira, reconstrói a trajetória de Paulo em meio as memórias que foram estabelecidas sobre o personagem, acompanhando a sua caminhada como intelectual e militante e trazendo à tona a construção das experiências, obras e vivências no Brasil, no Uruguai e na Argentina nas décadas de 1950 a 1990; na segunda, procura compreender o processo de construção do Arquivo Paulo Schilling. A busca pela publicação das obras, a tentativa de institucionalizar seus papéis no APERJ e a transformação de seus textos em um arquivo pessoal, projeto levado adiante por Paulo, por sua família e por mim, foram analisados cuidadosamente tendo em mente os campos de possibilidades possíveis na década de 1990. Por fim, a pesquisa analisa a relação do historiador com o arquivo pessoal e a forma de lidar com a documentação, evidenciando que ao organizar fisicamente o arquivo e elaborar um inventário, esta tese tornou-se parte da construção do legado do personagem.

Palavras-chave: Paulo Schilling; arquivo pessoal; militância; ditaduras civil-militares.

ABSTRACT

The research reconstructs the creating process of Paulo's Schilling Personal Archive, taking into account the projects and fields of possibilities involved in his trajectory and militancy. The investigation is based on the following questions: Who was Paulo Schilling? What are the militancy projects of that character? How did the different fields of possibilities interfere in his trajectory? What projects did Schilling build for his intellectual production? What legacy did he intend to leave with his papers? Who, how, for what and in what specific contexts did it become possible to build the documentary set that today is called Paulo Schilling Archive? The thesis is organized in two parts: in the first, it reconstructs Paulo's trajectory amidst the memories that were established about the character, following his journey as an intellectual and militant and bringing to the fore the construction of experiences, works and experiences in Brazil, in Uruguay and Argentina in the 1950s and 1990s; in the second, it seeks to understand the process of building the Paulo Schilling Archive. The search for the publication of works, the attempt to institutionalize their roles in APERJ and the transformation of their texts into a personal archive, a project carried out by Paulo, his family and me, were carefully analyzed with the fields of possible possibilities in mind in the 1990s. Finally, the research analyzes the relationship of the historian with the personal archive and the way of dealing with the documentation, showing that when physically organizing the archive and preparing an inventory, this thesis became part of the construction of the character's legacy.

Keywords: Paulo Schilling; personal archive; militancy; civil-military dictatorships.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Paulo Schilling (em pé a esquerda, primeira fila de cima para baixo) na escola	39
Figura 2 – Capa do livro <i>A operação trigo</i>	40
Figura 3 – Paulo Schilling discursa sobre a questão do trigo em Encruzilhada do Sul/RS.....	42
Figura 4 – As mulheres da família Schilling reunidas novamente em agosto de 1981.....	107
Figura 5 – Documentos de Paulo Schilling doados ao APERJ entre 1995 e 1997	144
Figura 6 – Relação de documentos do dossiê nº8 “Sobre o regime militar brasileiro”. Coleção Paulo Schilling – APERJ	145
Figura 7 – Arquivo Paulo Schilling no NPH da UFRGS durante a sua organização em julho de 2017	172
Figura 8 – Paulo Schilling e suas filhas Andrea, Claudia e Flávia em outubro de 2011.....	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AI	Ato Institucional
AJUP	Assessoria Jurídica Popular
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CBA-RS	Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgoto
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEI)	Centro Evangélico de Informação
CETH	Comissão Estadual de Terras e Habitação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIE _x	Centro de Informações do Exterior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESEP	Departamento de Estudos Sociais, Econômicos e Políticos
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
F.E.R.	Federação dos Estudantes Revolucionários
FECOTRIGO	Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Estatística e Economia
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FLN	Frente de Libertação Nacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
GT	Grupo de Trabalho
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGRA	Instituto Gaúcho da Reforma Agrária
INSAR	Instituto de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales
ISA	Instituto Sócio- Ambiental
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NETS	Núcleo de Estudos e Trabalho e Sociedade,

NPH	Núcleo de Pesquisa em História
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PRS	Paulo Romeu Schilling
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UBES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I: Da ação à reflexão: os projetos de militância de Paulo Schilling ao longo de sua trajetória	34
CAPÍTULO 1: Brasil e os caminhos para colocar a esquerda no poder	38
1.1 Da “Ilha do Tesouro” ao campo de trigo.....	38
1.2 Da <i>Operação Trigo</i> à Reforma Agrária.....	41
1.3 Enquanto o golpe não vem: o Rio de Janeiro, o <i>Panfleto</i> e o DOPS	49
CAPÍTULO 2: O “breve” retorno, a luta armada e o jornalista	63
2.1 O Uruguai e o primeiro exílio	63
2.2 Buenos Aires e o segundo exílio: a luta pelas palavras, a divisão da família e <i>Como se coloca a direita no poder</i>	91
CAPÍTULO 3: A Anistia no Brasil e o “demorado” retorno.....	102
PARTE II: Do “projeto arquivo” ao “plano B”: a formação do Arquivo Paulo Schilling em meio aos campos de possibilidades no Brasil dos anos 1990	118
CAPÍTULO 1: O projeto arquivo (ou: as tentativas de continuar militando em meio a política brasileira dos anos 1990)	123
1.1 Publicar (ou: hora de colocar o plano de trabalho em prática)	125
1.2 Arquivar e gravar (ou: as tentativas de institucionalizar as experiências)	135
CAPÍTULO 2: O “Plano B” (ou: as muitas mãos na formação do Arquivo Paulo Schilling).....	155
2.1 Os documentos encontram o historiador	156
2.2 A grande obra (ou: o projeto de refundir seus escritos para transformar a realidade)	159
2.3 A organização e o inventário (ou: a contribuição do historiador na formação do Arquivo Paulo Schilling)	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE: Inventário do Arquivo Paulo Schilling	196

INTRODUÇÃO

De volta ao salão, o visitante identificaria, diante da única janela pela qual penetrava a pouca luz que clareava o impasse, um indivíduo ancião sentado à escrivaninha. Envolto em um roupão, e que, tanto quanto o visitante pudesse espiar por cima dos ombros dele, se ocupava em escrever aquilo que estamos prestes a ler, e que vez por outra o Narrador resumirá, para não entediar demais o Leitor.

Tampouco espere o Leitor que o Narrador lhe revele que ele se surpreenderia ao reconhecer no personagem alguém já nomeado precedentemente, porque, (dado que essa narrativa começa justamente agora) ninguém foi nomeado antes, e o próprio Narrador, ainda ignora quem é o misterioso redator, propondo-se a sabê-lo (junto com o Leitor) enquanto ambos bisbilhotam intrusivos e acompanham os sinais que a pena daquele homem está traçando sobre aqueles papéis. (ECO, 2001, p. 130).

Ao ler Umberto Eco e sua impressionante obra *O cemitério de Praga*, o leitor seguramente irá refletir sobre as formas de escrever a história de uma vida. Como não se impressionar com a existência de dois personagens que buscam encontrar-se através da escrita de suas memórias? Dois indivíduos que são um? Um indivíduo que são dois? Quantos sujeitos diferentes podemos ser ao longo de nossas vidas?

Essas perguntas costumam apresentar-se como desafios para os historiadores. A dificuldade aumenta quando se tem contato apenas com os vestígios dessa trajetória, como se uma vida inteira fosse colocada em papéis, pastas e caixas. O resultado final: um arquivo, o fruto do armazenamento de uma vida inteira. A busca do historiador por fontes para as suas pesquisas sempre se apresenta como uma tarefa árdua, são dias e mais dias em centro de documentação, tardes e mais tardes debruçado sobre documentos na procura minuciosa de informações que permitam avançar em suas análises. Mas e se fosse diferente? E se a documentação encontrasse o historiador?

Esta tese é fruto dessa inusitada situação. Quando eu estava iniciando a pesquisa para a minha dissertação de mestrado sobre a trajetória de Flávia Schilling, Paulo, seu pai, em janeiro de 2012, veio a falecer. Através de contatos com a família e com a orientação da Professora Carla Rodeghero, fui incumbido de aproveitar minha viagem a São Paulo – na qual entrevistaria Flávia – para trazer os “papéis” de Schilling para serem doados ao Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A professora Carla Rodeghero havia entrevistado Flávia em 2011 para o Projeto Marcas da Memória¹, política

¹ O projeto Marcas da Memória fez parte de um Acordo de Cooperação Técnica entre a UFRGS, UFRJ e UFPE e o Ministério da Justiça. Buscou construir um acervo de fontes orais e audiovisuais, com critérios teóricos e metodológicos próprios da História Oral, para registro e organização de histórias de vida de pessoas que vivenciaram períodos de repressão, notadamente aqueles contemplados pela Lei n.º 10.559/02. Este acervo consta de entrevistas gravadas, filmadas e posteriormente transcritas. Sobre o projeto, ver ARAÚJO, Maria Paula

pública importante para pensar a memória da ditadura brasileira. Na ocasião da entrevista, Carla era coordenadora do NPH e havia recentemente publicado uma obra que abordava, entre outras coisas, a campanha em prol da libertação de Flávia da prisão uruguaia.² Eu havia defendido recentemente meu trabalho de conclusão de curso no qual Flávia havia sido a personagem analisada e iniciava a escrita da minha dissertação na qual ela novamente seria o foco principal. Estes contatos pessoais e principalmente a confiança criada entre Flávia e Carla parecem ter sido o ponto fundamental para a escolha da família pelo NPH como o local que receberia os documentos de Paulo.

Imaginando algumas pastas, fui recebido pela senhora Ingeborg Schilling em sua casa, Paulo havia falecido a menos de 6 meses e havia o interesse da família em doar os seus materiais. No quarto de Paulo, local onde estavam guardados seus papéis, foi possível perceber uma organização de quem estava intensamente envolvido com o trabalho, com a pesquisa e com a escrita até pouco tempo atrás pois havia reportagens recortadas de jornais nos murais, revistas e seus papéis. Com a ajuda de Gilberto, companheiro de Flávia, que havia trabalhado em uma livraria e entendia muito bem de alojar as pastas dentro das caixas, deixamos tudo pronto para trazer o arquivo a Porto Alegre.

Depois de um café e de algumas conversas sobre Santa Cruz do Sul, minha cidade natal e também de vivência de Paulo e Ingeborg, parti para a segunda etapa da jornada: chegar até Porto Alegre. O voo estava marcado para o dia seguinte, e, no aeroporto, a missão transporte continuaria. Tinha três caixas grandes, repletas de pastas com documentos, e mais a mala. Convencer a atendente de que as caixas continham apenas papéis, os quais faziam parte de um arquivo, e de que – sim – eu iria pagar pelo excesso de bagagem foi a parte fácil da missão. Por incrível que pareça e por motivos variados, desde ar-condicionado estragado até trem de pouso trancado, troquei três vezes de aeronave até conseguir levantar voo. A cada troca, ficava a angústia em saber se as agora “minhas caixas” estavam bem. Com pouco mais de três horas de atraso, chegamos todos – eu e os documentos – a Porto Alegre. Em virtude da chuva em São Paulo, as trocas de aeronaves molharam as caixas de papelão, e, se não fosse a excelente organização das pastas, bem como a quantidade significativa de fita adesiva nas embalagens, méritos do companheiro de Flávia, muitos daqueles papéis poderiam ter se perdido.

Nascimento; MONTENEGRO, Antônio Torres; RODEGHERO, Carla Simone (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. da UFPE, 2012.

²RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da Unisc, 2011.

Já na capital gaúcha, os documentos ficaram em minha casa até que fosse encontrado um meio de transporte seguro para o Núcleo de Pesquisa em História (NPH), destino final da documentação. Agradeço ao Francisco, funcionário do NPH, por ter realizado a busca da documentação e permitido que a missão fosse concluída com sucesso.

O NPH – local em que estão alojados os documentos de Schilling desde então – foi criado, conforme explica a historiadora e funcionária do Núcleo Marisângela Martins (2018, p. 02-03), em 1982 a partir da reunião dos “acervos do Gabinete de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul [...] e das fontes compiladas pelo projeto de pesquisa ‘Processo de Industrialização do Rio Grande do Sul (1889-1945) e movimento operário’”. Com o passar dos anos o Núcleo se ampliou e é formado hoje por “documentos provenientes de pessoas, famílias, organizações e instituições representativas da história sul-rio-grandense, brasileira, latino-americana e europeia”, além dos “projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Departamento de História da UFRGS”. Os principais temas do acervo remetem “à história do trabalho e dos trabalhadores, além de movimentos, organizações e partidos de esquerda”³. Às vésperas da doação dos documentos pela família Schilling, o NPH tinha participado do projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil e Flávia foi uma das entrevistadas do projeto.

Em 2015, quando comecei a organizar o projeto de pesquisa que deu origem a esse trabalho, voltei aos documentos. Ao analisá-los percebi que o material era a compilação dos escritos políticos e filosóficos de Paulo, um arquivo que reunia artigos, livros, anotações, recortes de jornais entre outros materiais de caráter mais pessoal. Dentre os escritos, uma pequena carta chamou-me a atenção: “*a organização dessa documentação constitui o primeiro passo para que o material acumulado possa ajudar minimamente no reestabelecimento da memória nacional, tão deformada nas últimas décadas pela ditadura e pela incapacidade das esquerdas em fazer uma autocrítica efetiva*”⁴.

As palavras lidas ecoaram por este historiador: era preciso compreender o que aquele documento estava dizendo. O que Paulo pretendia com aqueles papéis? O que significava a noção de reestabelecer a memória nacional? O que ele queria articular com a “*incapacidade das esquerdas em fazer uma autocrítica efetiva*”? Umberto Eco sugere bisbilhotar,

³ MARTINS, Marisângela T.A. O Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS. Artigo elaborado para a disciplina de “História dos registros humanos” da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. 2018. Agradeço a Marisângela pelo envio do trabalho. Para mais informações sobre os acervos disponíveis no NPH ver o site <https://www.ufrgs.br/nph/>. Acesso: 27/05/2020.

⁴ Carta de Paulo Schilling a João Luiz Duboc Pinaud. Sem data. Documentação pessoal – Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

acompanhar os sinais do redator da história; mas como fazer isso apenas com o resultado final? Foi a partir do desejo de compreender tudo isso que esta tese foi escrita.

O personagem e seus papéis

Este não é um livro acadêmico. Não teríamos qualificação para escrevê-lo. Desculpe, portanto, o leitor, as inúmeras deficiências.

Não é constituído também de pesquisa histórica. Não mergulhamos em arquivos e alfarrábios, enfrentando, como autênticos pesquisadores, poeira, traças e cupins. Valemo-nos das obras que melhor interpretam nossa história. Aos meus autores, nossos agradecimentos.

Este não é um livro frio, neutro. Foi escrito com indignação. Justificando: é possível ser neutro na apreciação dos enfrentamentos entre conquistadores e colonizados, entre senhores e escravos; entre colonialismo/imperialismo e sua versão atual, o neoliberalismo/globalização e nossa soberania; entre a riqueza, a arrogância e o arbítrio das classes dominantes e a pobreza/miséria/subnutrição/fome dos trabalhadores e entre os latifundiários e os ‘sem terra’? Isso não significa, em absoluto, que nos tenhamos afastado da verdade, exagerado nas denúncias. Os males sociais, políticos e econômicos, que examinados são tão evidentes e graves que dispensam qualquer radicalização.

Sendo um livro jornalístico, com pretensões de retratar minimamente a trágica situação em que vive a maioria do povo brasileiro (e latino-americano/caribenho), neste fim de século, quando se comemora, com total subserviência, a conquista e o genocídio protagonizado pelos lusitanos e esponhoís (sic.), valemo-nos, intensamente – em forma de citações – de artigos de muitos colegas periodistas que, corajosamente, enfrentando o quase total monopólio da informação vigente, denunciam as agressões que sofrem a soberania, os direitos humanos e as conquistas sociais do povo brasileiro, latino-americano. Nossa admiração e homenagem a eles.

Como tudo que escrevemos antes, este livro é fruto de nossa militância, dos conhecimentos que conseguimos acumular em muitas campanhas populares. Seguimos nesse particular, o conselho de Joaquim Nabuco: “OS LIVROS DEVEM SER TODOS ELES CAMPANHAS”

São Paulo, 2000
PRS⁵

As palavras que abrem o último livro escrito por Paulo Schilling retratam, de certa forma, sua trajetória e sua militância. O título da obra, *A ditadura militar: colonialismo, latifúndio e escravidão (as origens históricas do sub-imperialismo brasileiro)*, identifica as suas principais causas de luta. Autodidata e jornalista, o referido autor escreveu muito. Fez de suas palavras, sempre escolhidas com a indignação de quem acreditava estar possibilitando a construção de um país melhor, a sua militância e campanha. Campanha esta que pode ser acompanhada em suas inúmeras obras, artigos, manuscritos e notas, que, cuidadas como se já se soubesse antecipadamente a necessidade de olhar com atenção para o passado recente brasileiro e latino-americano, estão organizadas hoje em um arquivo.

⁵ SCHILLING, P. R. *A ditadura militar: colonialismo, latifúndio e escravidão (as origens históricas do sub-imperialismo brasileiro)*. 1º volume. Livro não publicado. Arquivo Paulo Schilling

São esses papéis e o seu escritor o tema desta tese. Um trabalho que procura olhar para o indivíduo e sua obra, que busca reconstruir a dimensão processual da produção do arquivo Paulo Schilling ao mesmo tempo em que pretende compreender os projetos e os campos de possibilidades envolvidos em sua trajetória e militância. Pretende-se, assim, responder as seguintes questões: Como se construiu Paulo Schilling?? Quais os projetos de militância do referido personagem? De que forma os diferentes campos de possibilidades interferiram em sua trajetória? Quais os projetos construídos por Schilling para a sua produção intelectual? Qual o legado que ele pretendia deixar com seus papéis? Quem, como, para que e em que contextos específicos se tornou possível a construção do conjunto documental que hoje é chamado de arquivo Paulo Schilling?⁶ Antes de explicar ao leitor os caminhos teóricos escolhidos para responder estes questionamentos, pretendo me valer de algumas palavras para apresentar o personagem principal do presente trabalho.

Nascido em Rio Pardo, interior do Rio Grande do Sul, em 06 de agosto de 1925, Paulo Schilling vivenciou, ao longo de sua trajetória, diversos episódios que ficaram marcados na história nacional e sul-americana. Técnico em contabilidade, militou por cerca de dez anos no Partido Comunista do Brasil – afastando-se do partido quando o XX Congresso do PCUS desnudou os crimes do stalinismo –, foi também integrante da chamada “fração trigo”, que atuava intensamente na campanha a favor da triticultura nacional. Considerado fundador histórico do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul, Paulo, no momento em que exercia o cargo técnico na Secretaria da Agricultura de Encruzilhada do Sul, esteve envolvido na criação das cooperativas agrícolas, mais tarde reunidas na FECOTRIGO. Foi a partir dessa experiência que publicou a obra denominada *A Operação Trigo*, um de seus primeiros estudos econômicos, no qual buscou compreender as transformações que se verificavam no campo do Rio Grande do Sul.

Ao assumir o Governo do Estado, Leonel Brizola convidou Paulo para participar de sua assessoria e dirigir o setor agrário do Rio Grande do Sul. Em 1962, após a Campanha da Legalidade, Paulo se transferiu para Brasília e em seguida para o Rio de Janeiro para trabalhar como delegado, a pedido de Brizola, junto aos setores populares em nível nacional. Ali esteve diretamente relacionado com a fundação da Frente de Mobilização Popular (FMP) e com a Frente de Libertação Nacional – amplos agrupamentos de esquerda nos quais estavam representados vários setores da sociedade brasileira como intelectuais, operários, estudantes,

⁶ É preciso evidenciar as transformações que ocorrem ao tirar um projeto de pesquisa no papel. O texto apresentado para qualificação desta tese, que seria apenas uma das partes do trabalho, acabou se transformando em seu eixo principal. Agradeço as contribuições das professoras Luciana Heymann, Marluza Harres e da minha orientadora Carla Rodeghero que me permitiram sair do encanto de ver no arquivo apenas uma biografia.

militares, políticos e camponeses –, exercendo o cargo de secretário-executivo em ambas as frentes. Paulo foi responsável também, durante o ministério de Francisco Brochado da Rocha, junto a outros assessores de Brizola, por elaborar os projetos das “leis delegadas”, os quais pretendiam acelerar a tramitação das “Reformas de Base” no Congresso.

Em abril de 1964, momento do Golpe civil-militar no Brasil, Paulo e outros companheiros tentaram, ainda que por alguns momentos, questionar a situação vivida. Entretanto, considerando que, como secretário executivo da “Frente”, Schilling conhecia praticamente todos os dirigentes das organizações que a compunham e da esquerda em geral, e sabendo da perseguição aos políticos ligados ao governo deposto pelo Golpe e aos que eram vistos como opositores ao novo regime, recebeu ordens de asilar-se na embaixada do Uruguai. Deixar o país foi a solução encontrada naquele momento.

Exilado no Uruguai, Schilling não deixou de questionar e estudar a situação brasileira, considerando até mesmo a possibilidade de um “breve retorno” ao país. O exílio, entretanto, não foi rápido, e a volta de Paulo ao Brasil somente foi possível em 1980. Nesse período, dirigiu três editoras, foi redator internacional do semanário *Marcha*, escreveu para a *Agência InterPress Service* e, durante cerca de dez anos, colaborou efetivamente com a agência cubana de notícias *Prensa Latina*. Editou, ainda, cerca de 35 livros, além de ter colaborado com praticamente todos os movimentos surgidos no Brasil para lutar contra a ditadura, sem integrar-se, entretanto, organicamente a nenhum deles. É preciso destacar também a situação dolorosa vivida pela família Schilling no exílio, a prisão de Flávia, uma das quatro filhas de Paulo. Flávia envolveu-se na militância Tupamara e acabou presa em 1972. Condenada a dez anos de prisão, só foi libertada em 1980.

Em 1974, depois do golpe que implantou a ditadura no Uruguai, Schilling foi expulso do país, partindo então para a Argentina, onde em seguida vivenciaria a brutal ditadura militar daquele país. Tendo completado 15 anos e nove meses de exílio – parte no Uruguai e parte na Argentina –, Paulo retornou ao Brasil em janeiro de 1980, após a aprovação da Lei da Anistia. Em São Paulo, local decidido pela família Schilling para estabelecer residência, o personagem desta pesquisa ingressou como sócio fundador no Partido dos Trabalhadores, assessorou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e foi um dos fundadores e integrantes da “Comissão Administrativa do ‘Instituto Cajamar’”, a escola de formação de quadros do setor sindical. Na segunda metade da década de 1980 se integrou ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) no qual se manteria até sua aposentadoria.

A documentação elaborada pelo personagem e reunida ao longo de sua trajetória compõe hoje o seu arquivo pessoal e relaciona-se direta, mas não exclusivamente, com a sua

atuação profissional. São livros, artigos, anotações para publicações, recortes de jornais, revistas e materiais de estudos, em grande parte produzidos por Schilling ou que contaram com a sua participação no processo de editoração. Há ainda alguns documentos incorporados pela família, os quais se distanciam do padrão documental, como o envelope denominado “Arquivo DOPS”, que traz informações relacionadas ao nome de Paulo, elaborado por esse órgão, e o envelope “Documentação Pessoal”, doado pela família posteriormente, em novembro de 2016.

O principal arranjo da documentação, quando esta chegou até este historiador, eram cinco pastas grandes e duas pequenas classificadas como “Especiales Prensa Latina”, as quais reuniam as publicações realizadas por Paulo no referido periódico. O material apresenta textos originais e cópias, organizados em dossiês temáticos de acordo com os assuntos discutidos nos artigos e que tiveram interferência direta do Arquivo Público do Rio de Janeiro⁷.

O segundo grupo de documentos que se destaca são duas pastas denominadas “Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI”, nas quais é possível encontrar uma significativa quantidade de papéis relacionados à atuação de Paulo nesse Centro⁸. Responsável pelo “Projeto Dívida Externa e Conjuntural”, Schilling publicou uma série de estudos e teve uma participação intensa nos debates sobre a Dívida Externa, a Reforma Agrária, a Construção de Itaipu, a Formação do MERCOSUL e na denúncia das práticas neoliberais.

O arquivo permite transitar também pelas diversas publicações de Schilling desde a década de 1960 até a década de 1990. São três pastas com artigos completos – alguns com anotações e revisões –; uma pasta que traz fragmentos de textos e textos publicados; dois envelopes com artigos publicados em jornais – na sua grande maioria compostos pelos originais – e um envelope com artigos publicados em revistas. Soma-se a essa documentação uma caixa de arquivo com revistas e textos diversos além de 40 livros. São obras de sua autoria publicadas nos mais diferentes períodos, obras de outros escritores e até mesmo livros não publicados.

É justamente a construção deste conjunto documental que procurei esclarecer ao longo deste trabalho e para isso é necessário trazer ao leitor algumas definições. O conceito de

⁷ Os documentos de Schilling passaram por uma tentativa de institucionalização no Arquivo Público do Rio de Janeiro. Tal processo é analisado com atenção na segunda parte desta tese.

⁸ De acordo com o documento do próprio CEDI, o “Centro Ecumênico de Documentação e Informação” é uma organização/comunidade de serviços às Igrejas em sua pastoral popular e aos movimentos populares. Esse serviço se dá principalmente na intersecção dessas duas práticas sociais, consideradas como estratégicas na formação e desenvolvimento de processos de mobilização, organização e fortalecimento dos movimentos populares no Brasil. (CEDI. *Seminário de avaliação do Programa de Formação de Quadros* – Bogotá, janeiro de 1987. P. 01)

arquivo é entendido aqui como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”⁹. Para o caso específico desta tese o arquivo de Paulo Schilling é pensado como um arquivo pessoal, isto é, pertencente a uma pessoa física e fruto da acumulação de documentos ao longo de uma trajetória individual. Tais tipos de arquivos, entretanto, foram vistos como “menores” e sem *status* por um longo tempo, condição que começou a mudar a partir do retorno da valorização dos indivíduos na história e ainda gera inúmeros debates.

Na apresentação do dossiê sobre arquivos pessoais da Revista do Arquivo Público Mineiro, Angela de Castro Gomes propõe uma breve reflexão sobre as possibilidades de trabalho com esse tipo de fonte e faz a seguinte afirmação:

os arquivos pessoais precisam ser reconhecidos como legítimos arquivos pela teoria arquivística e, de posse de seu lugar, merecem e exigem reflexões teóricas que se beneficiem de um diálogo interdisciplinar crescente na área das ciências humanas e sociais, em particular. (GOMES, 2009, p.22)

Caracterizando suas palavras como simples, mas ao mesmo tempo polêmicas, Gomes (2009, p.22) evidencia um debate importante que se apresenta no trabalho com os arquivos pessoais: sua abordagem metodológica. Tal embate fica marcado em dois textos que compõem o dossiê da referida Revista. O primeiro deles, de autoria de Ana Maria de Almeida Camargo (2009), já traz no próprio título – “Arquivos pessoais são arquivos” – sua principal defesa: a necessidade de um tratamento que reconheça a especificidade do processo de acumulação dos arquivos pessoais, mas sem abrir mão dos critérios consagrados pela teoria arquivística (CAMARGO, 2009, p.28).

Para a pesquisadora, a compreensão dos arquivos pessoais passa pela identificação de sua natureza essencialmente instrumental. Ao criticar a ideia de que todo arquivo pessoal tem uma dimensão autobiográfica, e evidenciando que, se este se empenhasse na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo, Camargo (2009, p.36) defende que “os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos”. Quando essa relação é subvertida, os documentos “perdem sua função probatória original, abrindo espaço para que, por efeito metonímico, recaiam sobre eles as propriedades de um universo que lhes é absolutamente estranho e com o qual não mantêm relações de reciprocidade”. Induzindo ao erro, “o uso desse material pelo pesquisador corre, assim, o risco de se converter em ornamento ou, na melhor das hipóteses, em mero exercício especulativo”. (CAMARGO, 2009, p.37)

⁹ Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005, p.27.

Como o mesmo intuito de refletir sobre a abordagem metodológica dos arquivos pessoais, o texto de Luciana Quillet Heymann (2009), que faz parte do mesmo dossiê, permite outra análise sobre o tema. Para a pesquisadora (2009, p.49), as especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal, “que dizem respeito à tipologia de documentos que abarcam, à informalidade que caracteriza o arquivamento e às razões para a acumulação, distantes muitas vezes da motivação probatória”, devem ser analisados a partir de “alguns deslocamentos e ênfases, em relação aos cânones tradicionais da arquivologia”.

Heymann (2009, p.49-50) defende que o trabalho com este tipo de fontes deve levar em conta tanto o contexto de produção dos documentos quanto o de sua acumulação, “uma vez que os arquivos pessoais resultam de um processo cuja lógica e motivação distam bastante daquelas que operam nos ambientes institucionais”. Os conjuntos documentais de natureza pessoal podem colocar-nos diante de um acúmulo documental marcado por uma projeção de um devir histórico no qual qualquer detalhe ou objeto é dotado de significado, e não apenas por uma acumulação motivada pela guarda de registros que pudessem atestar atividades ou experiências vividas.

Dessa maneira, parece importante atentar para as especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal tanto no que dizem respeito à tipologia de documentos que abarcam quanto às razões para a sua acumulação. Heymann (2012, p.62) sugere a inclusão de uma terceira categoria de nexos no tratamento de arquivos pessoais:

além do nexo unindo os documentos que compõem o arquivo, conferindo organicidade ao conjunto, e daquele que une os documentos às atividades que os originaram, o sentido que preside à constituição de tais conjuntos só será plenamente restituído se considerado também o **nexo que une o titular aos ‘seus’ papéis**” (HEYMANN, 2012, p.62, grifo meu)

“O nexo que une o titular aos ‘seus’ papéis” foi percebido nesta tese como um dos principais pontos a ser esclarecido. Para compreender o arquivo de Schilling foi preciso compreender como Paulo se construiu e qual a relação existente entre o indivíduo e sua produção. Tal relação, estabelecida a partir da noção de militância, foi reconstruída com inúmeros cuidados, afinal, foi preciso estar atento à sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores e cuidadoso com a expectativa criada pelo contato com a vida dos indivíduos e com a noção de que sua memória ficaria acessível ao examinar seus papéis, como se esses documentos fossem um repositório seguro dos seus registros, pensamentos, preferências, enfim, de sua vida (HEYMANN, 1997, p.41-42).

A pesquisa realizada levou em consideração ainda que os arquivos pessoais “em geral trazem a marca de um processo de acumulação pautado por subjetividades individuais” que

ficam “expressas na seleção de documentos a serem preservados, bem como em sucessivas avaliações, descartes e ordenamentos a que os conjuntos podem ser submetidos” (HEYMANN, 2012, p.179). Tal premissa permitiu que se olhasse para os documentos sabendo que aqueles papéis não retratavam de maneira suficiente, do ponto de vista da pesquisa histórica, a trajetória de seu titular.

Letícia Borges Nedel (2013, p.132) leva a sua discussão nesse mesmo sentido ao afirmar que é preciso recuperar a historicidade intrínseca dos arquivos, pois somente a análise da “trajetória social dos arquivos pessoais possibilita interpretar as trocas, os interesses e os investimentos que fizeram deles meios de transmissão da memória e fontes documentais para a história”. Para a historiadora, as especificidades que cercam os arquivos pessoais “poderão ser bem mais esclarecidas se levarmos em conta o papel que os arquivos, entendidos como artefato cultural e objeto de colecionamento, cumprem na vida social”, isto é, deve-se evidenciar que do processo de recolhimento de documentos constitui-se “uma identidade de si (de outrem, ou de um legado)” de seu proprietário (2013, p.134-135).

Na análise desses arquivos, escreve Nedel (2013, p.136), não se busca o registro objetivo de fatos, mas “construções anteriores, fontes que documentam a repercussão subjetiva e retrospectiva de acontecimentos singulares, gestados e experimentados pelos atores sociais, individual e coletivamente”. Os arquivos não se restringem a servir de ferramentas para a história, são objetos dela, e suas histórias particulares começam antes das intervenções dos arquivistas ou dos historiadores, “uma história que os ultrapassa e os conecta ao que está fora do arquivo, ao que talvez nem tenha sido registrado, ou ao que dele tenha sido excluído” (NEDEL, 2013, p.141).

A experiência apresentada nesta pesquisa demonstrou o quão importante é estar atento a esses detalhes. A pesquisa com arquivos pessoais deve buscar o processo de acumulação, de seleção e ordenamento da documentação, além da intencionalidade, do trabalho de memória e da autorreflexão existentes no arquivo, deslocando a ênfase dada “aos vínculos que unem o arquivo à trajetória do titular para a trajetória do arquivo e de seus usuários” (NEDEL, 2013, p.142). Os documentos de Schilling chegaram até este pesquisador após inúmeras tentativas de organização e publicização de seus escritos, além do cuidado de que fossem ofertados como fontes para a pesquisa histórica. Dessa maneira, foi preciso desnaturalizar o arquivo e procurar compreender os projetos de Schilling para a sua documentação, estando atento às intencionalidades e mudanças decorrentes tanto dos campos de possibilidades quanto das intenções de seu produtor. Somente se utilizando destas lentes foi possível esclarecer como

aqueles “papéis” doados ao NPH e transformados em objeto de estudo desta pesquisa se tornaram o arquivo pessoal Paulo Schilling.

Nessa mesma perspectiva, é possível verificar uma série de pesquisas que se valem dos arquivos pessoais como fonte e que dialogam diretamente com esta tese. Um primeiro trabalho a ser evidenciado é o de Philippe Artières (1998), que, em seu texto *Arquivar a própria vida* reflete sobre o que chama de “valorização dos escritos pessoais” e expõe que o dever de arquivar as próprias vidas é onipresente na nossa sociedade.

Com o objetivo maior de entender os motivos desse arquivamento, Artières explica que, mesmo se apresentando como prática íntima, o “arquivamento do eu” muitas vezes tem uma função pública, isto é, apresenta-se como uma maneira de publicar a própria vida, de escrever o próprio livro que sobreviverá ao tempo e à morte” (1998, p.32). Deve-se perceber, assim, a ausência de neutralidade nesse processo que é, muitas vezes, a única ocasião de um indivíduo fazer-se ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Ou seja, dessas práticas de “arquivamento do eu” destaca-se uma intenção autobiográfica, uma prática de construção de si mesmo, na qual “o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação” (ARTIÈRES, 1998, p.11).

No mesmo caminho, Flávia Camargo Toni (2007), em seu texto “Biografia, autobiografia e processos de criação no arquivo de Camargo Guarnieri”, reflete sobre as formas com que os acervos pessoais dialogam com um processo autobiográfico, e mesmo com a pesquisa biográfica. Segundo a autora “os acervos pessoais [...] podem fornecer elementos suficientes para a compreensão do ‘eu’ criador de forma semelhante às autobiografias”. Isto é, para os estudos biográficos, a utilização dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa permite que, através da análise de seus arranjos e rearranjos, perceba-se um tipo de testemunho autobiográfico, “a autobiografia não redigida por seus signatários” (TONI, 2007, p.01/02).

As considerações de Thais Svicero (2013) em artigo intitulado “Os arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural”, por sua vez, dialogam diretamente com as noções propostas por Artières (1998) e Toni (2007) e vêm ao encontro do que se buscou realizar nesta tese. Para a pesquisadora, há uma relação mútua entre o indivíduo e seus documentos, permitindo que se visualizem seus arquivos pessoais como uma fonte “que contribui [...] para o conhecimento da trajetória individual de seu autor, ou melhor, de seu titular” (2013, p.230). A presença de documentos “autobiográficos” nesses arquivos permite visualizar uma “produção do eu” por parte de seu organizador. Entretanto, Svicero (2013,

p.230) faz a ressalva de que nem todos os arquivos pessoais são considerados produções de si, o que os caracterizaria dessa maneira “é a forma de acumulação dos documentos neles contidos, que podem demonstrar a intenção de seu titular em torná-los públicos”.

Partilhando da ideia de que “arquivar a própria vida constitui, para muitos de seus autores, um meio de atestar sua importância perante a sociedade” (SVICERO, 2013, p.234), o exame dessa prática apresentou-se como um importante objeto para esta pesquisa, pois permitiu verificar a intencionalidade da ação de Schilling – o processo de subjetivação de Artières, o “eu’ criador” de que fala Toni – que, ao acumular e organizar seus papéis conforme seus interesses, buscou, de determinada maneira, construir a sua imagem e até mesmo a sua identidade, deixando para as gerações futuras um legado de sua militância. Entendendo que, em determinadas situações de pesquisa, a relação arquivo pessoal e construção de si não se apresenta tão diretamente, isto é, nem todo arquivo pessoal equivale a uma intenção autobiográfica, é significativo ao historiador buscar compreender as expectativas e projeções dos titulares em relação a seus papéis, sempre levando em conta que mesmo aqueles que não foram investidos desse atributo pelos titulares, podem ser vistos como fontes importantes para os pesquisadores. Na tese aqui desenvolvida é possível afirmar a importância e o cuidado que se teve em considerar as proposições apresentadas por esses autores, procurando evitar o risco de perder algum sentido do processo de formação e acumulação que originou o arquivo Paulo Schilling.

A pesquisa de Priscila Fraiz (1998), trabalho anterior a algumas das reflexões aqui já apresentadas, aborda a dimensão autobiográfica do arquivo pessoal de Gustavo Capanema e permite aproximações diretas com a tese aqui apresentada. Fraiz (1998, p.60) argumenta que, ao analisar os documentos do referido personagem, percebeu que a construção de seu arquivo pessoal podia ser reveladora da maneira como ele constituía, emprestava um sentido, dava coerência e solidificava seu eu e sua imagem, isto é, aqueles papéis eram o seu projeto autobiográfico.

Ao longo de seu trabalho, a autora evidencia que uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Nessa perspectiva, uma abordagem extremamente importante para utilização desses tipos de fontes é o resgate da lógica de construção do arquivo, isto é, “se o pesquisador, além de trabalhar o conjunto de informações que o conteúdo do arquivo fornece, puder resgatar a globalidade de sua lógica, extrairá com certeza muito mais informações” (FRAIZ, 1998, p.63). Ao analisar a ordem na

qual os documentos foram organizados, por exemplo, o pesquisador poderá deparar-se com elementos da natureza do arquivo e de seu criador, possibilitando uma compreensão muito mais rica se comparada a uma organização que não leva o seu processo de formação como tema de reflexão.

Outro ponto importante apresentado por Fraiz (1998, p.81) é que o desejo pessoal de organizar os documentos e de constituir um arquivo leva a pensar no desejo de torná-lo público um dia. Conforme observei ao longo da pesquisa, a vontade de Paulo de que seus documentos ficassem disponíveis para pesquisa me permite elucidar a importância em decifrar a estrutura interna de seu arquivo pessoal e dessa forma “perceber as intenções e as dinâmicas do sujeito que se dedica a construí-lo” (FRAIZ, 1998, p.83). Assim como Fraiz percebeu que o projeto de construção autobiográfica de Capanema somente poderia ser recuperado através do próprio arquivo, o Arquivo de Paulo Schilling leva pelo mesmo caminho: uma obra que poderá ser melhor percebida e entendida se inverter a hierarquia que organiza suas etapas de elaboração, conferindo ao processo de acumulação dos documentos o estatuto de objeto da análise.

E é justamente sobre os cuidados com a análise dos arquivos pessoais que Angela de Castro Gomes (1998) reflete em seu texto publicado no dossiê sobre Arquivos pessoais da revista *Estudos Históricas*. Ao abordar os encantos dos arquivos privados e alertar para a tentação dos historiadores de “cair nas malhas do feitiço’ dessas verdadeiramente encantadoras fontes”, a historiadora atenta aos pesquisadores sobre a necessidade de se municiarem dos “procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor de maneira a não ter a boca queimada” na utilização dos documentos. (GOMES, 1998, p.125).

A historiadora evidencia ainda duas especificidades dessa documentação pessoal, às quais batiza de “ilusão da verdade”, e que devem ser levadas em conta pelos pesquisadores. A primeira delas refere-se à proximidade com o autor do arquivo, isto é, os documentos pessoais “permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles ‘nossos’ atores aparecem de forma fantasticamente ‘real’ e ‘sem disfarces’” (GOMES. 1998, p.126), e é preciso estar atento para não se deixar levar pela documentação. O segundo ponto refere-se ao fato de que, ao organizar um arquivo pessoal, seu titular está construindo, consciente ou inconscientemente, uma imagem para si e para os outros, em muitos tempos e na história, e é sob essa ótica – espontaneidade, autenticidade e verdade – que os documentos pessoais precisam ser trabalhados. É importante que se diga que essas características de forma alguma levam os arquivos pessoais a serem desconsiderados

como fonte, mas sim devem ser refletidas e problematizadas, sendo associadas a outros tipos de documentos e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico (GOMES, 1998, p.126).

A *Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo* lançou um número no qual os arquivos pessoais são a pauta principal. O texto “Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso”, escrito por Lúcia de Oliveira, Patrícia Macêdo e Camilla de Sobral, permite dialogar com as questões que levantei até aqui. Segundo as pesquisadoras, os “arquivos pessoais são produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica”, isto é,

esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados “oficiais” e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades. (OLIVEIRA et al., 2017, p.02)

Para as autoras, é possível perceber nessa documentação a tradução da identidade ou identidades do criador do arquivo, um espaço “onde a personalidade e os eventos da vida interagem” (OLIVEIRA et al., 2017, p.02). Além disso, os documentos de um arquivo pessoal permitiriam conhecer tanto o indivíduo quanto a sociedade, como se a construção desse patrimônio documental representasse uma passagem do individual ao coletivo, contribuindo na construção de uma memória social (OLIVEIRA et al., 2017, p.06). As ponderações das autoras permitem refletir sobre uma característica relevante da documentação de Schilling, o fato de que seu arquivo extrapola a dimensão individual de sua memória, permitindo ao pesquisador acesso a conjunturas, valores e representações que também falam de um contexto social, daquele no qual o titular está inserido.

As autoras chamam atenção ainda à situação da doação dos arquivos, evidenciando que muitas vezes tal processo não é feito pelo próprio titular, e sim pelos herdeiros, o que representaria uma perda de informações, afinal estes não conheceriam o arquivo como um todo. São informações sensíveis que, perdidas nesse processo, devem estar na pauta de observações daqueles que pretendem trabalhar com esses documentos (OLIVEIRA et al., 2017, p.10). No caso desta tese, não tive a documentação doada ainda em vida por Paulo; foi sua família que me permitiu o acesso aos seus papéis após o seu falecimento. Assim, afirmo mais uma vez o cuidado e atenção que tive aos filtros, indícios e relatos disponíveis para resgatar o processo de formação desse Arquivo.

Nesse sentido, o trabalho aqui desenvolvido dialogou com a perspectiva de “escrita de si”, isto é, evidenciou e atentou para as práticas de produção de si realizadas pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias e que podem ser entendidas como um

diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. (GOMES, 2004, p. 11)

O arquivo do personagem desta pesquisa foi percebido a partir deste viés, um espaço de guarda de registros que possibilitam materializar a história do indivíduo e dos grupos a que pertence (GOMES, 2004, p.11). Além disso, esta perspectiva permite perceber os documentos a partir de "editores" e não autores propriamente ditos,

é como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. Uma ideia que se alimenta do entendimento que a escrita de si foi mobilizada pelos indivíduos modernos com múltiplas intenções, entre as quais permitir o autoconhecimento, o prazer, a catarse, a comunicação continua consigo mesmo e com os outros. (GOMES, 2004, p 16)

É através da escrita de si que o indivíduo busca construir para si uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo, isto é, “a sensibilidade própria da escrita de si procura controlar a relação que se estabelece entre o tempo e o 'eu' do indivíduo moderno, buscando conseguir estabilidade, permanência e unidade. (GOMES, 2004, p.17). Munido dessas reflexões procurei compreender o arquivo e o próprio personagem desta tese, atentando para as particularidades destas fontes e procurando evitar cair em seu feitiço¹⁰.

Para compreender às operações que delineiam a constituição dos arquivos pessoais me vali da noção de “perspectiva etnográfica” na análise de arquivos apresentada por Heymann (2013, p.67), isto é, “abordar os arquivos pessoais sob um olhar antropológico [que] sugere deslocar a atenção dos documentos para o processo de constituição desses acervos”. Nessa perspectiva, além dos gestos individuais de seleção e guarda dos registros, consideram-se os contextos históricos e arquivísticos nos quais os conjuntos documentais se inserem. Esse olhar fornece pistas para distintos investimentos intelectuais: análises interessadas nas relações entre práticas de arquivamento e uma “estética da existência”, no sentido da automodelagem ou da projeção de uma imagem pessoal que sobreviva ao tempo, e análises interessadas nas condições sociais de produção das fontes históricas.

John Randolph aponta no mesmo sentido quando expõe a necessidade de o historiador identificar o processo de construção do arquivo. Isto é, para entender o arquivo, é preciso

¹⁰ Para os cuidados com as fontes originadas a partir da escrita de si ver Gomes (2004).

buscar a história da sua produção, analisando o intercâmbio entre as configurações sociais e institucionais, ao mesmo tempo em que se relacionam as experiências vividas por seu titular. Deve-se procurar as suas continuidades e mudanças, entender a composição atual dos documentos considerando a história de sua produção, extraindo em detalhes os movimentos desse processo. Fazer a “biografia do arquivo”, explica o autor, permitiria ao pesquisador entender que os arquivos, como objetos, agregam sentidos ao longo do tempo – em suas trocas e transformações físicas – e têm significado para nós, hoje, por meio desse processo, e não isoladamente. Além disso, a biografia como uma metáfora heurística serviria para lembrar de que os arquivos, na condição de objetos, são também submetidos à história e forjados a partir de vários elementos heterogêneos que sustentam ou perdem coerência ao longo do tempo. (RANDOLPH, 2005, p.210).

As noções de “perspectiva etnográfica” e “biografia do arquivo” proporcionaram um caminho mais inteligível para o processo de análise do arquivo Paulo Schilling. A partir dessas perspectivas, foi possível desnaturalizar seus papéis, isto é, entender como eles se tornaram um arquivo com certas características, contornos e atributos. Para compreender as intencionalidades na construção e organização do seu arquivo e de seu legado foi preciso entender o personagem, e desta maneira reconstruí parte da trajetória de Schilling buscando resgatar os projetos elaborados por ele e os motivos que o levaram a constituir seu arquivo pessoal¹¹.

Nesse sentido, os conceitos de *projeto* e *campo de possibilidades* utilizados por Gilberto Velho (1999) foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. O autor aborda em seu livro as características das sociedades complexas moderno-contemporâneas e propõe pensar a formação dos indivíduos levando em conta a relação entre eles e a sociedade em que estão inseridos. Velho expõe que o indivíduo formula projetos para a sua vida e que esses estariam diretamente relacionados aos campos de possibilidades oferecidos a ele em cada momento, assim,

projeto [...] é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo

¹¹ Utiliza-se aqui a noção de legado a partir do conceito formulado por Luciana Heymann (2005, p. 02), no qual, para além da dimensão mais substantiva associada à herança social e política deixada às gerações futuras, é entendido como “o investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e ressignificado”.

individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 1999, p.40 – itálicos do autor).

Pensando os projetos como elementos formadores do indivíduo e considerando esses diretamente ligados aos campos de possibilidades experimentados, ambas as noções foram utilizadas para analisar o “fazer-se” do personagem desta tese e compreender os diferentes projetos constituídos para os seus “papéis”. Velho (1999, p.46) aponta ainda que “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos”, e ressalta ainda que a viabilidade da realização desses projetos “vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades”.

Ao levar em conta a trajetória do personagem é possível evidenciar a militância política como um projeto fundamental da sua formação como indivíduo, projeto constantemente elaborado e reelaborado, sempre em relação direta com os campos de possibilidades vivenciados. A militância de Schilling se fará presente tanto em sua trajetória como na de seus papéis, é o nexos que une indivíduo e arquivo e dessa maneira acredito ser necessário definir melhor o entendimento sobre o conceito.

Sales, Fontes e Yasui (2018, p.567 e 568) através de uma revisão da literatura na base de dados do SciELO sobre o conceito de “militância” expõem que o vocábulo é empregado ora com o sentido “de adjetivo, usado para caracterizar a forma como os indivíduos se engajam e ‘lutam’ por certas causas, ora com o sentido de substantivo, que definiria um sujeito, ou coletivo, engajado em uma causa para defendê-la”. Partindo dessa discussão, os autores definem militância como “uma metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes” (SALES, FONTES E YASUI, 2018, p. 568).

A sociologia do engajamento militante também contribuiu para as reflexões realizadas nesta tese. Para Sawicki e Siméant (2011, p. 201) ela é entendida como “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” evidenciando o conceito de militância como uma forma específica de engajamento de sujeitos em causas. Para buscar compreender os contornos principais desse engajamento, os autores chamam a atenção para necessidade da articulação dos níveis de observação: “os níveis micrológicos (os indivíduos e suas interações mútuas), mesológicos (os grupos e as organizações mais ou menos institucionalizadas) e macrológico (as transformações socioeconômicas, culturais e políticas). (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p.221)

Nesse sentido, se buscou “compreender o que constrange objetiva e subjetivamente os percursos individuais”, dando conta inclusive de resgatar, quando possível, as possibilidades e imposições que afetam os militantes em aspectos profissionais e familiares e de que forma estes elementos interferem no investimento militante (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p.216). Para além do conceito, reconstruir a trajetória de Schilling observando seus projetos a partir de uma ótica militante permitiu atentar para os diferentes aspectos desse processo e as formas de lidar com os campos de possibilidades vivenciados. Tal perspectiva possibilitou a compreensão de muitas das escolhas de Schilling ao mesmo tempo em que permitiu apreender os caminhos de seus papéis até a formação do arquivo doado ao NPH.

É importante destacar que o acervo de Paulo foi o objeto principal de análise desta tese, ao mesmo tempo em que foi uma de suas principais fontes. O exame dos documentos acumulados pelo personagem, entretanto, mostrou que para responder as perguntas desta pesquisa eles seriam insuficientes, o que fez com que se recorresse à utilização de entrevistas de história oral.

Um primeiro ponto que deve ser destacado é que a fonte oral é produzida para ser fonte, isto é, não é um vestígio que foi deixado pelo passado e que agora é recuperado pelo historiador, mas sim uma construção realizada no presente a partir de interpretações dos acontecimentos passados. Tal característica não retira a necessidade do exame minucioso e crítico da entrevista pelo historiador para que averigüe sua confiabilidade e usabilidade (PORTELLI, 2016, p. 9-10).

O uso da oralidade pelos investigadores, argumenta Alessandro Portelli (2010), deve atentar para a relação entre os pesquisadores e os narradores, pois esses últimos não são objetos da investigação, mas sujeitos de um projeto compartilhado, de um diálogo. A entrevista não pretende ser um ato de simples extração de informações, mas sim um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo. A história oral não diz respeito só ao evento que se pretende investigar, mas ao “lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (PORTELLI, 2016, p.12). Essa característica torna as entrevistas em uma fonte importante, pois os documentos cocriados ali “não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem” (PORTELLI, 2016, p. 18).

A utilidade das memórias resgatadas nas fontes orais, explica Portelli (1997, p. 33), repousa “não tanto em suas habilidades de preservar o passado”, mas sim “nas muitas mudanças forjadas pela memória”. São estas modificações que revelam “o esforço dos

narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”.

Embebido pelas reflexões acima foram realizadas durante o período de elaboração desta tese dez entrevistas. Quatro delas foram presenciais, cinco por e-mail e uma por telefone. Além destas novas entrevistas, utilizei duas elaboradas anteriormente para a minha dissertação de mestrado e uma feita em meio ao projeto Marcas da Memória.

A principal entrevistada foi Flávia Schilling, filha de Paulo. Fonte principal da minha dissertação de mestrado, Flávia gentilmente me recebeu em sua casa em janeiro de 2019 e ali foi possível que se realizasse duas entrevistas importante para esta tese. A primeira delas foi com a própria Flávia, que já havia anteriormente me auxiliado respondendo por e-mail algumas perguntas sobre os documentos de seu pai. Da outra entrevista realizada – doravante chamada de “entrevista família Schilling” – participaram além de Flávia, Cláudia e Andrea Schilling, suas irmãs, Ariovaldo Bonas, companheiro de Cláudia, e Gilberto de Carvalho, companheiro de Flávia. A conversa durou mais de três horas e foi extremamente importante para as pretensões desta pesquisa pois além de esclarecer inúmeras dúvidas que eu tinha, trouxe informações relevantes para compreender Paulo Schilling. Cláudia e Andrea Schilling responderam ainda algumas perguntas enviadas por e-mail¹².

Ana Corbisier, Araken Vaz Galvão, Cláudio Cavalcanti, Esther Kupermann e Paulo Schmidt foram os outros entrevistados para este trabalho. Amigos próximos ou colegas de trabalho, todos tiveram um convívio significativo com Schilling ao longo de suas trajetórias e contribuíram imensamente para esta pesquisa ao dividirem comigo suas memórias sobre Paulo. Cabe ressaltar ainda, que nos momentos em que o arquivo de Schilling ou as entrevistas realizadas não foram suficientes para as análises pretendidas, recorreu-se a outras fontes como periódicos, entrevistas conduzidas por outros historiadores ou mesmo a bibliografia existente sobre o tema.

Vale destacar ainda, que esta tese buscou dar continuidade à discussão sobre as formas de constituição do indivíduo ao longo de seu percurso, questionamento já iniciado em minha dissertação de mestrado ao construir a biografia de Flávia Schilling, filha de Paulo. Tendo como base a revalorização do “indivíduo” na história, pretendeu-se contribuir em tal debate, problematizando não somente a construção do sujeito histórico por si e para si, mas também as memórias, identidades e o legado do referido personagem e de seus papéis.

¹² Infelizmente não tive a oportunidade de entrevistar Valéria Schilling, filha de Paulo, para esta pesquisa. O fato dela não residir em São Paulo contribuiu para os nossos desencontros.

A pesquisa permitiu também revisitar as pautas de discussão do período e os diálogos existentes no Cone Sul em meio às ditaduras civis-militares brasileira, uruguaia e argentina, permitindo um novo olhar sobre os caminhos percorridos por Paulo e por tantos outros indivíduos latino-americanos nas décadas de 1960 a 1990. Ainda em tempo, é preciso ressaltar que a realização dessa investigação foi autorizada pela família Schilling, que colaborou ativamente com o seu desenvolvimento, cedendo materiais, participando de entrevistas e auxiliando nas possíveis dúvidas surgidas em seu percurso.

A Tese

Com o intuito de tornar mais compreensível o processo de análise realizado nesta tese optei por dividir o texto em duas partes. Na primeira, reconstruí a trajetória de Paulo em meio as memórias que foram estabelecidas sobre o personagem, partindo de um documento específico e disponível em seu arquivo: o currículo vitae escrito e reescrito por Schilling e que serviu de fio condutor para a análise. Neste processo acompanhei a sua caminhada como intelectual e militante, trazendo à tona a construção das suas experiências e da sua obra ao longo de suas vivências no Brasil, Uruguai e Argentina. Para colocar em análise esse processo me vali de entrevistas de história oral realizados com suas filhas, genros e companheiros de militância.

Na segunda parte do texto busquei compreender o processo de construção do arquivo Paulo Schilling, afinal a sua militância e suas ideias estavam em seus textos e Paulo procurou formas de levar os mesmos adiante. A proposta de publicizar os seus escritos foi observada a partir de um olhar etnográfico, no qual as tentativas do personagem de levar adiante seu projeto em meio aos campos de possibilidades possíveis na década de 1990 foram analisados cuidadosamente: a busca pela publicação das obras, a tentativa de institucionalizar seus papéis no APERJ e a transformação de seus textos em um arquivo pessoal, projeto levado adiante por Paulo, por sua família e por mim. Neste último ponto abordei ainda a relação do historiador com o arquivo pessoal e a forma de lidar com a documentação, evidenciando que ao organizar fisicamente o arquivo e elaborar um inventário, minha tese se tornou parte da construção do legado do personagem.

PARTE I

Da ação à reflexão: os projetos de militância de Paulo Schilling ao longo de sua trajetória

CURRICULUM VITAE

PAULO R. SCHILLING

Brasileiro, casado, 4 filhas e dois netos, 86 anos, natural de Rio Pardo. Estado do Rio Grande do Sul, jornalista e escritor¹³.

Com essas poucas palavras, Paulo Schilling define-se na introdução do seu currículo, documento presente em diversas cópias no envelope “Documentos para organização do ‘Projeto Arquivo’”. Nas nove páginas que seguem, é possível acompanhar as suas atividades “político-sociais e a sua produção intelectual”, além da sua vivência e participação em alguns “dos principais acontecimentos verificados no Brasil e da América Latina nos últimos 50 anos”, testemunhos registrados nos diversos livros, ensaios e artigos que compõem a sua documentação¹⁴.

O currículo se divide constantemente em dois tipos de textos: uma breve descrição das atividades político-sociais de Paulo e em seguida o que ele estava escrevendo e publicando naquele momento. Schilling, mais propositalmente do que não, conduz o leitor sempre tendo em vista a sua atividade profissional, como se ele objetivasse mostrar que, enquanto os fatos ocorriam no meio exterior, ele, testemunha ocular, estava escrevendo suas impressões sobre eles. A referência a si próprio em terceira pessoa, característica marcante do documento, e a constante citação das obras publicadas permite reforçar a ideia de que Paulo não procurava evidenciar o seu eu pessoal, isto é, sua vida particular ou suas experiências mais íntimas – o trecho citado acima é o mais próximo que se chega a suas questões privadas –; mas sim dar voz à terceira pessoa, ao escritor, que, embora evidencie rapidamente aspectos de sua vida, retorna sempre aos pontos considerados mais importantes: sua produção intelectual.

O currículo, documento que utilizei como fio condutor na reconstrução da trajetória do personagem desta pesquisa, não teria por característica principal apresentar a vida de seu titular nos mínimos detalhes, ou mesmo nos aspectos mais íntimos, afinal consiste em um documento comumente utilizado para apresentar a vida acadêmica e as experiências de trabalho; e, além disso, é um documento livre que não tinha, a priori, a ideia de candidatar Paulo a algum cargo. A escolha desse documento se deu, pois, ao considerar a documentação

¹³SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 01.

¹⁴*Idem*.

presente no arquivo de Paulo, foram nesses papéis que se pode tomar maior proximidade da vida do personagem aqui analisado.

Schilling não deixou relatos orais e poucas vezes é possível ouvir a sua voz sem que esteja envolvida em um debate relacionado a causas políticas e sociais. Em seu currículo quem fala é PRS, a terceira pessoa, sua identidade militante e intelectualizada que, como se verá neste trabalho, é a sua principal identidade. Seus escritos são parte importantíssima de sua vida, é como se o seu percurso ao longo da história não fosse inteligível caso separássemos um do outro. Isto é, não é possível entender a figura de Paulo Schilling sem acompanhar os seus textos, assim como perde-se muito do entendimento de seus trabalhos sem compreender a sua trajetória¹⁵. A partir daí, procurei me guiar ao longo da primeira parte desta tese neste documento e através de suas colocações reconstruir a trajetória do personagem.

A escolha deste documento passou por duas constatações: as três versões do documento disponíveis no arquivo – uma quarta cópia foi enviada por e-mail pela família Schilling – e as correções feitas à caneta naqueles papéis. Estas duas observações me levaram a acreditar que o currículo tinha uma importância significativa para Schilling, como se aquelas folhas fossem uma porta de entrada para sua trajetória política, sua produção intelectual e de certa forma, para sua vida.

Escrito, reescrito e corrigido inúmeras vezes, tal documento me levou a refletir sobre a escrita de si realizada pelo personagem desta tese e quais cuidados deveria ter ao utilizá-lo como fonte histórica. Carlos Bacellar (2015) em texto sobre o uso dos arquivos expõe a importância de contextualizar os documentos, buscando compreender as condições em que o documento foi redigido e mesmo a intenção de quem o escreveu. Ao atentar ao currículo dessa maneira, não se pretendeu buscar erros ou imprecisões nas colocações de Schilling, mas sim colocar em análise as afirmações ali presentes, procurando entender os por quês daquelas colocações terem sido feitas de determinada maneira, percebendo, inclusive, que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu.

Nesse sentido, as ponderações de Gomes (2004) a respeito da escrita de si iluminaram a minha tarefa. A escrita de si “integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental”. Isto é, “os indivíduos comuns passaram a produzir deliberadamente uma memória de si” e mais do que isso, “através desses

¹⁵ Vale ressaltar que o currículo enfatiza apenas os livros publicados por Paulo; seus escritos para os diferentes periódicos precisariam de outro documento, infelizmente não elaborado por Schilling.

tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos”. (GOMES, 2004, p.10-11)

O currículo de Schilling pareceu dentro desta lógica, um documento no qual seu autor buscou reorganizar suas vivências, criando um elo de coerência através de suas publicações e, por que não, dando sentido a sua trajetória. Gomes (2004, p.13-14) expõe que “o ‘eu’ do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico” e que as práticas de escrita de si atenderiam à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo, assumindo inclusive “a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua’ verdade”.

Isso me levou constantemente a colocar em xeque as afirmações de Paulo, procurando compreender mais do que havia sido escrito no documento. Ao levar em conta que este tipo de documento possui editores – o número de versões e as anotações nos documentos corroboram esta ideia – e que” a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’”, a busca não se deu em saber “‘o que realmente aconteceu’ (a verdade dos fatos)”, mas sim “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. (GOMES, 2004, p.15-16).

Utilizar o currículo como guia foi uma escolha. Eu poderia ter reconstruído a trajetória do personagem através de outras fontes ou mesmo me orientado por outros marcos. A preocupação de Schilling com sua produção intelectual e forma com que ele escreveu e editou este documento fizeram com que não pudesse deixá-lo de lado, ele deveria ser a linha a ser seguida para que pudesse me aproximar de PRS, sua terceira pessoa, mas também de Paulo.

Munido dessas considerações e contrariando a forma de Schilling refletir sobre sua vida – primeiro o intelectual, depois o pessoal – construí nesta primeira parte da tese a trajetória de Paulo Schilling. Suas atividades político-sociais, suas vivências, experiências e seus escritos foram analisados conjuntamente, com o intuito de compreender como os seus projetos de militância política foram se modificando a partir das transformações dos campos de possibilidades e de que forma nesse processo se deu a sua produção intelectual, base documental de seu arquivo pessoal.

O primeiro capítulo se valeu brevemente de algumas palavras sobre sua infância e em seguida aprofundou o debate a partir das alterações políticas vividas no Brasil ao longo da década de 1960, observando as atuações de Schilling naquele cenário até o momento do golpe. No segundo capítulo o olhar se voltou para as mudanças que o levaram ao exílio e que o mantiveram por dezesseis anos longe de seu país, procurando compreender as formas de

militância do personagem e as transformações ocorridas neste processo. O terceiro capítulo, por sua vez, retratou o processo de retorno de Paulo ao Brasil e os espaços buscados por ele para se reinserir na nova conjuntura, afinal Schilling e o Brasil já eram outros.

CAPÍTULO 1

Brasil e os caminhos para colocar a esquerda no poder

1.1 Da “Ilha do Tesouro” ao campo de trigo

Paulo Romeu Schilling nasceu em Rio Pardo, em 06 de agosto de 1925, filho de Oscar Schilling e Valeska Engel Schirmer¹⁶. Originários de Santa Cruz do Sul, se caracterizavam como uma família urbana e estavam envolvidos economicamente com o ramo do transporte fluvial em Rio Pardo, trabalho que mantiveram até a decadência deste meio de transporte. Luteranos e descendentes de alemães tinham como um hábito familiar a leitura e a educação musical, gostos que Paulo manteve consigo. Como era típico nesta região do estado, Paulo aprendeu primeiro o alemão e depois o português, entretanto não manteve essa prática em sua vida adulta e quando perguntado sobre falar alemão dizia que tinha esquecido e não fez com que suas filhas aprendessem o idioma.

Filho único, apesar de considerar sua prima Teresinha como sua irmã, Paulo relatava às filhas que sua infância fora boa, marcada pela liberdade para brincar e pelo gosto desde pequeno pela leitura. Uma das histórias recordadas por Flávia, sua filha, em entrevista, era de que quando pequeno, mais ou menos com sete anos, juntou dinheiro por alguns meses e comprou o seu primeiro livro na livraria da cidade, “A ilha do tesouro” de Robert Louis Stevenson¹⁷. Flávia questiona, entretanto, que a infância e adolescência de seu pai tenha sido tão tranquila quanto ele relatava; a questão religiosa luterana era muito presente dentro de casa e as discussões sobre política eram bastante fortes entre pai e filho. Mesmo sendo uma família de origem alemã, já estava fortemente ligada à política do Rio Grande do Sul: o avô paterno de Paulo teria lutado na Revolução Federalista ao lado dos Maragatos, o seu pai teria sido um forte opositor às ideias getulistas e ele construíra ideias diferentes de ambos, o que permite imaginar uma oposição constante em seu núcleo familiar em termos de política e visão de mundo.

Paulo cursou o ensino médio no Colégio Sinodal Luterano de Santa Cruz do Sul em regime de internato. A sua relação com o colégio era bastante difícil pois no período da Segunda Guerra Mundial o colégio teria posições pró nazismo, inclusive chegando a hastear a bandeira do Reich na escola. Aos 17 anos, foi expulso do Colégio por participar da militância

¹⁶ Os parágrafos que seguem foram elaborados com base nos dados fornecidos por Flávia e Cláudia Schilling em entrevista realizada em janeiro de 2019, e posteriormente por e-mail, em fevereiro de 2019.

¹⁷ Entrevista concedida por Flávia Schilling ao autor por e-mail. Fevereiro de 2019.

antinazista conforme relatou Schilling em seu currículo¹⁸. Tal informação não é confirmada por sua filha, entretanto permite perceber a temática política como um ponto importante na formação de Paulo, presente dentro de casa e refletida no seu período escolar, e na forma com que Schilling se constrói em seu currículo.¹⁹

Figura 1 - Paulo Schilling (em pé a esquerda, primeira fila de cima para baixo) na escola.



Fonte: Acervo pessoal Cláudia Schilling.

Schilling não fez ensino superior. Possivelmente a condição econômica da família após a decadência do comércio fluvial, as oportunidades oferecidas no período ou mesmo as pretensões de Paulo na época o levaram ao curso técnico em contabilidade. As formações que se encontra muitas vezes nos documentos que se referem ao personagem como jornalista, economista ou mesmo político, são todas formações autodidatas e atribuídas a ele, e por ele, pela sua atuação profissional e produção intelectual.²⁰

¹⁸SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. Arquivo Paulo Schilling. P.01.

¹⁹ Sobre o episódio da expulsão da escola, Flávia deu o seguinte relato: “eu acho que ele não foi expulso do colégio porque ele se forma e depois ele faz um curso de contabilista, um curso técnico [...] então creio que não [...] porque ele sempre comentava que o colégio era pro nazista e hasteavam bandeira, e eles aprontavam, ele e amigos, aprontavam muito, mas eu não me lembro que ele tenha falado pra gente que ele foi expulso, e sim do que ele aprontava, mas não expulsão. Acho que... ou se teve algum incidente, depois ele voltou, mas não sei, pra mim não consta isso”. Entrevista concedida por Flávia Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

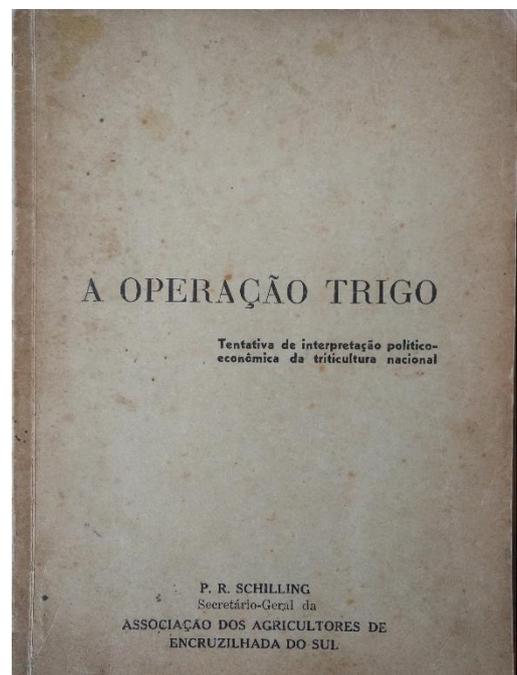
²⁰ Paulo, conforme será abordado mais à frente neste capítulo, assumiu a partir do exílio a condição de jornalista e aos poucos foi parando de utilizar a denominação economista. Em seu currículo, como citado anteriormente, se define como jornalista e escritor.

Paulo conheceu Ingeborg em um baile em Santa Cruz do Sul em 1946, ficaram noivos no ano seguinte e se casaram em 21 de junho de 1948. Ingeborg vinha de uma família com tradição católica e o casamento não pode ser realizado na Igreja devido à negação do matrimônio entre luteranos e católicos. Para que se pudessem casar na Igreja, Paulo teria que se converter ao catolicismo, fato negado por ele não por suas convicções luteranas, mas sim pelo fato de já se considerar ateu.

Em novembro de 1949 o casal se mudou para Encruzilhada do Sul, pois Paulo tinha sido convidado para assumir a contabilidade das lojas Xavier na cidade. A adaptação, conforme me relatou sua filha Cláudia, não foi fácil porque Santa Cruz era uma “metrópole” comparada com Encruzilhada e os “estrangeiros” não eram bem aceitos lá²¹. Schilling abriu na cidade um escritório de contabilidade, mas logo em seguida tentou junto com seu cunhado José a triticultura em uma chácara herdada pela família. A colheita, entretanto, não atingiu o resultado esperado e como família que já estava maior – Cláudia havia nascido em 28 de outubro de 1950 e Flávia em 26 de abril de 1953 – voltaram para a cidade de Encruzilhada e Paulo para o escritório de contabilidade.

De volta à cidade, Paulo iniciou mais fortemente sua vinculação com a questão do trigo e da terra. Sua experiência na triticultura e as suas análises sobre o que acontecia naquele momento nesta área em nível nacional o levaram a publicar em 1956 a obra denominada *A Operação Trigo: tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional* (foto ao lado), o seu primeiro estudo econômico. Através de uma análise sociológica, Schilling buscou compreender a transformação que se verificava no campo do Rio Grande do Sul com a parcial substituição da pecuária latifundiária por uma cultura mecanizada, de tipo capitalista. A partir daí, acredita-se que a sua trajetória tenha começado a ganhar novos rumos e seus projetos políticos, até então apenas no plano das ideias, tenham começado a ser colocados no papel e a fazer parte de sua rotina.

Figura 2 – Capa do livro *A operação trigo*



Fonte: Arquivo Paulo Schilling

²¹ Entrevista concedida por Cláudia Schilling por e-mail ao autor. Fevereiro de 2019.

1.2 Da Operação Trigo à Reforma Agrária

No momento em que *A Operação Trigo* foi publicada, Paulo havia assumido o cargo de Secretário Geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul. Ele explicou na primeira página da obra que o livro havia sido um trabalho em equipe “para o qual contribuíram quase todos os tricultores de Encruzilhada do Sul” (SCHILLING, 1956, p. 3). Registrou, ainda, o seu papel na obra: ele “não vai além da concatenação de dados estatísticos e de uma redação sem vestígios literários” pois o esboço da obra teria sido feito a partir dos pontos de vista e das aspirações dos agricultores (SCHILLING, 1956, p. 3).

As reflexões propostas no trabalho foram apresentadas na II Conferência Nacional de Triticultores que aconteceu em Cruz Alta no Rio Grande do Sul em agosto de 1956. Neste momento haviam sido firmados os chamados “Acordos do Trigo Norte-Americano”, segundo os quais o Brasil compraria o trigo excedente do EUA podendo pagar em cruzeiros e com um prazo de até quarenta anos²². Na mesma época, as lavouras do cereal no Rio Grande do Sul começavam a se desenvolver e em 1956 a produção alcançava 800 mil toneladas, quase a metade do consumo nacional. Logo, este acordo com o governo americano trazia problemas à lavoura de trigo no estado e dela surgiram os movimentos nacionalistas contra o referido acordo.

Schilling registrou em seu currículo que a campanha do trigo foi considerada como a segunda maior mobilização nacionalista-popular ocorrida no Brasil e que somente seria superada pela campanha “O Petróleo é Nosso”²³. Ele não lutava sozinho nesta questão. Em busca de referências sobre a questão do trigo brasileiro e do referido acordo com os EUA na imprensa, encontrei o mesmo sendo tratado nas páginas do jornal “O Observador Econômico e Financeiro” do Rio de Janeiro, no mês de setembro de 1956²⁴. Em reportagem intitulada “Debate Sobre (sic.) o Trigo”, o então deputado federal gaúcho Luís Alexandre Compagnoni afirmava sua oposição ao acordo que “anunciava para breve a importação, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de 1.800.000 toneladas de trigo, dos excedentes pertencentes ao governo dos Estados Unidos”. Segundo o deputado, o problema maior do trigo brasileiro estava justamente nas importações que para ele precisavam ser “regulamentadas, dificultadas, limitadas, ou até proibidas, para que a produção nacional

²² Para mais ver o verbete “Acordos do Trigo” no site do CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/acordos-do-trigo> Acesso: 16/03/19.

²³SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 01.

²⁴ O Observador Econômico e Financeiro, Ano XXI, setembro de 1956, nº 247, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/123021/per123021_1956_00247.pdf . Acesso: 16/03/2019.

alcance sua plena eficiência e capacidade para suprir as necessidades totais do consumo nacional".

O registro mencionado indica que Paulo estava dialogando em sua obra com um cenário político-econômico significativo do período e não apenas com uma situação local. Tal constatação permite olhar este momento como um primeiro passo para a inserção do personagem em debates nacionais o que, como se verá na sequência deste trabalho, ele manteve-se até seu falecimento. Nas conclusões da obra *A Operação Trigo*, Schilling faz a seguinte reflexão sobre o livro que desenvolveu:

“Se o presente trabalho possa ocasionar o aumento da produção, em uma tonelada de Trigo que fôr (sic.), ou ajude a fixar no campo condições humanas, somente (sic.) uma família camponesa, ou ainda, antecipe em um minuto a Independência Econômica do Brasil, ficaremos satisfeitos e bem pagos das canseiras que tivemos.”
(SCHILLING, 1956, p. 45)

Sua conexão com o cenário nacional e as palavras citadas acima me autorizam a evidenciar traços de uma identidade que se consolidará em sua trajetória: a de militante político. Ainda que seja seu primeiro trabalho, fruto de um esforço coletivo como ele mesmo se refere, Schilling deixa registradas marcas que farão parte constante das suas lutas, isto é, a busca de uma melhor condição humana para todos e a independência do Brasil frente ao capital estrangeiro. Pode parecer precipitado essa afirmação, mas o leitor certamente perceberá ao longo desta tese que nas pouco mais de 45 páginas de sua primeira obra, a militância através das palavras, característica marcante de Schilling, já tomava forma.

Figura 3 - Paulo (em pé) discursa sobre a questão do trigo. Encruzilhada do Sul/RS.



Fonte: Arquivo pessoal Cláudia Schilling.

A questão da triticultura no Rio Grande do Sul foi a marca do início da trajetória político intelectual de Schilling. Após a publicação do livro, a continuidade de suas lutas se deu a partir da organização das “associações dos tricultores e, posteriormente, [d]as cooperativas, culminando com a criação da "FECOTRIGO" (Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul)”²⁵. O texto do jornalista Geraldo Hasse, publicado após o falecimento de Schilling, permite elucidar um pouco mais da atuação do personagem desta pesquisa em sua militância com a questão do trigo e apresenta algumas informações sobre outro ponto que fará parte constante das reflexões de Paulo: a questão da terra²⁶. Nas palavras de Hesse:

Schilling se atirou de peito aberto na luta pela reforma agrária em meados dos anos 1950, quando assumiu o papel de pai adotivo dos sem-terra da região de Encruzilhada do Sul, na Serra das Encantadas, onde exercia cargo técnico na Secretaria da Agricultura. Ali, na hoje chamada Metade Sul, dominada por grandes propriedades voltadas para a criação extensiva de gado, nasceu com a ajuda dele a primeira associação de trabalhadores rurais sem terra do Rio Grande do Sul, embrião do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que chegou a mobilizar cerca de 200 mil famílias camponesas (pobres) gaúchas. Na mesma época, milhares de agricultores (remediados) criaram cooperativas agrícolas mais tarde reunidas na Fecotrigo.

A FECOTRIGO, destacada por Schilling em seu currículo e também constantemente associada à sua figura – Paulo se apresenta como Diretor-Secretário da primeira diretoria – foi fundada em 16 de outubro de 1958 e congregou 29 cooperativas tritícolas gaúchas se tornando uma referência para a expansão notável do cooperativismo, na segunda metade dos anos 1960 e no início da década de 1970. Em entrevista realizada com Schilling em setembro de 1982 e publicada pela revista da FEE, o personagem reconstrói o sentimento do período e revela etapas do processo de criação da FECOTRIGO:

Pois bem, isso [Acordo do Trigo Norte Americano] alimentou aquele sentimento nacionalista que havia aqui no Estado. Esse movimento do trigo que evoluiu para a soja, [...] passou a assumir uma característica de defesa também da nacionalidade. Foi um movimento nacionalista muito interessante, que começou a se estruturar organicamente. Com alguns companheiros, Danilo Romero, de Bagé, Alfredinho Westphalen, de Cruz Alta, Walter Graeff, de Carazinho, só para citar alguns, começamos a organizar as associações. Em primeiro lugar, as associações dos tricultores, exatamente para defender os interesses desse setor de classe; numa segunda etapa, partimos para a organização das cooperativas de trigo, iniciando então a FECOTRIGO que hoje é essa potência, [...]. Para citar outro caso que surgiu

²⁵ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 01.

²⁶HASSE, Geraldo. Paulo Schilling (1925-2012): Sem choro nem vela, foi-se o padrinho dos sem-terra. Especial para o jornal Sul 21, fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/02/paulo-schilling-1925-2012-sem-choro-nem-vela-foi-se-o-padrinho-dos-sem-terra/> Acesso 16/03/19.

também nesta época, temos a COTRIJUÍ que é a maior do Terceiro Mundo e uma das maiores do mundo. Tudo isso surgiu desse movimento de produtores, com uma filosofia nacionalista que partiu daquela idéia (sic.) de Getúlio de que plantar trigo era a riqueza dos campos.²⁷

A atuação de Schilling no cargo de Secretário Geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul, a escrita do livro *A Operação Trigo* e o seu papel na organização das cooperativas na região de Encruzilhada, formas de colocar em prática as reflexões que vinham sendo construídas por ele e ao mesmo tempo dar força ao movimento frente ao cenário nacional, deram certo prestígio ao personagem desta tese. Quando Brizola assumiu o Governo do Estado, Paulo recebeu o convite para participar da assessoria do governador e dirigir o setor agrário. Dona Ingeborg, esposa de Schilling, relatou em seu caderno de memórias o momento de mudança da família para Porto Alegre: “Em 1960, resolvemos ir morar em Porto Alegre. Paulo começou a trabalhar em uma autarquia chamada Superintendência da Fronteira Sudoeste, com o dr. Emílio Zuñeda, do Alegrete, e a assessorar Leonel Brizola.”²⁸ O governo de Brizola no Rio Grande do Sul havia iniciado em 1959 e em 1960 Schilling já estava de mudança para Porto Alegre para assessorar o então governador. A proximidade de Paulo com Brizola seria intensa e ambos permaneceriam juntos até o episódio da Guerrilha de Caparaó, momento em que se inicia a ruptura entre eles e que viria a ter o elo partido definitivamente no início dos anos 1970²⁹.

Durante o ano de 1960, segundo o sociólogo Bernard Alves (2011), o governo de Brizola no Rio Grande do Sul apresentava, ao criar a Comissão Estadual de Terras e Habitação, as primeiras indicações de que pretendia promover projetos de reestruturação fundiária no estado. Tal projeto teria por objetivo “construir um aparato burocrático específico para a realização de projetos de colonização e reforma agrária no estado” e que resultou no ano seguinte na fundação do GT-14, “um grupo de trabalho idealizado para elaborar os traços do que viria a ser o Instituto Gaúcho da Reforma Agrária (IGRA)” (ALVES, 2011, p.1). Schilling esteve diretamente envolvido nestes processos. Seu vínculo com a terra, já iniciado nos debates da questão do trigo e que haviam se aprofundado a partir da fundação do Movimento dos Sem Terras do Rio Grande do Sul (MASTER), o credenciaram para ser uma voz importante nas discussões do governo.

²⁷Entrevista com Limeira Tejo, Claudio Accurso e Paulo Schilling. Ensaio FEE. Porto Alegre, v.3, n.1, 1982, p. 136-160.

²⁸Este pequeno trecho do caderno de memórias de Ingeborg Schilling foi enviado por e-mail ao pesquisador por sua filha Flávia Schilling. Infelizmente não tive acesso a outras partes do documento. Convidada para relatar sua história, dona Ingeborg optou por não falar.

²⁹Essa questão será melhor detalhada na sequência deste trabalho.

A fundação do MASTER (ALVES, 2009, p.02), para a qual Schilling teve papel de destaque, esteve diretamente ligada à tentativa de expropriação de 1800 hectares de terra localizada no município de Faxinal (RS). As mais de 300 famílias que lá viviam há mais de 50 anos teriam solicitado ajuda do então prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Seres Rodrigues, amigo próximo da família Schilling, para que intercedesse na causa. Rodrigues tomou a frente das reivindicações das famílias e conseguiu um acordo com o governo estadual permitindo que aquelas pessoas não fossem desalojadas e recebessem o título de posse para parte daquela área solicitada.³⁰

Na “Ata de criação e aprovação dos estatutos do MASTER e eleição de sua diretoria de 07 de junho de 1960”, apresentada no texto de Alves (2011), pode-se perceber o papel ativo do personagem desta pesquisa. Embora Milton Seres Rodrigues seja o presidente do movimento, Paulo Schilling, assim como Ruy Ramos – deputado federal pelo PTB e amigo próximo de Schilling – são os eleitos para representantes do movimento junto aos governos estadual e federal, respectivamente. Alves (2011, p.06) expõe ainda que Schilling esteve pessoalmente presente no momento da criação da organização, tendo um papel de destaque na organização do movimento. Fora ele o responsável pela “leitura de cada um dos itens do recém-criado estatuto do movimento e a explicação de cada um deles para os presentes” (Alves, 2011, p.6). Apesar de não ocupar nenhum cargo efetivo no movimento, Paulo atuou diretamente na organização dos trâmites do grupo que viria se consolidar como MASTER, isso tudo sem se afastar de suas funções como Superintendente no governo do Estado.

A atuação no MASTER traria para primeira linha das pautas militantes de Schilling a questão da terra. Quando se volta ao seu currículo para ler sobre este período de sua trajetória encontra-se o seguinte texto:

Em 1960, junto com o deputado Ruy Ramos (PTB) e de Milton Seres Rodrigues (prefeito então de Encruzilhada do Sul) organizou o “MASTER” (Movimento dos Agricultores Sem Terra) como instrumento para impulsionar a reforma agrária no estado sulino.

Convidado por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, então numa posição progressista tanto no terreno nacionalista-popular (expropriação sem indenização das subsidiárias da “Bond and Share” e da “ITT”) como no relativo a Reforma Agrária. Assumiu a chefia do setor agrário na assessoria do governador.

Conseguiu que o “MASTER” fosse reconhecido como de “utilidade pública”, o que significou total apoio do governo do Estado nos primeiros “acampamentos” de

³⁰A criação do Master é motivo de reflexão ao longo do trabalho de Alves (2009) e (2011). Para o pesquisador são duas as versões possíveis para a fundação do movimento, embora ambas estejam relacionadas ao episódio das terras no município de Faxinal. Discute-se o movimento teria sido fundado a partir de iniciativa única dos atores locais ou se o movimento teria sido criado sobre a tutela de pessoas do governo. Para mais informações, ver os textos citados e HARRES (2017).

camponeses – a margem dos grandes latifúndios – exigindo a expropriação dos mesmos, previamente acertada com o governador.³¹

É interessante observar a forma com que Schilling reconstrói esse período. Conforme já apontado anteriormente, é possível perceber a relevância que o personagem atribui à sua participação no processo de criação do MASTER, construção que entra em sintonia direta com a análise da ata de criação do movimento. Fica confusa, entretanto, a ordem cronológica dos fatos: Schilling já estava trabalhando no Governo quando foi criado o movimento ou foi trabalhar com Brizola após a criação do mesmo? Os fatos se misturam nos registros sobre o ano de 1960, mas fica evidente a importância de Paulo neste processo e nas etapas que viriam logo em seguida. Como se verá, Schilling esteve diretamente envolvido nos debates da questão da terra no Rio Grande do Sul e nas principais medidas governamentais então colocadas em prática.

Em sua principal obra *Como se coloca a direita no Poder*, publicada em 1979, Schilling retoma a Questão do MASTER e das ações articuladas entre movimento e governo para colocar em prática as iniciativas da Reforma Agrária:

Tratando de tirar a campanha da reforma agrária do terreno exclusivamente teórico, o “MASTER” elaborou um plano de ação que consistia na formação de “acampamentos” de agricultores sem terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios, (previamente escolhidos entre os de menor índice de aproveitamento, em regiões onde o problema dos “sem terra” era mais agudo).

Sem violar a lei (não se ocupava o latifúndio) e utilizando como base legal um dispositivo da Constituição gaúcha permitia a expropriação de propriedades não devidamente exploradas e sua posterior distribuição a agricultura sem terra, os camponeses estabeleciam o acampamento. Assim que se consumava sua instalação, Brizola mandava um destacamento da Brigada Militar acampar na vizinhança sem intervir no episódio, porém como garantia contra possível reação violenta dos latifundiários da região (SCHILLING, 1979, p.138).

Esse envolvimento de Schilling com a questão da reforma agrária pode ser percebido também por sua atuação no governo Brizola. Segundo Harres (2017, p.160-161), a questão agrária foi ponto significativo tanto no seu aspecto político quanto econômico no governo do estado e esteve pautada por uma perspectiva efetivamente reformista. Enquanto política pública, “a política agrária foi projetada como um instrumento de modernização das atividades e relações no campo, tendo por fundamento a ideia de democratização da propriedade, daí a sua expressão possível em termos de reforma agrária”. Além disso, é possível enfatizar que a política agrária proposta pelo PTB na administração de Brizola estava

³¹SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 01.

vinculada a um contexto específico de politização e incorporação dos trabalhadores rurais ao jogo político (HARRES, 2017, p. 161). Nas palavras da autora:

Os anos cinquenta e início dos anos sessenta aparecem sempre referidos como um marco no movimento dos trabalhadores rurais, pois nesse contexto, suas vozes e reivindicações começaram a ganhar expressão política. A organização e o potencial mobilizador dos trabalhadores rurais tornaram-se uma força política importante, indispensável quando se pretende compreender a história política do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. (HARRES, 2017, p. 173)

A questão da terra se apresenta, assim, como um ponto importante de encontro entre a militância de Schilling e o governo Brizola. A sua atuação, entretanto, não se limitou ao MASTER. Paulo Schmidt, que foi diretor executivo da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH) e posteriormente do Grupo de Trabalho 14 (GT-14), organizações criadas no governo Brizola para tratar da situação da terra no Rio Grande do Sul, relatou em entrevista para essa pesquisa, que Schilling se manteve sempre na assessoria de Brizola e trabalhou principalmente na questão dos sem terras e da reforma agrária³². Ressaltou, entretanto, que mesmo tendo sido ator fundamental nos processos ligados à terra no estado, são poucos os documentos que citam Schilling, principalmente por sua posição de recato e de deslocamento dentro do grupo que assessorava Brizola. Schmidt explicou que Schilling era conhecido por ser um “comunista fanático, um comunista dentro dos conceitos da época, e não escondia isso de ninguém”.³³ Essa sua característica o diferenciava dos demais integrantes do gabinete de Brizola, deixando-o, de acordo com a avaliação do entrevistado, em uma posição “mal ajustada” ideologicamente. Tal situação, entretanto, parece não ter interferido no trabalho de Schilling.

A questão da reestruturação fundiária por parte do governo do Rio Grande do Sul foi um dos pontos principais da atuação de Schilling ao longo do governo Brizola. Ele integrou a Comissão Estadual de Terras e Habitação, responsável por realizar um levantamento da situação fundiária do estado, e em seguida do GT-14, “encarregado de ‘[...] proceder estudos e sugerir medidas, objetivando uma ação concreta do poder público estadual no setor agrário, inclusive a realização de planos de colonização’”. (HARRES, 2011, p.111). Faziam parte deste grupo além de Paulo Schilling, Cibelis da Rocha Viana, exercendo o cargo de coordenador; José Castelano Rodrigues, Áureo Elias, Walter Tschiedel e Paulo Schmidt. Este

³²Entrevista concedida por Paulo Schmidt ao autor. Agosto de 2017.

³³ Idem.

último lembrou com muito carinho a atuação do GT-14 e enfatizou o envolvimento completo de Schilling no processo, mesmo que “anonimamente”³⁴.

Ao analisar a trajetória de Schilling até aqui é possível perceber algumas estratégias de atuação que, mesmo mudando os contextos políticos, sociais e econômicos, isso é, os campos de possibilidades do personagem, se mantiveram constantes. Sua atuação ao longo dos primeiros anos de trajetória política mostra que seu envolvimento esteve voltado a dois âmbitos: a escrita e publicação de livros³⁵ e a participação política através do gabinete de Brizola. As obras de reflexão e denúncia da situação do Brasil e posteriormente da América Latina vão se tornar a principal forma de militância política de Schilling, conforme se verá ao longo deste trabalho.

Algumas palavras utilizadas por Paulo Schmidt em sua entrevista para se referir ao antigo companheiro parecem importantes para o entendimento de certas decisões que Schilling tomará em outros momentos de sua vida e, principalmente, para a análise da constituição de seu arquivo pessoal. As expressões “discreto”, “com descrição”, “anonimamente”, “afastado”, “com recato” e até mesmo a ideia de Schilling estar “mal ajustado”, trazidas por Schmidt ao lembrar a figura de Schilling, permitem perceber que mesmo no início de sua atuação política Paulo mantinha-se discreto³⁶. Essa postura voltará a ser percebida nos registros referentes a fases posteriores da trajetória de Schilling.

Por fim, ainda relacionado à atuação política de Schilling durante o governo Brizola, é preciso ressaltar seu envolvimento na Campanha da Legalidade. Sua filha Flávia rememora da seguinte maneira o episódio:

Marcante foi o dia em que meu pai saiu de casa para ficar no palácio Piratini, com Brizola, na “luta pela Legalidade” [em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros]. Foi a única vez em que vi meu pai armado: era a luta para que João Goulart assumisse a presidência do Brasil. Luta vitoriosa por conta da resistência popular, que, em Porto Alegre, ganhou as ruas.³⁷

Quando se volta ao currículo de Paulo, pode-se ter acesso a sua descrição do episódio da Legalidade. Ele registrou que “durante os oito dias da resistência, [...], coordenou, no palácio, a participação dos sindicatos, dos estudantes e dos sargentos rebelados (que terminaram

³⁴Entrevista concedida por Paulo Schmidt ao autor. Agosto de 2017.

³⁵ Enquanto esteve atuando no governo de Brizola, Schilling publicou os livros *Trigo: O trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul – O acordo do trigo norte americano – Perspectivas da triticultura gaúcha* e *Crise econômica no Rio Grande do Sul: A crise agropecuária*. Ambos estão disponíveis no Arquivo Paulo Schilling.

³⁶Entrevista concedida por Paulo Schmidt ao autor. Agosto de 2017.

³⁷SCHILLING, Flávia. Memorial apresentado para o Concurso de Livre-Docência na Área de Conhecimento de Sociologia da Educação de acordo com o Edital FEUSP 18/2012. Memorial USP. São Paulo, 2012.

controlando todos os quartéis do III exército)”.³⁸ Esse relato comporta duas questões bem significativas do personagem desta tese: a luta armada e a aproximação de Schilling com diferentes grupos da sociedade. Ver-se-á adiante nesta tese que por mais que sua filha tenha relatado que foi a única vez em que viu seu pai armado, a relação de Paulo com a luta armada aparecerá em outros contextos, principalmente nos primeiros anos no exílio uruguaio e será um elemento importante e contraditório da sua militância. O outro aspecto relevante desse episódio é a coordenação por parte de Schilling da atuação de sindicatos, estudantes e sargentos. Tal situação se repetirá no Rio de Janeiro e em Montevideu posteriormente, o que me leva a considerar que Paulo tinha um nome, e talvez certo prestígio e respeito, que lhe permitiam coordenar diferentes grupos.

Por mais que sua atuação no governo de Brizola tenha sido importante, há indícios de que foi discreta. No entanto, quando se visualiza o personagem em contato com os grupos sociais ativos na rua, no contexto da Campanha da Legalidade, encontra-se sinais de liderança. Essa situação leva a supor que, talvez, o seu viés comunista e sua perspectiva de luta de classe o levassem a ver ali um lugar em que deveria se colocar de forma mais atuante, com maior presença e destaque visualizando, quem sabe, resultados mais diretos.

Schilling registrou em seu currículo que a Campanha da Legalidade transformou Brizola em um grande líder nacional o que o levou a ser convidado pelo PTB carioca para se candidatar a deputado federal pela Guanabara. Vitorioso no pleito eleitoral Brizola mudou-se para o Rio de Janeiro e Schilling o acompanhou para atuar como “delegado junto aos setores populares a nível nacional”³⁹. A família, que aumentou com o nascimento de Valéria em 17 de junho de 1960 e de Andréa em 23 de outubro de 1961, não acompanhou Paulo logo da sua mudança ao Rio de Janeiro. Ele passou alguns meses viajando entre Porto Alegre e o Rio, até que em dezembro de 1963, Inge e as quatro filhas se mudam para junto dele. Iniciava uma nova fase de atuação política para Schilling, fase que trará destaque e reconhecimento ao seu nome, inclusive por parte do DOPS.

1.3 Enquanto o golpe não vem: o Rio de Janeiro, o *Panfleto* e o DOPS

De acordo com seu currículo, Paulo Schilling chegou ao Rio de Janeiro como delegado de Brizola no início de 1963 e lá iniciou suas atividades de militância política junto aos setores populares, atuando em uma lógica nacional na “Frente de Libertação Nacional”

³⁸SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 2.

³⁹Idem.

(FLN). Tal grupo estava empenhado na “defesa das liberdades democráticas e da independência política e econômica do país” e a leitura do seu manifesto, a “Declaração de Goiânia”, indica as medidas defendidas por eles: “a nacionalização das companhias estrangeiras e a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros e da Reforma Agrária”, além da condenação da “intromissão norte-americana ou soviética na política interna ou externa brasileira”⁴⁰. A Frente havia sido criada ainda antes da eleição de Brizola como deputado e sua atuação tanto no campo quanto na cidade pode ser considerada um impulso para a conquista dos votos necessários pelo candidato. Após ser eleito, Brizola enviou Schilling para atuar em tal organização, levando em conta suas experiências anteriores e principalmente sua atuação na criação do Master. A Frente, entretanto, apresentou confrontos entre as diferentes orientações e começou a se desarticular, sobrevivendo apenas na Guanabara⁴¹. Segundo se lê no currículo de Schilling, a mesma fracassou por não ter conseguido estabelecer vínculos efetivos com os setores populares de base, ideia marcante em suas reflexões.⁴²

Ainda vinculado à experiência da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, Schilling participou durante o ministério de Francisco Brochado da Rocha⁴³, conjuntamente com os demais assessores de Brizola, da elaboração dos projetos das “leis delegadas”, que tinham por objetivo acelerar a tramitação no Congresso das Reformas de Base, ficando a seu cargo os cinco projetos relativos à política agrária. Schilling evidencia em seu currículo que a proposta de Reforma Agrária redigida pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a qual ele estava diretamente ligado incorporava as “grandes REIVINDICAÇÕES dos camponeses” (grifo de Schilling)⁴⁴. É interessante perceber, na análise feita por Alves (2011, p. 14), a valorização dos trabalhos realizados no Rio Grande do Sul na questão da terra e a sua elevação a um nível federal. Para o autor, antes mesmo do final do governo Brizola no Rio Grande do Sul, a experiência gaúcha estava de alguma forma sendo transferida ao governo federal por meio de profissionais que trabalharam no IGRA, entre eles, Paulo Schilling.

⁴⁰KORNIS, Mônica. Verbete: Frente de Mobilização Nacional. Dicionário CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-libertacao-nacional-fln>>. Acesso: 27/04/19

⁴¹Idem.

⁴²SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 2.

⁴³A vinculação de Brizola com Brochado da Rocha não era nova, visto que haviam trabalhado juntos no governo do Estado do Rio Grande do Sul: “Brochado da Rocha assumiu a chefia da Secretaria de Segurança Pública, sendo transferido no ano seguinte para o cargo de secretário do Interior e Justiça. Durante esse governo, exerceu interinamente as secretarias de Energia e Comunicações, de Economia, Indústria e Comércio, do Trabalho e Habitação, da Administração e da Fazenda. Nos anos de 1961 e 1962, assumiu algumas vezes, também interinamente, a chefia do Executivo gaúcho” (KORNIS, Mônica. Verbete: Francisco Brochado da Rocha. Dicionário CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-paula-brochado-da-rocha>> Acesso: 27/04/19). Tal aproximação pode ser levada em consideração para as tramitações políticas realizadas no período.

⁴⁴SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 2.

Fazendo parte agora da SUPRA, os antigos quadros do IGRA buscavam promover em âmbito federal o trabalho realizado no Rio Grande do Sul⁴⁵.

Parece pertinente demonstrar aqui um ponto da formação da identidade militante do personagem nesta passagem. No documento analisado, o currículo, Schilling caracteriza sua militância como sendo ligada aos grupos desprivilegiados e incorpora as reivindicações destes em sua atuação – foi assim na FECOTRIGO e mesmo no MASTER. Quando atuou na FLN e na Frente e não obteve sucesso, apresentou como principal causa o distanciamento dos setores populares de base. Parece justo evidenciar que no que chamarei de primeira fase de sua militância, Schilling apresenta um papel muito mais próximo dos movimentos e grupos sociais. O projeto de auxiliar e transformar a realidade desses grupos seja por meio de organizações, nas quais a sua participação se dava de forma ativa, seja na escrita de livros e projetos de leis que orientariam e possibilitariam tais transformações, marcou sua atuação neste primeiro momento. O campo de possibilidades permitia que tudo fosse feito dentro da legalidade e de certa maneira com um interessante grau de liberdade. Tal situação, entretanto, mudaria a partir do golpe de 1964 e a militância de Schilling também.

Os dois grandes projetos nos quais Schilling esteve envolvido antes do golpe de 1964 foram o semanário *Panfleto*, jornal do grupo brizolista, e a reestruturação da Frente de Libertação Nacional que agora seria denominada Frente de Mobilização Popular (FMP)⁴⁶. É interessante perceber a diferença de destaque a tais atividades no Currículo de Schilling.

A atuação como um dos diretores do *Panfleto*⁴⁷ recebe pouco destaque quando comparada à participação na reestruturação da Frente. Em relação à primeira, consta a referência de sua efêmera duração, sete números semanais, e o destaque do sucesso de vendas, de 40 mil exemplares na primeira edição para 140 mil na última, coincidentemente na data do Golpe. Será demonstrado adiante que a atuação no *Panfleto* teve destaque nos documentos do

⁴⁵A SUPRA não conseguiu colocar em prática as suas ideias, ao contrário do que havia ocorrido no Rio Grande do Sul. Alves (2011, p. 14) revela através das entrevistas com Paulo Schmidt e Romeu Barleza, quadros que assim como Schilling estiveram presentes nas duas iniciativas, que a falta de autonomia de trabalho imposta por Jango não permitiu que o saldo fosse exitoso.

⁴⁶A Frente de Mobilização Popular (FMP) foi criada em 1962 sob a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e atuou como grupo de pressão, exigindo que o presidente João Goulart implementasse as reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). A Frente contou com a adesão de organizações sindicais, estudantis, femininas, camponesas e de alguns integrantes do Congresso Nacional e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A FMP lançou vários manifestos, dentre eles o de apoio à rebelião dos sargentos em Brasília de setembro de 1963, e o de apoio ao nome de Leonel Brizola para ministro da Fazenda. Foi fechada em 31 de março de 1964 pelos militares e seus integrantes tiveram seus direitos políticos suspensos. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart>. Acesso: 04/05/19

⁴⁷Percebe-se aqui a primeira atuação de Schilling na organização de um periódico. Tal experiência será de grande valia em seus anos no exílio quando passará a se autodenominar jornalista.

DOPS a respeito de Schilling. A reestruturação da Frente aparece com muito mais destaque, conforme lê-se no currículo:

Posteriormente, com bases muito mais amplas, integrada por organizações populares como o “CGT” (Comando Geral dos Trabalhadores), as “Organizações Camponesas” (as ligas de Julião), ULTAB (Partido Comunista Brasileiro) (sic.) e o MASTER, as entidades estudantis: UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas), os “Fuzilnauta” (Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais da Marinha de Guerra) a “Frente Parlamentar Nacionalista” (então integrada por cerca de 130 deputados e senadores) e o “Brizolismo” (evoluindo para a formação de uma (sic) partido revolucionário), a organização do “Grupo dos 11” e o “Partido Comunista Brasileiro”, a Frente conseguiu um mínimo de unidade nos 14 meses de sua duração, interrompida pelo golpe de 1/4/64. PRS [Paulo Romeu Schilling] foi o secretário executivo de ambas as frentes⁴⁸.

Tal elaboração da sua atuação nos dois projetos permite novamente que se observe a militância de Schilling no período anterior ao golpe, evidenciando a preferência por uma ação participativa direta. A militância através da escrita, marca principal da sua segunda fase de atuação militante, me parece muito mais relacionada ao fechamento do campo de possibilidades com o Golpe de 1964 do que um projeto pessoal de Schilling. Voltarei a esta análise no contexto do exílio, entretanto é significativo chamar atenção a sua atuação pré-golpe para que se entenda as escolhas e os projetos construídos no Uruguai.

A situação política no Brasil antes do Golpe de 1964 estava bastante agitada. Episódios como a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a Campanha da Legalidade, a posse de Jango com o sistema parlamentarista, o plebiscito e o retorno ao presidencialismo, as disputas frente ao cenário internacional – período de Guerra Fria – e todas as discussões sobre as possíveis Reformas de Base marcaram aquele momento de ebulição política⁴⁹. Foi nesse cenário de instabilidade que surgiu o jornal *O Panfleto*, “o qual começou a circular com seu primeiro número em 17 de fevereiro de 1964, redigido e impresso no Rio de Janeiro e distribuído para todo o território nacional.” (SZATKOSKI, 2008, p.13).

A partir da análise das sete edições do periódico, a historiadora Elenice Szatkoski (2008, p.13) caracteriza *O Panfleto* como um veículo de divulgação das ideias brizolistas, um porta-voz da ala esquerda do PTB. O jornal “faz uma referência à fidelidade na notícia [e] apresenta-se como a “ovelha negra” do jornalismo”, uma alternativa de imprensa de caráter

⁴⁸SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 3.

⁴⁹Optei por não reconstruir aqui toda a situação política vivenciada no Brasil naquele momento. Para uma visão panorâmica, ver NAPOLITANO (2017).

partidário. Tendo publicado apenas sete números⁵⁰ o periódico foi organizado por Paulo Schilling, então secretário da FMP, e

divulgou as ideias e ideais brizolistas entre fevereiro e março de 1964, sendo editado e impresso no Rio de Janeiro, na Editora Panfleto, e distribuído para todo o território nacional pelos diretórios do PTB ou pelos movimentos sociais, como Ligas Camponesas, União dos Estudantes (UNE), Movimentos dos Agricultores Sem Terra (Master), e por movimentos alternativos, como foram os Grupos dos Onze, organizados por Leonel Brizola. (SZATKOSKI, 2008, p.28).

O jornal abordava em suas edições artigos sobre a economia, política e cultura. Segundo Szatkoski (2008, p. 30) o periódico criticava “todas as ações do governo Goulart que não correspondiam às práticas da ala esquerda do PTB e questionava os procedimentos das Forças Armadas, o ‘entreguismo’ brasileiro na questão do petróleo e dos acordos do trigo”. Além disso, “pregava a necessidade de organização por meio do apoio da União Nacional dos Estudantes, Ligas Camponesas e Grupos dos Onze”. Essa postura levou o próprio *Panfleto* a reconhecer que as informações e análises apresentadas “em suas páginas não agradavam a alguns ‘setores da sociedade’, os quais tentavam de todas as formas impedir o acesso à sua leitura”. (SZATKOSKI, 2008, p. 37)

Na primeira edição do periódico, datada de 17 de fevereiro de 1964, Schilling redigiu o texto intitulado “O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos acordos do trigo”⁵¹ e retomou ali algumas das discussões que já haviam sido pauta de seus debates em momentos anteriores, principalmente na questão do Trigo. Escreveu ele:

Mais sutil, menos escandaloso, mais barato, mais eficiente e lucrativo, o colonialismo econômico é o sistema hoje adotado pelas nações capitalistas mais poderosas para explorar os povos menos desenvolvidos. Trocaram os canhões pelo suborno, os fuzileiros pela falta de patriotismo de políticos desonestos dos países que escravizam, as invasões sangrentas pelos acordos diplomáticos, firmados sob a cortês e requintada atmosfera das chancelarias. Nesta reportagem, mostra-se como, a pretexto de solucionar problemas de nosso subdesenvolvimento econômico, os senhores do dólar e alguns políticos brasileiros acertam os famosos Acordos do Trigo, que estão sendo levando o Brasil a transferir sua soberania para as mãos do Departamento de Estado norte-americano. Esta é a estória (ainda não terminada) da maior negociata contra os interesses nacionais já empreendida no País⁵².

Percebe-se na escrita de Schilling questionamentos sobre os “Acordos do Trigo”, pauta já desenvolvida por ele em seu primeiro livro e que continuava a lhe incomodar. Refletindo

⁵⁰O jornal continha, em média, 32 páginas cada, totalizando em 230 páginas em suas sete edições. (SZATKOSKI, 2008, p.28)

⁵¹SCHILLING, Paulo R. O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. Panfleto, 1.ed. 17 fev. 1964, p. 11. *Op. Cit.* SZATKOSKI, 2008, p. 130. Infelizmente o arquivo Paulo Schilling não conta com nenhuma edição de *O Panfleto*.

⁵²Idem.

sobre o quanto essa relação Brasil-EUA não era benéfica ao nosso país, Paulo se valeu do espaço do jornal para levar estes questionamentos adiante, buscando atingir a grande quantidade de leitores do periódico. Sendo diretor do jornal, não media palavras para escancarar o que lhe parecia um absurdo:

Os recursos oriundos dos acordos do Trigo estão sendo diretamente manipulados pela embaixada Americana. Dentro de pouco tempo continuando essa política, a Embaixada movimentará um orçamento em cruzeiros equivalente aos recursos do orçamento da União, destinados a investimentos. Teremos então dois orçamentos e, conseqüentemente, dois governos, em nosso país. Atualmente, a Embaixada já influencia decisivamente setores inteiros do executivo e patrocinou a eleição da maior bancada dentro do legislativo – a do IBAD. O Pão que o brasileiro come hoje, é o pão que o diabo amassou. Com o pão “nosso” de cada dia estamos devorando a nossa soberania, sem saber até quando a Câmara e o Senado – sempre dispostos a instaurar comissões de inquérito – ficarão indiferentes ao problema [...] ⁵³.

Os trechos citados dialogam com temáticas que estão na pauta de preocupações do personagem: a influência econômica e a influência política norte-americana no Brasil, além da menção ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao protagonismo da Embaixada dos EUA dentro da política brasileira, influências importantes para entender a conjuntura política da época e o apoio norte-americano ao golpe em 1964⁵⁴, são pensadas nos trechos acima a partir do viés do trigo, porém tal influência é tema de discussão em inúmeros outros aspectos quando se analisa com calma a produção de Schilling. *Una historia sucia: el capital extranjero en el Brasil* (1968) e *La estrategia norteamericana em America Latina: de la Doctrina Monroe al informe Rockefeller* (1970) são dois dos livros produzidos por Paulo e que avançam nas discussões sobre a relação EUA e Brasil. Somam-se a estas obras os inúmeros artigos produzidos para o periódico *Prensa Latina*, mostrando que tal temática foi pauta de produção constante de Paulo⁵⁵.

A atuação no periódico, a posição de destaque na Frente de Mobilização Popular, a proximidade com Brizola, a forma com que expunha em seus textos a situação do Brasil e a atuação no Governo Federal trouxeram a Paulo uma posição de destaque. Com tal reconhecimento não demorou muito para que o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) passasse a acompanhar de perto a movimentação de Schilling. É o que se constata a partir da análise de registros da pasta denominada “Arquivo DOPS” que faz parte de seu

⁵³SCHILLING, Paulo R. O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. Panfleto, 1.ed. 17 fev. 1964, p. 11. *Op. Cit.* SZATKOSKI, 2008, p. 134.

⁵⁴ Sobre o engajamento político da diplomacia norte-americana neste período ver o trabalho *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano* (1945-1964) de Rodeghero (2007).

⁵⁵ Para uma noção mais completa sobre as principais discussões de Schilling sobre a relação Brasil/ América Latina e EUA ver o Inventário do Arquivo no apêndice desta tese.

acervo. É pertinente ressaltar que mesmo com tal denominação, a pasta apresenta documentos de outros órgãos de repressão como a Secretária da Segurança Pública, os Ministérios da Marinha, da Aeronáutica e da Guerra, além do Ministério do Exército – Comando do III exército de Porto Alegre. Além da capital do Rio Grande do Sul, os documentos se referem aos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Não se sabe se o conjunto documental trata da totalidade dos registros que os departamentos produziram sobre Schilling, mas sim daqueles que Paulo conseguiu obter ainda em vida ao buscar pelos registros que tinham seu nome.

Nesse sentido, é a partir da sua estada no Rio de Janeiro que os relatórios do DOPS da Guanabara começaram a apresentar informações sobre Schilling. “O cabeça de Brizola”, como mencionado nos documentos⁵⁶, era supervisionado, entre outras coisas, pelo seu envolvimento com o “Grupo dos Onze”⁵⁷, pelos seus contatos frequentes com Brizola e por ser “Superintendente do ‘Panfleto’”, considerado veículo de propaganda do comunismo. O relatório também expõe que seu nome figurava em uma relação de elementos que cooperaram ativamente para o desenvolvimento do PCB, e enfatiza o fato de Paulo ter publicado um livro na coleção “Cadernos do Povo”⁵⁸. Pelas atitudes tomadas por Schilling após o golpe, a clandestinidade e o rápido pedido de asilo na embaixada do Uruguai, pode-se imaginar que ele soubesse, ou pelo menos suspeitasse, desse acompanhamento por parte do DOPS.

O golpe de 1964 é definido por Napolitano (2017) como “uma complexa trama de engenharia política” e que apresentava já nos primeiros meses daquele ano o desenho do ato final das disputas políticas entre a esquerda e a direita. O autor relata que o episódio que levou à queda de João Goulart da presidência teria se desenrolado a partir da precipitação do general Olímpio Mourão o que surpreendeu a todos e criou uma grande confusão entre conspiradores, governistas e o próprio presidente. Jango teria passado o dia 31 de março se perguntando o que fazer, entretanto, “suas ações se limitaram ao que ele mais sabia fazer: conversar para chegar a uma solução negociada” (NAPOLITANO, 2017, p. 64).

A esquerda brasileira também se perguntara sobre o que fazer. Buscando entender a situação cogitou-se até mesmo criar uma resistência, mas rodeados de incertezas nenhuma

⁵⁶Relatório DOPS. Nº 5757, p. 03. Pasta DOPS, Acervo Paulo Schilling.

⁵⁷Os “grupos dos onze”, conforme expõe Fernandes (2009, p. 104/105), “foram organizados antes da deflagração do golpe em 1963, surgindo da mobilização popular liderada por Leonel Brizola a fim de que as reformas de base fossem realizadas [...]”. A autora diz ainda que os tais grupos – entre 20 a 70 mil – “não eram grupos guerrilheiros, mas, sim grupos de pressão às reformas de base. [...] Eles possuíam uma orientação de defesa da legalidade, e não uma postura de deflagração de guerra, caso os setores conservadores arquitetassem um golpe contra a democracia”.

⁵⁸ Os *Cadernos do Povo Brasileiro* eram pequenos livros, em formato bolso, vendidos a preço acessível às camadas populares e de conteúdo inteligível à população menos intelectualizada, visando esclarecê-la acerca dos problemas mais candentes do Brasil. Paulo foi responsável pelo livro *O que é reforma agrária?* (GONZALEZ, 2009, p. 103-104).

ação se concretizou. Jango preferiu o exílio político a assistir uma guerra civil – postura criticada por Schilling –, enquanto Paulo e outros companheiros tentaram, pelo menos por alguns momentos, questionar a situação. Em entrevista, Flávia relatou a vivência de seu pai no dia do golpe:

Bom, quando... o dia do golpe... se não me engano é o Padre Alípio que deixa um recado em casa: “O golpe está na rua”. E aí meu pai, ele vai para uma tentativa de resistência, junto com Dagoberto Rodrigues, que ele era coordenador da Central de Correios.

E ele avisa: “O golpe está na rua”. E aí meu pai sai de casa. E eles ficam um pouco percebendo os acontecimentos, que não haverá possibilidade de resistência. O João Goulart, ele realmente sai do país rapidamente. E aí meu pai sempre relata que ele e outros, eles foram, digamos, acolhidos nesse momento – “o que fazemos agora?” “É possível resistir ou não?” – pelo Tenório Cavalcante⁵⁹, o homem da capa preta, na Baixada Fluminense, que os acolhe na casa deles e protege meu pai e outros militantes da época. E lá eles ficam durante, mais ou menos, uma semana. Para perceber a direção do movimento, se é possível resistir, o que fazer. Enfim, quando percebem que isso não é possível, o próprio Tenório providencia um carro para eles e leva eles até a cercania da embaixada do Uruguai. Eles pulam o muro da embaixada solicitando asilo político⁶⁰.

Suspeitando da perseguição que sofriram e sem saber o que poderia ser feito contra eles, a clandestinidade se tornou o rumo a ser seguido rapidamente. A tentativa de entender as proporções políticas do que estava acontecendo parece ter sido o motivo da espera de Paulo e seus companheiros para sair do Brasil. Entretanto, sem ter como agir e temendo até mesmo pela própria vida, o exílio foi a solução encontrada por Paulo e tantos outros brasileiros naquele momento. Assim, poucos dias após o golpe, ele buscou asilo na embaixada do Uruguai.

Em seu Currículo, Schilling descreve em poucas palavras o momento do golpe e a opção pelo exílio. Diz ele:

Com o golpe de 1º de abril, considerando que, como secretário executivo da Frente conhecia praticamente todos os dirigentes das organizações que compunham a mesma e da esquerda em geral, PRS [Paulo Romeu Schilling] recebeu ordens de asilar-se na embaixada do Uruguai. Ali integrou-se ao Movimento Nacionalista Revolucionário liderado por Brizola, que desde o início optou pela luta armada contra a ditadura militar.⁶¹

⁵⁹Tema de livros e de filmes, Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque foi uma liderança política da região de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e que nos anos 1950 passou a ganhar evidência nacional. Político, advogado e jornalista - proprietário do jornal *Luta Democrática* - teve seu mandato cassado após o golpe de 1964. Para mais ver GRYSZPAN (1990).

⁶⁰Entrevista concedida por Flávia Schilling ao autor. Junho de 2012.

⁶¹SCHILLING, Paulo. *Curriculum Vitae*. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 3. A questão da luta armada evidenciada no texto será melhor abordada no próximo subcapítulo desta tese.

É interessante perceber no texto de Schilling a forma com que ele constrói a si mesmo, primeiro pela importância que atribui a seus conhecimentos sobre os grupos de esquerda, uma das poucas vezes em que se pode ler Schilling dando destaque para si, e em seguida pelo uso da expressão “recebeu ordens de asilar-se”. Mas de quem teria vindo tal solicitação? Pode-se imaginar, a partir da inserção de Schilling no Movimento Nacionalista Revolucionário, que a mesma tenha vindo de Brizola que, juntamente com um grupo significativo de brasileiros, também iniciava o seu processo de exílio.

Sobre a necessidade de sair do país, Denise Rollemberg (1999, p. 61) aponta que

em muitos casos, a decisão de partir foi tomada diante da ameaça de prisão iminente, da clandestinidade que ia se tornando cada vez mais penosa, perigosa, em meio do cerco que se apertava, das quedas, das prisões, das notícias de barbaridades cometidas nas prisões políticas. Sair, ir para o exílio era, então, escapar.

Essa primeira geração de exilados⁶², na qual o personagem deste trabalho se inclui – a segunda viria após os movimentos de luta contra o regime do fim da década de 1960 – escolheu preferencialmente o Uruguai e, mais especificamente, a sua capital como local de residência fora do Brasil⁶³. Para Montevidéu foram além de Schilling,

o presidente deposto, João Goulart; o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul e deputado pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o reitor da Universidade de Brasília e chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro; [...] ; e um dos líderes da revolta dos marinheiros, em 1964, o almirante Cândido Aragão (FERNANDES, 2009, p. 78).

Mas porque o Uruguai? Por que Montevidéu? Fernandes (2009, p. 78) explica que esse país “possuía uma sólida tradição democrática e uma forte solidariedade aos exilados políticos”; além disso,

desde a década de 1950, o Uruguai abrigava cidadãos paraguaios exilados desde o estabelecimento da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1954, bem como argentinos que fugiram após a queda de Juan Domingo Perón, em 1955. É difícil mensurar o número de exilados brasileiros que foram para Montevidéu, mas estima-se que tenha sido entre 500 e 1000 pessoas recebidas pelo governo uruguaio. Esta cidade passou a ser vista como sinônimo de lugar de liberdade de expressão política (FERNANDES, 2009, p. 78).

⁶²Primeira geração que, segundo Rollemberg (1999, p.50), em geral é associada a “aqueles que se identificavam com os projetos de reforma de base, ligados a sindicatos e partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB”. Ainda sobre essa geração, Marques (2006, p.21) informa que seus integrantes foram alvo da denominada “Operação Limpeza”, codinome adotado pelos militares para designar este conjunto de medidas adotadas pelo novo governo, para eliminar e afastar os seus opositores, em conformidade com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional”.

⁶³ Conforme Fernandes (2009, p. 78), a primeira geração de exilados também buscou refúgio em outros países como México, Chile, Bolívia, Argélia e França, por exemplo.

A historiadora Teresa Marques (2006, p. 24) reforça essa perspectiva e explica que no Uruguai “um perseguido político obtinha facilmente asilo político, sua população era considerada avançada cultural e democraticamente, a justiça social era levantada como a maior bandeira do país, entre diversas outras características [...]”; tudo isso contribuiu para que os brasileiros optassem pelo exílio político por lá⁶⁴.

Levando em consideração o dia 1º de abril como data do golpe civil-militar, em menos de uma semana, no dia 7 do mesmo mês, segundo relatório do DOPS⁶⁵, a residência de Paulo foi vistoriada. Cláudia e Flávia, filhas de Paulo, rememoram de maneiras diferentes a forma com que ficaram sabendo da situação de seu pai. Enquanto Flávia diz que “*Ficamos sabendo, porque, exatamente, no dia em que ele pede o asilo [...] a polícia, o DOPS, vai em casa. E aí sabemos pelo DOPS que ele está exilado*”⁶⁶; Cláudia explica que uma colega da escola os informa sobre o paradeiro de seu pai:

Teve o golpe, o pai ficou três dias desaparecido, foi ajudado pelo Tenório Cavalcante, e a gente sabe finalmente por uma colega minha, que estudava no mesmo colégio, no terceiro ou quarto dia falou: óh, avisa tua mãe que teu pai está asilado na embaixada do Uruguai. Até lá a gente não tinha nem ideia. Então imagina a angústia da minha mãe sozinha com quatro filhas.

[...]

De repente meu pai sumiu, teve o golpe, o golpe [...] ele apareceu, nos falaram que ele tava lá na embaixada [...] então a gente foi visitar, eu lembro que a gente visitava ele e eles demoraram para liberar a saída, não é? Por que inclusive foi assim, ele teve que pular o muro, porque já estava fechado, tinha muita gente lá e daí ele teve que pular o muro e ele sempre foi um cara "extremamente atlético" (risos), perdeu os óculos e ficou sem óculos, sabe, enfim, subiu o muro e se enfiou lá para dentro. E ficou lá dentro. Tava lotado de gente naquela embaixada e a gente foi visitá-lo e depois de uns três meses ele foi para o Uruguai, finalmente liberaram eles para eles irem e então a gente voltou para Porto Alegre [...].⁶⁷

As lembranças de Cláudia, que misturam humor com o drama vivido, trazem à tona a situação da família que ficou mais de quatro dias sem informações sobre Paulo. Após a

⁶⁴Outros fatores, entretanto, podem ajudar a entender melhor essa escolha por parte dos exilados, como, por exemplo, a possibilidade de se entrar e sair do país. Fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul – estado de origem de Paulo Schilling e outros tantos políticos exilados – sua grande fronteira por terra propiciava rotas para a entrada e saída de pessoas. Tal fronteira, entretanto, não era um elemento importante apenas para as organizações de esquerda, ela foi utilizada também pelo aparato repressivo. Segundo Fernandes (2009, p. 94-95) a fronteira do Rio Grande do Sul – principalmente a grande extensão de fronteira seca e as cidades “binacionais” (Chuí-Chuí e Santa do Livramento-Rivera) – era constantemente atravessada seja por refugiados ou mesmo cidadãos “comuns” que se sentiam ameaçados e desejavam ir para outros países, como também por agentes da repressão brasileira que “usavam esses caminhos, seja em atividades clandestinas ou de colaboração com a repressão uruguaia, a fim de realizarem ações de perseguições e de operações de buscas”. Para um aprofundamento do assunto, ver os trabalhos de ASEFF (2009) e ASSUMPÇÃO (2011).

⁶⁵Ofício DOPS. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1965. p. 02. Acervo Paulo Schilling.

⁶⁶Entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

⁶⁷Entrevista concedida pela da Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

descoberta do paradeiro de Schilling, chama a atenção a situação da embaixada uruguaia que estava lotada e já fechada, o que obrigou o personagem desta pesquisa a pular o muro. Com ajuda das datas dos documentos do DOPS, pude organizar com um pouco mais de detalhes a sequência de episódios até a família se reencontrar.

A primeira referência que se tem de Paulo após o golpe é do dia 05 de abril⁶⁸, quando lhe foi concedido, e a mais quatro pessoas, asilo no Uruguai pela embaixada. Os outros brasileiros que buscaram asilo na embaixada no mesmo dia foram: Henrique Cordeiro Oest, general de divisão; Mauro Fernando de Souza, estudante; Demisterioclides Baptista, Deputado federal; e Francisco Nogueira Monte, Operário. A casa da família Schilling foi vistoriada no dia 07 de abril. Assim, se levando em consideração que o golpe ocorreu de terça para quarta-feira e que, no domingo, Schilling já estava na embaixada, possivelmente na segunda-feira Cláudia foi informada pela colega de escola do paradeiro do pai e no dia seguinte o DOPS realizou a vistoria na casa da família.

Sobre esta vistoria, as irmãs Schilling lembraram em entrevista como ela teria acontecido:

Cláudia: A minha primeira invasão de domicílio, lá no Rio ainda, que vieram lá, o DOPS, estava só Flávia e eu e a empregada.

Andrea: E eu estava onde?

Cláudia: A mãe tinha saído com vocês duas [Andrea e Valéria], tinha ido na pracinha do Leblon. Daí encheram uma Kombi inteira de livros – *Guerra e paz* – e levaram a foto do nosso avô, Carlos Wesp, que tinha um bigodão assim, e levaram a foto e eu dizia “ele é meu avô” (risos), mas levaram igual. Levaram assim, tudinho. E o pai ainda estava desaparecido.

Flávia: [...] o pai tinha acabado de se asilar na embaixada pois a casa estava sob vigilância, se ele voltasse prenderiam ele.

Cláudia: Tu acha?

Flávia: Com certeza!

Cláudia: ai que medo (risos)!

Flávia: No dia que ele entrou, foi para a embaixada, no dia que ele se asilou, eles fizeram a vistoria na nossa casa e eles procuravam coisas, e eles não viram, mas no armário do quarto do pai e da mãe, em cima no maleiro tinha uma sacola com o dinheiro da Frente de Mobilização Popular. Eles não acharam. Tinha enrolado, bem no fundo. Eles eram tão cafajestes, eles só estavam na história dos livros, [...] e era isso, só para marcar presença. Levaram um monte de livros de literatura e foram embora.

Andrea: e era a paixão do pai, depois disso ele nunca mais reconstituiu uma biblioteca literária. Ele reconstituiu a política, econômica e tal, mas a literária não.⁶⁹

⁶⁸Relatório secreto do DOPS sobre os cidadãos brasileiros que solicitaram asilo nas embaixadas ou países Sul Americanos. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Assuntos Jurídicos. Pasta DOPS. Acervo Paulo Schilling.

⁶⁹Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Em minha dissertação de mestrado (SILVA, 2014), já havia chamado atenção para a questão da invasão dos agentes do DOPS na residência da família Schilling e para a apreensão de livros. No trecho acima, quando as irmãs rememoram tal episódio além da questão da apreensão dos livros, explicam que até mesmo uma foto do seu avô fora levada, enquanto que o dinheiro da Frente teria sido deixado no armário por não ter sido encontrado. Pode-se entender a situação vivida a partir de um despreparo das forças policiais para colocar em prática a vistoria. Sem saber o que realmente estavam procurando, acabavam por levar tudo aquilo que poderia ser associado com um fator de corrupção ou de subversão. Sandra Remião⁷⁰ explica que antes do decreto-lei 1.077/70 – que instituiu a censura prévia com vistas a publicações literárias – não havia uniformidade na metodologia da censura. Conforme salienta a pesquisadora, antes de 1970 “havia coação, apreensão a livros, invasão de livrarias e prisão de livreiros de maneira desorganizada. A censura era feita por órgãos do Estado e, depois do AI-5, passou a ser função do Ministério da Justiça”. Assim, a falta de critério na apreensão dos livros da biblioteca da família Schilling e mesmo da foto deve ter seguido essa mesma (falta de) lógica

Ao verificar os relatórios do DOPS sobre Paulo Schilling observa-se, entretanto, a informação de que em seu escritório “foi apreendido farto material subversivo, de conteúdo, em sua maioria, de documentos relacionados com os ‘Grupos de Onze’, inclusive cartas e telegramas dirigidos ao ex-deputado Leonel Brizola”⁷¹. Percebe-se, em um primeiro momento, uma contradição de informação quanto ao material apreendido na casa de Schilling: enquanto as filhas relatam apenas a apreensão de livros, o relatório fala de um “farto material subversivo”. O “Relatório Secreto do DOPS 2037” enviado pelo diretor do departamento ao Ministério da Guerra em 03 de setembro de 1965⁷² informa que no dia 07/04/1964 Paulo foi procurado em sua residência e não foi encontrado, episódio que foi relatado pelas irmãs Schilling. O documento, entretanto, expõe que no dia 23/04/1964 outra vistoria foi realizada pelo exército na residência, sendo “apreendido parte de importante fichário referente a chefes dos denominados GRUPO DOS ONZE”. É a partir desta segunda vistoria que os documentos de Schilling passam para as mãos do DOPS, documentos tais que foram descritos em outro relatório DOPS (nº859, 20/05/1964) a partir de seis pastas apreendidas no escritório de Paulo Schilling, a saber:

⁷⁰Entrevista de Sandra Remião concedida à *Revista Fapesp* (Edição 199 - Setembro de 2012) e organizada por Gustavo Fioratti no artigo “As páginas proibidas: Lista de livros censurados pelos militares após o AI-5 revela critérios de apreensão”.

⁷¹Relatório DOPS nº8216. Secretaria de Segurança Pública da Guanabara. 19/11/1965. Arquivo Paulo Schilling.

⁷²Relatório DOPS nº2037. Secretaria de Segurança Pública da Guanabara. 03/09/1965. Arquivo Paulo Schilling.

Pasta nº1: “Grupos de Onze” – Relação Nominal;
 Pasta nº2: Cartas dos “Grupos de Onze”;
 Pasta nº3: Relação dos “Grupos de Onze”;
 Pasta nº4: Organização dos “Grupos de Onze”;
 Pasta nº5: Documentos Subversivos Comunistas;
 Pasta nº6: Cartas e documentos diversos.

Não se teve acesso infelizmente aos documentos ou mesmo à descrição do que havia em cada uma das pastas com maiores detalhes. E nem mesmo se sabe se os documentos apreendidos correspondiam à descrição acima apresentada – possivelmente elaborada pelo DOPS e não por Paulo Schilling. Não faria sentido que ele tivesse nomeado uma pasta com a expressão “documentos subversivos comunistas”. Os papéis apreendidos foram classificados pelo DOPS como sendo referentes aos Grupos dos Onze, o que parece uma escolha limitada, tendo em vista que a atuação de Schilling no período anterior ao golpe não se circunscrevia a tais grupos. Sabe-se que a família Schilling visitou Paulo na embaixada enquanto este aguardava a viagem para Montevidéu, é bem possível que Paulo tenha solicitado à família em algum destes encontros para destruir determinados materiais e mesmo dar um destino para o dinheiro guardado na casa. A segunda vistoria à casa dos Schilling, ocorrida mais de duas semanas depois da primeira, encontrou apenas alguns documentos que ainda não haviam sido destruídos ou que Paulo não recordasse dos mesmos para solicitar o fim deles. Dessa maneira, acredita-se que as informações ali obtidas tenham sido pequenas em relação aos papéis que tinham sido produzidos pelas atividades políticas de Schilling.

O asilo de Paulo, juntamente com grande parte dos grupos de esquerda do período, foi importante para que muitas informações fossem mantidas em sigilo e também, como se verá adiante, para que uma resistência ao golpe fosse organizada desde o Uruguai. Segundo o documento “Relação dos Asilados Políticos em Missões Diplomáticas”⁷³ elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Assuntos Jurídicos e infelizmente sem data, o Ato Internacional regulador que permitiu tal asilo de Paulo foi a Convenção de Havana de 1928, documento que organizava as diretrizes para a situação de asilo político. É possível verificar ainda no relatório, no item observações, a solicitação por parte do Departamento de uma consulta ao Ministério da Justiça sobre Schilling e o pedido de cassação do passaporte do mesmo. O documento apresenta uma lista de trinta e três nomes ao longo de suas três páginas e evidencia os pedidos de asilo político em diferentes países: Chile, Paraguai, México, Uruguai, Perú (sic.) e Argentina. É possível enfatizar ainda que alguns nomes que

⁷³Relação dos asilados políticos em missões diplomáticas. Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Assuntos Jurídicos. Sem data. Arquivo Paulo Schilling.

frequentemente aparecem ligados a Schilling também aparecem no documento, como o Ten. Cel. do Exército e Diretor dos Correios e Telégrafos Dagoberto Rodrigues e o Deputado Federal pelo Estado da Guanabara Max da Costa Santos, que haviam solicitado asilo dois dias antes, em 3 de abril de 1964.

O informe secreto sobre os “cidadãos brasileiros que solicitaram asilo nas embaixadas ou países Sul Americanos”⁷⁴ não nos apresenta as datas do salvo conduto e de sua partida. Segundo relatou Cláudia na entrevista transcrita acima, Paulo teria ficado aproximadamente três meses na embaixada até ser transferido para Montevidéu. Denise Rolemberg (1999, p.71) escreve que Schilling esperou durante dois meses o salvo-conduto que garantiria a saída do país como asilado. Esses registros indicam que entre junho e julho de 1964, Paulo chegava a Montevidéu.

Do Brasil, Schilling não levou nada. Sua produção havia sido destruída ou mesmo apreendida pelo DOPS. O seu Arquivo, tema principal desta tese, iniciará seu processo de formação a partir das atividades desenvolvidas no exílio. Foi no Uruguai que Paulo se tornou jornalista. Mesmo envolvido no processo de pensar uma forma de transformar a realidade da política brasileira, o que resultará em inúmeras reuniões e articulações com o grupo de exilados, a necessidade de sustento da família, que o acompanhará no exílio, resultará em uma nova atividade: a de jornalista. Schilling havia tido experiência parecida no *Panfleto* e no novo campo de possibilidades aberto, essa se tornará sua atividade principal. No exílio Schilling terá que adaptar a sua forma de militância. Como se verá no subcapítulo que segue, o personagem desta pesquisa irá manter e até mesmo aprofundar a sua forma de militância – ativa, direta e envolvida com os principais grupos de resistência – ao longo dos três primeiros anos de exílio. Será, entretanto, após o episódio da Guerrilha de Caparaó que se verá uma nova forma de atuação, muito mais pelas palavras do que pelas ações. Sem demora, é hora de (nos) juntarmos à família Schilling em Montevidéu.

⁷⁴Informe Secreto nº 1691. Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. 23/05/1964. P. 02. Arquivo Paulo Schilling.

CAPÍTULO 2

O “breve” retorno, a luta armada e o jornalista

2.1 O Uruguai e o primeiro exílio

Eu diria que é preciso começar apoderando-se das ruas. Das esquinas. Do céu. Dos cafés. Do sol, e o que é mais importante, da sombra. É somente quando alguém chega a perceber que uma rua não lhe é estrangeira que a rua para de vê-lo como um estranho. E assim com todo o resto. No princípio, andava com uma bengala, como convém, talvez, os meus sessenta e sete anos. Mas não era coisa da idade. Era uma consequência do desalento. *Lá*, sempre fazia o mesmo caminho para voltar para casa. E *aqui* isso me fazia falta. As pessoas não entendem esse tipo de nostalgia. [...] O caminho de volta para casa. Uma tranquilidade, um sossego, saber o que vem depois de cada esquina, de cada sinal, de cada banca de jornal. *Aqui*, em compensação, comecei a caminhar e me surpreender. E a surpresa me fatigava. E ainda por cima, você não chegava em casa, mas chegava à *residência*. Cansado de surpreender-me, isso sim. Talvez tenha sido por isso que recorri à bengala. Para amenizar tantas surpresas. (BENEDETTI, 2009, p.17)

Paulo foi o primeiro a chegar a Montevideú. Não foi sozinho. Como visto anteriormente inúmeros companheiros acabaram tomando o mesmo destino. A residência, como descrita por Benedetti, fora alugada para Schilling morar com sua família, que viria em breve, e tinha também outro objetivo: servir como ponto de recepção aos exilados que chegavam do Brasil. Como se verá logo mais, nesta casa, grande e fria, seria feita a luta para derrubar a ditadura instaurada em sua pátria. No primeiro momento, não foi preciso apoderar-se das ruas, a ideia do breve retorno estava consolidada nos discursos. Era apenas questão de tempo e, por que não, ilusão. Foram mais de quinze anos de exílio e inúmeras “bengalas” para amenizar as surpresas que estavam por vir.

Em minha dissertação de mestrado (SILVA, 2014), quando analisei o exílio de Flávia Schilling em Montevideú, reconstitui o que foi para ela e para a família estar exilada naquele país. Retomo aqui algumas das impressões referentes a esta situação. Uma das primeiras questões que vem à tona quando se pensa na situação de exílio de Paulo Schilling é que ele não foi sozinho. Sua família, que havia retornado inicialmente para Porto Alegre após sua partida, o acompanhou em Montevideú, chegando em agosto de 1964. Os motivos que levaram os membros da família Schilling ao exílio, entretanto, são diferentes. Enquanto Paulo que estava diretamente envolvido com grupos políticos de esquerda e apresentava-se como um opositor à situação instalada no pós-golpe no Brasil foi obrigado a deixar o país, sua mulher e suas filhas não tiveram a mesma obrigação. Elas não apresentavam um envolvimento direto com as questões políticas brasileiras e partiram ao exílio para

acompanhar o marido e pai. Tal situação familiar não foi exceção, como aponta Marques (2006, p. 74):

[...] a maioria dos brasileiros da primeira geração de exilados da ditadura militar eram pais de família, [assim] diversos são os casos de famílias inteiras exiladas. [...]. A documentação sobre mulheres e crianças exiladas no Uruguai é extremamente escassa, o que explicita mais uma característica predominante da primeira geração de exilados pelo golpe de 1964: as mulheres exiladas da primeira geração em geral não eram militantes, ou sequer mantinham algum tipo de vinculação direta com movimentos políticos. Partiram para o exílio para acompanharem o marido, diferente das exiladas da geração de 1968.⁷⁵

Mesmo que a perseguição política brasileira não recaísse diretamente sobre Inge e suas filhas e que elas pudessem entrar e sair do Brasil livremente – como fizeram em alguns períodos de férias escolares –, de uma forma ou de outra elas também estavam exiladas. O distanciamento de parte da família, a perda dos laços do Brasil e a necessidade de reconstruir a vida cotidiana em outra cidade a partir de um acontecimento não planejado com antecedência e de forma involuntária, sentimentos marcantes em muitos exilados políticos, se fizeram presentes na experiência das mulheres da família Schilling.

Em entrevista, Flávia contou que os “sentimentos de exílio” também faziam parte da sua vida, e que mesmo sem ser perseguida por nenhum governo, ou correr algum risco maior de vida, se encontrava exilada. Em suas palavras:

[...] para a gente foi difícil perceber que o exílio também foi nosso, porque durante muitos anos a gente achava que o exílio era do pai. Então a questão de filhos de exilados, ele de alguma maneira oculta que nós também fomos exilados e o dano, ele também é nosso. E nós fomos uma das poucas famílias também que viveu o tempo todo no exílio. Porque, claro, quem tinha mais estrutura ou posses, deixava a família no Brasil e a família vinha passar as férias [no Uruguai] com os que estavam exilados; então a maior parte dos filhos de exilados não ficou lá, apenas algumas poucas famílias mantiveram os filhos e a esposa, etc., por perto. E essa é uma diferença nossa. Como eu te falei, são exilados, porque, imagina você, tem do João Goulart, eu te diria, ao meu pai [risos].⁷⁶

No trecho citado, Flávia evidencia, para além da percepção do seu exílio, uma característica marcante do processo vivenciado por sua família: a partida de todos os seus componentes. Esse fato é significativo pois deixa claro os diferentes exílios vividos naquele período, já que, enquanto alguns indivíduos partiam sozinhos para o novo país, certas famílias

⁷⁵É interessante observar o que expõe Rollemberg (1999, p. 71) sobre a mudança em relação à presença feminina entre a primeira e a segunda geração de exilados. De acordo com a autora, na geração de 1968, “os casos de mulheres exiladas por sua própria participação política aumentaram consideravelmente”. Além disso, ela destaca que, diferentemente da primeira geração, a grande maioria das mulheres da geração de 1968, no momento de deixar o país, ainda não tinha filhos.

⁷⁶Entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

não tinham estrutura financeira para viver em lugares diferentes, ou mesmo interesse em tal possibilidade, destacando, assim, as diferentes realidades econômicas dos exilados e a desigualdade existente entre eles. Cláudia relata a questão das dificuldades econômicas vividas pela família no Uruguai:

A situação financeira sempre foi muito precária, porque meu pai demorou para conseguir trabalho, e tinha mulher e quatro filhas. Tínhamos um apartamento no Rio, que foi vendido, e outro em Porto Alegre, e com isso vivemos os primeiros anos. Depois meu pai começou a trabalhar colaborando com vários jornais do Uruguai e do exterior, e a situação melhorou um pouco, mas nossa vida sempre foi extremamente simples⁷⁷.

E Flávia complementa:

E essa é uma coisa, [...], a condição do exilado com uma família, com quatro filhos, não é? Sendo que obviamente a nossa família não é uma família de posses, a gente não tinha ingressos. [...] Então há exílios e exílios. Eu sempre comento isso. Então a gente vai, uma família de quatro pessoas mais a minha mãe. [...] Você tem estratos sociais, não é igual a experiência do exílio para todos. Para alguns foi muito difícil, não é verdade? Dependendo da posição socioeconômica dos exilados, as condições de trabalho⁷⁸.

A situação financeira da família foi contornada por Paulo através de suas atividades como jornalista, trabalhando no periódico *Marcha* e em seguida escrevendo também para a *Prensa Latina*. Tal situação tomou maior importância após o episódio da Guerrilha de Caparaó. Antes disso, por mais que Schilling já tivesse algumas atividades como jornalista, se tinha a ideia de um “breve” retorno ao Brasil e dessa maneira não era preciso estabelecer grandes laços com o exílio. Rollemberg (1999, p. 54) expõe a ideia de um breve retorno e possibilita um melhor entendimento sobre esta questão:

nos dois primeiros anos de regime militar, os exilados acompanhavam com grande interesse o que se passava no país [Brasil], mantendo a expectativa quanto à possibilidade de reversão da conjuntura. Para muitos da geração de 1964, o golpe assemelhava-se a um rearranjo de elites políticas e o exílio a um breve intervalo, de onde observariam os desdobramentos do episódio. No entanto, depois de 1965, já começava a ficar claro que o rápido retorno, no quadro do restabelecimento da ordem democrática, não era tão evidente.

A ideia de brevidade do exílio defendida por Paulo foi muito presente para aqueles que saíram do Brasil logo após o golpe civil-militar de 1964. A dificuldade de entender as proporções do que estava acontecendo e de ter parâmetros para pensar a duração de tudo aquilo fez com que a noção de um breve retorno se mantivesse bastante forte nos primeiros

⁷⁷Entrevista Cláudia Schilling in MARQUES, 2006, p. 69.

⁷⁸Entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

anos de exílio⁷⁹. O “breve retorno” era tão presente que alguns nem se preocupavam em se inserir socialmente no país de exílio, como é possível perceber no depoimento de Herbert de Souza, apresentado por Rollemberg: “A colônia brasileira dessa época, os que conheci entre 1964/1965, usavam o Uruguai como uma base territorial para estruturar, pensar, discutir politicamente em função do Brasil. Nada a ver com o Uruguai”⁸⁰.

Desde essa perspectiva, o distanciamento do Brasil era apenas geográfico, afinal, pensava-se que em breve se estaria de volta. Tal situação permitiu um grande acúmulo de informações sobre o país natal entre o grupo de exilados, além de tentativas de organizar formas de retornar e mudar a situação política vivida. Foi dentro desta lógica que Paulo passou seus primeiros anos de exílio. Para Schilling, a ideia do breve retorno se constituía também a partir da organização de movimentos que pudessem mudar a realidade política brasileira e ele foi figura de destaque nestas operações.

Schilling explica em seu currículo, conforme apresentei anteriormente, que no Uruguai ele se integraria “ao ‘Movimento Nacionalista Revolucionário’ [MNR], liderado por Brizola, que desde o início optou pela luta armada contra a ditadura militar”⁸¹. A opção da luta armada se apresenta como um elemento importante para a reflexão aqui proposta, principalmente por ser uma escolha de Schilling que, em um olhar mais panorâmico, não aparece em grande parte de suas reflexões teóricas. Quando analisei a trajetória de sua filha, escrevi algumas palavras sobre Paulo⁸² e afirmei na época, a partir das entrevistas realizadas, que a luta armada não havia sido uma opção do personagem, ressaltando ainda que a única vez em que ele pegou em armas teria sido na Campanha da Legalidade. As pesquisas realizadas para a presente tese, entretanto, têm permitido chegar a conclusões diferentes.

Na continuidade do texto apresentado em seu currículo Paulo escreve:

Depois de várias tentativas de “Quartelazo” (considerando que grande parte do esquema militar anterior estava intacto, especialmente na ‘Brigada Militar’ – a polícia estadual gaúcha) todas abortadas no nascedouro, a direção do ‘MNR’ decidiu pela guerrilha rural, naquele momento, em consequência da Influência da Revolução Cubana, considerada como o caminho.

Depois de dois anos de intenso trabalho, com levantamento de áreas apropriadas, treinamento de pessoal, obtenção de recursos e armas, estavam em fase

⁷⁹ Pode-se assim sugerir que a escolha do Uruguai como país de exílio também estava relacionada à ideia do breve retorno. Sua proximidade com o Brasil, somada à facilidade de se conseguir informações e mesmo de se deslocar de um país ao outro, provavelmente foram elementos levados em consideração na escolha do país platino como “capital do exílio”.

⁸⁰Entrevista de Herbert de Souza in ROLLEMBERG, 1999, p. 92

⁸¹ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 3.

⁸² Para mais ver o primeiro capítulo de Silva (2014).

de instalação cinco frentes guerrilheiras. O aborto da de Caparaó, com a prisão de 15 de seus integrantes, forçou a suspensão de todo o plano.⁸³ (grifos no documento).

Os primeiros dois anos de exílio de Schilling, como permite aferir o trecho acima, foram diretamente ligados à tentativa de luta armada no Brasil. Foi o caminho escolhido por Paulo e seus companheiros para buscar o fim da ditadura instaurada em sua pátria. Araken Vaz Galvão, amigo de Schilling e companheiro no processo da Guerrilha de Caparaó, escreveu sobre este período e cita o personagem:

Nossos contatos foram exclusivamente com Brizola, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues e Paulo Schilling. Conhecíamos todos os três, em particular Dagoberto, que era diretor geral dos Correios e Telégrafos, no governo Jango, e Paulo Schilling, que era Secretário Geral da Frente de Mobilização Popular – FMP.

As reuniões que mantivemos com os quatro deu-se (sic.), pelo menos a mais importante, no parque Batlle, todos nós sentados na grama, em um domingo ou feriado de Ano Novo de 1965, se não me engano. Desde o primeiro momento sentimos que Brizola e Neiva não tinham clara a opção pela resistência armada através de guerra de guerrilhas – opção que era de nossa preferência – já Schilling e Dagoberto coincidiam com nossa opinião. Como arranjo de conciliação foi estabelecido que faríamos uma (ou mais) tentativa de levante em Porto Alegre e algumas cidades no interior, no qual esperava-se resultar no apoio da Brigada Militar e na ocupação de algumas unidades da guarnição da capital, onde se acreditava ter alguns contatos. Se essas tentativas fracassassem, partiríamos para a guerrilha rural.⁸⁴

Araken ressalta novamente a opção de Schilling pela luta armada e enfatiza o envolvimento do personagem na organização da mesma. A ideia de militância e atuação de Paulo se transformara a partir da realidade do exílio. A ação mais normalizada e dentro dos canais legais, como havia sido seu modo de operar no Brasil, se transformou em uma militância balizada pela luta armada com o intuito de derrubar a ditadura implantada em seu país. É o principal momento de sua trajetória no qual o encontrei atuando fora das regras legais, em uma militância mais agressiva e um envolvimento mais direto com os grupos que buscavam a transformação da política brasileira pelas armas. Conforme Schilling escreveu em 1979 na obra *Como se coloca a direita no Poder*: “Esperávamos emular a Fidel, criando dezenas de "serras Maestras" e aceitávamos como um dogma a afirmação de Mao: o poder nasce da boca do fuzil” (SCHILLING, 1979, P. 11). Com essa “nova” percepção de sua atuação, fui atrás dos indícios, das atividades, das operações que ele se envolveu no período.

⁸³ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 3.

⁸⁴ GALVÃO, Araken Vaz. Lembranças das prisões e dos exílios: Disponível em: <http://arakenvaz.blogspot.com/2007/05/lembranas-das-prises-e-do-exlio.html?q=schilling#!/2007/05/lembranas-das-prises-e-do-exlio.html>. Acesso: 01/06/19.

Uma primeira observação sobre a atuação de Paulo no exílio passa pelo local de residência da família Schilling ao chegar no Uruguai. Cláudia, sua filha, explanou sobre a casa em que eles moraram em Montevideú:

A gente vivia em uma casa grandona, que aí mandaram ele alugar aquela casa, era uma casa enorme, que tinha seis quartos, horrorosa, fria, velha, sabe..., mas lá, nesta casa, essa casa foi compartilhada. Então morava a nossa família, morou o Betinho e a mulher dele, o Aldo Arantes e a mulher dele e mais gente, assim, meio de passagem. Então depois a gente saiu dessa casa e foi morar em outro apartamento, a uma quadra, que aí não sei também quem pagava, era um bom apartamento, foi o melhor apartamento que a gente morou lá. Um bom apartamento, uma quadra da praia.⁸⁵

A casa descrita por Cláudia é um ponto importante para a nossa reflexão. Esta residência, ponto de recepção de inúmeros exilados que chegavam ao Uruguai e que teria sido alugada por Schilling a mando de alguém, possivelmente pela direção do MNR, seria também o local de organização da Guerrilha contra a ditadura. A família Schilling ali viveu enquanto os preparativos do movimento estavam em caráter inicial. Quando houve o avanço das tratativas, eles se mudaram para o “bom apartamento” relatado por Cláudia e que possivelmente era pago com o dinheiro recolhido para a organização do movimento armado. Araken, em seu texto, faz referência a esta casa, o que parece corroborar nossa hipótese:

Voltei a Montevideú em 1967 [...]. Inicialmente fiquei hospedado na casa de Neiva Moreira, passado a convalescença fui transferido para uma república situada no Boulevard Espanha, no bairro de Pocitos, mantida por Brizola, por onde passavam pessoas de extrato mais pobre – normalmente sargentos, marinheiros e eventuais operários do Rio Grande – que chegavam em busca de contatos com o grupo liderado por Brizola. Na época em que estive lá, moravam naquela república – a qual Neiva Moreira batizara com nome de Viet Cong – três marinheiros [...]⁸⁶.

Cláudio Cavalcanti, amigo e companheiro de Paulo Schilling, quando questionado em entrevista sobre sua relação com Paulo também comentou sobre a casa da família Schilling:

Eu ia periodicamente à casa da família Schilling. Às vezes, até almoçava lá. Conversávamos muito sobre a conjuntura política e sobre a situação internacional. Lembro-me de Paulo como um homem afável, que me facilitava muito o contato com outros políticos de tendência nacionalista-trabalhista, como Max da Costa Santos e Neiva Moreira. Na casa dele, fiz também diversos contatos com marinheiros e sargentos exilados⁸⁷.

⁸⁵ Herbert de Souza, o Betinho, e Aldo Arantes são nomes importantes da luta contra a ditadura no Brasil. Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

⁸⁶ GALVÃO, Araken Vaz. Lembranças das prisões e dos exílios: Disponível em: <http://arakenvaz.blogspot.com/2007/05/lembranas-das-prises-e-do-exlio.html?q=schilling#!/2007/05/lembranas-das-prises-e-do-exlio.html>. Acesso: 01/06/19.

⁸⁷ Entrevista concedida por Cláudio Cavalcanti por e-mail ao autor. Fevereiro de 2019. Cláudio Antônio Vasconcelos Cavalcanti foi militante político do PCB e participou das articulações dos exilados em Montevideú se tornando amigo da família Schilling.

Quando a família Schilling se mudou para o apartamento, a casa em que viviam foi transformada em uma república: o Viet Cong. Tal local se tornou um ponto de encontro, conforme percebe-se nas colocações de Araken e Cláudio, um centro de reunião e de organização do movimento de guerrilha rural. Nesse sentido, é importante destacar a atuação do personagem desta pesquisa na obtenção de parte do fundo financeiro e do armamento para o movimento. Cláudia e Bonas, seu companheiro, explicaram uma das operações realizadas por Schilling com este objetivo:

Bonas: Ele falou de procura de armas, busca de armas por aí e ele fez algumas viagens. Ele foi para a Argélia, onde foi visitar o Miguel Arraes⁸⁸ e ficou chocado que era um burguês, porque ele [Paulo] era um espartano, eu não sei o que ele encontrou lá [...]. Mas a revelação que eu não esperava foi na China, ele foi buscar, teve contatos na China, nada público é claro, ele já no exílio, foi buscar, ele foi designado para ir para China para buscar armas e dinheiro para a Revolução. E aí, o que acontece é que os burocratas chineses não entendiam muito bem, não receberam ele bem e começaram a enrolar. Daí ele falou: isso aqui não vai. Aí pediam para ele voltar depois e tomavam nota de tudo, ele caiu em mãos erradas. Aí, de repente marcam com ele uma reunião e ele chega lá e é com Zhou Enlay⁸⁹, que ainda mandava, não era mais o tchan-tchan-tchan, não era o mandachuva, mas ficou na nomenclatura como um ministro e tal. Aí ele falou: “tudo mudou” o Zhou Enlay era um cara extremamente culto, formado no ocidente, falava não sei quantas línguas, tinha um interesse especial pela América Latina e perguntava a história do Brasil e falava isso, falava aquilo, se mostrou bem informado.

Bom, quanto a coisa dele, era o pedido de armas e dinheiro, ele nunca falou para mim "dinheiro", [...], mas de armas ele falou: vamos ver, é uma coisa que precisa ver com calma, ou seja não bateu na mesa. Mas ficou pensando na possibilidade de triangular armas em um navio para a Argélia. Vai para Argélia e depois a Argélia exporta para, né. E ficou essa conversa, a única revelação maior foi essa.

Cláudia: houve um financiamento das Guerrilhas, sobretudo do Caparaó. [...]. Houve armas e houve dinheiro.

Bonas: Um envolvimento direto e assumido do professor [Paulo Schilling].

Cláudia: Ele foi enviado com essa missão... e foi em 1965, e não tinha homens assim, europeus, brancos e dizia que ele foi o centro de todas as atenções: alemão, altão, meio gordão, assim, sabe⁹⁰.

⁸⁸ Governador de Pernambuco, Miguel Arraes foi um dos políticos mais visados pela direita por sua ligação com os sindicatos de trabalhadores rurais e pelas políticas sociais que adotara em seu Estado. Foi preso em pleno exercício do mandato, em 1º de abril de 1964. Libertado em 1965 seguiu imediatamente para a Argélia onde permaneceu por 14 anos. Arraes cumpriu importante papel na organização de redes de apoio político e financeiro às organizações de esquerda brasileiras e às comunidades de exilados. Também teria ação de destaque na divulgação no exterior de denúncias das torturas e assassinatos cometidos pela ditadura. Texto disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/arraes-parte-para-o-exilio-na-argelia>. Acesso em: 01/06/19.

⁸⁹ Zhou Enlai foi o primeiro primeiro-ministro da China, atuando como chefe de governo entre outubro de 1949 e janeiro de 1976. Foi um proeminente líder do Partido Comunista Chinês, sendo uma das figuras mais próximas do Presidente Mao Tse-Tung e personagem crucial na ascensão e consolidação do Partido Comunista no poder. Diplomata, serviu como Ministro de Relações Exteriores da China de 1949 a 1958. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zhou_Enlai. Acesso: 01/06/19

⁹⁰ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019. Sobre a estada de Schilling na China foram recordadas algumas histórias curiosas, como o fato dele ter precisado arrancar um dente, a necessidade de tomar chá verde, o que não era um hábito de Paulo, e as comidas que eram difíceis de serem apreciadas.

É interessante observar que a atuação de Paulo, sua liderança e importância dentro da organização da guerrilha o levou até a China, isso em 1965 período em que uma viagem até lá era extremamente longa e difícil. O seu encontro com um dos nomes mais importantes da política chinesa e sua busca por financiamento e armas o colocam como dos principais articuladores de todo esse processo. A luta armada, antes distante de sua figura e sua militância, parecem ter sido ponto de referência neste momento de sua trajetória. Neste aspecto, Andreia relatou um episódio que permite perceber o quanto esta luta estava presente em seu discurso:

Andrea: Uma coisa que minha mãe me contou e eu não sabia [...], ela falou que o Paulo tinha pensado em se juntar com o Che na Bolívia, chegou a pensar nisso. Para mim foi uma surpresa, nunca tinha ouvido falar e que ele não vai (foi?) por conta da família. Dele mesmo eu nunca ouvi, mas ela não teria contado nada que [fosse mentira], né.

Cláudia: eu lembro do dia da morte do Che, ouvindo no rádio ou na televisão, ele deitado na cama, de pijama, ele era um homem que sempre usava pijama, chorando que nem um doido, daí claro que todos nos choramos também⁹¹.

A ideia de se juntar à Che Guevara na Bolívia, em um momento de guerrilha rural significativo e de perseguição ao mesmo, permitem imaginar o quanto essa forma de atuação militante estava caracterizando Schilling naquele momento. Comentei em seguida das falas acima na entrevista realizada que para mim todas essas informações eram novas e que a figura do Paulo, na minha concepção, estava dissociada da luta armada. Cláudia argumentou que possivelmente a imagem que eu tinha estava errada e o que teria prendido ele de uma atuação mais direta teria sido a família. Bonas complementou, entretanto, que em Caparaó ele estava “metido”, “não era um comandante, ele era um cara que ficava ali, assessorando”.

As filhas rememoraram, nesse sentido, um outro episódio no qual a questão da luta armada se fez presente no cotidiano da família, disseram elas:

Andrea: Na época em que eles estavam preparando a tal da guerrilha lá, eles se reuniam lá no nosso apartamento porque era o apartamento, era assim, lá o apartamento era assim.

Andrea: Mesmo em [na rua] Carlos Berg, tinha reuniões no domingo à tarde, ficava aquele monte de homens fumando [...], mas tinha as reuniões de um monte de gente ali, em Carlos Berg. Só podia ser em Carlos Berg...

Cláudia: tinha em [na rua] Lázaro Cárdenas, tinha um monte de reunião que a gente era mandado, convidado a sair... e uma vez teve, que eu vi, armas em cima de camas, assim, então, eu vi. E depois nós fomos mandadas lá para aquele hotel Nirvana, que a gente foi passar uns dias lá, porque eles estavam em plena organização, suponho que de Caparaó.

[...]

Andrea: E daí fomos com a mãe?

⁹¹ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Cláudia: Fomos todas, as quatro com a mãe em um hotel chiquérrimo, tudo muito chique (risos)⁹².

A dúvida das irmãs em qual local as reuniões ocorreram nos leva a crer que, mesmo após a mudança para o apartamento, a residência de Paulo continuou a ser local de encontro para a organização da Guerrilha. A presença de armas dentro de casa e o envio das mulheres da família para um hotel com o intuito, possivelmente, de preservá-las dos momentos de organização que antecederam a Guerrilha de Caparaó permitem perceber o quanto Paulo esteve diretamente envolvido com estas questões, cedendo o espaço da própria casa e mesmo se distanciando da família para focar na organização da ação. A sua militância toma forma, ativo e engajado Paulo acreditava na luta armada como meio de transformação da realidade brasileira e nela colocou suas fichas.

Para compreender as transformações ocorridas nas concepções de Schilling e na sua militância, é preciso entender o episódio da Guerrilha de Caparaó⁹³. Jacob Gorender (1987, p. 123) explica que “no exílio em Montevideú, rapidamente se ajuntaram centenas de brasileiros, civis e militares. Oficiais e subalternos nacionalistas reuniram-se em torno do ex-governador gaúcho e não demoraram a surgir planos de movimentos armados”. Para eles a ação deveria ser imediata, “antes que os generais golpistas se firmassem no poder”, e assim construiu-se a “ideia do primeiro lance de tipo guerrilheiro”.

Após algumas tentativas de movimento no Rio Grande do Sul, todas sem sucesso nas próprias palavras de Paulo como citado anteriormente, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) passou a se projetar para a ação dentro da guerrilha rural, diretamente influenciada pela experiência cubana. Gorender (1987, p. 124) explica que o MNR pareceu aos cubanos a organização em que deviam apostar e “via Montevideú, efetivou-se a vinculação com o MNR, fornecendo os cubanos diversas formas de apoio, inclusive a de treinamento, dentro da concepção foquista como não poderia deixar de ser”.

É interessante observar que nas construções de memória da família Schilling, em um primeiro momento, a questão Cuba não pareceu tão forte nas articulações de Paulo. A sua reflexão sobre se juntar à guerrilha com Che Guevara, e posteriormente sua vinculação com o periódico Prensa Latina nos levam a supor que sua relação com a ilha pudesse ser mais próxima do que indicam os dados que encontrei. E foi a partir das concepções cubanas que os preparativos para a guerrilha se aceleraram na segunda metade da década de 1960. A

⁹² Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

⁹³ Para uma aproximação do episódio da Guerrilha de Caparaó ver o documentário Caparaó (2007) dirigido por Flávio Frederico e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qGlbHfG8aGA>. Acesso: 01/08/19.

Guerrilha de Três Passos é o primeiro movimento que se tem referência de seu envolvimento. O levante liderado pelo coronel Jeferson Cardim Osório tentou deflagrar um movimento armado em março de 1965 no Rio Grande do Sul, porém acabou sendo sufocada poucos dias depois. Os documentos encontrados não nos permitem afirmar o grau de relação de Schilling com o movimento e nas entrevistas realizadas a operação de Três Passos foi apenas citada por Cláudia, que em seguida chamou atenção ao envolvimento de seu pai em Caparaó⁹⁴.

Acredita-se, entretanto, que Schilling possa ter contribuído de alguma forma para o episódio em solo gaúcho, mas sem o protagonismo e envolvimento que teve no episódio de Caparaó, este sim diretamente ligado a Paulo. Conforme Gorender (1987, p. 124), nesta operação “previa-se a instalação de um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, região do Pico da Bandeira, que faz divisão entre Minas Gerais e Espírito Santo, bem como de outros focos [...]. Mas somente vingou o trabalho em Caparaó”. Dessa maneira, em novembro de 1966, 14 guerrilheiros ocuparam um ponto elevado e deserto da Serra do Caparaó,

o destacamento devia efetuar treinamento e evitar ser descoberto, antes de iniciar a ação em data ainda distante. Apesar do isolamento completo, não demorou a detecção aqueles elementos estranhos pela Polícia Militar de Minas. Por outro lado, a coesão moral do grupo se deteriorou, nas condições de prolongado isolamento e inação. Cinco integrantes se retiraram e os restantes desceram a serra e foram presos, no dia 3 de abril de 1967. [...]. O foco se extinguiu sem ter dado um único tiro. (GORENDER, 1987, p.124/125)

O episódio da Guerrilha também é retratado no clássico *Brasil: Nunca Mais* e expõe o insucesso do grupo:

O MNR – “Movimento Nacional Revolucionário”, terminou sendo mais uma articulação política embrionária do que uma estrutura orgânica efetivamente consolidada. Inspirada naquilo que se poderia chamar de pensamento “brizolista” teve como contingente fundamental um conjunto de militares cassados pelo novo regime. Foi essa sigla que esteve relacionada com a articulação da “Guerrilha de Caparaó”, que não passou de uma sequência de treinamentos militares desenvolvidos nas proximidades do Pico das Bandeiras, em Minas Gerais, onde foram presos todos os integrantes do grupo (alguns ex-exilados), em março de 1967, sendo que um deles, Milton Soares de Castro, terminou sendo assassinado durante os interrogatórios feitos em Juiz de Fora. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p.110)

⁹⁴ Os documentos da repressão presentes em seu arquivo associam o nome de Paulo ao do coronel Jeferson, fato que lhe rendeu uma condenação à prisão. Os documentos também associam o episódio a Leonel Brizola, dado que me faz questionar o quanto Schilling esteve envolvido, levando em conta que muitas vezes o nome do personagem aparece diretamente ligado a atividades de Brizola. Ver: Informe nº 129/EMAER. 29/05/1965; Boletim informativo nº3/75 do Serviço de Polícia do III exército (confidencial). Ministério do Exército, Comando do III exército, Quartel em Porto Alegre. P.03. 15 de abril de 1971; Reportagem intitulada “Cardim teve pena dura”, sem fonte e data. Arquivo Paulo Schilling. Pasta: Documentos DOPS.

O insucesso da Guerrilha, a prisão dos envolvidos e a morte de um deles teve um impacto significativo sobre as pretensões do grupo que se articulava desde Montevideu. Gorender (1987, p. 125) explica que “o fracasso da tentativa de Caparaó decepcionou os cubanos e pôs fim às relações com Brizola. [...] Da sua parte, Brizola deu por encerrada a participação pessoal em iniciativas de tipo militar”. O resultado do episódio, a quebra das relações com Cuba e o posicionamento de Brizola são significativos para entender ao menos duas das decisões tomadas por Schilling logo em seguida: o afastamento da ideia de luta armada e o distanciamento com Brizola.

Sobre o afastamento de Schilling da ideia de luta armada, Bonas explicou em entrevista que estaria relacionada justamente com Caparaó: “Caparaó teria sido um trauma, e a partir daí ele [Paulo Schilling] ficou meio assim com incursões armadas”⁹⁵. Almeida (2014, p.137) percebe e problematiza em sua dissertação o afastamento de Schilling da luta armada. O ficar “meio assim” atribuído por Bonas foi consolidado posteriormente, segundo a autora. Schilling compreendeu que a teoria do foco estava errada, não só pelo fracasso das experiências vivenciadas no Brasil, mas também a partir de uma viagem feita posteriormente a Cuba e a visita ao Museu da Revolução Cubana, episódios que o levaram a concluir “que a guerrilha cubana não foi feita por um pequeno grupo de guerrilheiros da Sierra Maestra, ‘está claro que foi a luta de um povo todo’” (ALMEIDA, 2014, p.137). Sem o apoio da população brasileira, o que se demonstrava cada vez mais difícil com o acirramento da repressão dentro do país, a guerrilha não teria como obter sucesso, deixando de ser uma possibilidade de atuação.

Por fim, o episódio de Caparaó também traz à tona o distanciamento entre Paulo e Brizola. Conforme relatou em seu currículo,

o aborto de Caparaó, com a prisão de seus 15 integrantes, forçou a suspensão de todo o plano. Além disso, Brizola, renegando sua participação (inclusive sua direção) no movimento, abandonou os companheiros presos (sem assistência jurídica, e sem ajuda aos seus familiares) apesar de haver recursos, de origem externas disponíveis. Foi o fim melancólico da tentativa guerrilheira do nacionalismo popular, o término da carreira progressista de Brizola (considerado pelos companheiros como traidor) e do afastamento definitivo de PRS de Brizola⁹⁶.

Schilling esteve vinculado a Brizola desde o início da década de 1960, sua proximidade fez com que suas trajetórias ao longo dessa quase uma década não possam ser entendidas separadamente. O “cabeça de Brizola”⁹⁷, como fora chamado pelo DOPS, teve

⁹⁵ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

⁹⁶ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 4.

⁹⁷Relatório DOPS. Nº 5757, p. 03. Arquivo Paulo Schilling. Pasta: Documentos DOPS.

atuação importante em todos os episódios que envolveram o ex-governador gaúcho. Seus nomes se mantiveram unidos, conforme se observa em outros relatórios do DOPS, entretanto seu vínculo chegara praticamente ao fim⁹⁸ e assim se mantiveram até o final de suas vidas⁹⁹.

A partir das duas situações descritas acima pode-se enfatizar que Schilling passou a ser definitivamente um exilado. A ideia do breve retorno sairia de cena e o exílio começaria a ser tratado com uma situação que deveria ser encarada e sobrevivida, afinal não era só Paulo que estava lá, sua mulher e as quatro filhas precisavam ser mantidas. A profissão de jornalista começava a ganhar forma e ao mesmo tempo a uma nova fase de militância política. Antes, entretanto, de analisar com mais detalhes esta questão, é preciso enfatizar que ao longo desses primeiros anos de exílio, enquanto Schilling esteve envolvido com os preparativos da luta armada, os órgãos de repressão no Brasil continuavam a acompanhá-lo, e em algumas situações, de maneira bem próxima.

Já se acompanhou anteriormente a forma com que estes órgãos seguiram o passo a passo de Schilling até o exílio, as invasões a sua residência e a apreensão de materiais considerados subversivos. Na data de 19 de agosto de 1965, segundo meus cálculos de um a dois meses após a chegada de Schilling ao Uruguai, já é possível encontrar um documento solicitando informações sobre ele. O memorando da “S.O.P” nº223/64, traz uma relação de nomes, incluindo Schilling, e a descrição das informações conhecidas sobre cada um dos sujeitos. Naquele momento, a informação que se tinha sobre o personagem era apenas a de que ele havia se asilado na embaixada do Uruguai em 05/04/1964. Entretanto, pouco mais de um mês após essa solicitação, em 16 de setembro de 1964, o pedido de busca nº381/64¹⁰⁰ já tinha por objetivo identificar as “pessoas ligadas a Brizolla (sic.), Schilling e Dagoberto Rodrigues e que estão desenvolvendo atividades suspeitas, inclusive recebendo correspondência e visita de ‘pombos correios’ procedentes de Montevideú”. O principal nome visado era o do Dr. Lewisngstein, advogado de Brizola e de Paulo Schilling e que segundo consta no documento vinha “recebendo correspondência do Uruguai, não só relativa aos interesses econômicos dos seus dois constituintes, mas também para a disseminação de diretrizes políticas dos exilados”.

⁹⁸ De acordo com relatos da família, o afastamento de Brizola ganharia ainda um novo episódio quando da prisão de Flávia, Paulo teria solicitado ajuda para que Brizola intercedesse na situação de sua filha e teria recebido um não como resposta.

⁹⁹ A família relata que houve uma tentativa de aproximação anos depois no Brasil, mas que o vínculo se manteve interrompido.

¹⁰⁰ Pedido de busca nº381/64. Ministério da Guerra – I Exército – Estado Maior – 2ª seção. Rio de Janeiro-GB, 5 de novembro de 1964. Arquivo Paulo Schilling. Pasta: Documentos DOPS.

Dessa maneira, mesmo após a saída do Brasil, Schilling continuava na mira do governo brasileiro e era acompanhado muito de perto, como se percebe no trecho abaixo:

Quando alguém (sic.) bate à sua porta, (mora n'um apto. grande com a família (sic.) toda, mulher e 4 filhas) êle vem a porta da rua (o apto. está localizado n'um primeiro andar) e com ar de importante e misterioso, até falando baixo, diz: Você dá umas voltas por aí e vem depois, estou n'uma reunião fechada, ou então estou reunido com o "SETOR MILITAR". As vezes deixa escapar alguma coisa das tais "reuniões fechadas", em conversas até de botequim. Muita coisa que o informante conseguiu foi exatamente dessas falas. E o homem é considerado da "mais alta responsabilidade". Ao tempo da Embaixada graças aos contatos com Gilberto Azevedo, conseguiu resolver negócios que lhe deram oportunidades de levar parece bom dinheiro para Montevideo. Não fala noutra coisa senão revolução. Várias vezes declarou publicamente diante de pessoas até estranhas no Hotel: Vivo a 20 anos por conta de uma Revolução, sendo que a 12 me dedico inteiramente a ela. [...] ¹⁰¹.

É interessante perceber nesta passagem a figura do "informante", pessoa responsável por conseguir informações através de escutas telefônicas ou até mesmo, como parece ter ocorrido com Paulo, o acompanhamento diário do suspeito. O que chama mais a atenção nesse caso é a aparente proximidade do "informante", isto é, em alguns momentos Paulo e o seu espião estavam frequentando o mesmo botequim ou o mesmo hotel, o que permitia ao governo brasileiro acompanhar de perto os seus movimentos.

O informe nº 129 do Estado-Maior da Aeronáutica de 29 de abril de 1965 ¹⁰² revela a partir de um informante, que Schilling obteve salvo conduto do governo uruguaio para viajar a Paris. Possivelmente a partir dessa viagem Schilling teria se destinado a mais de um país, provavelmente sua estada na Argélia ou mesmo na China esteja relacionada a este salvo-conduto. O informe diz ainda que Schilling estava altamente comprometido nos depoimentos do ex-sargento Alberi Vieira dos Santos e do Ten. Cel. Jefferson Cardin chefes do levante ocorrido no Rio Grande do sul em março de 1965 e que foram capturados ¹⁰³.

Os relatórios continuam a citar o nome de Paulo seja por suas atividades ou por sua proximidade com Brizola, que mesmo após o afastamento de ambos continuavam interligados para o DOPS. Em 1969 o nome de Schilling já aparece na lista de terroristas e ele é classificado como "Jornalista – Subversivo" ¹⁰⁴. Além desse acompanhamento, Paulo teve dois mandados de prisão contra si ¹⁰⁵: foi condenado no dia 16 de maio de 1967 a dois anos de detenção pela Auditoria da 1ª RM, como incurso no art. 33 nº I e IV do Decreto-lei 314/67,

¹⁰¹ Informe nº 129/EMAER. 29/05/1965. "Arquivo DOPS". Acervo Paulo Schilling.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ O informe se refere a Guerrilha de Três Passos. Para mais ver GORENDER (1987, p.123)

¹⁰⁴ Informe DOPS. Principais grupos terroristas. 06/10/1969. "Arquivo DOPS". Acervo Paulo Schilling.

¹⁰⁵ Histórico de Paulo Schilling – Departamento de Ordem Política e Social – Divisão de Informação. p.02. "Arquivo DOPS". Acervo Paulo Schilling.

sendo expedido o Mandado de prisão à Vigilância e Captura em 19 de junho de 1967¹⁰⁶. O Decreto-lei nº 314, de 13 de Março de 1967, definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dava outras providências, sendo que Paulo foi indiciado pelo artigo 33 por incitar publicamente: I - à guerra ou à subversão da ordem político-social e IV - à luta pela violência entre as classes sociais. A pena seria detenção, de 1 a 3 anos, e se o crime fosse praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena seria aumentada de metade. No mês seguinte, na data de 4 de julho de 1967, Schilling foi condenado a nove anos de prisão – pena máxima estipulada –, pela Auditoria da 5ª CJM, como incurso no Art. 3º da Lei 1802/53, que o acusava de “Promover insurreição armada contra os poderes do Estado”, fato relacionado ao episódio de Três Passos¹⁰⁷.

O prontuário nº 973 da Divisão de Informações da Secretária de Segurança Pública¹⁰⁸ traz um levantamento de todas as informações colhidas sobre a figura de Paulo Schilling atualizadas até 14 de fevereiro de 1980. O documento apresenta informações quase que anuais do referido nome até 1971, depois há um espaço de oito anos até que se tenha novas informações sobre Schilling. Sabe-se que o sistema de informações das polícias políticas funcionava em diversas frentes, podendo dessa maneira existirem relatórios que não foram visualizados para o levantamento feito no prontuário 973, entretanto é interessante perceber esse espaço de tempo no qual Schilling não fora diretamente observado. Poderia supor que ele tenha parado de se envolver com temas mais políticos, o que se sabe de antemão pelos temas tratados em seus escritos que não é verdade. Talvez sua nova atuação no jornalismo não tenha sido considerada uma ameaça para o governo brasileiro, ou só era assim imaginada quando transpunha a fronteira entre os países, como informa o prontuário na data de 21/12/1971, última data antes dos oitos anos sem informações, se referindo ao texto “Brasil: seus anos de ditadura”, escrito por Schilling em 1970 nos “Cuadernos de Relarcha (sic)” e que havia sido apreendido no Brasil com José Reinaldo Paes Lemes. Tem-se ainda o episódio de sua expulsão do Uruguai ocorrida em 1974 do qual falarei mais adiante, mas que parece muito mais uma resolução de questões políticas passadas do que resultado de posturas naquele momento.

¹⁰⁶ Relatório Confidencial. Ministério do exército – I Exército – 2ª seção. Elementos condenados e foragidos. Rio de Janeiro 11 de dezembro de 1969. P.03. “Arquivo DOPS”. Acervo Paulo Schilling.

¹⁰⁷ Boletim informativo nº3/75 do Serviço de Polícia do III exército (confidencial). Ministério do Exército, Comando do III exército, Quartel em Porto Alegre. P.03. 15 de abril de 1971. “Arquivo DOPS”. Acervo Paulo Schilling.

¹⁰⁸ Prontuário nº 973 da Divisão de Informações da Secretária de Segurança Pública. Ministério da Justiça e Negócios interiores. Departamento Federal de Segurança Pública. Planilha de Registro. 18/03/1980. “Arquivo DOPS”. Acervo Paulo Schilling.

Cabe entender, assim, o que se passou com Schilling nesse período e de que forma ele se manteve até seu retorno ao Brasil, momento que seu nome volta a ser alvo de vigilância pelo DOPS. Por mais que o relatório da Divisão de Informações da Secretária de Segurança Pública¹⁰⁹ afirmasse que “[S]Chilling é um dos que vive muito bem em Montevideo, não tem problemas. Vivia sempre a dizer que estava esperando chegar um dinheiro grosso”¹¹⁰, sabemos que os primeiros anos do exílio estão diretamente ligados à organização da luta armada e podemos supor que parte do dinheiro que mantinha a família Schilling também vinha do capital recolhido para as operações. O “dinheiro grosso” esperado por Paulo certamente estava vinculado às operações de guerrilha e não necessariamente era para seu sustento e de sua família. Quando ocorrem os insucessos da guerrilha de Três Passos e principalmente do episódio de Caparaó, o personagem desta tese assume um outro papel, o de jornalista e é a partir deste lugar que se precisa analisar a trajetória de Schilling no final da década de 1960 e ao longo da de 1970. Em seu currículo encontra-se a seguinte descrição do processo de transição de sua atuação:

De 1967 até 1974, PRS colaborou, no Uruguai – numa base de apoio fundamental para a luta no Brasil – com praticamente todos os movimentos surgidos no Brasil para lutar contra a ditadura, sem integrar-se organicamente a nenhum deles. Também com os “Tupamaros” (movimento guerrilheiro do qual participou sua filha Flávia, ferida ao resistir à prisão e condenada a quinze anos de prisão pela ditadura uruguaia, liberada com metade da pena em razão da formidável campanha do povo brasileiro – já livre, em 1980, de sua ditadura)¹¹¹.
[...]

Durante seis anos foi redator internacional do “Semanário MARCHA”, então considerado o mais importante da América Latina. Escreveu para a Agência InterPress Service” e durante dez anos colaborou efetivamente com “Prensa Latina”: escreveu cerca de mil “especiais” (mini ensaios), sobre política, economia, situação social, geopolítica etc, especialmente sobre o Brasil. O conjunto desses artigos (em sua maioria devidamente arquivados)¹¹² constituem um amplo panorama do que ocorreu no Brasil durante a ditadura, escritos sem censura.

No Uruguai, dirigiu três editoras: “Dialogo”, “Biblioteca de Marcha” e “Nuestra América”, editando cerca de 35 livros¹¹³.

É perceptível a mudança de enfoque de Schilling a partir de 1967, a descrição em seu currículo começa a construir o papel de jornalista e de escritor ao mesmo tempo em que o

¹⁰⁹ Prontuário nº 973 da Divisão de Informações da Secretária de Segurança Pública. Ministério da Justiça e Negócios interiores. Departamento Federal de Segurança Pública. Planilha de Registro. 18/03/1980. “Arquivo DOPS”. Acervo Paulo Schilling.

¹¹⁰ Relatório DOPS. Nº 5757, p. 04. Sem data. “Arquivo DOPS”. Acervo Paulo Schilling.

¹¹¹ A trajetória de Flávia Schilling foi o tema da minha dissertação de mestrado. Ainda nesse capítulo abordarei um pouco mais desse episódio, mas para uma análise mais completa ver SILVA (2014).

¹¹² Voltarei a esta passagem ao longo do segundo capítulo quando o Arquivo de Schilling passará a ser o eixo principal de análise.

¹¹³ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 4.

mantém em um lugar de importância nos processos que ocorriam no Brasil, enfatizando com a ressalva de que não houve nenhum tipo de participação mais orgânica nesses movimentos. Isso é, a Guerrilha de Três Passos, mas principalmente Caparaó afastaram o personagem da luta armada, mas não da luta contra a ditadura brasileira. A forma de intervenção passava a ser as suas palavras, estas escritas em diversos meios de comunicação como o *Semanário Marcha*, a *Agência InterPress Service* e também a agência de notícias cubana *Prensa Latina*, sem contar o trabalho nas editoras que permitiram ao personagem produzir mais de 30 livros sobre os mais diversos temas. Flávia relatou em entrevista o início do trabalho de seu pai como jornalista:

Então a partir dessa experiência [o jornal Panfleto], de alguma maneira no exílio ele trabalha, junto com, na época ele era deputado, o Enrique Erro, em uma editora, eles lançam uma editora Diálogo, chamada. [...] E começam a publicar. Eles, por exemplo, publicam: uma longa entrevista com Perón, Salvador Allende. Eles fazem uma série de publicações e eles se vinculam a um semanário muito importante no Uruguai, que chama “Marcha”, no Uruguai, que hoje em dia se chama “Brecha”, que até hoje continua; analítico, muito importante. Tinha como diretor o Quijano [Carlos] um intelectual uruguaio muito interessante. Então, meu pai se vincula a “Marcha”, e eu creio que já nessa época ele começa a trabalhar um pouco pra “Prensa Latina”, que é a “Agência de Notícias Cubana”. Então ele produz matérias especiais, que são enviados para a “Prensa Latina”, que depois distribui isso. Ele começa um pouco a atividade dele como jornalista. Aí se sobrevive um pouco como jornalista.¹¹⁴

Parece pertinente argumentar que a opção de Schilling pelo jornalismo se dá em meio a duas questões bem importantes: o sustento da família e a continuidade da luta. Enquanto suas filhas destacam em diversos momentos nas entrevistas realizadas para esta tese a necessidade de manter financeiramente a família no exílio – e para isso era necessária alguma atividade que pagasse salário – a opção pelo jornalismo se mostra também como uma forma de manter o personagem desta pesquisa na luta política. O trabalho de Teresa Marques (2009) que aborda a relação entre os exilados brasileiros e o semanário *Marcha* nos permite aprofundar um pouco a relação da militância política de Schilling e do seu trabalho como jornalista. Segundo Marques (2009, p.64) uma das ações políticas dos brasileiros exilados pela ditadura está na crítica e na denúncia dos abusos praticados pelo governo ditatorial no Brasil através dos meios de comunicação uruguaio. O fato de os textos estarem teoricamente livres da censura imposta pelos militares no plano interno fez com que muitos exilados enxergassem a imprensa como uma das armas mais fortes contra o regime. Foi desta

¹¹⁴ Entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

percepção que surgiu para “os brasileiros a sua tarefa mais importante no exílio: desmascarar a ditadura através da imprensa internacional”. (MARQUES, 2009, p.69).

Conforme apresentado anteriormente, a primeira opção de Schilling não foi desmascarar a ditadura, mas sim buscar o fim da mesma através de um movimento armado. O insucesso dessa ideia o levou a se inserir na imprensa e assumir a posição defendida por Marques: utilizar a imprensa estrangeira para revelar o que acontecia na ditadura brasileira. E tal postura parece ter obtido sucesso pois, conforme explica a autora, o “espaço que os exilados brasileiros conquistaram na imprensa uruguaia permitiu de fato que o exterior tivesse acesso a outras análises sobre o golpe militar brasileiro”. (MARQUES, 2009, p.66)

É nesse contexto que se destaca o semanário *Marcha*. A publicação surgida em 1939, ainda segundo Marques, “ganhou destaque internacional, especialmente durante a década de 1960, pois suas páginas possibilitaram debates cujo conteúdo era de interesse de todo o continente”. Contando com a participação de algumas “das personalidades mais influentes no cenário latino-americano, especialmente personagens ligados a movimentos de esquerda,” o semanário se transformou em um instrumento de luta contra a ditadura brasileira, além de ganhar destaque pelo seu posicionamento de apoio à Revolução Cubana e ao projeto socialista implantando na ilha (MARQUES, 2009, p.66). Mirian Pino destaca nesse sentido a transformação ocorrida no *Marcha* na década de 1960 e expõe a sua influência política ideológica naquele momento:

Por un lado, llama la atención como el carácter contracultural de la primera etapa del semanario fue desplazándose hasta convertirse en un productor cultural legitimador en el campo literario – en la década del los 60 abundarán los artículos sobre los autores del "bum" latino-americano cuya vigencia aún persiste –. Por el otro lado, la predica socialista en aras de realizar la utopia continental posee conexiones con el ideologema "Patria grande" que se expande luego de la revolucion cubana en 1959. (PINO, 2002, p. 152)

Não foi apenas com o semanário que Paulo esteve envolvido, conforme explica Pino na década de 1960 o *Marcha*

se propondrá un triple objetivo editorial: el semanario que salía todos los viernes; la ‘Biblioteca de Marcha’, que publicará obras como antologías y recopilaciones de relatos humorísticos; y los cuadernos, una revista de dimensión menor que el semanario, cuyo proyecto era principalmente cultural (artículos, entrevistas, ensayos, etc.). (PINO, 2002, p. 141)

E foram nos *Cuadernos de Marcha* publicados a partir de maio de 1967, momento em que Schilling iniciava seu trabalho na imprensa, que ele encontrou um espaço significativo para trazer a público suas análises. Os *Cuadernos* eram destinados a textos mais profundos e

críticos, em um formato diferente daquele que era publicado no periódico (MARQUES, 2009, p. 75). Algumas das edições foram escritas e organizadas por exilados brasileiros, que direcionaram suas análises para as denúncias das arbitrariedades que aconteciam no Brasil sob as ordens do governo militar naquele momento (MARQUES, 2009, p. 75). Schilling foi responsável por organizar as edições de nº. 37 e 38 intituladas *Brasil, seis años de dictadura: Torturas e Brasil, perspectivas de la revolución*, no ano de 1970. Ele denuncia nos textos as práticas dos subterrâneos da ditadura brasileira até então pouco conhecidas – não apenas no exterior, mas, inclusive, dentro do próprio território nacional – e a contrarrevolução idealizada pela oposição no exílio. Na edição nº 37 ele escreveu o seguinte texto:

Nos limitamos a enfocar algunos aspectos de la realidad brasileña em ese período, los que consideramos más importantes: el origen y la evolución del militarismo brasileño; el golpe continuado o la contrarrevolución permanente; la teoría y la praxis de la entrega de la economía nativa a los monopolios extranjeros; la tesis del ‘satélite privilegiado’ o del subimperialismo brasileño; la política económica financiera del gobierno castrense y sus consecuencias sociales y la transcripción de documentos auténticos sobre la tortura, esa práctica que en los últimos años es parte de lo cotidiano en la vida brasileña.¹¹⁵

É perceptível nesse pequeno fragmento a força com que Schilling expõe suas ideias e suas denúncias. Os temas citados são elementos fundamentais em seu debate e sua escrita começa a se consolidar como meio de ação militante, sua forma de agir frente à realidade do exílio e o insucesso da luta armada. E não foi apenas no *Marcha* que Paulo expôs seus argumentos: a *Agência InterPress Service* e também a agência de notícias cubana *Prensa Latina* foram espaços para as palavras de luta e indignação de Schilling. Vale ressaltar, entretanto, que o *Marcha* parece ter sido a porta que abriu caminhos para que Schilling se vinculasse a estes outros periódicos. Com correspondentes em várias partes do globo e com uma vinculação de notícias com a *InterPress Service*, a *Prensa Latina* e também a *France Presse*, o *Marcha* possibilitou ao personagem aumentar a sua rede de contatos, o que muito possivelmente o levou a se vincular a estas outras plataformas de notícias.

“Dar voz a quienes no tienen voz”¹¹⁶. A frase definida como missão histórica da agência de notícias *InterPress Service (IPS)* parece dialogar diretamente com as convicções apresentadas por Schilling ao longo da sua produção intelectual. Com um reconhecimento prévio dessa missão ou não, Paulo contribuiu com suas reflexões a este meio de comunicação que pretendia atuar como um canal que privilegiasse “las voces e intereses de los más

¹¹⁵SCHILLING, Paulo. “Brasil, seis años de dictadura: Torturas.” *Cuadernos de Marcha*. Montevideo-UY, nº 37, p. 2, 1970. *Apud* MARQUES, 2009, p. 175.

¹¹⁶ <http://www.ips.org/institucional/quienes-somos/nuestra-mision/> Acesso: 18/07/19

pobres”, gerando “un clima de entendimiento, responsabilidad y participación en torno al desarrollo” e promovendo “un nuevo orden internacional de la información entre el Sur y el Norte”¹¹⁷.

Criada em 1964, a agência de notícias pretendia “cerrar la brecha informativa entre Europa y América Latina brindando un servicio de reportajes especiales distribuidos por correo postal”¹¹⁸. Acreditando na informação como uma forma de transformação, concepção que se enquadra na perspectiva de militância através das palavras adotada pelo personagem, a *IPS* objetivava através de seus jornalistas produzir notícias, conteúdos e análises que ajudassem a explicar “de qué manera afectan los acontecimientos y procesos mundiales a la gente y a las comunidades, especialmente a los marginados y a quienes no tienen voz”¹¹⁹.

A política editorial da agência afirma que “não tem como objetivo fornecer cobertura atualizada de eventos, como é o estilo das agências de notícias tradicionais”, mas sim “oferecer cobertura oportuna e detalhada de eventos relevantes”, isso é, o “serviço de notícias consiste exclusivamente em materiais que são de interesse global”, questões que influenciem “o curso dos eventos internacionais de maneira significativa”¹²⁰ apresentadas através de coberturas aprofundadas com análises e reportagens investigativas. Mesmo que o documento apresente concepções atuais da forma de atuação nos parece justo imaginar que a perspectiva da empresa não tenha se alterado tanto desde a sua criação, inclusive pelo fato dos criadores do projeto na década de 1960 continuarem diretamente ligados à direção da agência.

Dessa maneira, Schilling parece ter encontrado tanto no *Marcha* como na *IPS* o espaço para inserir suas reflexões sobre os acontecimentos políticos no Brasil e continuar a sua luta contra a ditadura. Ao mesmo tempo um aspecto extremamente importante se consolidava: Paulo estava empregado e conseguindo manter a família em uma vida tranquila, sem luxos, mas também sem passar por maiores necessidades. Quando questionei as suas filhas sobre o modo de vida e sustento da família no Uruguai elas expuseram:

Andrea: Buenos Aires foi uma época em que a situação financeira deixa de ser ruim, toda a nossa infância era assim, nunca faltou, sempre era apertadinho assim, mas nunca faltou o necessário. [...].

Cláudia: No Uruguai a gente vivia apertado, era apertado mesmo. Eu tenho a impressão, não, eu tenho a impressão não, existia um fundo para cobrir os gastos dos exilados, não sei exatamente quem, quem bancava, talvez o Jango que tinha grana ou...

¹¹⁷ <http://www.ips.org/institucional/quienes-somos/nuestra-mision/> Acesso: 18/07/19.

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ https://web.archive.org/web/20070223091900/http://www.ips.org/about/editorial/editorial_policy.shtml Acesso: 18/07/19. Tradução minha.

Bonas: Não, não, corria coisas, corria uma sacolinha, modo de falar...
 Andrea: Vaquinha?
 Cláudia: Sim, mas eram alguns que podiam colaborar, o pai não podia...
 Bonas: Não, era uma coisa que evidentemente não era muito aberta, mas corria por redações de jornais e tal, então se passava...
 Andrea: Aqui no Brasil?
 Bonas: No Brasil!
 Cláudia: Nunca ouvi falar disso, não sabia. Tinha um fundo que era, pra mim, tinha o sentido que era uma coisa assim: o fundo dos exilados. Então, quem estava muito apertado, assim, né... E a gente, o apartamento do Rio foi vendido, então acho que a gente, um tempo a gente comeu, assim, o dinheiro do apartamento do Rio.¹²¹

É interessante perceber na fala dos entrevistados o quanto suas memórias vão se complementando e ao mesmo tempo acrescentando novas informações, como a “sacolinha” que passava na redação dos jornais nos quais Bonas trabalhava que era de desconhecimento das filhas de Schilling. Desconhecimento esse que na continuidade da entrevista foi explicado:

Cláudia: Também eu não sei isso direito, isso quem sabe mais é a mãe.
 Andrea: Eu nunca soube. Essas questões, era, o casal tinha uma coisa, as coisas eram entre eles, os filhos, vivíamos o nosso papel de filhos. Não tinha nenhuma conversa em que eles trouxessem coisas de adultos para nós. Então a gente nesse sentido, tanto no Uruguai como na Argentina ficava muito preservada. Eles resolviam, eles eram os adultos.
 Cláudia: Então eu não sei quando que o pai começa, por exemplo, começou a trabalhar no Uruguai, quando ele conseguiu alguma coisa [...].¹²²

Preservando as filhas das questões financeira e dividindo os dilemas do exílio com sua esposa, Paulo pode se manter e se construir jornalista. Mesmo que Cláudia enfatize desconhecer o momento em que seu pai iniciou as suas atividades, o que tudo indica tenha sido em 1967 como se mostrou anteriormente, é certo afirmar que enquanto eles estiveram em Montevideu as finanças da família ficaram por conta de Paulo. A situação mudaria, como veremos na sequência do trabalho, quando a família se transfere para Buenos Aires e as condições financeiras melhoram, possivelmente pelas novas atividades assumidas por ele e também pelo início das atividades de sua esposa Ingeborg.

Dentre os periódicos aos quais Schilling esteve vinculado a *Prensa Latina* merece um papel de destaque. Conforme ele mesmo descreve em seu currículo, foram dez anos de colaboração e o resultado foram aproximadamente mil “especiales” sobre política, economia, geopolítica, entre outros aspectos que privilegiaram especialmente o Brasil. O conjunto desses

¹²¹ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019. Bonas é jornalista e trabalhou para o *Estadão*, além das revistas *Istoé* e *Época*, o que o permitiu vivenciar as “sacolinhas” para angariar fundos aos exilados.

¹²² Idem.

artigos foram arquivados por Schilling e hoje compõe grande parte do seu arquivo pessoal. São documentos que, nas palavras do autor, “constituem um amplo panorama do que ocorreu no Brasil durante a ditadura” e que apresentam uma característica muito significativa: são “escritos sem censura”.

O site do periódico na seção “quem somos” apresenta uma breve explicação de sua trajetória:

A Agência Informativa Latino-americana Prensa Latina (PL) surgiu em Havana, Cuba, em 16 de junho de 1959. Seus primeiros sinais foram lançados sem alvoroço, modestamente e em condições muito difíceis. Foi o primeiro projeto de comunicação latino-americano de alcance internacional com uma visão alternativa da realidade regional, eixo central de sua cobertura até nossos dias.

[...]

PL possui 32 escritórios em igual número de países, a maioria na América Latina, considerando-a um meio essencial para o trabalho. Além de sua equipe de profissionais na sede central e de correspondentes no exterior, dispõe de mais de uma centena de colaboradores e especialistas em diferentes campos do saber em vários países, que junto ao pessoal oficial da agência fazem chegar sua mensagem diariamente a milhares de jornais, revistas, televisoras, agências de imprensa e emissoras de rádio em todo mundo.

[...]

PL é e seguirá sendo a via informativa por excelência mediante a qual o mundo tem podido conhecer as alegrias e tristezas desse conjunto de países que parece um só: América Latina¹²³.

Os trechos selecionados acima permitem elucidar algumas questões que parecem centrais para a vinculação de Paulo ao periódico por tanto tempo. Lembrando da necessidade de Schilling de obter um salário e o sustento da família, acredita-se que suas atividades de escrita significavam muito mais do que o dinheiro recebido. Como visto anteriormente, Paulo tinha um carinho especial pela Revolução Cubana e a vinculação deste periódico diretamente com tal episódio pode ter significado uma relação de simpatia e desejo de participar do mesmo. O jornalista Juan Marrero (web, p. 02) explica que trabalhar na *Prensa* ia muito além do salário, “Trabajar en Prensa Latina no significa sólo ganarse dignamente el pan, sino ocupar un honorífico puesto de combate en defensa de nuestra querida patria latino-americana”.

Servindo como um correspondente ou mesmo um colaborador, a *Prensa* significava um canal aberto para a divulgação de suas ideias e para a denúncia dos crimes que aconteciam na ditadura brasileira. Como ele mesmo destaca, em diversas oportunidades, era um meio de trazer à tona diversas questões que a censura imposta a mídia brasileira não permitia.

¹²³ <https://www.prensalatina.com.br/index.php?o=qs&id=quienessomos&SEO=quienes-somos> Acesso: 18/07/19

É possível enfatizar que, assim como percebemos ao analisar a missão do *InterPress Service*, a *Prensa* se propunha a ser uma via significativa de luta pelos povos latino americanos e de Terceiro Mundo: "Queremos saber quién sufre, para tratar de aliviarlo, y quién ríe, para gozar con su alegría; quién es sojuzgado para ayudarle a liberarse, y quién sojuzga para combatirlo con todas nuestras fuerzas"¹²⁴. Sua proposta foi recebida por diferentes pessoas no período como uma luz a informações veladas que se tinham sobre a América Latina. Conforme aponta Marrero (web, p. 01) "El sueño de las mayorías sin voz en América Latina de tener un vehículo que informase objetivamente de su realidad, expusiese sus desafíos y esperanzas, se hizo realidad en La Habana [...]".

Por mais que o foco de Schilling fosse pensar o Brasil, uma análise rápida nas temáticas de seus textos com o passar dos anos no exílio, permite visualizar uma transformação: um enfoque cada vez mais latino americano é apresentado, como se a sua luta estivesse em expansão, a ponto de percebemos nesse momento o início da construção da figura de Paulo como latino-americano¹²⁵. Nesse sentido, a *Prensa Latina* foi a principal via de luta do personagem e nos aproximadamente mil “especiales” escritos e guardados com tanto cuidado – a ponto de sobreviverem ao exílio e serem trazidos ao Brasil pela família – que a militância de Schilling através das palavras se consolidou.

Vale ressaltar que a produção de textos não era uma novidade em sua trajetória. Conforme apresentei neste capítulo Paulo já se utilizava da escrita como forma de engajamento desde o período em que esteve envolvido com a questão do trigo e da terra no Rio Grande do Sul. Com o passar do tempo e as mudanças de campos de possibilidades é perceptível um distanciamento dessa prática, mas que em nenhum momento foi totalmente abandonada. Quando apontei as suas fases de militância é importante ter em mente que busquei elucidar aquela atividade em que está o seu foco principal e não a única realizada. Nesse sentido, a partir de 1967 Schilling parece ter encontrado na escrita a sua melhor forma de engajamento e militância. Seja nos periódicos ou nas editoras em que esteve envolvido, ele passou a produzir de forma significativa e suas palavras se transformaram em sua luta.

¹²⁴ MARRERO, Juan. *Prensa Latina, primera ventana contra la intoxicación informativa*. Disponível em: <http://www.lafogata.org/masetti/notas/p1.14.pdf> Acesso: 18/07/19

¹²⁵ No próximo capítulo aprofundarei mais o debate sobre a ideia de Paulo latino-americano. Sobre os textos escritos para a *Prensa Latina* é possível ter acesso à relação de títulos no inventário existente no apêndice desta tese.

A Editora Dialogo, fundada com o deputado Enrique Erro¹²⁶ parece ter sido o meio para Schilling levar ao público construções teóricas mais densas, diferente dos textos para a imprensa. Em seu arquivo se tem acesso a algumas das obras produzidas nesta editora: *Brasil para extranjeros* (1966), *Brasil de los latifundistas* (1968), *Una historia sucia: el capital extranjero en el Brasil* (1968) e *La estrategia norteamericana en america latina: de la Doctrina Monroe al informe Rockefeller* (1970). Além de ser um espaço para a divulgação de suas produções, a editora também publicou reflexões de outros autores como René Zavaleta, político e pensador boliviano, que publicou *Bolivia: el desarrollo de la conciencia nacional* em 1967 ou mesmo Juan Perón, presidente argentino, que escreveu *Latinoamerica: ahora o nunca*¹²⁷. Além do trabalho na *Dialogo*, é importante ressaltar que Schilling também dirigiu as editoras *Biblioteca de Marcha e Nuestra América* resultando em aproximadamente 35 livros editados.

Enquanto Paulo se dedicava ao trabalho com as palavras, a sua família se adaptava à vida no Uruguai. Nesse aspecto vale ressaltar a trajetória de sua filha Flávia que vivenciou uma situação bastante difícil naquele país¹²⁸. Flávia chegou ao Uruguai com 11 anos de idade acompanhando o exílio de seu pai. Em Montevidéu ela completou seus estudos e ingressou na militância política integrando-se à F.E.R. – Federação dos Estudantes Revolucionários, de orientação Tupamara. Após iniciar a Faculdade de Medicina, abandonou-a ainda no primeiro ano do curso de graduação para dedicar-se inteiramente ao Movimento de Libertação Nacional (MLN). Após aproximadamente dois anos de militância, Flávia acabou presa, em 24 de novembro de 1972, aos 19 anos de idade. No momento de sua prisão, foi ferida por um tiro, tendo a bala lhe perfurado a laringe e a epiglote, causando séria hemorragia. Submetida a uma cirurgia no hospital militar, acabou sendo salva pela equipe médica. Sua prisão durou até abril de 1980, e durante três anos desse período foi “refém” do governo uruguaio, isto é, fez parte de um “conjunto de presos políticos que tiveram um regime de prisão extremamente duro, diferenciado dos demais, e aos quais foi comunicado que qualquer ação realizada por sua organização política redundaria em sua execução imediata” (JOFFILLY, 2010, p. 122).

Paulo reconstrói rapidamente este episódio em seu currículo explicando que apoiou desde o Uruguai inúmeros movimentos de luta contra a ditadura no Brasil, ressaltando o seu

¹²⁶ Enrique Erro foi um jornalista e político uruguaio que esteve diretamente envolvido com a criação da “Frente Amplio”, agrupamento de esquerda naquele país. Após o golpe se exilou na Argentina, onde inclusive esteve preso por mais de um ano.

¹²⁷ As obras estão disponíveis no Arquivo Paulo Schilling.

¹²⁸ A trajetória de Flávia Schilling foi o tema da minha dissertação de mestrado. Seu envolvimento com a militância, as questões de vivenciar o exílio e seu período na prisão são os principais eixos de reflexão do trabalho. Para mais ver SILVA (2014).

não envolvimento orgânico a nenhum deles, e que no seu país de exílio apoiou os Tupamaros, “movimento guerrilheiro do qual participou sua filha Flávia, ferida ao resistir a prisão e condenada a quinze anos de prisão pela ditadura uruguaia”, enfatizando ainda o fato da liberdade de sua filha ter sido antecipada pela metade do tempo em razão da campanha realizada no Brasil¹²⁹.

Mesmo que Paulo construa de forma breve a situação vivida por Flávia, sabe-se que este episódio afetou em inúmeras questões a vida da família Schilling, desde o momento do desaparecimento até a sua liberdade. Cláudia relatou em entrevista o episódio da prisão de sua irmã:

Quando a Flávia foi presa, ela levou um tiro no pescoço e a gente ficou sem, a gente sabia porque teve um médico do hospital que ligou pro meu pai em Marcha e falou que a filha dele estava no hospital militar e tinha recebido um tiro. Então a gente soube dois ou três dias depois, porque ela sumiu, porque meu pai sempre encontrava com ela digamos, sei lá, uma terça feira pra almoçar e o combinado era, se ela não viesse que ele viesse no dia seguinte no mesmo lugar e se ela não aparecesse era porque tinha acontecido alguma coisa. E foi o que aconteceu, então a gente sabia que tinha acontecido e a gente não sabia o que até que recebeu esse telefonema. Só que a gente não podia fazer nada, porque a gente oficialmente não sabia de nada, entendeu, então a gente não podia queimar ninguém lá de dentro. Nossa eu cansei de passar na frente do hospital assim, quando eu ia pra faculdade...¹³⁰

O relato de Cláudia permite visualizar que mesmo que Paulo não tenha se envolvido diretamente com os Tupamaros o encontro semanal com Flávia, naquele período já vivendo de forma clandestina, o colocava em ligação com o movimento, talvez motivado ainda por suas crenças na luta armada como forma de transformação. Além disso, o fato de um médico do hospital militar ter ligado para Schilling em seu trabalho no *Marcha* para avisar da prisão de Flávia permite supor que ele era um nome conhecido e que havia constituído uma certa rede de relações em Montevideu passados mais de oito anos de exílio.

O fato de se saber quem era Paulo Schilling pode ter influenciado também uma outra situação vivida por sua filha na prisão: a transformação em refém da ditadura uruguaia. Sabe-se que os critérios para a escolha das reféns da ditadura nunca ficaram totalmente esclarecidos. Alguns dos reféns eram líderes do movimento Tupamaro enquanto outros, como o caso de Flávia, não faziam parte da direção e sua escolha estaria relacionada a outros motivos, como ao fato de terem sido feridos no momento da detenção, o que os classificaria como perigosos (SCHILLING, 1978, p. 61). Permito-me sugerir aqui, entretanto, que o fato

¹²⁹ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 4. A campanha de Flávia será retratada com mais detalhes no próximo capítulo.

¹³⁰ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

de Flávia ser filha de Paulo pode ter sido um fator importante para sua escolha como refém, não que tenha sido o único, mas que pode ter pesado nessa situação. Como o bem-estar de Flávia estava agora diretamente ligado ao que acontecia fora da prisão, parece justo imaginar que as atitudes de Paulo estariam mais comedidas com esta situação. Mesmo que o personagem estivesse de forma legal em Montevideu, isso não significava que o governo estivesse contente com sua postura na imprensa e permitisse total liberdade a ele, afinal a política uruguaia havia mudado desde o momento em que eles haviam chegado lá.

Ao examinar o exílio no Uruguai é importante perceber que durante um primeiro momento o país recebeu bem e apoiou os exilados políticos e suas famílias. Entretanto, com o correr do tempo, nota-se a presença cada vez mais agressiva de alguns grupos civis e militares uruguaios que percebiam esses estrangeiros como pertencentes ao grupo dos “inimigos internos”. Soma-se a isso uma pressão do governo brasileiro para obter informações sobre os seus exilados que lá estavam, a fim de aos poucos conseguir um controle, pelo menos informacional, de suas atividades. Tendo por base a noção de fronteiras ideológicas, isto é, de que as fronteiras nacionais não eram mais limites para a soberania de um país,

o Brasil considerava totalmente válido questionar o governo uruguaio – seja através da ameaça velada de violações de fronteiras, ou de pressões das mais variadas formas – para vigiar o “inimigo interno” que estava destacadamente no Uruguai, fora de suas fronteiras territoriais. Apesar das autoridades uruguaias e da população em geral terem apoiado os exilados e suas reivindicações, determinados setores da sociedade e parte das forças policiais e militares posicionaram-se a favor dos interesses da ditadura brasileira, o que viabilizou, a curto prazo, o estabelecimento eficiente de mecanismos de controle e monitoramento dos exilados, tanto por parte do Brasil quanto do Uruguai (FERNANDES, 2009, p. 81).

Nota-se, assim, uma presença e uma pressão – política, diplomática e econômica – bastante grande da ditadura brasileira no país vizinho, o que ocasionou um forte controle dos exilados brasileiros no Uruguai¹³¹. Tal elemento iria se tornar ainda mais presente após a subida de Pacheco Areco à presidência em 1967 – a partir desse momento percebe-se um aumento da repressão, que viria a se consolidar com a instalação da ditadura uruguaia em 1973 e com a organização da Operação Condor¹³². Nesse sentido e “devido às pressões que o

¹³¹ Segundo Fernandes (2009, p.81), “o controle dos exilados deu-se através dos órgãos civis e militares de informação, repressão e espionagem”. Além disso, percebe-se que “os órgãos diplomáticos também participaram do sistema de informação da ditadura. Para tanto, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao Serviço Nacional de Informação (SNI) e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para espionar os brasileiros que haviam se retirado do país seja por exílio, fuga ou banimento. A Montevideu do exílio brasileiro foi o ‘laboratório’ para a criação desse centro. O mesmo esteve ativo durante toda a ditadura e se projetou, também, para outros países, principalmente os do Cone Sul”.

¹³² Conforme explica Padrós (2009, p.49) “A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 60 e 80. Na prática, consistiu na extrapolação além-fronteiras dos mecanismos repressivos que já vinham sendo colocadas em prática, com muita eficiência, no interior de cada um dos países. Através de um

Brasil estava impondo sobre este país, o governo uruguaio começou a ceder em algumas questões referentes ao asilo político” (FERNANDES, 2009, p. 126), o que fica explícito quando se visualiza o desafio imposto para a família Schilling em 1974: a expulsão de Paulo e em seguida de sua esposa do Uruguai.

Schilling justifica em seu currículo que tal episódio ocorreu “em razão de um pedido pessoal do ditador Ernesto Geisel a seu colega Juan Bordaberry”. Tal pedido teria acontecido por um episódio vivenciado por Schilling ainda no período em que ele estava envolvido na FECOTRIGO, quando ele “denunciara a corrupção (e provocando a demissão) do presidente da central, general (reformado) Henrique Geisel”. E complementa: “uma década e meia depois, a família Geisel, pela mão do então ditador, conseguiu a sua revanche”¹³³. Este episódio também foi pauta na entrevista realizada com a família Schilling quando se retomava os motivos da mudança da família para Buenos Aires. Bonas explicou as memórias de Paulo sobre o acontecido e que segundo a família havia sido contada em mais de uma situação:

O professor dizia, explicava isso pelo Geisel. Que o Geisel tinha, mantinha ele sob o foco. Tinha uma pendência antiga, ele dizia que tinha uma pendência antiga na FECOTRIGO né, a cooperativa de trigo. Um irmão do Geisel teria, que fazia parte da diretoria da cooperativa, eu não sei qual era o papel do professor ali, não sei se tinha cargo, se era tesou... secretário. Esse irmão era um vice e o presidente meio que se licenciou, alguma coisa assim, e esse vice ficou, ou era tesoureiro, enfim, esse irmão do Geisel teria, e isso seu pai odiou sempre em tudo, sempre puritano como ele era, extremamente cumpridor, ele pediu que o rapaz, ou o senhor, parece que era mais jovem, prestasse contas e pediu em uma assembleia e parece que isso repercutiu na família Geisel. Aí deram, ou se fez um acerto, e o cara não devolveu o dinheiro ou devolveu, enfim, eu sei que esse cara saiu na moita, pediu demissão, mas os Geisel marcaram o professor¹³⁴.

A situação retratada tanto por Paulo como nas memórias da família Schilling parece trazer uma característica marcante de Schilling e que se pode definir como uma integridade moral forte, no sentido da ética. Tal atributo de sua personalidade apareceu em mais de um episódio na pesquisa realizada para esta tese e ficam claras em momentos como o rompimento de Paulo com o PCB, após a revelação dos crimes de Stálin, e mesmo após seu retorno ao Brasil em que situações semelhantes irão ocorrer na CUT, no PT e mesmo quando correspondente do jornal *La Voz*. Não tenho, entretanto, elementos para conferir até que ponto os acontecimentos ligados à FECOTRIGO foram centrais para o governo brasileiro pressionar o uruguaio para que expulsasse Paulo Schilling.

complexo processo de articulação e coordenação das forças de segurança, procurou-se combater a oposição exilada na região e, posteriormente, toda e qualquer forma de dissidência, manifestação e denúncia contra as ditaduras em qualquer parte do planeta, caso de Europa e dos Estados Unidos”.

¹³³ SCHILLING, Paulo. *Curriculum Vitae*. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 4

¹³⁴ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Paulo foi expulso do Uruguai no primeiro semestre de 1974, enquanto sua esposa Inge teve sua expulsão, motivada pelo fato de ser casada com ele, solicitada por volta de março de 1975¹³⁵. O dia em que a polícia invadiu a casa da família para prender Schilling é lembrado de maneira muito interessante pelas suas filhas. Como elas tinham uma diferença de idade significativa, a perspectiva daquela vivência é construída de maneiras diferentes e que se complementam em suas memórias. Para que não se perca detalhes transcrevi o diálogo na íntegra:

Andrea: Eu tenho a memória assim, viva da cena...

Cláudia: Eu tenho também.

Andrea: Tu já não moravas na nossa casa, tu já estavas casada.

Cláudia: É, eu já morava em outra casa

Andrea: Morávamos a minha mãe, a Valéria, eu e ele. E a gente tinha mudado de bairro, porque foi uma fase em que não tinha dinheiro e a gente morava num bairro dos mais caros de Montevideú.

Cláudia: Conhece Montevideú? Então, a gente morava em Pocitos.

Andrea: E a gente foi morar num bairro que seria periférico, não dá 20 minutos de Pocitos, mas enfim, para Montevideú né. E a gente tava recém mudados para lá, um ano, e aí, eu não sei as partes assim mais objetivas, mas eu tenho só a lembrança, mas isso, de acordar, ele foi me acordar para ir ao ginásio, eu tava no primeiro, no segundo, já não sei, e ele vinha assim assoviando para me acordar, ele só sabia assim uma única melodia, risos [...]. Aí eu lembro de tocar a campainha, eram tipo seis da manhã, [...], e toca a campainha e entra sei lá, quatro, cinco caras armados e levam ele embora dizendo que ele seria embarcado, não sei se eles dizem, sei que foi aquela coisa assim...

Cláudia: Eu tinha 23, então tu tinhas 12 anos...

Andrea: É... mas a gente em seguida fica sabendo que o embarcariam de noite no barco que levava para Buenos Aires, então assim, ele não ficou 12 horas detido e já expulso e imagina caos absoluto né, aí claro né...

Cláudia: Essa é a tua lembrança. Eu tava na minha casa, eu acho que eles, que a mãe deve ter ligado, aí eu não lembro detalhes, a gente não tinha telefone em casa, era na vizinha, daí eu fui lá pra casa e daí, tá, ele tava preso na chefatura de polícia lá e daí eu fui com a mãe conversar com algumas pessoas que a gente lembrou que ele queria ir para Buenos Aires, mas a gente não sabia se eles iam permitir isso né, a gente tinha medo que mandassem ele para o Brasil, porque é claro que foi pressão dos militares porque descobriram também que ele trabalhava na *Prensa Latina* né. Então eu lembro que a gente foi conversar com...

Andrea: Tá vendo, a parte adulta, eu devo ter ido para a escola.

Cláudia: É, talvez. É isso, ela não sabe disso. E eu fui com a mãe, a gente foi falar com um superamigo que era, trabalhava na Embaixada de Cuba que era o Cervantes, que depois a gente até encontrou no Brasil e tudo, ele era não sei qual era o cargo dele...

Andrea: E tinha Embaixada de Cuba em Montevideú?

Cláudia: Tinha.

Andrea: Já era tempo da ditadura?

¹³⁵ Quando questionei se tinha algum motivo específico para a expulsão de dona Inge do Uruguai, suas filhas responderam: "ser casada com ele" e complementaram "absolutamente nenhum, ela era uma dona de casa que cuidava da gente, não dava um pio [...] ela era nossa mãe, para cuidar de quatro só podia ser a nossa mãe." Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Cláudia: É, mas ele nos ajudou. Quer dizer, a gente conversou e fomos falar com o Neiva Moreira¹³⁶ que ele também, ele era, ele dirigia um jornal *Época* que se chamava lá e daí assim, fomos falar, assim a nossa manhã foi muito agitada, que a gente foi falar com um monte de gente e então um monte de gente mais ou menos também se mexeu...

Andrea: Para garantir que embarcassem ele para Buenos Aires.

Cláudia: Para Buenos Aires.

Andrea: Porque para mim foi um dado, dado: ele vai para Buenos Aires.

Cláudia: Não, não era um dado, dado. E isso é uma coisa interessante que diz que ele foi interrogado lá, foi preso e interrogado, não foi torturado. Deram, tu falou 12, eu acho que deram 24 horas, mas eu não tenho certeza.

Andrea: Foi na noite, isso eu lembro direitinho, da gente ir à noite, ir para o porto.

Cláudia: Pode ser, é, a gente foi no porto se despedir.

Andrea: A gente viu ele sendo embarcado.

Cláudia: A gente pode dar um beijo e um abraço...

Andrea: Nada, eu lembro da imagem dele embarcando e aquela angústia.

Cláudia: Eu acho que sim, que a gente conseguiu se despedir.

Andrea: Ela sempre fica mais bonita a história (risos). Eu acho ótimo.

[...]

Cláudia: Depois eu lembro que a gente foi fazer a mala que ele tinha que levar né, roupa. A gente foi arrumar a mala e eu tenho a impressão que era inverno sim. Que ele tava muito gelado, que ele tava de sobretudo assim, eu tenho uma certa ideia. Então tá, no fim ele conseguiu e ah, isso que eu tava contando que é engraçado que ele não queria aceitar que dessem só doze horas, seja lá, porque ele falou que ele exigia 48 horas porque era o que estipulava a Convenção de Genebra (risos). É a cara do Paulo Schilling.

Andrea: Falando pro milico que chega na tua casa armado (risos). [...].

Cláudia: É a cara dele, e daí ele, ele queria que fosse pelo menos 48 horas, mas então deve ter sido 12 mesmo. Então tinha um barco grande que se chamava Puerto Carrera, que era muito legal assim, um naviozão bonitão que ia para Buenos Aires durante a noite e daí embarcaram ele, eu acho que a gente conseguiu dar um beijo e um abraço, tava cercado lá de gente, de polícias e daí tá, foi para Buenos Aires¹³⁷.

As memórias das irmãs Schilling e a sua forma de narrar os episódios que se sucederam até a expulsão do personagem levam o interlocutor a vivenciar aquele momento. A mistura dos sentimentos de angústia, medo e até mesmo a comicidade em determinadas situações permitem ao menos imaginar tudo que se passou nas prováveis doze horas desde a invasão da casa até o embarque de Paulo para Buenos Aires. Enquanto Andrea e Valeria possivelmente tenham ido à escola, Cláudia e Inge se articularam na rede de amigos e conhecidos para que a segurança de Paulo fosse mantida. O medo da extradição ao Brasil, que resultaria em sua prisão e porque não imaginar na sua tortura e mesmo morte, levaram as mulheres da família a articularem um meio para que ele fosse enviado para outro lugar. Não

¹³⁶ Vale ressaltar que Neiva Moreira já estava em Buenos Aires quando este episódio aconteceu e possivelmente o contato com ele tenha sido por telefone objetivando buscar ajuda e mesmo alguém para receber Paulo caso se confirmasse seu traslado para a capital Argentina. Paulo inclusive irá morar com Neiva nos seus primeiros meses em Buenos Aires.

¹³⁷ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

se tem informações da eficácia desse movimento, imaginando, entretanto, que o contato com a embaixada cubana possa ter tido alguma influência ou mesmo o contato com outros nomes que possam ter pressionado o governo uruguaio, Schilling foi enviado no mesmo dia para a capital Argentina, local em que ele mesmo havia escolhido.

A opção por Buenos Aires esteve diretamente relacionada a um nome: Juan Domingo Perón. O político que esteve por mais de dez anos exilado havia voltado ao país e sido eleito no fim de 1973 para a presidência. A simpatia pelo então presidente levou Schilling a optar pela capital do país vizinho como seu destino. Cláudia enfatiza que seu pai teve a opção da escolha e que o momento em que ele chegou a Buenos Aires era muito bom, o que o permitiu fazer contatos com outros exilados e conseguir logo começar a trabalhar, “tinha um ambiente assim, legal. E aquela coisa, pegou os últimos tempos do Perón” e complementa brincando: “ele no fim era um peronista”¹³⁸. Esse bom momento, entretanto, é interrompido dois meses após a chegada ao país do Prata quando Perón vem a falecer. Iniciava-se então, conforme escreveu Schilling em seu currículo, “a primeira parte da ditadura (com Isabelita, Lopes Rega e sua famigerada “Triple A”), continuada com a mais brutal das ditaduras militares já ocorridas na América Latina”¹³⁹. A adaptação da família Schilling a este novo contexto de exílio, a forma de atuação militante de Paulo e as relações estabelecidas com as ditaduras no cone sul da América são os próximos elementos a serem analisados nesta tese.

2.2 Buenos Aires e o segundo exílio: a luta pelas palavras, a divisão da família e *Como se coloca a direita no poder*

O segundo exílio de Paulo, em seguida transformado no exílio da família Schilling, é o período de sua trajetória sobre o qual menos encontrei fontes, seja nos relatos e entrevistas com suas filhas ou mesmo em seu currículo. Buenos Aires parece ter sido um momento de maturidade do personagem. Schilling chega à capital argentina não como um desconhecido, mas como um jornalista e escritor importante reconhecido por suas reflexões, características que o permitiram se integrar rapidamente à nova realidade, mesmo que ela tenha sido pensada de uma maneira – momento de volta do Perón – e vivida de outra – golpe e ditadura. Outros exilados, como verificado, também facilitariam esse processo. Buenos Aires também marca a divisão da família pela primeira vez. Sua esposa e as duas filhas menores acompanharam a mudança, Flávia e Cláudia entretanto, permaneceram em Montevideú. Flávia estava presa e

¹³⁸ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹³⁹ Idem.

assim permaneceria até 1980; Cláudia já construíra relações com a cidade e fica na capital uruguaia para ser o elo de ligação e suporte de Flávia com a família.

A família dividida somadas às experiências de expulsão de Inge do Uruguai – por ser sua esposa – e a transformação de Flávia em refém da ditadura uruguaia – mesmo que não se possa diretamente relacionar essa situação à figura de Paulo – parecem ter feito com que ele vivesse seu exílio na Argentina de forma mais prudente e comedida. Isso não significa que ele tenha se autocensurado ou mesmo deixado de escrever sobre o que estava acontecendo no Brasil ou na América Latina, muito pelo contrário. Seu envolvimento, entretanto, com atividades que pudessem trazer maiores riscos à sua família aconteceram em escalas menores. O campo de possibilidades do novo exílio era bastante restrito: a perseguição através da Operação Condor à sua figura mesmo fora do Brasil, a possibilidade de expor a sua família a algum tipo de risco, o fato de agora não possuir mais asilo político ou qualquer tipo de proteção do governo, somados à brutalidade da realidade argentina durante a ditadura levaram o personagem a consolidar o “projeto jornalista”. Sua luta e militância continuavam, mas concentradas de maneira praticamente exclusiva na escrita de artigos e livros.

Quando Paulo chega em Buenos Aires é recebido pelo companheiro Neiva Moreira que já havia saído de Montevidéu e estabelecido residência na capital argentina¹⁴⁰. Conforme relataram suas filhas, Schilling “foi recebido em um apartamento no bairro de "La Chacarita" onde tinha o Neiva Moreira [...] e ele acabou indo morar com o Neiva, era esses apartamentos de exilados, refugiados [...] e ele ficou hospedado lá, sabíamos que ele tava bem”¹⁴¹. A escolha da cidade platina foi ocasionada conforme relatado pela volta de Perón ao governo; é interessante ressaltar nesse sentido que Paulo quando colocado na situação de escolher o seu destino parece sempre buscar espaços em que a política na qual acreditava estava em destaque. Com Buenos Aires foi assim e, mais tarde, a mesma lógica parece ter guiado a escolha da cidade de São Paulo como local de retorno da família Schilling ao Brasil, coincidindo com o momento de fundação do Partido dos Trabalhadores.

O período na capital argentina trouxe algumas transformações para a rotina familiar: Andrea e Valéria já estavam um pouco mais velhas, o que permitiu a dona Inge começar a trabalhar. Conforme relatou Andrea, em Buenos Aires “a nossa mãe começou a trabalhar, ela deixa de ser a dona de casa. Ela larga as filhas e vai trabalhar [...], é a agência de refugiados [...], e depois trabalhou no ACNUR”, e complementa, “tinha acontecido o golpe no Chile, daí

¹⁴⁰ Além de Neiva Moreira, outros exilados também fizeram parte do convívio de Schilling conforme relatou sua filha Andrea: “quando a gente morou em Buenos Aires moravam o Flávio Tavares, o Boal, o Ferreira Gullar, o Amino Afonso”. Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹⁴¹ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

tinha muitos chilenos e também bolivianos”. A alocação de Ingeborg no mercado de trabalho, a situação de Flávia e Cláudia em Montevideu e o fato de Paulo ter mantido seu emprego na *Prensa Latina* e logo em seguida iniciado a trabalhar com o general Gugliameli em uma revista e editora chamada *Estrategia* possibilitaram uma melhor condição financeira para a família. Quando questionada sobre a situação no novo país de exílio, Andrea, que interessadamente considera Buenos Aires como seu exílio pois havia saído do Brasil com pouca idade e havia crescido na capital uruguaia, explicou:

Foi uma época Buenos Aires, em que a situação financeira deixa de ser ruim. Toda a nossa infância era assim, nunca faltou, mas sempre era apertadinho, mas nunca faltou o necessário. E Buenos Aires passa a ter um pouco, assim, então por um lado era uma situação muito louca, Buenos Aires era o tempo dos desaparecimentos, era né... nós tínhamos uma vida normal, muito maluco pensar isso. [...] Nos saíamos, íamos no cinema, íamos no teatro. Todos os finais de semana nos íamos ao teatro, a gente viu alto teatro argentino [...] você teve uma vida normal¹⁴².

E Flávia complementa que, na Argentina, Paulo

atua em uma revista muito importante além da *Prensa Latina*. A revista se chama *Estrategia* e é gerida pelo General Gugliameli, que reconhece seu trabalho sobre geopolítica e papel internacional do Brasil, enfim, é a época em que meu pai trabalha com essa questão, geopolítica. Eles sobrevivem à Argentina!!!! Até hoje é algo arrepiante pensar o perigo que viveram!!! Meu pai e minha mãe trabalharam muito em Buenos Aires (minha mãe começa a trabalhar no ACNUR, onde fica 20 anos atendendo refugiados), vivem muito bem lá, encontram um grupo de jornalistas brasileiros correspondentes estrangeiros e fazem um grupo de amigos, relatam uma vida boa naquela cidade que estava com bombas explodindo e pessoas sendo desaparecidas. O grupo de brasileiros lá se amplia, não são apenas exilados ou pessoas da política, encontram amigos mais pessoais que se mantém até hoje¹⁴³.

A vida financeira se apresentava então com um viés mais positivo dentro da nova realidade. As várias fontes de renda lembradas por suas filhas e a imagem de que Paulo estava sempre trabalhando possibilitam imaginar um período mais sossegado no aspecto econômico. Por outro lado, ao lembrar do fato de estarem vivendo o período mais brutal da ditadura argentina, “bombas explodindo e pessoas sendo desaparecidas,” como relata Flávia,

¹⁴² Aqui é interessante ressaltar a preocupação de Paulo com a questão da cultura para suas filhas. Conforme percebeu-se ao longo das entrevistas desde o exílio no Uruguai, Paulo fazia questão que de tempos em tempos, e com alguma frequência, a família fosse ao parque de diversões. Andrea explicou que: “essa coisa de que a alegria, de que o prazer fazia sentido, apesar de não ter dinheiro e dona Inge ter que inventar como fazer o almoço [...] a gente ia no parque de diversões [...] ele garantia pra gente a cultura e a possibilidade de dar risada na Montanha Russa”. Flávia em seguida complementou: “Cultura ele sempre bancou”. Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹⁴³ Entrevista de Flávia Schilling para Laura Vianna Vasconcellos por e-mail. Dezembro de 2018. Agradeço imensamente a Laura pela disponibilização do material e espero que este capítulo contribua com o trabalho que ela vem desenvolvendo. Sobre a situação do exílio na Argentina ver o trabalho de Rodeghero (2012) realizado a partir da entrevista com o músico Raul Ellwanger.

as memórias de Andrea nos permitem ao menos imaginar a sensação de estar na condição de exilado naquele momento:

Era um paradoxo porque era toda uma vida normal, a gente estudava, eles trabalhavam, a gente passeava e ao mesmo tempo tudo estava acontecendo e a gente ouvia as pessoas comentando das mortes, explodia prédios. Então, por exemplo, um dia a gente acordou e tinham explodido os vidros do prédio do lado da minha casa, vidros inteiros tinham caído porque tinham explodido uma bomba e eu não acordei.[...] Quando estourou a bomba eu não ouvi, era uma experiência de por um lado perfeita normalidade e por outro lado você via aqueles carros, como é que fala? Que eles pegavam as pessoas, de polícia, é um carro da polícia sem estar escrito polícia [...]. Então cada vez que você via pensava nisso, mas tinha, teve uma certa normalidade na vida. Muito maluco assim¹⁴⁴.

Questionada se tinha algum episódio mais marcante em sua experiência de exílio, Andrea relatou:

Eu lembro de uma única vez, a gente vivia em frente a uma loja de móveis usados e eu chegando da escola [...] e eu chegando e um caminhão gigante do exército na frente do meu prédio e eu falei o que que eu faço agora: eu continuo andando ou eu vou para casa? E eu fui para casa e não era nada, eles estavam comprando móveis na loja em frente, mas você vivia esse tipo de, como eu havia tido a casa invadida em Montevideu mais de uma vez, não só quando levaram o pai, mas também quando procuravam a Flávia, várias vezes aconteceu de invadirem. E eu fique assim, eu já tinha 17 anos, já era maiorzinha, mas fiquei naquela, e agora? [...] Fui para casa e não era nada, mas você vivia esse tipo de incerteza.¹⁴⁵

A incerteza relatada por Andrea parece ser um ponto importante para ser pensado. A família Schilling havia saído do Brasil pelo fato de Paulo estar sendo perseguido após o golpe. Após quase 10 anos no Uruguai, a família é expulsa, desta vez uma medida que não atingiu apenas Schilling, mas também Ingeborg. Flávia estava presa na situação de refém, Cláudia em Montevideu e as duas meninas mais novas em Buenos Aires. A família fragmentada, a força da ditadura argentina com os desaparecidos e as bombas pela cidade, a Operação Condor¹⁴⁶ e a possibilidade de a qualquer momento a família ser surpreendida por alguma medida. O medo, de certa maneira, estava presente no cotidiano. Medo que, segundo Andrea, não era difuso, se concretizava todo o mês quando o carnê do seguro de vida pago por seu pai chegava em casa: “ele passou a vida pagando seguro de vida, porque se ele morresse, pra

¹⁴⁴ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Aram Aharonian em seu texto “Un penoso adiós: murió Paulo Schilling” publicado em 13/02/2012, explica que Paulo “Fue uno de los primeros que denunció el Plan Cóndor, de prisión, tortura, desaparición y muerte de los militantes de izquierda en el cono sur”. Denúncias que possivelmente traziam à tona a preocupação com a sua situação e de sua família. Disponível em: <http://questiondigital.com/un-penoso-adios-murio-paulo-schilling/> Acesso: 07/03/2020.

deixar alguma proteção. Então, essa sombra de uma possível morte a qualquer momento”¹⁴⁷. A precaução de deixar algum dinheiro caso acontecesse algo com sua vida demonstra o quanto a realidade da família estava diretamente ligada ao fato de que a repressão poderia chegar até eles em qualquer momento.

Ao levar em conta as transformações ocorridas na política argentina, o que em primeira vista não se imaginava no momento em que Schilling optou por Buenos Aires como seu destino, questioneei a família se eles não haviam considerado se exilar em algum outro local, isso é, se mudar novamente. Andrea relatou que houver sim oportunidades, mas que Paulo optou por permanecer, principalmente pela situação de Flávia:

Teve momentos assim, teve momentos quando acontecem as mortes do Michelini, isso eu lembro, muito jovem, 14, 15, mas a gente pensa seriamente em ter que ir pra Cuba, ter que ir embora. Se cogitou e Vale e eu não queríamos ir nem mortas porque em Cuba todo mundo andava de uniforme (risos). [...] E teve momentos que ele recebe convite da Alemanha para ir trabalhar e ele absolutamente não aceita trabalhar pros, pro governo alemão, de jeito nenhum e, mas isso assim, teve momentos em que a gente pensou que ia ter que ir embora de novo. Primeiro, ele recebe o convite do Allende para trabalhar no Chile, mas aí ele acha, isso ele contou muitas vezes, como ele não tinha mudado os militares ele achava que o Allende estava comendo bola e realmente em pouquíssimo tempo o Allende cai, mas ele havia recebido um convite para ir também para o Chile. [...] Teve momentos [para sair], mas a questão sempre era, ele falava, nós não vamos deixar a Flávia sozinha, nem a Cláudia. Nós vamos ficar porque aí a gente consegue cuidar¹⁴⁸.

Cuba foi o destino de muitos exilados e a vinculação de Schilling com a *Prensa Latina* poderia ter sido um facilitador para a adaptação da família naquele país. O Chile e o convite de Allende devem ter sido muito tentadores, afinal a ideologia de Paulo se aproximava da política chilena, entretanto as decisões do então presidente chileno não passavam confiança para que Schilling se mudasse, mesmo que o convite tenha vindo em um momento mais tranquilo e antes da expulsão do Uruguai. A possibilidade de ir para a Europa não agradou, afinal estaria muito longe do seu local de luta. Por fim, a situação de Flávia acabou transformando-se em um elemento fixador, não era possível sair da Argentina e deixá-la sem nenhum suporte mais próximo. Decidido a permanecer, Schilling continuou seu trabalho

¹⁴⁷ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹⁴⁸ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019. O senador uruguaio Zelmar Michelini foi sequestrado em 19 de maio de 1976 por 15 policiais à paisana em um hotel situado em pleno centro de Buenos Aires. Quatro dias mais tarde, o corpo de Michelini foi encontrado com marcas de tortura junto com os corpos de outros três uruguaios num automóvel abandonado na capital argentina. A ditadura assegurou que tinham sido vítimas de uma organização guerrilheira. Os outros assassinados eram Héctor Gutiérrez Ruiz - presidente da Câmara de Representantes do Uruguai quando, em 1973, aconteceu o golpe de Estado nesse país -, Rosario Barredo e William Whitelaw. O assassinato de Michelini, que nunca foi esclarecido, é um dos exemplos emblemáticos da coordenação da repressão por parte das ditaduras do Cone Sul durante a década de 70, conhecida como Plano Condor. Texto disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/03/23/ult1807u4143.jhtm> Acesso: 30/07/19

como jornalista, seus textos à *Prensa Latina* permanecem em fluxo constante e seus estudos passam a ser destinados também à revista e editora *Estrategia* coordenada pelo General Guglielmelli, militar e político importante nas lutas nacionais da Argentina¹⁴⁹.

A revista que era publicada a cada dois meses pelo “Instituto de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales (INSAR) de Argentina” tinha por objetivo “realizar y promover investigaciones sobre los problemas nacionales de Argentina y las situaciones internacionales, con particular énfasis en los asuntos vinculados a la seguridad nacional”. Dirigida desde a sua fundação “por el general de división (R.E.) Juan Enrique Guglielmelli”, contava em seu conselho de redação com “militares y civiles de prestigio en el país conosureño y en América Latina”¹⁵⁰. Paulo foi um de seus redatores e contava com bastante prestígio junto a Guglielmelli, a quem suas filhas lembram como um grande amigo de seu pai. Ana Jaramilo, companheira de trabalho de Schilling na *Revista Estrategia* e hoje reitora da Universidade Nacional de Lanús, relembra com carinho a sua atuação junto a Paulo e a importância dele dentro do periódico, chegando a atuar na coordenação da revista na ausência de Guglielmelli:

Ya juntos en *Estrategia* me ayudó a hacerme cargo de la revista cuando el General Guglielmelli partió a la ex Yugoslavia a conocer a Tito y la experiencia autogestionaria. Recién me doy cuenta que me llevaba veinticuatro años, ya que trabajábamos codo a codo. Mientras tanto, comenzó a escribir junto al General algunos artículos y también libros como el conocido “Argentina, Brasil y la bomba atómica”. Su prolífica pluma y su trabajo de investigación permanente sobre la geopolítica brasileña y latinoamericana dio como resultado más de treinta libros imprescindibles para quienes investigan la geopolítica de la región¹⁵¹.

O reconhecimento da contribuição de Schilling nas reflexões sobre a geopolítica latino-americana e de sua participação ativa dentro do campo de possibilidades de escrita aberto com a *Revista Estrategia* chamam a atenção. No exílio argentino Paulo não estava mais na situação de um jornalista iniciante, sua atuação e escrita se tornam mais sólidas e seu destaque como referência em determinadas temáticas começa a aparecer. A redação de

¹⁴⁹ Guglielmelli ficou conhecido por suas lutas em temas significativos da história argentina: “su nacionalismo económico, la defensa del patrimonio nacional, de la industria, la distribución de la riqueza y el desarrollo integral de la sociedad, sus preocupaciones por la liberación nacional y su consecuente crítica y denuncia de las políticas económicas liberales y la extranjerización del país, así como su oposición a cualquier uso de las fuerzas armadas como instrumento de represión contra el pueblo, le merecen el reconocimiento de los argentinos”. Disponível em: <http://www.labaldrich.com.ar/los-olvidados-de-la-historia/defensores-del-patrimonio-nacional/juan-enrique-guglielmelli/> Acesso: 30/07/19.

¹⁵⁰ Texto disponível em: <https://www.nexos.com.mx/?p=3597>. Acesso 30/07/19.

¹⁵¹ JARAMILLO, Ana. Idealismo filosófico VS idealismo político: Ha muerto un luchador e idealista político de nuestra América. Texto disponível em: http://www.semanarioalternativas.info/archivos/2012/2%20%20febrero/205/PORTADA/paginas%20portada/Articulos/Paulo_Schilling.html Acesso: 30/07/19

artigos, livros e “especiales” para a *Prensa Latina* compõe o seu arsenal de luta. A sua militância, limitada pelo ambiente argentino, pela Operação Condor e pela prisão de Flávia, se dá nas palavras, escolhidas a dedo para denunciar e divulgar os acontecimentos vivenciados no cone sul da América. Sua atuação militante, entretanto, encontrou pequenas brechas para resistir também fora do jornalismo, como fica evidenciado na resposta de sua família quando questionados sobre o envolvimento mais direto dele nos meandros da política Argentina:

Cláudia: ele se envolveu completamente.

Andrea: Não, ele não opinava, ele sempre falava: eu escrevo sobre o Brasil.

Cláudia: é, isso é. Mas é claro que ele estava envolvido, ele tinha um almoço marcado no dia em que explodiram o carro do ex-presidente da... Ele iria almoçar com uma pessoa que botaram a bomba no carro e mataram o cara que ele ia almoçar naquele dia.

Andrea: Ele teve contatos, mas profissionalmente ele nunca opinou sobre a Argentina, nem poderia porque para morrer era dois palitos. Porque a gente sabia dessa fragilidade em Buenos Aires né, estava a Operação Condor acontecendo. Morreu o Michelini, morreu o Gutiérrez Ruiz¹⁵².

Bonas: Ele me dizia o seguinte: ele aproveitava as brechas pra políticas, as divergências políticas entre Argentina e Brasil, Itaipu por exemplo, o projeto de Itaipu. Aí ele entrava e começava a falar do imperialismo na América do Sul e aí enfiava o Brasil no meio. Os argentinos não vetavam isso porque a eles interessava, então ele entrava por essa brecha. O que o governo brasileiro fazia e tal, mas ele falava: era um terreno pantanoso¹⁵³.

Foi em pequenas brechas, tateadas e encontradas por Schilling em meio ao “terreno pantanoso” das ditaduras e da Operação Condor, que ele encontrou maneiras de continuar a sua luta. O principal meio foi a publicação de seus textos, seja na Argentina ou mesmo através da *Prensa Latina* em Cuba. O relato de um encontro de Schilling com alguém que teve uma bomba colocada em seu carro demonstra que a rede de contatos continuava e a busca de meios para lutar contra aquelas ditaduras e sobreviver a elas mantinha-se entre suas atividades. Ana Jaramilo traz em suas recordações um exemplo de como Paulo estava envolvido com as questões políticas do período:

Cuando llegó la dictadura también a la Argentina, fue uno de los que me ayudó a salir. Tanto el General Torres como el General Prats fueron asesinados en Buenos Aires antes de tener una entrevista con Guglielmelli. Me presentó a Flavio Tavares, a Amino Affonso y a tantos otros que me iban a ayudar como a René Zavaleta, Director de la FLACSO en México, a quien le encomendó que me protegiera. René Zavaleta había sido Ministro de minas de Bolivia, metido en el campo de concentración del Beni del cual se había fugado. En la FLACSO pude terminar mi Maestría.¹⁵⁴

¹⁵² Ver nota 147.

¹⁵³ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹⁵⁴ JARAMILLO, Ana. Idealismo filosófico VS idealismo político: Ha muerto un luchador e idealista político de nuestra América. Texto disponível em: http://www.semanario-alternativas.info/archivos/2012/2%20%20febrero/205/PORTADA/paginas%20portada/Articulos/Paulo_Schilling.html Acesso: 30/07/19

A ajuda oferecida a Ana para que pudesse sair da Argentina e a rede de contatos apresentada por Paulo a ela demonstra o quanto Schilling estava envolvido com o universo político que o rodeava. Mesmo que a ideia de uma luta mais direta, como havia sido pensada em um primeiro momento, não estivesse no campo de possibilidades, era nos pequenos espaços que a atuação fora do jornalismo se acentuava, seja encontrando meios de fuga da perseguição a quem necessitasse ou apresentando companheiros que pudessem ajudar nas diferentes situações que eram colocadas pela ditadura. Dessa maneira, parece justo afirmar que Schilling passou o seu exílio na Argentina envolvido principalmente com suas atividades de jornalista, mas atuou também nos pequenos espaços deixados pelo sistema para auxiliar seus companheiros.

A situação brasileira que no ano de 1979 começava a mostrar possíveis transformações, principalmente com a Lei da Anistia, não deixou em nenhum momento de ser acompanhada pelo personagem e é neste momento, inclusive, que Paulo publica um dos seus livros mais conhecidos *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. A partir de suas palavras de introdução da obra, apresentadas como quem olha para a própria trajetória de vida no exílio e escolhidas com todo o peso da sua luta, que me propus a fazer uma última análise neste capítulo:

Começamos a escrever este livro logo depois do golpe de 1º de abril de 1964, quando estávamos asilados na embaixada uruguaia no Rio. O terminamos, em Montevideú, em julho de 1966.

Este é principalmente um livro de memórias de quem - menos por mérito do que por sorte - participou intensamente dos acontecimentos políticos e sociais do período agosto de 1961 a abril de 1964, em nosso entender o mais rico da história brasileira. [...]

[...]

Por considerar que a crítica e a autocrítica são práticas fundamentais, indispensáveis às organizações e aos dirigentes políticos e sociais (a única maneira de não seguir praticando os mesmos erros), resolvemos pôr no papel tudo o que sabemos sobre os acontecimentos daquele período, sem ocultar nada, doa a quem doer.

É óbvio que não conhecemos toda a verdade do ocorrido. O que passamos às mãos do leitor é uma parte da verdade total, observada do ângulo em que nos encontrávamos e analisada do ponto de vista nacionalista popular-revolucionário (brizolista).

Além de ser uma porção limitada da verdade, essa pode estar parcialmente deformada pela nossa própria militância. Este não pretende ser um estudo frio, científico de quem observou os acontecimentos à distância (no tempo e no espaço), de uma torre de marfim. É um livro duro, deliberadamente polêmico e agressivo, pois pretende provocar outras análises críticas e autocríticas, até agora sonegadas ao povo brasileiro.

Agora que não existe mais o pretexto da ditadura e da clandestinidade (utilizado por muitos para evitar a autocrítica), pensamos que toda organização que ainda exista e os líderes que sobreviveram, têm o dever impostergável de prestar contas ao povo: pelo que fizeram ou deixaram de fazer naquele período e depois dele, nos anos da Era Militar.

[...]

[...] A publicação de COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER foi considerada inoportuna, naquele momento [1966], pela direção nacionalista-revolucionária no exílio.

Lamentámos mil vezes haver acatado o veto. Considerando que nos anos seguintes assistimos – perplexos e impotentes – à repetição sistemática de nossos erros, no Uruguai, na Bolívia, no Chile, na Argentina, etc., pensamos que a divulgação, naquela época, deste livro, poderia haver contribuído minimamente ao menos, para impedir o alcance de alguns dos desastres verificados nesses países irmãos.

Posteriormente, em razão desses mesmos colapsos, já não houve possibilidades de editá-lo em nenhum dos países do Cone Sul, muito menos no Brasil. Em consequência, o material ficou "dormindo" esses longos anos. Escapou, por pouco, inclusive do desaparecimento total. O original em português e suas cópias em espanhol, menos uma, desapareceram nesse furacão repressivo que transformou a "Suíça da América" num Haiti.

[...]

Queremos chamar a atenção do leitor para um aspecto importante: mantivemos in totum a versão original escrita em 1964/66. Isso significa que a análise reflete o estado de espírito que nos animava então. Vivíamos, em Montevidéu, um clima de véspera: antes de iniciar-se o movimento guerrilheiro que fracassou com o aborto de uma de suas frentes, a de Caparaó. O "foquismo" havia contagiado praticamente todos os movimentos de esquerda da América Latina (menos os PCs, que mantiveram-se inexoráveis em sua posição pacifista, a reboque das burguesias "nacionais"), inclusive o nacionalismo popular-revolucionário (brizolismo). Esperávamos emular a Fidel, criando dezenas de "serras Maestras" e aceitávamos como um dogma a afirmação de Mao: o poder nasce da boca do fuzil.

Hoje, depois de tantos fracassos heroicos (porém fracassos), de milhares de mortes, do fato de Cuba continuar sendo – 20 anos depois – o único território livre da América, nossa posição (pessoal) em relação aos caminhos da Revolução é não dogmática. Pensamos que assim como "todos os caminhos conduzem a Roma", são múltiplas as vias que podem levar à libertação nacional e social de nossos povos: desde o voto e a mobilização das massas, até a greve revolucionária e a luta armada em suas distintas modalidades.

[...]

Se revisamos parcialmente nossa posição sobre os métodos táticos de luta para chegar ao poder, não modificamos (como muitos companheiro), em absoluto, o objetivo estratégico: continuamos absolutamente convencidos de que somente a Revolução Socialista – concretizada por este ou por aquele caminho – poderá resolver os dramáticos problemas sociais do povo brasileiro, do povo da América Latina, do povo do Terceiro Mundo. [...]

[...]

Liquidado o populismo, fracassado o capitalismo selvagem e dependente, parece evidente que somente resta um caminho para tirar o país do atoleiro: o socialismo, um socialismo pensado em função da realidade nacional e da idiossincrasia do povo brasileiro, um socialismo à moda da casa, libertário e tropicalista.

Entendemos que o caminho mais viável para chegar a este objetivo é o do nacionalismo popular-revolucionário, com sua dimensão latino-americana, dentro do ideal da Pátria Grande. Com essa bandeira, agora abandonada por Brizola, poder-se-ia criar um movimento (ou um partido) autenticamente nacional, integrado fundamentalmente pelos trabalhadores urbanos e rurais, pelos intelectuais não comprometidos, os estudantes e pelos setores das classes médias não corrompidos pelo consumismo do "milagre". Um partido que, partindo de um profundo processo de análise crítica e autocrítica do verificado a partir de agosto de 1961, se estruturasse sobre sólidas bases de massas, com uma direção autêntica, coletiva, não caudilhesca, pudesse canalizar a crescente rebeldia popular no sentido da libertação nacional e social do Brasil e da América Latina.

Buenos Aires, setembro de 1979¹⁵⁵.

Na capital platina meses antes de receber através da Lei da Anistia o seu direito de voltar ao Brasil, Paulo escrevia estas palavras para introduzir a obra que se tornaria a mais emblemática de sua produção intelectual. Desde o momento da saída do Brasil, ainda na embaixada no Rio de Janeiro, Schilling preparava a sua análise e sua crítica aos episódios vivenciados até então, ao mesmo tempo em que lamentava não ter publicado antes acreditando que “poderia haver contribuído minimamente ao menos, para impedir o alcance de alguns dos desastres verificados nesses países irmãos”. Os projetos pelos quais havia se engajado no Brasil pré-golpe tinham perdido espaço, era hora de repensar os acontecimentos. Em Montevideu a luta armada, a teoria do foco e a ideia apresentada por Schilling como dogma: “o poder nasce da boca do fuzil” balizaram os primeiros anos do grupo de exilados. O fracasso de Caparaó, mesmo heroico como diz seu texto, colocou uma outra perspectiva em mente: era hora de sobreviver àquele período. Período este ainda democrático: Chile, Argentina, Uruguai ainda mantinham seus governos e davam a oportunidade de lançar um grito sobre o que tinha acontecido no Brasil através de sua obra. Mesmo finalizada, ela foi calada pela direção nacionalista-revolucionário no exílio.

Foi preciso aguardar pacientemente as transformações que se sucediam. O golpe no Uruguai ocasionou em seguida a expulsão de Schilling daquele país. Era hora de novos ares e a capital argentina foi o destino escolhido. Não se sabia do terror que estava por vir. No Chile, Allende havia caído. Estava em Perón a esperança de algum tipo de resistência no cone sul da América. Resistência que durou poucos meses e em seguida se iniciou a ditadura mais violenta do período, incrementada pela força da Operação Condor. Paulo e a família Schilling sobreviveram a tudo isso. Foram 15 anos de exílio. Tempo suficiente para o personagem pensar e repensar tudo que tinha visto, vivido, imaginado e colocado em prática, mas acima

¹⁵⁵ SCHILLING, Paulo R. Como se coloca a direita no poder. Volume 1: Os antagonistas. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1979. Págs. 9-14.

de tudo: escrito. Foram mais de mil textos enviados para a *Prensa Latina* em Cuba, foram inúmeros artigos e coleções publicados no periódico *Marcha*, na *Agencia Interpress* e mesmo na *Revista Estrategia*, sem contar as obras publicadas e editoradas.

A revolução socialista continuava como meta, era a solução aos olhos do intelectual brasileiro e agora também latino-americano. Era preciso, entretanto, um movimento forte e quem sabe um novo partido político que pudesse canalizar todo o conhecimento adquirido nos últimos anos e construído em cima de uma análise crítica dos erros cometidos pela esquerda. O momento de canalizar a crescente rebeldia popular no sentido da libertação nacional e social do Brasil e da América Latina estava por vir. As palavras de Schilling foram escritas com um ar de reflexão ao mesmo tempo em que deixam transparecer um certo otimismo: o fim do AI-5 no Brasil e a assinatura da lei da Anistia, que permitiria a consolidação da ideia do “breve” retorno, iluminavam a reflexão de Paulo. Mais uma vez era hora de indicar um destino e uma cidade nova na história da família foi a escolhida: São Paulo, afinal, como afirmava Paulo era lá que “a História estava acontecendo” e lá que a sua luta e militância deveriam continuar.

CAPÍTULO 3

A Anistia no Brasil e o “demorado” retorno

“Sinto-me bastante emocionado nesta véspera do dia em que vou pisar no Brasil pela primeira vez depois de tanto tempo”, disse ontem o Sr. Paulo Schilling, acrescentando: “É mais ainda porque esta minha volta vinha sendo adiada constantemente desde que fui beneficiado pela anistia, no ano passado, devido a problemas pessoais e familiares. Tive de remarcar minha passagem quatro vezes”¹⁵⁶.

A reportagem do *Jornal do Brasil* de 17 de janeiro de 1980 traz em seu título “Paulo Schilling volta hoje depois de 15 anos no exílio” a marca do demorado retorno que Paulo e sua família vivenciaram no exílio. Com chegada prevista para as 18 horas e 35 minutos no Aeroporto de Congonhas em São Paulo, o personagem desta tese pisaria novamente em solo brasileiro e naquela cidade iria recomeçar a sua história dentro do cenário político do país que foi obrigado a deixar quinze anos antes. Schilling sabia que o momento do Brasil e da América Latina era diferente e que havia espaço para que o trabalho realizado no exílio pudesse continuar.

O final dos anos 1970 e a década de 1980 evidenciaram por toda a América Latina um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o panorama político (SILVA, 2010, p. 246) por governos civis. No caso brasileiro, os passos iniciais para a concretização da abertura política iniciaram ainda sob o governo Geisel com a suspensão do AI-5 e o fim da censura à imprensa. Em seu artigo sobre a luta pela anistia Fabíola Del Porto (2009, p.48) explica que na luta contra o regime militar a revogação do AI-5, em outubro de 1978, foi vista como uma importante vitória e um passo fundamental para o fim do aparato repressivo e para o retorno ao Estado de Direito o que se somou, em dezembro de 1978, à revogação do decreto de banimento de mais de 120 exilados como outra importante conquista daqueles que lutaram pela anistia¹⁵⁷.

Os avanços assinalados devem, entretanto, ser percebidos dentro de um contexto limitado, afinal os militares ainda controlavam o processo. Tal situação fica clara na lista de “figuras indesejáveis” que tiveram seus nomes excluídos da lista de revogação do banimento, entre os quais pode-se citar Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Francisco Julião e Paulo Schilling (PORTO, 2009, p.48). Em uma carta escrita por Henfil e utilizada como introdução de uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2018,

¹⁵⁶ ALVES, Rosental Calmon. Paulo Schilling volta hoje depois de 15 anos no exílio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1980.

¹⁵⁷ Para um aprofundamento sobre o retorno dos banidos, a anistia e o exílio ver a dissertação de Petró (2017).

observa-se que a exclusão de determinados nomes fora significativa nas mobilizações dentro do país:

São Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel.

Considerando as instruções dadas por V. S. de que sejam negados os passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire.

Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, a cultura, o sorriso, as aspirações, a história e o sangue destes oito senhores. Considerando tudo isto, por imperativo de minha consciência, venho por meio desta devolver o passaporte que, negado a eles, me foi concedido pelos órgãos competentes de seu governo.¹⁵⁸

Fica nítido que mesmo após o fim do AI-5 e a adoção de medidas mais liberais pelo Itamaraty no que tange à liberação de passaporte para exilados e banidos havia um grupo que continuava a ser um problema para o governo, pois haveria um certo grau de perigo na volta de cada um ao país. (RIBEIRO, 2012, p.44). Entre o grupo de “indesejáveis” estava Paulo, classificado com o sinal vermelho só teria acesso aos seus documentos após uma negociação política de sua volta junto ao governo, negociação esta que somente aconteceria após a Anistia¹⁵⁹.

O debate sobre a Lei da Anistia se estendeu ao longo de 1979 e Figueiredo, que havia tomado posse em 15 de março de 1979, foi o responsável por sua assinatura. Para o historiador Francisco Silva (2010, p.269) “um dos principais pontos da agenda de Figueiredo era a anistia, item fundamental para retomada do processo político de abertura, cada vez mais sob o risco de ultrapassagem do governo pelo movimento popular”. Envolto no lema *Anistia ampla, geral e irrestrita*, setores da população brasileira se mobilizaram buscando solucionar as inúmeras questões que se mantinham em aberto como os desaparecidos políticos, os exilados e a forma de julgar aqueles que cometeram inúmeros crimes em nome da ditadura.

Com o intuito de aliviar a pressão social e pretendendo tornar a opinião pública mais favorável ao governo, a concessão da anistia política procurou desmobilizar os movimentos sociais que lutava por ela (RIBEIRO, 2012, p. 42). Promulgada em 1979, a Lei da Anistia resultou de intensas negociações com a oposição, chegando a um acordo entre as pressões

¹⁵⁸ Carta do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil. In: HENFIL. Cartas da mãe. Rio de Janeiro: Codecri, 1981 (adaptado).

¹⁵⁹ Conforme explica Denise Ribeiro (2012, p.44) em sua dissertação sobre a Anistia os exilados brasileiros foram classificados em cores, de acordo com o grau de perigo que representava a volta de cada um ao país. Os “verdes” eram aqueles sem quaisquer dificuldades na área política e merecedor de passaporte normal; os “rosas” era integrado por cidadãos indiciados em processos, e por isso habilitados apenas a obter um título de nacionalidade para regresso; e por fim estavam os marcados com o sinal “vermelho”, restrito ao círculo de oito pessoas Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire que representavam ameaças em seu retorno ao país.

oposicionistas e as preferências dos setores militares de linha-dura¹⁶⁰. Apesar de inúmeras limitações, explica Maria Helena Moreira Alves (2005, p.321), a Lei da Anistia significou um efetivo avanço na medida em que permitiu o retorno ao país de todos os exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados.

Liberado para voltar, Paulo precisava alinhar algumas questões pessoais antes de deixar Buenos Aires e a principal delas era a busca pela libertação de sua filha, que desde 1978 movimentava a família e diversos grupos de solidariedade no Brasil e no mundo. O ano de 1978, como comentado anteriormente, pode ser visto como o momento em que se intensificaram as lutas pela anistia no Brasil, com um aumento no número de pessoas e entidades envolvidas na causa. Tais lutas vão acabar por interferir na organização da campanha pela soltura de Flávia, a qual, iniciada no Rio Grande do Sul, se espalhou pelo Brasil até finalmente atingir seu objetivo.

Conforme expõem Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 153), o início de 1979 trouxe a expectativa quanto ao encaminhamento a ser dado à demanda [da anistia] pelo presidente eleito, o general Figueiredo, cuja posse aconteceu em março daquele ano. Mesmo que a intensificação da campanha pela lei da anistia e pela libertação de Flávia tenha acontecido em 1979, é já a partir de 1978 que começam a surgir engajamentos mais explícitos e uma maior divulgação pública de informações sobre a situação vivida por ela. Neste ano, tanto nos jornais alternativos, como na grande imprensa, aparecem as primeiras notícias a respeito de Flávia. É também neste momento – mais precisamente em 02/12/1978 – que, durante um ato público na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia do estado (CBA-RS) e por mais 22 entidades de defesa dos direitos humanos, foi lançada a Campanha Nacional em Favor de Flávia Schilling (RODEGHERO, DIENSTMANN E TRINDADE, 2011, p. 162).

Envolvido na campanha pela libertação de sua filha, Paulo organiza e publica o livro “Querida Família:”. A obra apresentava 35 cartas escritas por Flávia durante os primeiros meses de prisão e buscava contribuir na divulgação de informações sobre a situação vivida por ela e na sensibilização da sociedade para a sua causa. As tentativas de libertação de Flávia e a campanha organizada parecem ter refletido positivamente junto à família Schilling,

¹⁶⁰ Para um aprofundamento dos debates da Lei da Anistia ver ALVES (2005); RODEGHERO, DIENSTMANN E TRINDADE (2011) e RIBEIRO (2012).

principalmente pelo sentimento de apoio frente à difícil situação enfrentada¹⁶¹. Em entrevista ao autor, Flávia comentou:

[A campanha foi] a primeira vez que eles se sentiram apoiados. Para eles, foi muito importante, enquanto até reparação do banimento. Eu acho que para eles foi o grande momento. Eu me sinto um pouco fora disso, como eu não estava dentro, eu só fui perceber isso saindo. Mas para eles foi o momento da vida deles, para todos. Foi muito importante pro meu pai, minha mãe, todo mundo [...]. Para eles foi essencial, acho que foi o que permitiu depois até chegar ao Brasil bem. Para as minhas irmãs também... Foi uma coisa assim de reparação também muito importante.¹⁶²

Com a campanha em desenvolvimento e os detalhes para a libertação de Flávia sendo tratados em nível governamental, chegara o momento de retornar ao Brasil. Conforme expõe a reportagem do *Jornal do Brasil* sobre o seu retorno, a grande preocupação de Paulo era justamente de não fazer comentários sobre a situação de Flávia que estava com o caso sendo julgado pela justiça uruguaia e qualquer fala nesse sentido poderia prejudicar o processo. Schilling, entretanto, fez questão de agradecer a “generosidade do povo brasileiro e aos movimentos de anistia e a todos os grupos que colaboraram na campanha”, ressaltando também o “empenho do Itamarati, manifestado por intermédio do Ministro Azeredo da Silveira como pelo atual chanceler Saraiva Guerreiro” e “a imprensa brasileira, que deu sempre a maior cobertura à campanha”.¹⁶³ A reportagem ainda enfatiza que São Paulo provavelmente seria a cidade em que Schilling se estabeleceria no futuro e transcreve uma de suas falas:

“O meu futuro no Brasil agora está na dependência dos contatos que vou realizar nos próximos dias com publicações e editoras brasileiras. Atualmente já tenho um contrato assinado com a Editora Global, de São Paulo, que vai lançar alguns dos meus livros. O primeiro já saiu no ano passado – *Como se coloca a direita no poder*, um livro de memórias sobre o período de 1961 a 1964”¹⁶⁴.

A volta ao país e a escolha da cidade de São Paulo como local de retorno de Schilling foi um ponto questionado na entrevista realizada com a família. A empregabilidade – ponto destacado no trecho acima por Schilling – e o contexto histórico vivido foram elementos ressaltados por suas filhas como pontos importantes para tal escolha. Fica evidenciado assim, que em seu retorno ele buscava um espaço seguro para continuar as suas atividades de militância política. Nas palavras das irmãs Schilling:

¹⁶¹ A campanha pela libertação de Flávia foi realizada conjuntamente com a busca pela libertação de outros dois presos políticos: Flávio Koutzii e Flávio Tavares. A semelhança dos nomes acabou por identificar a campanha como “a campanha dos Flávios e da Flávia” ou mesmo “a campanha pelos Flávios”. Para mais ver: TRINDADE (2009); (RODEGHERO, DIENSTMANN E TRINDADE (2011), SILVA (2014) e SCHMIDT (2017).

¹⁶² Entrevista concedida por Flávia Schilling ao autor. Abril de 2013.

¹⁶³ ALVES, Rosental Calmon. Paulo Schilling volta hoje depois de 15 anos no exílio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1980.

¹⁶⁴ Idem.

Andrea: Aquela história que estava posto [o retorno para o Brasil], de que não havia dúvidas, quando vem a Anistia: vamos voltar? Vamos voltar! Ninguém se debateu, [...] foi um dado natural. Assim, estou te falando da minha experiência, assim, eu terminei o colegial e vamos voltar, pronto. E voltamos, para São Paulo. Aí pra mim tanto fazia, pois eu não tinha vínculo nenhum com Porto Alegre, nem conhecia São Paulo [...].

Cláudia: A gente veio para São Paulo sem conhecer essa cidade.

Andrea: Mas poderia ter sido o Rio, seria mais difícil para arranjar trabalho para o pai.

Cláudia: O pai falou com todas as letras: “Em São Paulo está acontecendo a história e nós vamos para São Paulo”, sem conhecer (risos).

Andrea: E tinha a questão da empregabilidade também; estava a coisa do PT, o nascimento do PT. Então foi assim: Vamos embora? Vamos embora! Estava a campanha da Flávia rolando, então era um contexto super favorável, tinha que voltar, era pra voltar. E voltamos eu e ele, minha mãe ficou vendendo o apartamento, aí ela já tinha virado especialista (risos). Como tinha uma loja de móveis usados em frente, já voltaram os móveis para a loja, nós havíamos comprado lá e eles voltaram para loja. E eu vim com ele para dar força para a campanha, e eu tinha 17,18 anos, enfim, fiz o que eu pude. Muito pouco, mas participei do programa da Hebe Camargo (risos), que é uma mancha na minha história (risos).

Cláudia: Foi divertido, depois eu fui também! (risos)

Andrea: E a gente foi para casa de amigos que nos acolheram, ficamos uns meses ali, até a Inge conseguir fazer toda a parte prática e aí comprou-se a casinha. Vendeu-se a de Buenos Aires, comprou-se a casinha que a gente viveu muitos e muitos anos. Mas foi muito interessantes essa coisa de algo que tá já, isso sim, já estava dito que seria e realmente quando acontece [o retorno ao Brasil] foi muito bom [...]¹⁶⁵.

Questionadas sobre a demora da lista da anistia em relação ao nome do Paulo, lembrando que ele havia sido um dos últimos a ter o retorno liberado, Cláudia comentou que em suas memórias todo o processo havia sido rápido, que mesmo ele estando na lista sem permissão para retorno, tudo rapidamente se resolveu e eles estavam voltando. Andrea, por sua vez, comentou que não tinha registro da lista e que envolvida com o término do colegial já tinha assimilado que tudo bem retornar ao Brasil. Ainda em relação ao trecho citado acima, Cláudia e Andrea evidenciam o cenário da campanha que se realizava por Flávia e que este era um ponto significativo no retorno da família.

Após dois anos intensos de campanha por sua libertação, Flávia foi beneficiada pela promulgação de uma lei por parte do governo uruguaio que dava liberdade e expulsava do país todos os estrangeiros que estavam presos em seu território. Depois de sete anos e meio, ela e outros 36 presos estrangeiros foram, finalmente, soltos. Em 07 de abril de 1980, Flávia assinou sua libertação; entretanto, ficou em isolamento até o dia 14, quando anunciaram que sua viagem de volta ao Brasil ocorreria imediatamente. Chegara o momento de novamente reunir a família Schilling.

¹⁶⁵ Entrevista concedida pela Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Figura 4 – As mulheres da família Schilling reunidas novamente. Agosto de 1981.



Fonte: Arquivo pessoal Cláudia Schilling.

O currículo de Paulo Schilling, documento que utilizei como linha condutora dos momentos vividos ao longo da trajetória do personagem aqui estudado, é retomado aqui para compreender a forma com que ele retratou o seu retorno ao Brasil e a maneira como enfatizou, ou não, determinadas passagens de sua atuação política. Sempre em terceira pessoa, Paulo explica que:

Regressou do exílio, em razão da anistia, em janeiro de 1980. Ingressou, como sócio fundador, no partido dos trabalhadores. Durante seis anos dirigiu o setor “América Latina/Caribe” da Secretária das Relações Internacionais do Partido, estabelecendo relações com a maioria dos partidos políticos progressistas da América Latina e do Caribe, ajudando a criar condições para o estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Cuba e prestando solidariedade à Revolução Sandinista. Assessorou a CUT (Central Única dos Trabalhadores) desde seu nascimento e integrou o “DESEP” (Departamento de Estudos Sociais, Econômicos e Políticos) da entidade. Foi um dos fundadores e integrantes da “Comissão Administrativa do ‘Instituto Cajamar’”, a escola de formação de quadros do setor sindical.

Ingressou no “CEDI” (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) como responsável pelo “Projeto Dívida Externa e Conjuntural”. Nesses organismos e assessorando outros, teve uma atividade intensa nas campanhas da “Dívida Externa”, “Reforma Agrária”, “Itaipu”, na campanha contra a formação autoritária do “MERCOSUL” (que dentro da visão neoliberal somente favorece as empresas e bancos internacionais) e ultimamente na denúncia das práticas do neoliberalismo, da política recessiva, imposta pelo FMI/Banco Mundial, na liquidação de direitos sociais vigentes há meio século e no relativo às trágicas realidades do colapso da saúde, da educação e do aumento acelerado da multidão de excluídos.

Entre as personalidades e entidades que assessorou e ou assessorou destacam-se o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, a Comissão de Justiça e

Paz, as pastorais sociais, o “Movimento dos Sem Terra”, a “Ordem dos Advogados do Brasil” e inúmeras “ONGs” que atuam na área social¹⁶⁶.

O texto escrito por Schilling expõe a forma com que ele reconstrói seu processo de readaptação ao Brasil e deixa claro a retomada de sua militância mais ativa, isto é, com um envolvimento mais direto nos principais grupos e projetos desenvolvidos pela ala mais progressista do país. É importante ressaltar que nessa nova fase de militância – influenciada pela segurança de todos os seus familiares e pelo momento de abertura política do país – Paulo não deixou de lado suas atividades como escritor e jornalista, produzindo trabalhos para a imprensa, obras de compilação de seus escritos e mesmo livros inéditos. O ponto significativo de transformação da atuação de Paulo, e que pode constatar a partir de seu currículo, é o envolvimento para além do Brasil. A vivência no exílio parece ter trazido para suas discussões um olhar mais amplo e que não foi perdido no retorno ao seu país: a luta de Schilling continuava engajada a uma visão latino-americana, que lhe permitiu aproximar-se, inclusive, de correntes da Igreja Católica, instituição que estava distante de sua atuação antes do exílio. Nas páginas que seguem, pretende-se retomar os principais pontos da atuação de Schilling no Brasil até a sua aposentadoria, momento em que seus papéis passarão a ser a pauta principal de investigação.

O início dos anos 1980, momento de seu retorno ao Brasil, é marcado por uma combinação de incertezas e esperanças, período em que se buscam novos limites para os valores democráticos, os caminhos para o *day after* das ditaduras (NAPOLITANO, 2017, p.281/282). A fragmentação dos projetos de esquerda foi uma das marcas da abertura política no início dos anos 1980; as bandeiras comuns – denunciar a ditadura, lutar pela anistia, investir ou não na Constituinte – foram sendo substituídas pela agenda de organização do “partido operário de massas” ou pelo fortalecimento das alianças de classe, opções que se tornaram excludentes após o surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980 (NAPOLITANO, 2017, p.293). E nessa busca por caminhos Schilling visualizou na cidade de São Paulo o local específico em que a história iria acontecer e nesta cidade estabeleceu residência se aproximando rapidamente de um movimento político que começava a ganhar espaços: o Partido dos Trabalhadores (PT).

O processo histórico de formação do PT se inicia a partir da assinatura da Lei de Reforma Partidária, aprovada pelo Congresso brasileiro em 1979 e que “correspondia ao projeto estratégico do governo de partir a oposição em muitas facções e manter o partido

¹⁶⁶ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. P. 5-6.

oficial unido” (NAPOLITANO, 2017, p. 299), assim, após ser anunciado em agosto de 1979, a criação do Partido dos Trabalhadores se formalizava em fevereiro de 1980. Ao analisar cuidadosamente estas datas nos parece importante evidenciar que a escolha de Schilling pela cidade de São Paulo e seu vínculo com o PT se deram neste espaço de tempo. O anúncio de formação do partido se deu em agosto de 1979, momento em que Schilling ainda aguardava sua liberação para retornar ao país. Recebido o aval para seu retorno é possível imaginar que ele tenha procurado um ambiente de atuação política no qual suas ideias encontrariam um espaço de diálogo e o PT, prestes a ser fundado em São Paulo, foi o espaço político escolhido naquela ocasião¹⁶⁷.

Segundo Napolitano (2017, p.301), o PT, reunindo a esquerda não comunista, poderia em princípio assustar o regime, mas não foi isso o que aconteceu. Para o governo o partido teria vida curta, pois a tradição sectária dos grupos de esquerda que formavam ou aderiram a ele e o caráter de movimento social e sindical de suas principais bases seriam um obstáculo a uma ação institucional efetiva, além disso, o fato de que a legenda tiraria votos da esquerda trabalhista e socialista levaram o governo a assimilar bem o novo partido. Oficialmente criado em 10 de fevereiro de 1980, o PT se constituiu a partir do movimento social de trabalhadores com base na classe operária e se afirmou como socialista e democrático, se propondo a lutar pela livre organização dos trabalhadores, a combater os instrumentos de repressão, a defender a alteração da estrutura fundiária no país, a combater a política salarial de arrocho e a defender uma política social efetiva¹⁶⁸. O espaço do novo partido estava em consonância com as ideias de Schilling e a aceitação da legenda pelo governo deve ter contribuído para que ele encontrasse ali seu primeiro espaço de ligação após o retorno ao Brasil.

Uma rápida pesquisa no Google sobre Paulo apresentará o seu vínculo com a fundação do Partido dos Trabalhadores, o colocando como um dos fundadores do Partido¹⁶⁹. Em seu currículo, Schilling se descreve como “sócio fundador do PT” e expõe que durante seis anos dirigiu o setor “América Latina/Caribe” da Secretaria das Relações Internacionais do Partido.

¹⁶⁷ Levando em conta que a discussão para a criação do partido é anterior à reforma partidária é possível supor que Schilling estivesse em contato há mais tempo com as pessoas que estavam projetando o PT. Quando questionei Flávia Schilling sobre essa vinculação, ela respondeu: “Creio que meu pai acompanha esta formação de Buenos Aires, mas não me lembro dele comentar que tivesse uma vinculação mais formal. Esta aproximação maior se dá quando chega ao Brasil. Mas o pai sempre comentava que logo que chega se aproxima ao PT, mas não é dos fundadores de primeira hora, é do momento em que o PT se lança como partido. Recordo recém chegada, um primeiro de maio em São Bernardo, onde encontramos Lula e meu pai me apresenta ao Lula, ou seja, já o conhecia (maio de 1980) de filiações”. Flávia Schilling por e-mail ao autor, 10/03/2020.

¹⁶⁸ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Partido dos Trabalhadores (Verbete). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt> Acesso: 26/10/19.

¹⁶⁹ Alguns dos sites encontrados: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506483>; <https://www.brasildefato.com.br/node/8688/>; <http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/46908/morre+o+jornalista+paulo+schilling+um+dos+fundadores+do+pt> Acesso: 08/11/19.

Na entrevista realizada com sua filha Flávia, foi possível perceber a aproximação e inserção de Paulo na conjuntura de consolidação do partido:

O pai chega em 80 aqui [...] e ele se aproxima do Lula, tanto que eu me lembro que uma das primeiras coisas que a gente fez quando eu cheguei aqui, eu acho que foi logo que eu cheguei, eu cheguei dia 14 de abril e no dia 1º de maio eu fui com o pai em São Bernardo no comício de 1º de Maio e a gente cruzou com o Lula e foram beijos e abraços com o Lula, então ele estava, ele já conhecia e estava próximo. Também não sei se dizer formalmente, mas creio que ele é um dos intelectuais que chega e que rapidamente se aproxima, faz contatos e começa a trabalhar em prol do PT.¹⁷⁰

Schilling, entretanto, não busca no partido um espaço para se inserir na vida política pública. Como o intelectual que era, participa de reuniões, de comícios e se mantém próximo às pautas de transformações evocadas naquele espaço. A empolgação inicial parece ter sido diluída ao longo dos primeiros anos do partido quando algumas das ideias iniciais começam a ficar em segundo plano e que o objetivo maior passa a ser ganhar as eleições, conforme interpretou o próprio personagem. Nesse momento, Paulo deixa de ter uma atuação mais direta nas pautas estabelecidas, ele mantém contato com algumas lideranças, participa de atividades e permanece simpático ao partido, mas não diretamente integrado a ele.

Outro espaço de inserção de militância política encontrado por Schilling após seu retorno ao Brasil foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fundada em agosto de 1983¹⁷¹ e dentro do que foi chamado de “novo sindicalismo” no Brasil, a CUT apresentava entre suas resoluções “a luta contra o desemprego e a defesa da estabilidade, a reivindicação da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a luta pela extinção da hora extra e contra o arrocho salarial”, além de defender “os servidores públicos, das empresas estatais, do direito à habitação, da reforma agrária, e a luta pelas liberdades democráticas”, sem contar a defesa da “revogação da Lei de Segurança Nacional e da livre organização política e partidária, combate à privatização das empresas estatais e a todo e qualquer tipo de discriminação, defesa das populações indígenas”¹⁷². Os elementos apresentados pela CUT se aproximam daqueles defendidos pelo personagem. Tal similitude levou Schilling a assessorar a Central Única dos Trabalhadores desde seu nascimento e integrar o Departamento de Estudos Sociais, Econômicos e Políticos da entidade. Além disso, foi um dos fundadores e

¹⁷⁰ Entrevista de Flávia Schilling concedida ao autor. São Paulo, janeiro de 2019.

¹⁷¹ Há um debate interno entre as datas de fundação da CUT se em 1981 ou 1983. Optei por seguir as informações disponíveis no Verbete CUT do site do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores-cut>. Acesso: 26/10/19.

¹⁷² RODRIGUES, Iram Jácome; SANTANA, Marco Aurélio. Central Única dos Trabalhadores (Verbete). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores-cut> acesso: 26/10/19.

integrantes da “Comissão Administrativa do ‘Instituto Cajamar’”, a escola de formação de quadros do setor sindical¹⁷³.

O PT e a CUT foram os dois primeiros espaços de inserção de Paulo em seu retorno ao Brasil. O momento de transformação política e a simpatia pelos ideais de ambas organizações parecem ter motivado Schilling a ingressar e participar da construção dos movimentos. Após formadas, as instituições começaram a crescer e abranger novos conceitos, estes, por sua vez, levaram com que aos poucos Schilling não os percebesse mais como ambientes nos quais suas ideias pudessem encontrar espaço e acabou optando pelo seu afastamento de ambas as organizações¹⁷⁴.

Em paralelo a sua atuação no PT e na CUT, Paulo se dedicou a manter seu trabalho como jornalista e entre 1982 e 1984 foi o responsável por uma sucursal do periódico *La Voz*, o jornal dos Montoneros, em São Paulo. Os Montoneros foram uma organização político-militar argentina, de caráter urbano, vinculada ao Peronismo, especialmente ativa durante o último governo de Perón e a ditadura militar que o sucedeu¹⁷⁵. É interessante perceber aqui algumas questões bem significativas sobre a atuação de Schilling neste periódico.

Em primeiro lugar percebe-se nitidamente a tentativa de manter a sua militância através da escrita por meio deste jornal. Segundo Ana Corbisier, secretária de Paulo na sede da sucursal, Schilling era o responsável por todas as informações sobre o Brasil e escrevia constantemente sobre as principais atualidades do país. Ana tinha como função organizar as principais notícias da imprensa nacional em arquivos para que Paulo pudesse se atualizar e escolher os temas para seus textos ao jornal. Segundo ela, Schilling se mantinha muito articulado com a esquerda latino-americana e que mesmo escrevendo sobre o Brasil, sua principal causa era a “Latino-América”.¹⁷⁶ Este caráter latino-americano, conforme já evidenciado anteriormente, vai se consolidar cada vez mais como uma marca da formação intelectual de Schilling ao longo do seu período no exílio e que teve dificuldade de encontrar voz e espaço em suas atuações no Brasil. O periódico *La Voz*, publicado fora do Brasil, é um dos locais que é possível perceber esse engajamento.¹⁷⁷

¹⁷³ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. 9 páginas. Arquivo Paulo Schilling. Págs. 5-6.

¹⁷⁴ Na entrevista realizada com a família Schilling, o afastamento da CUT foi abordado e segundo suas filhas Paulo ficou descontente com alguns procedimentos da instituição, o que o levou a criticar a mesma e optar por não fazer mais parte dela. Entrevista Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

¹⁷⁵ <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/montoneros> acesso: 08/11/19

¹⁷⁶ Entrevista de Ana de Cerqueira César Corbisier concedida ao autor. São Paulo, janeiro de 2019. Para mais informações sobre Ana ver seu belo relato ao Museu da Pessoa, disponível em: museudapessoa.net/pt/conteúdo/historia/uma-vida-politica-4451 Acesso: 08/11/19

¹⁷⁷ Em seu arquivo pessoal estão armazenados muitos dos textos escritos por Schilling para tal periódico. Para mais ver o Inventário do acervo disponível no apêndice desta tese.

A sucursal do *La Voz* foi fechada, como explicou Corbisier, por volta de 1985 por solicitação da sede central Argentina, fato que entristeceu bastante o personagem. O fim das atividades trouxe uma situação interessante aos dois funcionários do jornal. Schilling acreditava que era necessário pedir ao periódico que acertasse com ele e com Ana os valores referentes a férias e aos direitos trabalhistas que não haviam sido pagos ao longo dos anos em que estiveram envolvidos com o jornal. Por mais que a causa do trabalho fosse de seu interesse e ele entendesse a importância daquele espaço, ele não hesitou em exigir os direitos, o que ele e Ana vieram a receber dos Montoneros¹⁷⁸.

É pertinente evidenciar que não encontrei em seu currículo nenhuma menção ao seu trabalho no periódico nem mesmo a sua relação com o grupo dos Montoneros. Tal constatação nos permite afirmar que o texto ali construído mantinha uma certa autocensura e uma intencionalidade de não expor demais suas atividades e convicções, principalmente aquelas que no cenário pós ditaduras na América Latina pudesse trazer qualquer nova ameaça a sua pessoa. A sua escrita de si foi elaborada com minucioso cuidado e permite que se tenha acesso apenas aquilo que Schilling considerava possível de ser revelado. Além disso, a Lei da Anistia que havia permitido o retorno de Paulo ao Brasil tinha poder apenas retroativo e não eliminava novos processos em nome da Lei de segurança Nacional e as possibilidades de novas prisões por questões políticas (ALVES, 2005, p. 321).

Por mais que se saiba que o personagem não teve nenhuma situação conflitiva com a polícia após o seu retorno ao país, sabe-se que ele continuou a ser vigiado pelo Serviço de Informação, o que demonstra a atenção dada pelo governo Figueiredo aos exilados ditos “perigosos” que retornavam ao Brasil e o quão de perto eles continuaram a ser observados. Em seu arquivo é possível verificar três situações em que o Schilling estava sendo vigiado. O primeiro documento data de 18 de setembro de 1980, pouco mais de nove meses após o seu retorno, registra que na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo ocorreu um debate sobre a Lei dos Estrangeiros no qual o economista e ex-exilado Paulo Schilling participou representando o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS), entidade que estava naquele momento em formação e que demonstra o interesse de Schilling em um olhar latino-americano¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Entrevista de Ana de Cerqueira César Corbisier concedida ao autor. São Paulo, janeiro de 2019.

¹⁷⁹ Relatório nº 0380/80/ SI/ SR/ DPF/ RJ. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Informações. Sindicato dos Jornalistas de São Paulo – Debate sobre o projeto da Lei de Estrangeiros. 18 de setembro de 1980. Documentos DOPS, Arquivo Paulo Schilling.

O segundo documento ao qual tive acesso data de 22 de janeiro de 1982 e trata do 10º Congresso Brasileiro de Comunicação Social ocorrido em Florianópolis em outubro de 1981 e do qual participaram inúmeros nomes da esquerda brasileira, entre os quais Paulo. Ele compôs a mesa redonda “Juventude e a Indústria Cultural” na qual refletiu sobre a sua experiência de quinze anos de exílio e argumentou sobre a ascensão de jovens nos processos revolucionários de alguns países, como Cuba e Nicarágua. O documento se refere, ainda, à sua participação em um debate após a mesa redonda o qual contou com a presença de Fernando Gabeira. Pode-se ler, no trecho abaixo, a forma com que Schilling ainda era classificado pelo Serviço de Informações:

Os debates após a palestra de GABEIRA demonstraram a decepção dos **elementos subversivos** presentes que esperavam dele um posicionamento favorável à sua causa. O **comunista** PAULO SCHILLING, presente no local, criticou violentamente o palestrando, classificando-o como um anti-capitalista sem ser favorável a causa alguma¹⁸⁰.

“Elemento subversivo” ou mesmo “comunista”, estas eram as formas com que Paulo continuava a ser entendido pelos órgãos de informações que, mesmo sem interferir diretamente em seu cotidiano, continuavam a acompanhar os seus passos. Por fim, o Serviço Nacional de Informação em documento escrito no Rio de Janeiro em 16 de julho de 1982 relata que o jornal *O Trabalho* noticia a realização em todo país de atos de solidariedade aos trabalhadores e povos da América Central, foram convocados pelo “Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Central (CBS), dirigido por Paulo Schilling, bem como por diferentes sindicatos e associações.”¹⁸¹

Os três documentos que fazem referência ao personagem desta tese apresentam um ponto em comum: por mais que Schilling estivesse envolvido em atividades que aconteciam no Brasil, as principais atividades traziam à tona um olhar latino-americano. A Lei dos estrangeiros, a sua fala em relação ao exílio, Cuba e Nicarágua e sua atividade no CBS, do qual é considerado o diretor, permitem refletir que a causa latino-americana parece ser o eixo principal de sua militância após o retorno ao Brasil. Nesse sentido me permito algumas reflexões: a sua saída da CUT e do PT podem estar relacionadas à falta de interesse desses órgãos em temáticas maiores do que o Brasil? A sua realização profissional e engajamento no CEDI estaria diretamente ligado ao espaço permitido a ele para sua produção e militância para além do seu país? A sua aposentadoria pode estar associada à mudança de agenda política da

¹⁸⁰ Relatório da Secretaria de Segurança e Informações – Divisão Central de Informações do Estado de Santa Catarina. 10º Congresso Brasileiro de Comunicação Social. Documento de informação datado de 22 de janeiro de 1982. Documentos DOPS, Arquivo Paulo Schilling.

¹⁸¹ Relatório do Serviço Nacional de Informação do Rio de Janeiro. 16 de julho de 1982. Documentos DOPS, Arquivo Paulo Schilling.

esquerda brasileira dos anos 1990 que criou uma barreira a sua forma de pensar? As páginas que seguem buscarão responder estas questões.

Um espaço encontrado por Schilling para desenvolver sua atuação militante em seu retorno ao Brasil foi o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI. Nascido da experiência do Centro Evangélico de Informação (CEI) criado em 1964/1965 por militantes ligados à Confederação Evangélica do Brasil, afastados de suas igrejas após o golpe civil-militar de 1964, a entidade teve a incorporação de militantes católicos em 1968 e passou a denominar-se Centro Ecumênico de Informação. Em 1974, institucionalizou-se como CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Com sede inicial no Rio de Janeiro, ampliou suas atividades em 1977 com uma sub-sede em São Paulo¹⁸². Ao contrário das efêmeras participações em instituições como a CUT e o PT, Schilling fez do CEDI o seu espaço, não que ele tivesse um rompimento com as outras instituições, mas encontrou sua melhor relação com a esquerda cristã e ali manteve vínculo até a sua aposentadoria.

A dissertação de Fábio de Abreu (2010) sobre o Centro Ecumênico permite nos aproximar um pouco mais da história do CEDI e compreender os motivos que levaram ao estabelecimento de uma relação duradora do personagem com o Centro. Segundo o autor, O CEDI buscava o “fortalecimento e capacitação dos movimentos populares autônomos e permanentes, que eram considerados a base de uma nova arquitetura da democracia no Brasil” e tinha “por objetivo principal a construção democrática do país por meio dos movimentos populares” (ABREU, 2010, p.150). Tais afirmações demonstram uma sintonia entre a militância desenvolvida até então por Schilling e as pretensões do Centro, e difícil não imaginar Paulo concordando com a premissa de “construção de uma sociedade democrática, privilegiadora da participação popular em todos os níveis sociais” (ABREU, 2010, p.152) proposta pelo CEDI.

A atuação do Centro se vinculou também à publicação de boletins informativos que, de acordo com o site “fóruns eja Brasil”, divulgavam “notícias com uma postura crítica em relação à conjuntura política brasileira e à responsabilidade social das igrejas, relevando um ecumenismo comprometido com a justiça social”. Tal proposta transformou-se posteriormente na publicação dos “Cadernos CEDI e da Revista Tempo e Presença, destinada aos agentes pastorais e da educação popular” e se apresentando como um ótimo periódico ecumênico da América Latina¹⁸³. Abreu (2010, p. 154) expõe ainda que nos finais da década de 1970, “a documentação promovida pelo grupo do CEDI começou a ser, assim, direcionada para a

¹⁸² <http://forumeja.org.br/node/2931>. Acesso:11/11/19

¹⁸³ *Idem*.

sociedade, não se restringindo às discussões internas e ao uso do próprio grupo”, o que impulsionou “a busca por novos *interlocutores*, não necessariamente limitados aos espaços eclesiais, mas objetivamente comprometido com o processo de construção da democracia no país” (ABREU, 2010, p.156). É neste espaço que Schilling inicia sua aproximação com o Centro, afinal o personagem não possuía vínculo com a Igreja, mas estava engajado na luta da reconstrução da democracia no país. Assim, “ a criação dos *Cadernos do CEDI* , destinados a publicar trabalhos e reflexões sobre as diversas áreas atingidas pela pastoral popular” e “tratando os mais diferentes temas, como, por exemplo, educação popular, escolarização e experiências de coletivização no campo” (ABREU, 2010, p.158) foi a porta de entrada de Schilling na entidade, espaço em que ele passou a contribuir ativamente, tanto nos *Cadernos* como na publicação de diversos livros relacionados às diferentes áreas com as quais estava em contato.

É válido observar que o CEDI manteve uma forte articulação com outros organismos brasileiros, além de latino-americanos e mundiais. Tal característica parece ser um ponto chave para entender a forte vinculação de Schilling com tal instituição. Paulo iniciou suas atividades no CEDI possivelmente entre 1985 e 1986 e se engajou na vertente ligada aos movimentos sociais e as grandes campanhas nacionais e internacionais, conforme explicou sua filha Flávia. Para além disso, o CEDI

foi uma organização que tinha financiamento obviamente e contratava os pesquisadores, tinha uma tarefa muito interessante, basicamente de pesquisa e eu creio de intervenção né, via produção intelectual tanto nacional quanto internacional. Então, eu acho, que foi o melhor lugar que o pai trabalhou, ele era muito feliz lá, tanto que ele estava lá de manhã até a noite, recebendo pessoal e discutindo [...] com muita liberdade temática. [...] [As temáticas] são super ligada a questões, digamos dos anos 90, vamos situar um pouco assim, emergentes, as lutas sociais emergentes digamos assim. E eu acho que o foco central desse período foi a "dívida externa" e obviamente o CEDI tem a ver com o clima que se vivia já, eu diria desde a década de 1970, mas também 1980 que a gente falou das pastorais, das comissões eclesiais de base vinculadas a uma igreja progressista, a teologia da libertação [...].¹⁸⁴

A liberdade para escrever e a possibilidade de um olhar para além da situação brasileira levam o personagem a manter o vínculo com o CEDI até aproximadamente 1994, momento em que Schilling iniciou seu processo de aposentadoria e também em que o Centro se desdobrou em quatro outras instituições: o Ação Educativa, o ISA – Instituto Sócio-Ambiental, o NETS – Núcleo de Estudos e Trabalho e Sociedade, sediados em São Paulo, e

¹⁸⁴ Alguns dos nomes citados por Flávia e que tiveram uma relação direta com o personagem desta pesquisa a partir das questões ecumênicas: Pastor James Wright, pastor da Igreja Presbiteriana; D. Paulo Evaristo Arns e o Rabino Henry Sobel. Entrevista Flávia Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Koinomia, no Rio de Janeiro¹⁸⁵. Paulo chegou a manter vínculo com as novas instituições, entretanto como se verá na segunda parte desta tese, o projeto de Schilling passava a ser outro.

Um último ponto merece destaque em nossa análise sobre o retorno de Paulo ao Brasil: o viés latino-americano. Após dezesseis anos de exílio é pertinente afirmar que o personagem desta tese não era mais um militante apenas da causa brasileira. Sua vivência nas capitais do Uruguai e da Argentina, a sua relação com os principais intelectuais latino-americanos do período¹⁸⁶, o trabalho em grandes jornais e a vivência dos golpes em ambos os países parecem ter feito de Schilling um militante diferente. Ao retornar ao Brasil, nos parece que ele buscou inicialmente se apropriar das pautas brasileiras, sua vinculação ao PT e a CUT são um indício disso. A breve permanência nessas instituições e seu vínculo com o *La Voz* demonstram que o personagem buscava algo mais que a situação brasileira. Após a perda do vínculo com o periódico argentino, Schilling ingressou no CEDI, espaço que tinha um viés latino-americano, além da liberdade para construir a sua militância, e ali permaneceu até o desdobramento do Centro em outras organizações e da sua aposentadoria.

Para Flávia, a construção latino-americana de seu pai parece um indício da falta de espaço para ele após o retorno ao Brasil. Tal espaço, entretanto, foi encontrado no CEDI, centro em que ele publica inúmeras obras sobre o cenário latino-americano, além de viajar para diversas regiões da América. Segundo Flávia, a abertura latino-americana de Paulo

é uma marca que se reconhece nos escritos [...] ela é fruto do encontro que... daí eu fico pensando: o exílio é um momento terrível, é um momento talvez de muita perda em um sentido, mas também de muito ganho [...].

Meu pai, vorazmente eu creio, que [...] lê os autores latino americanos, e eu te diria que não é só, não são só os intelectuais latino americanos [...]. E ele começa, inclusive, pela literatura. [...]. Em Montevidéu eu me lembro de uma biblioteca de escritores latino americanos, o que também é uma descoberta. E lembra, é uma época em que começa a aparecer a grande literatura latino americana, Gabriel Garcia Marquez, enfim, esses caras que mudam a literatura, então ele é um bom leitor de literatura e os autores teóricos que teorizam as questões da América de língua espanhola. E isso ele carrega depois para sempre, eu acho que até o fim é muito presente. É uma das coisas que eu acho que produziu um estranhamento, porque é claro, ele chega em São Paulo, pensa, São Bernardo, PT e havia um enorme desconhecimento de tudo isso e não era algo que comovesse¹⁸⁷.

Os campos de possibilidades foram mudando ao longo da trajetória do personagem e a forma de construir seus projetos também. Paulo não era jornalista, sua atuação estava muito

¹⁸⁵ <http://forumeja.org.br/node/2931>. Acesso:11/11/19

¹⁸⁶ O clássico livro de Eduardo Galeano *As veias abertas da América Latina* apresenta uma lista de nomes aos quais o autor agradece pela colaboração e entre estes nomes está o de Paulo Schilling. A lista dá uma ideia da inserção do personagem em meio aos principais intelectuais latino-americanos do período.

¹⁸⁷ Entrevista de Flávia Schilling concedida ao autor. São Paulo, janeiro de 2019.

mais ligada à atuação participativa direta e ao jogo político. As vivências que se acompanhou ao longo deste capítulo demonstram o quanto seu projeto de militância foi levado para o âmbito da escrita. O retorno ao Brasil, por sua vez, permitiu a Schilling um novo momento de atuação participação direta, mas sua principal relação com a militância se manteve na lógica da denúncia pela escrita: seus textos são suas batalhas. Os espaços para que essa luta se consolidasse, todavia, mudaram com as transformações políticas ocorridas no Brasil no início da década de 1990. Sem ter onde atuar, a organização dos textos e a tentativa de levar os escritos adiante vão se deslocar por diversos lugares, até que, finalmente, se consolidaram em um arquivo pessoal. Os caminhos de Schilling e de seus papéis, a busca de espaços para seus escritos e a construção de seu arquivo pessoal são as questões a serem analisadas na segunda parte desta tese.

PARTE II

Do “projeto arquivo” ao “plano B”: a formação do Arquivo Paulo Schilling em meio aos campos de possibilidades no Brasil dos anos 1990

Quando li suas perguntas, vieram na minha lembrança muitas imagens infantis do Paulo sempre com sua máquina portátil de escrever e muitos, muitos papéis em volta, alguns já impressos, outros tantos sendo produzidos. Seu entusiasmo e certeza de que seu trabalho poderia contribuir na transformação do mundo sobreviveram ao longo das décadas, mesmo quando as dificuldades para publicar mostraram-se intransponíveis, como nos últimos anos.

[...]

Os papéis eram muitos e, às vezes, d. Inge desanimava um pouco com as pilhas e mais pilhas, mas ela sempre compreendeu a sua importância e não poucas vezes ela mesma ajudava a recortar os jornais de onde ele coletava informações.

[...]

Até o final da vida, literalmente, ele viveu rodeado de suas produções, mas também continuou reunindo novos materiais para produzir novos textos, querendo sempre escrever mais um livro que contribuísse com a transformação do mundo em que vivemos, num mundo mais justo e solidário.

Andrea Schilling, entrevista ao pesquisador, julho 2017.

Ler, organizar, escrever, reler, reescrever e publicar. As ações listadas foram rotina na trajetória do personagem desta pesquisa e poderiam ser pensadas em aspecto de continuidade, como se depois de cada publicação o processo se iniciasse novamente. Conforme apresentei na primeira parte desta tese, Paulo esteve grande parte de sua vida diretamente envolvido com a escrita de artigos e livros, cena rememorada com carinho por sua filha ao destacar Schilling e sua máquina de escrever, além dos muitos papéis a sua volta. Andrea evidencia ainda que seu pai “viveu rodeado de suas produções, mas também continuou reunindo novos materiais para produzir novos textos”, tal imagem de Schilling é significativa para as pretensões que tenho na segunda parte desta tese, pois, ao partir do momento de sua aposentadoria, busquei compreender quais os projetos construídos por ele para a sua produção intelectual e qual o legado que ele pretendia deixar com os seus papéis? Para além disso, e principalmente, procurei reconstruir quem, como, para que e em que contextos específicos se tornou possível a construção do conjunto documental que hoje é chamado de Arquivo Paulo Schilling.

Ao longo da primeira parte deste trabalho foi possível encontrar pistas da intencionalidade de Schilling de levar adiante seus escritos, afinal a o seu engajamento militante estava diretamente relacionada com a sua produção intelectual. Após a aposentadoria a busca por espaços para continuar a sua militância foi constante, entretanto as mudanças nos campos de possibilidades o levaram a diferentes estratégias. A segunda parte

desta tese tem por objetivo examinar os projetos construídos por Schilling no esforço para publicizar os seus escritos e dar continuidade a sua luta. A partir de um olhar etnográfico, isto é, a atenção deslocada “dos documentos – do conteúdo informativo do arquivo – para a história da constituição do conjunto documental” (HEYMANN, 2012, p. 222), procurou-se evidenciar as tentativas do personagem de levar adiante suas ideias em meio aos campos de possibilidades possíveis da década de 1990, momento de transformações significativas no cenário brasileiro e por consequência de sua atuação.

O “projeto arquivo”, definição dada por Schilling as suas pretensões de atuação após a aposentadoria, foi o eixo de análise do primeiro capítulo e está dividido em duas partes: publicar e institucionalizar. O primeiro projeto observado refere-se à tentativa de publicação das obras escritas por Schilling. Acostumado a ter seus livros publicados desde seu retorno ao Brasil e principalmente enquanto esteve vinculado ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação, o personagem teve seu espaço no mercado editorial restringido a partir de sua aposentadoria e das mudanças políticas dos anos 1990. Através de cartas disponíveis em seu arquivo e de uma análise do contexto brasileiro acompanhou-se as tentativas de Paulo de levar adiante as obras produzidas e as constantes negações por parte das editoras ao mesmo tempo em que buscou-se compreender os motivos da restrição do mercado editorial aos seus escritos e das tentativas de solução a esta questão.

A busca de Schilling por institucionalizar seus papéis em um arquivo pessoal no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) no momento de dificuldades no cenário editorial é o segundo ponto analisado. Nos valendo de documentos disponíveis em seu acervo procurei compreender as etapas e os motivos que levaram o personagem e o APERJ a negociarem a doação do material produzido por Paulo à instituição. Repleto de pedidos e solicitações, as tratativas de doação de “seus escritos publicados nos últimos 40” anos não chegaram a ser finalizadas, uma mudança repentina em meio andamento do projeto impossibilitou a conclusão da doação do material e a criação do Arquivo Paulo R. Schilling, ponto que também procurei analisar atenciosamente.

O “plano B”, forma como intitulei a última parte desta tese, refere-se ao exame cuidadoso do processo de transformação dos textos do personagem desta pesquisa em um arquivo pessoal, projeto iniciado por Paulo, mas continuado por sua família e também por mim. Neste ponto cabe observar que o arquivo doado ao NPH e que serviu de base para a escrita desta tese é muito mais resultado da negação dos projetos construídos ainda em vida por Schilling do que propriamente um desejo seu de organizar um arquivo pessoal e servia ainda em vida muito mais como um repositório de informações sempre disponível para

consulta e escrita de novos trabalhos, estes sim parte da forma escolhida para levar adiante a sua militância. Tal constatação nos levou a denominar o arquivo de Paulo como um “plano B”, um planejamento colocado em prática a partir do momento em que os planos principais não deram certo. É importante ressaltar este detalhe pois ao iniciar esta pesquisa a hipótese defendida era que a formação de seu arquivo havia sido um plano pensado e organizado por seu proprietário e que neste arquivo ele estaria construindo suas memórias, identidades e seu legado para a posteridade. O desenvolvimento desta tese permitiu que se percebesse a formação do arquivo de uma maneira diferente, muito mais fruto do campo de possibilidades vivido e da interferência externa do que um projeto pessoal elaborado e pensado por Schilling. A formação do arquivo foi um segundo plano, colocado em prática não só pelo titular dos papéis mais também por sua família.

Fruto desta situação, coube avaliar ainda neste último ponto qual o papel exercido por cada um dos envolvidos na formação do arquivo pessoal de Schilling. O papel do historiador, a forma de lidar com a documentação, as pesquisas realizadas, os arranjos e organizações, a participação da família, a elaboração do inventário e mesmo esta própria tese foram colocados em evidência, buscando compreender os papéis de cada indivíduo na construção deste conjunto documental que passou-se a chamar “Arquivo Paulo Schilling” e do legado do referido personagem.

Vale ressaltar por fim que o trabalho de Heymann (2012) serviu como ponto de diálogo constante ao longo de minhas reflexões. A análise do arquivo Darcy Ribeiro realizado pela pesquisadora iluminou o caminho de minha análise e permitiu que aproximasse o arquivo de Schilling do campo de estudos que vem sendo intitulado como antropologia dos arquivos. Procurei tratar, assim, os papéis de Paulo como um produto sócio cultural, não apenas como fruto de uma trajetória que tem o titular como centro, mas também como resultado de um processo cujo objeto é o próprio arquivo (HEYMANN, 2012, p.178).

O arquivo aqui analisado foi feito a várias mãos, como se pode perceber nas páginas que seguem, fato que se transforma em um problema para associar diretamente estes papéis a uma personalidade individual. A análise etnográfica, por sua vez, permitiu que se revelasse os processos particulares da constituição deste conjunto documental e foi isso que me propus a fazer.

A documentação acumulada por Schilling, a qual denominei de Arquivo Paulo Schilling, não tinha diretamente esse aspecto quando ainda estava sob sua guarda. Ao questionar Flávia sobre como seu pai referia-se a seu acervo, a resposta foi bastante simples: Ele chamava de “Papéis”, e explicou:

exatamente porque sentia sua produção como papéis para a ação, talvez, sem o peso de documentos, acervo. No final da vida tinha um apreço grande pela obra que havia realizado. Tinha orgulho dela, exatamente porque foi uma obra autodidata, solitária por momentos, contra o vento e a maré, ligada a movimentos. Ele produziu muito durante muitos anos. Sentia orgulho por ter conseguido colocar sua voz no debate. Sem estar na universidade, sem ter estado jamais em uma universidade, com um trabalho que derivou de sua participação política.¹⁸⁸

Os documentos que formam hoje o Arquivo Paulo Schilling e que lhe foram motivo de orgulho e apreço, afinal a sua obra realizada soma mais de 1000 artigos e aproximadamente 30 livros, passaram por um longo processo até chegarem à situação em que se encontram hoje. Paulo tinha consciência de que seus “papéis” tinham uma importância significativa para as gerações que estavam por vir. Sua produção intelectual, militante e engajada tinha ainda muito com que contribuir e, portanto, não podia e não devia ficar guardada. Entretanto, como perceber-se-á ao longo desta segunda parte, a importância que o autor dava aos seus papéis não era no sentido de construir um arquivo-memória, ligado ao passado, mas sim um arquivo-projeto pensado para as ações futuras.

Quando questionei Flávia sobre a preservação do material produzido por seu pai, ela relatou que muita coisa foi perdida e trouxe à tona a questão da funcionalidade daqueles documentos, isto é, eram papéis militantes, com um objetivo direto. A família buscou recuperar grande parte desse acervo, entretanto não foi possível encontrar tudo:

Os materiais, papéis, documentos, existiam em função de uma produção. No Uruguai foi essencial o semanário *Marcha*, de grande prestígio e o trabalho, posterior, para *Prensa Latina*. Com isso conseguia sustentar a vida e fazer a divulgação de ideias e militância.

[...] há materiais que até hoje não temos, principalmente os de uma editora que formou com um deputado socialista uruguaio, Enrique Erro, a Editora Diálogo. [...]. Com certeza muito material se perdeu quando da minha prisão, logicamente todos os materiais que poderiam prejudicar o movimento popular no Brasil, questões de organização... Mesmo assim naquele tempo os materiais – os papéis – tinham uma percepção de que eram formas de luta, eram precípuos, faziam parte de algo maior. Começam a ter maior relevância e valor quando ele já não pode avançar, quando fica mais recluso em casa, quando reflete sobre a obra realizada. Conseguimos juntar bastante material a partir da biblioteca da USP, principalmente na biblioteca da FFLCH. Luiz Pereira, grande sociólogo da educação, tinha várias livros do meu pai que foram doados à biblioteca. Mas há uma dispersão, ele nunca conseguiu juntar tudo o que produziu.

[...] Tinha também seus livros de referência, mas estes não sobreviveram às mudanças de países, sempre se queixava de ter perdido boa parte de seu acervo de livros na mudança de Buenos Aires para São Paulo.¹⁸⁹

Mesmo com as perdas de parte dos escritos de Paulo, seu arquivo manteve-se com um número significativo de textos e publicações. Papéis que tiveram inicialmente um objetivo:

¹⁸⁸ Flávia Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, agosto de 2017.

¹⁸⁹ Idem.

serem parte da luta contra as ditaduras instauradas no sul da América, produzidos para esclarecer e refletir sobre tal situação. Este ponto permite uma reflexão importante para o trabalho aqui realizado: a organização a posteriori do material e a intencionalidade deste trabalho. Flávia escreveu: “[seus papéis] *começam a ter maior relevância e valor quando ele já não pode avançar, quando fica mais recluso em casa, quando reflete sobre a obra realizada*”. Paulo refletiu sobre a obra realizada. Seu interesse em organizar e propor a seus escritos uma finalidade permite afirmar a necessidade de entender esse processo de acumulação e organização antes de o pesquisador colocar tal documentação dentro dos parâmetros organizacionais da arquivística. Dispor da documentação apenas sob tal ótica, sem elucidar o interesse pessoal por trás desse processo, levaria o pesquisador a perder grande parte da lógica ali constituída, e, ao mesmo tempo, encobrir-se-iam detalhes significativos no entendimento dos documentos em si e de seu autor. Pode-se afirmar, por conseguinte, a relevância de pensar os arquivos pessoais como arquivos pessoais, e que, antes de um trabalho mais sistemático e duro, construa-se o processo etnográfico daquela documentação, pois, dessa forma, será permitida uma compreensão maior tanto da documentação quanto do indivíduo produtor daqueles papéis, possibilitando ao pesquisador ali interessado um risco menor de equívoco em suas análises.

CAPÍTULO 1

O projeto arquivo (ou: as tentativas de continuar militando em meio a política brasileira dos anos 1990)

São Paulo, 07 de junho de 1996

Prezado Sr. Editor Ivan Pinheiro Machado,
L&M

Peço sua valiosa atenção para o que segue.

Depois de mais de 50 anos de militância política social direta, aposentei-me. Porém, se a vida alcançar e a saúde permitir, vou me dedicar agora, em forma exclusiva, à tentativa de deixar registrado tudo o que sei sobre os acontecimentos e campanhas que assisti/participei.

Muito menos por mérito do que por sorte, tive a oportunidade de viver alguns dos episódios políticos/sociais mais importantes das últimas décadas no Brasil e em outros países da América Latina. No currículo em anexo estão relacionadas sistematicamente essas experiências e os livros e ensaios nos quais analisei as mesmas.

Apesar dos “allanamientos” sofridos (só no Uruguai foram mais de dez) consegui salvar grande parte dos escritos: cerca de 30 livros, outros tantos ensaios médios e 1.500 “especiais” escritos para publicações como o semanário “Marcha” de Montevideú e outros periódicos da América Latina, ou distribuídos internacionalmente por “Prensa Latina”.

Penso que especialmente os “escritos do exílio”, não sujeitos a censura que na época imperavam absoluta no Brasil e por tratarem de refletir o pensamento e a estratégia de setores populares brasileiros e rio-platenses, podem contribuir modestamente para restabelecer parcialmente a verdade histórica tão brutalmente deformada pelas ditaduras militares e pela incapacidade de auto-crítica (sic.) das organizações populares.

No projeto que estou anexando sistematizo o que pretendo fazer. Aparentemente um despropósito para um velho de 70 anos. Acontece que cerca de 80% do programado está escrito, resumindo-se a tarefa fundamentalmente a um processo de colagem e arquivamento temático e cronológico.

Por solicitação do Arquivo Público do Rio de Janeiro estou transferindo os originais ao mesmo, que os copiará e ordenará, pondo-os à disposição dos estudiosos da história. Mantendo, é obvio, a redação original, limito-me a acrescentar notas objetivando esclarecer as circunstâncias em que determinado livro/ensaio foi escrito e como evoluiu o tema abordado.

As impressões pessoais sobre organizações e lideranças que comandaram o processo, com as quais tive relações diretas, não registradas nas respectivas épocas, serão gravadas e anexadas ao Arquivo. Apesar da idade a memória é boa.

Para complementar e atualizar alguns itens de maior relevância, estou oferecendo “co-autoria” a estudiosos dos distintos temas. Assim, no relativo à Reforma Agrária, partindo de meus escritos dos anos 60, que analisavam a fundação, a teoria e a ação do “Master” (o primeiro “sem-terra”), o estudo analisaria a situação atual, a campanha dos atuais “sem-terra”, escrita por um parceiro.

Como grande parte de minha militância e produção teórica aconteceu no Rio Grande do Sul ou está vinculada à ação de Brizola no âmbito nacional e no exílio uruguaio, eu penso que editoras gaúchas poderiam ter interesse em alguns estudos que surgirão da atualização do “Arquivo”.

Assim, a história da campanha pela triticultura riograndense e contra o acordo do trigo norte-americano, origem do surto de nacionalismo surgido no RS, tema absolutamente atual pois o trigo foi mais uma vez golpeado (pela atual política neoliberal: a produção de 6 milhões está reduzida a 1,5 milhões). A luta pela terra nos anos 50/60 e atualmente. Um retrato sem retoques de Brizola, analisando sua evolução política: do populismo dos anos 50, passando pela etapa cubana

(revolucionária), pelo abandono da guerrilha de Caparaó, até a atual posição “social-democrática”.

Na hipótese de sua editora ter interesse na publicação de algum dos temas que constituem o Arquivo, devidamente atualizado, favor escrever para o endereço abaixo.

Cordiais saudações,
Paulo R. Schilling.¹⁹⁰

A carta transcrita na íntegra acima revela as pretensões de Schilling neste novo momento de sua trajetória. Conforme escreve, após mais de 50 anos de militância política e social direta, ele estava se aposentando. Mas isso não significava de forma alguma se distanciar das grandes causas. A forma de fazer isso é que estava se transformando, afinal, a ideia era se dedicar de “forma exclusiva, à tentativa de deixar registrado tudo o que sei sobre os acontecimentos e campanhas que assisti/participei”¹⁹¹.

Suas palavras trazem à tona uma questão emblemática do militante Paulo: a necessidade de não deixar seu conhecimento, experiências e vivências limitadas a sua pessoa. Após viver alguns dos episódios mais importantes da história recente da América Latina e escrever muito sobre tudo que presenciava, Schilling acreditava na potencialidade de seus escritos em “contribuir modestamente para reestabelecer parcialmente a verdade histórica tão brutalmente deformada pelas ditaduras militares e pela incapacidade de autocrítica das organizações populares”¹⁹² e, dessa forma, buscou formas de levar seus textos adiante.

Seja na transferência de seus papéis ao Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ), na gravação de suas impressões sobre os episódios experienciados ou na organização de novos livros, Schilling, mesmo com seus 70 anos, acreditava ser fácil a tarefa a que se dispunha, afinal “cerca de 80% do programado está escrito, resumindo-se a tarefa fundamentalmente a um processo de colagem e arquivamento temático e cronológico”, além de contar com um acréscimo de notas de rodapé “objetivando esclarecer as circunstâncias em que determinado livro/ensaio foi escrito e como evoluiu o tema abordado”.¹⁹³

Paulo enviava em anexo à missiva acima o seu currículo, uma forma de atestar suas experiências e a sua produção intelectual, e o projeto a ser realizado com seus papéis, mantendo a esperança na possibilidade da editora se interessar por publicar os estudos que surgiriam a partir da atualização do “Arquivo”. Tal expectativa, entretanto, não foi atendida. Mais do que isso, nem mesmo a doação dos seus textos originais para o APERJ foi

¹⁹⁰ Carta de Paulo Schilling ao editor Ivan Pinheiro Machado. São Paulo, 07 de junho de 1996. Documentação pessoal - Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Idem.

concretizada, impossibilitando o personagem de colocar em prática seu projeto após a aposentadoria. Compreender os motivos dos insucessos nos planos de Schilling é o objetivo deste primeiro capítulo.

1.1 Publicar (ou: hora de colocar o plano de trabalho em prática)

O documento que abre este capítulo é datado de junho de 1996, entretanto, conforme enfatizado anteriormente, Schilling teria iniciado seu processo de aposentadoria ainda em 1994 no momento em que se desligou do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI. Desde aquele momento, o personagem parece ter iniciado um processo de sistematização de seus papéis e procurado dessa maneira construir o projeto para o Arquivo Paulo R. Schilling. Na carta que abre este capítulo, Paulo faz referência a este projeto e informa que ele estaria anexado à missiva enviada. Em seus documentos é possível ter acesso a tal projeto e acredito que algumas observações se mostram relevantes.

Ao reconhecer que o material disponível apresenta a sua visão, testemunho e interpretação de meio século de militância político social, de sua participação em organizações populares e em algumas das grandes campanhas ocorridas no Brasil, além da assessoria prestada a lideranças políticas, sociais e religiosas, o personagem lamenta que os seus documentos tenham pouco valor como fonte de consulta. Segundo Schilling, “os livros editados ao longo de quatro décadas (com exceção dos dois últimos editados) estão esgotados, restando na maioria dos casos somente um exemplar em mãos do autor”. Além disso, “as notas jornalísticas, em sua maioria cópias de telex, estão guardadas sem nenhuma seleção, em caixas, a salvo de traças e de pesquisadores...”¹⁹⁴.

Com este pesar, o projeto Arquivo se propôs a transformar essa situação. Sempre pensando em sua contribuição, “o material existente (a ser devidamente classificado), as pesquisas complementárias e as recordações do autor (que estão sendo gravadas) podem contribuir para o restabelecimento da verdade histórica, profundamente deturpada pela ditadura”¹⁹⁵, o personagem, além de propor uma divisão temática para seus escritos, organizou um plano de trabalho: organização de um arquivo, gravação de entrevistas e

¹⁹⁴ Documento denominado “Arquivo Paulo R. Schilling”. Pág.01 Documentação– Envelope 01. Arquivo pessoal Paulo Schilling.

¹⁹⁵ Idem.

publicação de livros. Entre os diversos itens definidos para o projeto escolhi o último para iniciar a análise.

Schilling acreditava que os textos com maior interesse e disponíveis em seu arquivo poderiam ser editados em livros. A documentação disponível em seu acervo, permite que se acompanhe as tratativas do personagem para levar adiante este item do seu plano de trabalho. Em missiva datada de janeiro de 1994, observa-se a busca de Paulo por uma editora disposta a publicar suas obras:

Prezado Sr. Schilling,
Obrigado por seu tempo na quinta-feira passada. Estou mandando para você o catalogo do South End Press, uma editora norte-americana que pode ser interessado em publicar os seus livros (Como você pode ver, essa editora publica livros do Noam Chomsky).
Boa sorte no seu trabalho.
Atenciosamente, Anthony Pereira¹⁹⁶

Paulo publicou constantemente pela editora do CEDI, e agora, em sua aposentadoria, pretendia manter ou mesmo aumentar este ritmo, afinal matéria prima não lhe faltava e dispunha a partir de agora de tempo para organizar seus textos. Além disso, em outra carta recebida, esta de setembro de 1994, é possível verificar os elogios aos trabalhos de Paulo:

[...] o motivo destas minhas breves palavras hoje é agradecer-lhe pelo precioso presente dos livros: O FIM DA HISTÓRIA OU O COLPADO DA MODERNIZAÇÃO. Coloquei os exemplares nas mãos de pessoas que dão muito valor a este tema e em especial aos livros de Paulo Schilling.

Já sei de dois assessores aqui da CNBB que leram e elogiaram a obra. Parabéns. Pe. HERNANNE me pediu dois exemplares para entregá-los a dois parlamentares influentes e amigos.

Agradecendo mais uma vez, desejo que continue a escrever, ajudando os semelhantes a interpretar o sentido da história e da vida.

Um abraço,

Ir. Zeldite – Setor Pastoral Social – CNBB ¹⁹⁷

Em 14 de julho de 1995, Schilling recebia o pedido da Revista “Sem Fronteiras” de uma matéria assinada de 40 linhas “sobre o papel atual da grande imprensa nacional em relação as estratégias do neoliberalismo” e indicava a esperança de “poder continuar contando com sua valiosa colaboração, também no futuro, inclusive com ‘maior espaço’ já numa de nossas próximas edições”¹⁹⁸. Este convite, o apoio dado por Anthony Pereira ao indicar uma editora

¹⁹⁶ Carta recebida por Paulo Schilling, 07 de janeiro de 1994. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling. Antony Pereira, cientista político que trata de temas das ditaduras brasileira e argentina, é o diretor do King's Brazil Institute, um dos mais renomados centros acadêmicos de Londres.

¹⁹⁷ Carta recebida por Paulo Schilling e assinada pelo irmão Zeldite – Setor Pastoral Social – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília, 1º de setembro de 1994. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

¹⁹⁸ Carta recebida por Paulo Schilling e assinada por Dimas A. Künsch da redação da Revista “Sem Fronteiras”. São Paulo, 14 de julho de 1995. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

para suas obras, o prestígio aos seus escritos entre representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a confirmação da participação de Schilling em um encontro em Poços de Caldas em janeiro de 1996¹⁹⁹ permitem visualizar o espaço que o personagem tinha no cenário brasileiro. Estes fatores devem ter contribuído para o engajamento e para a elaboração do projeto de levar adiante os seus escritos seja na publicação de novas obras ou mesmo na doação de seus originais para o APERJ.

Os documentos disponíveis em seu acervo nos permitem evidenciar também alguns sinais de que o projeto poderia não sair como planejado. Em missiva datada de 04 de dezembro de 1995, e enviada a Paulo, a editora Paz e Terra não aceitava publicar o livro *As múltiplas faces da corrupção*, agradecia o prestígio da proposta de publicação do livro e informava que lamentava não poder assumir a obra por estarem “com a produção preenchida para os próximos 14 meses”²⁰⁰. Em uma primeira leitura, observa-se a negação da publicação de uma obra, algo normal no mercado editorial. A justificativa dada – “produção preenchida para os próximos 14 meses” –, entretanto, nos parece estranha. A editora além de negar a publicação informava que nos próximos 14 meses estaria com sua produção preenchida, isto é, voltaria a buscar obras para publicação apenas em março de 1997, mais de um ano depois.

Esta situação, no mínimo curiosa, pode ser analisada conjuntamente com outras duas respostas obtidas por Schilling em suas tentativas de publicar suas obras no ano seguinte:

Porto Alegre, 13 de agosto de 1996

Prezado Sr. (a)

Agradecemos a lembrança do nome da L&PM Editores para o envio de seu trabalho. No entanto, não temos a possibilidade de incluí-lo entre as nossas publicações, já que o programa editorial está completo e a editora tem outros projetos anteriormente contratados.

Em anexo, estamos devolvendo o material que nos foi enviado.

Atenciosamente,

L&PM Editores,

Departamento Editorial²⁰¹

Com a editora Ática, não foi diferente:

São Paulo, 28 de agosto de 1996

Prezado Paulo Schilling

Por meio desta carta desejamos comunicar-lhes que, infelizmente, não temos condições de incluir sua obra em nenhuma de nossas listas editoriais.

¹⁹⁹ Carta recebida por Paulo Schilling e sem remetente. Salto da Divisa, 09 de dezembro de 1995. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²⁰⁰ Carta recebida por Paulo Schilling e assinada por Christine Röhrig. São Paulo, 04 de dezembro de 1995. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²⁰¹ Carta recebida por Paulo Schilling. Porto Alegre, 13 de agosto de 1996. Documentação pessoal - Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling. É possível imaginar que a negativa da L&PM tenha tocado Paulo mais do que as das outras editoras já que a mesma havia sido fundada por Ivan Pinheiro Machado, filho do deputado comunista Antônio Pinheiro Machado Neto, com quem Schilling possivelmente conviveu antes do golpe.

Por isso estamos devolvendo o material que nos enviou.
Sem mais, agradecemos o interesse demonstrado por nossa editora.
Atenciosamente,
João Guizzo,
Gerente Editorial.²⁰²

As respostas negativas das editoras Paz e Terra, Ática e da L&PM – missiva que abre este capítulo – para o projeto de Schilling permitem visualizar uma transformação no cenário editorial brasileiro, transformação esta que já havia começado anteriormente mas que não atingira diretamente o personagem pelo fato de ter à sua disposição a editora do CEDI, que não era uma editora comercial como as demais, na qual publicava suas obras. Ao analisar os livros lançados por Paulo após o retorno ao Brasil, percebe-se que dos 17 textos publicados nove foram editados pela Edição CEDI, três foram publicados fora do Brasil – Argentina, Alemanha e Itália –, dois pela Editora Global, dois pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e um pela Central Única dos Trabalhadores²⁰³. Estas editoras, entretanto, não se incluíam na lista de possibilidades para assumir o seu projeto. A Global, que iniciou sua trajetória voltada aos livros de referência do pensamento socialista e que se caracterizava como uma editora de oposição, havia mudado sua perspectiva editorial, enquanto que o CEDI, o Núcleo 13 de Maio e a Central Única dos Trabalhadores eram espaços com os quais Schilling havia perdido o vínculo ou não tinham o alcance de mercado pretendido por seu projeto.

A solução foi buscar outros espaços para suas publicações, entretanto, como demonstram os documentos citados, a tentativa não trouxe êxito. Esta mudança de perspectiva do cenário editorial pode ser percebida também no insucesso de Darcy Ribeiro em publicar a edição da Biblioteca Básica Brasileira, conjunto de obras que contribuiria segundo Ribeiro para formação de novos intelectuais²⁰⁴. Conforme explica Heymann (2012, p. 198) em maio de 1982 Darcy propôs a Editora Nova Fronteira a edição dos livros e teve seu projeto negado pela Editora. Os documentos de Darcy apresentam ainda outras duas missivas, datadas de junho de 1991 e fevereiro de 1995, nas quais busca espaço para lançar as obras, espaços que foram negados a ele.

Quais os motivos que levaram a estas transformações no mercado editorial? A percepção do momento político brasileiro da segunda metade da década de 1990 pode servir

²⁰² Carta recebida por Paulo Schilling. São Paulo, 28 de agosto de 1996. Documentação pessoal - Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²⁰³ SCHILLING, Paulo. Curriculum Vitae. Arquivo Paulo Schilling. Págs. 6-7.

²⁰⁴ Entre as obras propostas para fazer parte da Biblioteca Básica Brasileira estão alguns clássicos da historiografia nacional como *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado, *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr., *Os donos do poder* de Raimundo Faoro e etc. Para mais ver Heymann (2012).

de pista inicial para se entender a falta de interesse das editoras em participar do projeto de Paulo.

No início dos anos 1990, conforme explica o cientista político José Ramalho (2018, p.193), um movimento em direção “à integração da economia nacional ao processo de globalização resultou em uma política de abertura comercial, em uma redução da interferência do Estado nas atividades econômicas e em uma reestruturação da produção na indústria e nos serviços”. As ações do Estado brasileiro neste período foram no sentido de atender as reformas exigidas pelo mercado e pela competição internacional, ações que influenciaram também os mercados editoriais.

Estas transformações no cenário editorial já vinham da década de 1980, quando o país conviveu com transformações políticas e problemas econômicos. Flamarion Maués em estudo sobre o mercado editorial de livros no Brasil no período da abertura explica que

do ponto de vista da atividade editorial, os problemas não serão muito diferentes da maioria dos demais setores produtivos: alta taxa de inflação – o que dificulta o planejamento e o dia-a-dia das empresas – e remarcações constantes de preços; instabilidade econômica, social e política; desvalorização cambial que aumenta o preço de matérias-primas essenciais; queda do poder aquisitivo da população e da classe média em particular; crédito caro etc. (MAUÉS, 2006, p.34)

Apesar dos problemas na esfera econômica, para Maués (2006, p.34), o fim do regime, em 1985 mostrou uma indústria editorial ativa, diversificada e pluralista, com a existência de uma ampla gama de editoras dos mais diversos matizes políticos e em processo de modernização editorial. Nesse sentido, José de Souza Martins (2017, p.22-24) explica, ao escrever sobre os 30 anos da Editora Contexto, que o livro do período pós-ditatorial era uma publicação de um novo enredo e de novos dilemas, que abordava a carência de consciência social e apresentava uma nova visão de mundo. Segundo essa avaliação, marcado pelo autoritarismo, centrado no primado da economia de mercado do neoliberalismo econômico e na despolitização da política, os livros não encontraram espaço para serem mais do que difusores de cultura de massas e perderam a sua função de amadurecer a consciência social ou mesmo de oferecerem um texto que liberta e emancipa.

Neste aspecto, Andréa Galucio (2010, p.1), em artigo sobre editores e militância nos anos 1990, argumenta que “o campo editorial brasileiro passou por mudanças significativas ao longo da década de 1990”, mudanças tais que estiveram ligadas “às alterações no funcionamento do mercado editorial brasileiro no decorrer do processo de privatização daqueles anos”. Para a pesquisadora, as transformações ocorridas após o fim da ditadura militar no âmbito econômico e “as novas condições do mercado impostas aos editores”

levaram as editoras de oposição – compromissadas com a publicação de livros de cunho progressista ao longo das décadas de 1970 e 1980 – a se subordinarem ao conjunto da produção editorial brasileira. As dificuldades materiais das pequenas empresas em sobreviver financeiramente, somadas ao fato de que no período da abertura várias editoras passaram a publicar autores de esquerda, inclusive as grandes, retirando daquelas pequenas editoras de oposição a exclusividade da divulgação de certas obras, levaram muitas destas últimas a problemas econômicos ou mesmo ao encerramento de suas atividades. Ainda segundo Galucio

o fato, no entanto, é que após duas décadas de política de incentivo ao crescimento do setor empresarial privado, esse estava não apenas consolidado no Brasil dos anos 1990, como passava por um acelerado processo de concentração de capitais nas mãos de alguns grandes grupos empresariais e começava a receber investimentos mais pesados dos grandes grupos editoriais e de comunicação transnacionais. (GALUCIO, 2010, p. 05)

Para finalizar esta breve análise do campo de possibilidades do mercado editorial brasileiro da década de 1990, me valia da trajetória da editora L&PM como forma de compreender mais diretamente as transformações apresentadas acima. A editora gaúcha selecionada por Schilling para ser uma de suas parceiras na execução de seu projeto não foi escolhida por acaso. Fundada em 1974, a editora pretendia se apresentar como representante de uma geração, com uma postura crítica àqueles anos difíceis, de inconformidade com a ditadura militar. Segundo o artigo de William de Souza e Giulia Crippa (2014, p.5) sobre a L&PM, “mesmo sem se limitar a um gênero ou se especializar em um público”, a editora “escolheu como política editorial uma postura de crítica social, de oposição ao governo militar, sendo um espaço para autores que defendiam/defendem ideais da esquerda”.

Esta configuração parecia adequada para os propósitos de Schilling, entretanto, o sucesso obtido pela L&PM nas décadas de 1970 e 1980 não era mais o mesmo no início dos anos de 1990. A editora passava naquele período por uma crise financeira que chegou a colocar em risco sua continuidade no mercado editorial. As limitações impostas pela inflação e juros altos, a forte entrada de capital estrangeiro no país, permitindo que editoras se expandissem a partir de investimentos internacionais e o aumento da concorrência, colocaram em risco o projeto da editora que encontrava empecilhos para manter seus autores, assediados agora por grandes grupos editoriais (SOUZA e CRIPPA, 2014, p.5).

A solução encontrada pela editora para sobreviver a este período foi a criação em 1997 da coleção L&PM Pocket, formada por livros de bolso. Para Souza e Crippa (2014, p. 5) esta coleção oferecia contribuições para a recuperação econômica da L&PM com, por exemplo, a

publicação de vários títulos/autores consagrados sem pagar por direitos autorais; a pouca concorrência gerada pelo fato de ser uma das poucas coleções de bolso no país e, por último, criaria as condições para uma reformulação do seu catálogo, atualizando capas, preço e criando séries para novos autores. Esta transformação, que possibilitou a manutenção da editora no cenário brasileiro e que trouxe inclusive destaque pelo sucesso da coleção de livros de bolso, mudou os temas de captação de obras e acabou por deixar de fora de sua pauta projetos como o apresentado por Paulo.

Quando se analisa as propostas temáticas sugeridas por Paulo para as suas publicações é possível compreender também os elementos que fizeram com que seu espaço fosse negado. Em meio a uma conjuntura neoliberal de transformações que atingiam a todos os níveis estruturais do país, o personagem pretendia trazer à tona justamente uma série de análises que criticava estas mudanças. Ao propor obras que abordavam o “neoliberalismo: a nova estratégia do imperialismo” ou as análises sobre “os militares e os 21 anos de ditadura”, o “latifúndio e a luta dos camponeses” ou mesmo “as relações de trabalho urbana e a luta dos trabalhadores”, Schilling se colocava na contramão das pautas reconhecidas no país naquele momento e dessa maneira não encontrava um campo de possibilidades aberto para a inserção de seus projetos.

Os pontos levantados até aqui ajudam a compreender a falta de espaço que Schilling encontrou ao buscar o mercado editorial na segunda metade dos anos 1990. As transformações tanto do cenário político e econômico brasileiro como a necessidade das editoras em se adaptarem à nova realidade fizeram com que obras de análise conjuntural ou mesmo de desenvolvimento da consciência social ficassem extremamente restritas. As editoras engajadas politicamente perderam seu espaço para a formação dos grupos editoriais, o que dificultava ainda mais a inserção das propostas de Paulo, afinal estes grupos se pautam muito mais pela lógica do mercado do que da transformação social²⁰⁵.

O projeto militante da editora Expressão Popular se apresentou, entretanto, como exceção à regra neste cenário conforme explica Galucio (2010). Criada em 1999, a editora se destacou por sua origem na “militância de trabalhadores rurais, particularmente, de um movimento social de trabalhadores de indiscutível expressão política no Brasil recente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (GALUCIO, 2010, p. 04).

²⁰⁵ Para além da mudança do mercado editorial, é possível supor que as transformações das práticas e temas historiográficos do período possam ter contribuído para essa falta de espaço para as obras de Schilling. Agradeço à banca de defesa por chamar atenção a este ponto.

Infelizmente, em 1999, a busca do personagem por inserção no mercado editorial havia diminuído significativamente²⁰⁶.

Conforme lê-se nos documentos de Schilling, o projeto a ser realizado já estava elaborado e ele tentou em diversas frentes conseguir que suas obras fossem publicadas. Utilizou-se de argumentos significativos ao trazer com seu currículo a sua autoridade para abordar os assuntos propostos, buscou inclusive destacar seu vínculo com o Rio Grande do Sul para tentar convencer a editora L&PM, entretanto não foi possível atingir seu objetivo. Questionada sobre esta situação, Cláudia Schilling, filha mais velha de Paulo, explicou que a editora Casa Amarela no início dos anos 2000 foi a única que inicialmente aceitou publicar a obra de seu pai e mais especificamente o livro *A ditadura militar: colonialismo, latifúndio e escravidão* (as origens históricas do sub-imperialismo brasileiro), que era o primeiro volume de um projeto de seis obras. Após entregar o material e ficar meses aguardando, todavia, a editora não realizou a publicação. Dessa maneira, este primeiro tomo acabou se tornando a última obra finalizada por Paulo e que hoje está disponível apenas em seu arquivo²⁰⁷.

A postura das editoras não parece ter feito Paulo desistir do seu projeto. Em seus documentos, é possível verificar que a ideia de levar a sua trajetória e seus escritos – e principalmente a sua militância – para além da privacidade de seu arquivo, mesmo não obtendo aval das editoras, ganhou o apoio e o incentivo de amigos, que se dispunham inclusive em auxiliar nas memórias e escritos de Schilling. Os documentos abaixo demonstram esta relação:

São Paulo, 12 de fevereiro de 1996

Ilmo. Sr. Paulo R. Schilling

[...]

Agradecendo a gentileza da sua recente carta e o convite para colaborar com V.S. na tentativa de resgatar a verdade histórica sobre a atuação dos setores progressistas da Igreja nos anos da ditadura, Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, informa que pensa em colaborar após a sua aposentadoria compulsória, que terá início depois de setembro deste ano.

Sua Eminência envia-lhe felicitações e cordiais cumprimentos, sem deixar passar a oportunidade de realçar a sua extensa e valiosa bibliografia.

[...]

Atenciosamente,

Cônego Laerte Vieira da Cunha, Vice-Chanceler do Arcebispado de São Paulo ²⁰⁸

²⁰⁶ O artigo de Maria Garbero (2018, p. 306) sobre a arte e a cultura no tempo presente (1985-2016) enfatiza que em 1997, ao lançar pela Nova Fronteira o romance *Pedaço de santo*, republicado posteriormente pela Record com o título *Amores exilados* (2011), Godofredo de Oliveira Neto reabriu nos anos 1990 uma leitura pelos afetos para falar do período ditatorial. Antes desta obra a autora evidencia o livro *Feliz ano velho* (1992), de Marcelo Rubens Paiva.

²⁰⁷ Entrevista Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

²⁰⁸ Carta recebida por Paulo Schilling. São Paulo, 12 de fevereiro de 1996. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

São Félix do Araguaia, MT, 29 de março de 1996

Querido e venerado Paulo, para você e os seus, um grande abraço. E me permito esta confiança pelo carinho que tenho por você e por sua obra e coerência.

Acho que seu projeto é mais que oportuno. Salvar a memória é sempre o melhor modo de garantir o futuro.

No que eu puder colaborar, estou à disposição.

Tem se escrito bastante dessa época de lutas. O CESEP de São Paulo e nele o P. José Oscar Beozzo poderiam-lhe dar boas informações.

No mais, apesar desse neoliberalismo do diabo e das traições desses sociólogos das elites, seguimos. Eu acredito no Deus da vida e na História humana.

Fraternamente seu,
Pedro Casaldáliga²⁰⁹

É interessante perceber que o mesmo projeto que era negado pelas editoras era incentivado e visto como importante pela rede de contatos de Paulo. Rede esta que encontrava suporte nos amigos espalhados pelos mais variados locais do Brasil e nas mais variadas instituições com as quais Schilling mantinha relações. As cartas acima, por exemplo, trazem como remetentes dois dos mais atuantes bispos brasileiros, considerados como os teólogos formuladores da Teologia da Libertação no Brasil, os quais formaram a linha de frente de uma Igreja popular, comprometida com os pobres, com os direitos humanos e com a luta contra a ditadura militar brasileira instalada com o golpe de 1964. Era desses amigos, que também percebiam a importância dos debates pretendidos por Schilling, que ele recebia apoio para continuar o seu trabalho.

Ainda na documentação que compõe o arquivo de Paulo, é possível encontrar outros registros do incentivo ao projeto de organização e publicação de seus escritos, como a carta de D. Affonso Felipe Gregory, Bispo de Imperatriz, datada de 08 de abril de 1996, na qual o remetente parabeniza Schilling pela iniciativa e pela disposição de realizar o “projeto arquivo” e faz um breve balanço sobre a sua trajetória, apresentando pontos em que poderia colaborar com a proposta de Schilling²¹⁰. Em missiva datada de 09 de maio de 1996 e enviada por D. Luiz Demétrio Valentini, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e responsável pelo Setor Pastoral Social percebe-se que os contatos realizados por Paulo continuavam a encontrar escuta e predisposição em ajudar:

Jales, SP, aos 09 de maio de 1996,

Estimado amigo Paulo Schilling

[...]

Para mim é sempre com veneração que me coloco diante de pessoas como o Sr, com toda uma vida a testemunhar a autenticidade de sua luta e do seu empenho em favor do bem comum. O Sr. Pode ter a certeza, Paulo, que seu exemplo é motivo de estímulo para muita gente. Que isto lhe seja motivo de alegria íntima e de satisfação

²⁰⁹ Carta recebida por Paulo Schilling. São Félix do Araguaia, MT, 29 de março de 1996. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²¹⁰ Carta recebida por Paulo Schilling. Imperatriz, 08 de maio de 1996. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

de saber que valeu a pena toda a sua trajetória, e que as sementes lançadas, a seu tempo, vão frutificar.

Estou lhe enviando em anexo o relatório de minha viagem a Eldorado de Carajás. Foi feito em visita da Assembleia dos Bispos, mas acredito que fornece alguns elementos que ajudam a guardar a memória do fato. [...].

Envio também a reflexão que fiz para os bispos na missa de sétimo dia. [...]. Sua figura, Paulo, como a de tantas outras pessoas que são da luta, da vida, da militância política, me inspiram, e me ajudam a fazer o que está ao meu alcance. [...]

Faço votos para que tenha muita saúde, com alegria de perceber que ainda continua dando sua valiosa contribuição.

Cordialmente, D. Demétrio Valentini.²¹¹

As palavras escritas por Dom Demétrio Valentini se somam às cartas citadas anteriormente e enfatizam o quanto Schilling era bem quisto dentro das pastorais e como seus textos e reflexões estavam valorizadas nestes espaços. O envio de materiais para que Schilling pudesse atualizar os seus escritos – parte do projeto inicial construído por ele – parece ter sido feito com empolgação e interesse na expectativa de que a voz de Schilling pudesse trazer força e mesmo esperanças para o momento difícil de transformações em que o país vivia – o neoliberalismo do diabo que cita o bispo de São Felix do Araguaia dom Pedro Casaldáliga.

Ainda na tentativa acompanhar o processo de busca por apoio para o projeto Arquivo do personagem desta pesquisa, encontrei em seus documentos um cartão de natal enviado pela escritora e jornalista gaúcha Tania Faillace em 09 de dezembro de 1996. Para além dos desejos de feliz natal é possível identificar na mensagem da escritora que ela já estava inteirada do projeto de Schilling e que tentaria dar a sua contribuição. Tania enfatiza que com base no currículo e no material que ele havia enviada a ela, veria a possibilidade de trazer Paulo a Porto Alegre no próximo ano, “seja para curso ou conferência”, faltando decidir quem seria o financiador, se “um grupo de sindicatos ou a própria secretaria Municipal de Cultura”. Afinal, escreve ela, “não tem cabimento que fique na prateleira todo esse acervo intelectual e existencial que tu tens a dar”²¹². Infelizmente, a documentação não permite confirmar a ida de Paulo a Porto Alegre no ano seguinte, permite, entretanto, reconhecer mais uma vez o prestígio de Schilling e de sua bagagem, seja a documental ou mesmo a de sua trajetória.

Por fim, uma observação que à primeira vista passa despercebida merece ser destacada. Quando se volta ao projeto elaborado por Schilling para a sua documentação, percebe-se que ele está dividido em três partes: organização de um arquivo, gravação de entrevistas e publicação de livros. As cartas presentes em seu acervo e que foram apresentadas neste subcapítulo datam dos anos de 1994, 1995 e 1996 e permitem perceber que Schilling

²¹¹ Carta recebida por Paulo Schilling. Jales, São Paulo, 09 de maio de 1996. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²¹² Carta recebida por Paulo Schilling. Porto Alegre, 09 de dezembro de 1996. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

iniciou o seu projeto justamente pelo viés da tentativa de publicação de suas obras. O pedido de materiais, que permitiriam atualizar as discussões ou mesmo dividir a autoria dos trabalhos e o estímulo dado por seus interlocutores foram pontos positivos no desenrolar de sua proposta. O que não estava previsto por ele era a negativa das editoras para as suas obras. A mudança no mercado editorial parece ter feito Schilling recorrer a outro foco: a organização de um arquivo disponível ao grande público. Isto fica evidente na mudança de temática dos documentos encontrados em seu acervo a partir da metade de 1996 e que passam a focar a relação estabelecida com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro na tentativa de criar um arquivo a partir da documentação de Paulo. Felizmente as missivas guardadas por Schilling persistem a dar pistas para compreender a continuidade de seu projeto em meio ao campo de possibilidades brasileiro e são estas as questões que serão analisadas detalhadamente na sequência deste trabalho.

1.2 Arquivar e gravar (ou: as tentativas de institucionalizar as experiências)

A documentação e bibliografia de Paulo, elogiadas pelo Cônego Laerte Vieira da Cunha, e suas memórias, importantes de serem salvas como modo de garantir o futuro, como ressaltou D. Pedro Casaldáliga, chamaram a atenção do Arquivo Público do Rio de Janeiro na figura da historiadora Esther Kuperman, que em contato com Schilling predispôs-se a organizar e a criar um fundo para sua documentação. Conforme lemos em missiva escrita por Paulo: “por solicitação do Arquivo Público do Rio de Janeiro estou transferindo os originais ao mesmo, que os copiará e ordenará, pondo-os à disposição dos estudiosos de história”²¹³.

O “projeto arquivo” passava agora a ter uma de suas pretensões atendidas afinal, como escreveu Schilling em seu plano de trabalho, as duas primeiras etapas seriam: “a) xerocagem dos livros e mini-ensaios escritos entre 1956/94” e “b) seleção, classificação, digitalização (os originais, em sua maioria cópias de telex, estão em precária situação de legibilidade) e xerocagem dos ‘especiais’ escritos entre 1965/90”²¹⁴. Além disso, o esforço conjunto com o APERJ permitiria que posteriormente o arquivo fosse “multiplicado e posto à disposição de arquivos públicos e bibliotecas especializadas em história”²¹⁵, como pretendia Paulo.

²¹³ Carta de Paulo Schilling ao editor Ivan Pinheiro Machado. São Paulo, 07 de junho de 1996. Documentação pessoal - Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²¹⁴ Documento denominado “Arquivo Paulo R. Schilling”. Pág.01 Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²¹⁵ Idem.

Nos documentos que chegaram até o NPH é possível acompanhar, através de cartas enviadas e recebidas pelo personagem, as etapas e o entusiasmo em levar adiante este processo. Em carta enviada a João Luiz Duboc Pinaud, jurista brasileiro e companheiro de militância de Paulo nas causas dos direitos humanos, pode-se perceber o momento de aceite do projeto, as expectativas e os desejos sobre o trabalho que se iniciava:

Caro amigo Pinaud,

Estou anexando (sic.) cópia da carta recebida da direção do ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO, aceitando minha oferta de transferência de meus “escritos” (livros, ensaios menores e notas jornalísticas) nos últimos 40 anos.

Em troca o Arquivo se compromete a catalogar, classificar cronológica e tematicamente todos os escritos, passando-me cópia xerocada ou fotografada de todo material, que constitui a “matéria prima” do projeto “Arquivo Paulo R. Schilling” (cuja cópia deixei para vocês). Para execução (muito precária e limitada do mesmo) estou pedindo uma bolsa a uma fundação espanhola.

Isso constitui o primeiro passo para que o material acumulado possa ajudar minimamente no reestabelecimento da memória nacional tão deformada nas últimas décadas pela ditadura e pela incapacidade das esquerdas em fazer uma autocrítica efetiva.

Tua sugestão de que a AJUP pudesse encampar o projeto original e ampliá-lo, tanto em sua temática (análises jurídicas sobre problemas fundamentais da conjuntura nacional, como Dívida Externa, Reforma Agrária, Itaipu etc.), como sua execução (com a incorporação de novos pesquisadores) é ótima. Com esse reforço e com o prestígio da organização, o projeto adquiriria uma nova e importante dimensão.

Autorizo-te, portanto, a gestionar nesse sentido.

Abraços,

Paulo Schilling ²¹⁶

A missiva acima nos permite uma série de reflexões sobre a importância dessa documentação para Schilling e de que forma a organização do Arquivo e o seu processo de publicização pareciam estar de acordo com o seu planejamento inicial, o qual não havia encontrado espaço entre as editoras. Paulo acreditava muito que sua trajetória, seus escritos e suas lembranças contribuiriam no processo de “reestabelecimento da memória nacional” brasileira, que havia sido obscurecida pelos 21 anos de ditadura civil-militar. Além disso, seria uma forma de contribuir para a reflexão e autocrítica da esquerda brasileira, com pouca visibilidade após a vitória do neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso e as agendas de debate nacional e internacional. O pedido de uma bolsa a uma fundação espanhola e o aceite da sugestão de Pinaud – na qual a Assessoria Jurídica Popular (AJUP) poderia ampliar o projeto – mostram o quão significativas eram a organização e a formalização do Arquivo Paulo R. Schilling. Seria um espaço de memória, de combate, de reflexões necessárias para a construção de um mundo mais justo e solidário – como se pode ler nas passagens das

²¹⁶ Carta de Paulo Schilling a João Luiz Duboc Pinaud. Sem data. Documentação pessoal - Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

entrevistas que fazem parte da primeira parte desta tese – mas acima de tudo, seria uma forma de continuar a sua militância. E com tal importância, a sua negociação com o APERJ foi um processo longo e cuidadoso por ambas as partes.

Em ofício do dia 15 de janeiro de 1997, pode-se acompanhar parte do processo de criação do Arquivo Paulo Schilling naquela instituição:

Prezado Senhor,

Em continuidade ao processo de doação de seu acervo documental, iniciado em setembro de 1995, cujo montante recebido por este arquivo abrange cerca de 30% do total, retomamos os entendimentos, ratificando nosso maior interesse em receber todo o conjunto de documentos ainda sob guarda de V. Sa. Cumpre reiterar também a nossa disposição de enviar-lhe cópia da referida documentação.

Para que o tratamento técnico da coleção se torne mais ágil, preparamos um cronograma onde poderá acompanhar o fluxo do nosso planejamento, assim como modelo de ficha analítica, para facilitar o registro do teor dos documentos, ambos anexados ao presente ofício.

Sugerimos que o recolhimento do restante da documentação seja feito de uma só vez, através de um representante deste Arquivo, especialmente designado para esse fim, que terá por missão organizar a documentação, com o devido cuidado, para embalagem e transporte, bem como assegurar sua integridade até o momento de entrega aos cuidados desta Direção. Da mesma forma, estabeleceremos os procedimentos adequados, para o pronto envio das cópias citadas.

Tão logo esteja concluído todo o processo de transferência, formalizaremos a doação por meio de um ato redigido especialmente com esse fim e tomaremos as providências necessárias para a produção de um Guia do Arquivo Paulo Schilling, a ser submetido à aprovação de V. Sa.

Agradecendo, antecipadamente a sua colaboração e uma resposta favorável à nossa proposta, contamos poder tornar disponível ao pesquisador, com a brevidade possível, documentação de tal relevância para a história de nosso País.

Eliana Rezende Furtado de Mendonça

Diretora Geral do Arquivo Público do Estado do RJ²¹⁷

Mesmo sem ter acesso aos documentos que esclarecem os contatos iniciais entre Schilling e o APERJ, percebe-se no documento acima que Paulo iniciou o processo de criação, conjuntamente com o arquivo do Rio de Janeiro, da Coleção Paulo Schilling em setembro de 1995, chamando a atenção para a importância dada pela diretora Eliana Mendonça àquele conjunto documental evidenciando-o como de grande relevância para a história do Brasil. Ainda que parte importante do plano de trabalho elaborado pelo personagem após a sua aposentadoria – doação do material para que fossem feitas cópias e disponibilizados para pesquisadores –, é interessante perceber que até janeiro de 1997 apenas 30% do material havia sido enviado para o Arquivo. Em diversos trechos do ofício enviado pela diretora do APERJ observa-se o interesse da instituição em agilizar a doação do restante do material de Paulo: “sugerimos que o recolhimento do restante da documentação seja feito de uma só vez, através de um representante deste Arquivo” ou mesmo na despedida

²¹⁷ Ofício nº007/APERJ-DG. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1997. Documentação pessoal - Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

"agradecendo, antecipadamente a sua colaboração e uma resposta favorável à nossa proposta, contamos poder tornar disponível ao pesquisador, com a brevidade possível [...]".

Fiquei a me questionar o que poderia ter levado a esta situação de demora no envio da documentação para a continuidade do projeto, visto que, conforme relatou Flávia Schilling em entrevista, a iniciativa em criar a Coleção Paulo Schilling no APERJ foi vista como muito importante e que Paulo ficou muito feliz em doar o material²¹⁸. Tais tratativas estavam no contexto de organização do acervo de memória da esquerda brasileira e chama a atenção, entretanto, que a documentação não seria doada definitivamente, mas sim emprestada ao Arquivo para que fossem feitas cópias; os originais seriam devolvidos a ele, juntamente com as cópias da documentação. Levando em consideração que a primeira leva de materiais enviadas para a instituição tenha ocorrido em setembro de 1995, um ofício datado de março de 1996 e assinado por Esther Kuperman, chefe do serviço de coleções particulares, informa o envio das cópias xerográficas dos documentos pertencentes à Coleção Paulo Schilling²¹⁹. Isto é, aproximadamente seis meses após o primeiro envio, os documentos já estariam voltando para o seu proprietário o que, levando em conta o trabalho realizado pelo APERJ, me parece um tempo aparentemente correto, mas não era o tempo que precisava o personagem.

Felizmente, tive acesso a outro documento que ajuda a compreender melhor os motivos da demora de Schilling em ceder o restante do material. Assim, exatamente um mês após o documento enviado pelo APERJ, Paulo respondia:

São Paulo, 15 de fevereiro de 1997
Sr. Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Diretora Geral do Arquivo Público do Estado do RJ
Prezada Senhora,

Recebi sua carta e anotei seu conteúdo. Concordo com as várias sugestões apresentadas, menos num ponto o relativo à entrega do material de uma só vez. Vejamos essa impossibilidade.

1. Falta remeter cerca de 70% dos “especiais” (artigos jornalísticos) que tinha guardado aqui em casa. Essa parte do acervo só poderá ser remetida em março/abril, assim que tiver terminado um livro urgente sobre o latifúndio.

2. Dos mais de 30 livros editados faltam meia dúzia, uma quantidade apreciável de “ensaios médios” publicados em revistas, assim como outros “especiais”.

Para consegui-los necessito ir a Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires e fazer a busca correspondente em editoras e bibliotecas públicas. Se a saúde permitir, faria isso antes do fim do ano.

3. Faltaria ainda as gravações que pretendo fazer sobre situações e personagens político-sociais que assisti/conheci. Considero que essas gravações sobre temas que, por motivos de segurança, não foram levados ao papel nas respectivas épocas, dentro de meu propósito de relatar toda a verdade que conheço, poderão constituir a parte mais importante do arquivo. Seria tarefa para o ano vindouro.

Um pedido muito especial: considerando que o material que está sendo enviado constitui, em quase sua totalidade, cópias únicas, e que o mesmo constitui “matéria-

²¹⁸ Flávia Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, agosto de 2017.

²¹⁹ Ofício enviado por Esther Kuperman, chefe do serviço de coleções particulares do APERJ a Paulo Schilling. Rio de Janeiro, 6 de março de 1996. Documentação pessoal – Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

prima” que servirá de base a uma série de trabalhos definitivos (ver relação), peço que as cópias mimeografadas me sejam enviadas o mais breve possível, Agradecendo sua inestimável colaboração, subscrevo-me atenciosamente, Paulo Schilling.²²⁰

O diálogo construído nas missivas reproduzidas demonstra claramente um projeto bem arquitetado. O material que já estava com Paulo seria reproduzido e seria a base da documentação do acervo. Em um segundo momento, procurar-se-iam os livros e publicações faltantes, possivelmente espalhadas por Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires. Por fim, o Arquivo ainda contaria com uma série de depoimentos gravados com Paulo sobre situações e personagens importantes da história recente do Brasil e do Cone Sul latino-americano, que não haviam sido registrados por motivos de segurança frente ao contexto político social das ditaduras de segurança nacional nos seus respectivos países. Tratava-se de um projeto ambicioso, mas que, para Schilling, traria à tona elementos importantes para repensar os acontecimentos político-sociais que lhe eram recentes e dessa maneira poderiam se manter vivas as suas memórias, os seus estudos e acima de tudo: a sua militância.

Chama a atenção na carta enviada por Paulo à diretoria do APERJ o fato dele continuar produzindo novos trabalhos, possivelmente um dos motivos da demora em encaminhar o restante da documentação. Mesmo com as dificuldades de encontrar editoras dispostas a levar suas obras ao mercado, Schilling continuava a produzir – naquele momento escrevia um livro “urgente” sobre latifúndios²²¹. Com essa perspectiva, de manter-se envolvido com a escrita, Schilling solicitava um prazo maior para enviar a documentação que estava com ele, referência necessária para suas obras, além de pedir o envio mais breve possível das cópias mimeografadas do material que estava sob posse do APERJ: afinal serviriam como base de uma série de trabalhos definitivos que já possuíam inclusive uma relação de quais seriam escritos²²².

²²⁰ Carta de Paulo Schilling a Sra. Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Diretora Geral do APERJ. São Paulo, 15 de fevereiro de 1997. Documentação pessoal – Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

²²¹ A questão agrária sempre foi um dos pilares de debate de Schilling, assim, é interessante observar a sua solicitação da documentação para a escrita “urgente” de um livro sobre latifúndios. Essa devida pressa estaria relacionada com a conjuntura política agrária no Brasil naquele momento. Segundo Bernardo Fernandes (2001, web) a partir da segunda metade da década de 1990, o país passou por um novo momento de luta pela terra. “A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais”. Schilling não estava alijado da luta, mesmo “aposentado”, continuava a escrever, a contribuir – da sua forma – com as questões em voga na política nacional. Para mais ver FERNANDES (2001).

²²² Schilling tinha a pretensão de escrever a sua “grande obra”, uma compilação definitiva de toda a sua produção e militância e assim enfatizava a importância em ter todo seu material disponível. Retomaremos esta discussão com maiores detalhes no último capítulo desta tese.

Após a análise dessa missiva e do contato mais pessoal com a documentação de Paulo doada ao Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS – na qual é possível perceber uma série de anotações e reorganização dos seus escritos, além de alguns livros completos e não publicados –, perguntei a Andrea Schilling, sua filha, até que momento seu pai esteve envolvido com aquela documentação, e sua resposta comprovou a minha hipótese: “até o final da vida”. Em suas palavras:

Até o final da vida, literalmente, ele viveu rodeado de suas produções, mas também continuou reunindo novos materiais para produzir novos textos, querendo sempre escrever mais um livro que contribuísse com a transformação do mundo em que vivemos, num mundo mais justo e solidário.

[...]

Não ficava um dia sem trabalhar, lendo e reorganizando os materiais que reunia de diversas fontes, como livros de outras pessoas, jornais, revistas e seus próprios escritos anteriores. Tinha muitas pastas que organizava com diversos temas. Cada uma poderia virar um novo capítulo de um novo livro.²²³

Flávia corrobora também a ideia ao afirmar que Paulo esteve envolvido com seu material até a última semana de vida. Segundo ela, o pai se “segurava no trabalho, na vontade de fazer mais, de escrever novas coisas sobre a ditadura militar que ele considerava que ainda não tinha análises completas, pensava sobre isso e desejava isso”. E complementa:

meu pai, mesmo nos últimos anos de vida, já bem doente e enfraquecido, tinha a rotina de todos os dias trabalhar. Para ele era uma situação de vida, de fundamental importância. Já não conseguia escrever, usar máquina de escrever, tentamos imaginar o computador, mas não era mais possível, então ele lia os materiais, continuava na leitura dos jornais, organizava os materiais pensando em futuras produções possíveis.... O trabalho era, para ele, fundamental na vida.²²⁴

Além da escrita constante de novos livros, capítulos e ensaios, forma de se manter vivo e lúcido com sua militância, a comunicação do personagem com o APERJ continuava. Em carta de 3 de março de 1997, a direção do Arquivo agradecia a resposta de Paulo e comprometia-se a sanar prontamente as dificuldades para doação do material. Uma das questões propostas para evitar o desgaste do transporte do material de São Paulo, local de sua residência, até o Rio de Janeiro, era a reprodução a ser realizada no Arquivo Público de São Paulo, sob o monitoramento de um especialista do arquivo do Rio. O APERJ colocava-se também à disposição para tentar localizar as obras faltantes mencionadas na missiva anterior e deixava registrada novamente a ansiedade de ter em mãos as gravações das experiências vivenciadas pelo personagem, enfatizando a riqueza dessa documentação a ser produzida,

²²³ Andrea Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, julho de 2017.

²²⁴ Flávia Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, agosto de 2017.

principalmente pelas informações inéditas e vitais para o esclarecimento de tantos fatos obscuros da história recente.²²⁵

A carta seguinte, que retrata o diálogo entre o APERJ e Schilling, data de 14 de junho de 1997 e refere-se às negociações para a elaboração de um documento legal para a efetiva construção da Coleção Paulo Schilling no referido estabelecimento. Trata-se de informações sobre a melhor forma de concretizar o processo iniciado anteriormente a partir de um documento físico que resguardasse legalmente ambas as partes em tal tramitação. Chama a atenção um pequeno parágrafo que versa sobre a ideia de coleta dos depoimentos de Schilling, item mencionado por ele em seu plano de trabalho inicial e incorporado pelo APERJ no projeto de constituição da Coleção Paulo Schilling e que, como será observado adiante, não chegou a acontecer. Fica explicado ainda que a documentação doada ficaria sob responsabilidade do Serviço de Coleções Particulares, chefiado naquele momento por Esther Kuperman.²²⁶

Infelizmente a documentada troca de informações entre o APERJ e Paulo presente no material doado ao NPH encerra-se por aí. Ao buscar informações sobre a situação dessa documentação no APERJ atualmente, recebi a seguinte resposta por e-mail: “Informamos que o APERJ possui a documentação mencionada em seu e-mail anterior. São 6 caixas de documentação, porém os materiais ainda não estão tratados (não estão catalogados)”²²⁷. Fiquei a me perguntar o que teria acontecido para que aquela empolgação inicial na organização da coleção tenha sido interrompida. Qual foi o motivo de, passados 20 anos, a documentação ainda não ter sido catalogada? Teria o projeto passado pelas mesmas dificuldades em relação às tentativas de publicação das obras? A demanda do momento político brasileiro, em finais da década de 1990, poderia ter estagnado a busca por esclarecimentos? Com estas questões em mente agendei juntamente ao APERJ uma consulta à documentação, acreditando que analisando os documentos de perto seria possível encontrar vestígios que ajudassem a compreender um pouco mais sobre o que poderia ter acontecido para que o projeto tenha sido interrompido.

No dia 19 de julho de 2018 me dirigi ao Arquivo Público do Rio de Janeiro para realizar a consulta à documentação disponível. Já havia sido informado por e-mail de que os documentos não estavam tratados e somavam seis caixas. Um documento denominado “Paulo

²²⁵ Ofício enviado pelo APERJ a Paulo Schilling. Rio de Janeiro, 03 de março de 1997. Documentação pessoal - Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

²²⁶ Carta enviada a Paulo Schilling. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1997. Documentação pessoal - Envelope 02. Arquivo Paulo Schilling.

²²⁷ E-mail recebido no dia 19 de julho de 2017 após consulta ao site do APERJ. Quem assina o e-mail é o Departamento de Acesso à Informação.

Schilling – instrumento preliminar” me foi enviado também por e-mail e através dele foi possível de antemão ter uma ideia da documentação disponível. O documento de seis páginas elaborado nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2015, período bastante recente se comparado com as datas iniciais do projeto, apresenta uma breve descrição sobre o conteúdo de cada uma das seis caixas disponíveis:

Caixa 136 – 1

Data (s): 04 de abril de 1973 – 13 de abril de 1988

Âmbito e conteúdo: pasta “Dossiê 6” sobre Economia Brasileira com 29 documentos; pasta “Dossiê 7” sobre Relações Internacionais e Geopolítica com 21 documentos; pasta “Dossiê 5” sobre Economia Brasileira com 16 documentos; pasta “Dossiê 4” sobre Economia Brasileira com 28 documentos; pasta “Dossiê 3” sobre temas sociais com 27 documentos; pasta “Dossiê 2” sobre Dívida Externa com 17 documentos; pasta “Dossiê 1” sobre Dívida Externa com 13 documentos

Caixa 137 – 2

Data (s): maio de 1970 – 23 de maio de 1995

Âmbito e conteúdo: pasta “Dossiês 8 e 9” com a documentação do dossiê 11 sobre Imperialismo, Neocolonialismo e Economia Brasileira e 45 documentos; pasta “Dossiês 10 e 12” – nº 10 sobre Dívida Externa, Fronteira Atlântica e Mercosul, com 20 documentos e o nº 12 sobre a Economia Brasileira, com 24 documentos; pasta com os dossiês 8 e 9 – o nº 8 sobre o regime militar brasileiro, com 65 documentos e o nº 9 sobre Política e Economia no Brasil, com 7 documentos

Caixa 138- 3

Data (s): 17 de janeiro de 1974 – 03 de janeiro de 1980

Âmbito e conteúdo: pasta “Dossiês 16 e 17” – nº 16 sobre Política Brasileira, com 34 documentos e o nº 17 sobre Política, Ditadura e Repressão com 77 documentos; pasta “Dossiês 13, 14 e 15” – nº 13 sobre Aspectos Sociais, com 25 documentos, nº 14 sobre a dominação estrangeira, com 29 documentos e o nº 15 sobre Relações Brasil – Estados Unidos, com 29 documentos.

Caixa 139- 4

Data (s): novembro de 1966 – 04 de junho de 1984

Âmbito e conteúdo: pasta com dossiês 18 e 19 – nº 18 sobre Subimperialismo brasileiro, com 51 documentos e o nº 19 sobre o expansionismo brasileiro, também

com 51 documentos; dossiê 20 sobre o Imperialismo norte-americano, com 44 documentos.

Caixa 140 – 5

Data (s): 1974 – 03/1983

Âmbito e conteúdo: Pasta 1 (dossiê 27: “A agonia de Tancredo Neves, a nova república Sarney”; dossiê 28: “A Argentina”; dossiê 29: “Brasil – política”/ a documentação está separada em 17 grupos, a maioria em papel carbono; dossiê 30: “Brasil – economia”; dossiê 31: “Brasil – política”; dossiê 32: “Geopolítica”; pasta 2 (dossiê 21: “Diplomacia, geopolítica etc”; dossiê 22: “Aspectos sociais e direitos humanos”; dossiê 23: “Sociales II”; dossiê 24: “Cone sul – Rio do Prata”; dossiê 25: “Petroleo, transporte e imperialismo”; dossiê 26: “Brasil-Estados Unidos 2”).

Caixa 141 – 6

Data (s): 26 de setembro de 1983 – novembro de 1993

Âmbito e conteúdo: pasta “Dossiês 33 e 34” – nº 33 sobre Geopolítica – Brasil x EUA, com 13 documentos e o nº 34 sobre a Dívida Externa, com 16 documentos; pasta “Dossiê 35” sobre o Brasil e a América Latina contendo 4 livros xerocados.²²⁸

Enquanto que a descrição da primeira caixa apresentava a seguinte nota “a documentação já estava separada em dossiês com as informações necessárias de data e quantidade de documentos dentro da caixa”, a última trazia a informação: “esses dossiês não estavam tão bem organizados quanto os das caixas anteriores”. Este dado me fez acreditar ainda mais na ideia de que alguma situação deveria ter ocorrido para que o projeto tenha sido interrompido tão repentinamente e tenha sido deixado ao acaso do tempo, situação que comprovei ao chegar ao APERJ e tomar contato com a documentação. De acordo com a orientação que havia recebido por e-mail e descrita no instrumento preliminar, teria seis caixas de documentos para analisar, e foi realmente isso que encontrei. Com etiquetas amarelas com pequenos rasgos e sem cola em algumas partes, sinais evidentes do tempo, e em caixas de arquivo, ainda em bom estado de conservação, encontrei os papéis doados por Paulo (foto abaixo).

²²⁸ Documento denominado “Paulo Schilling – instrumento preliminar”. Elaborado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 6 páginas, 23 e 24 de fevereiro de 2015 e enviado a este pesquisador por e-mail. Percebe-se que em 2015 os documentos completavam 20 anos em mãos do APERJ e continuam não tratados, apresentando apenas esta breve descrição citada.

Figura 5 – Documentos de Paulo Schilling doados ao APERJ entre 1995 e 1997.



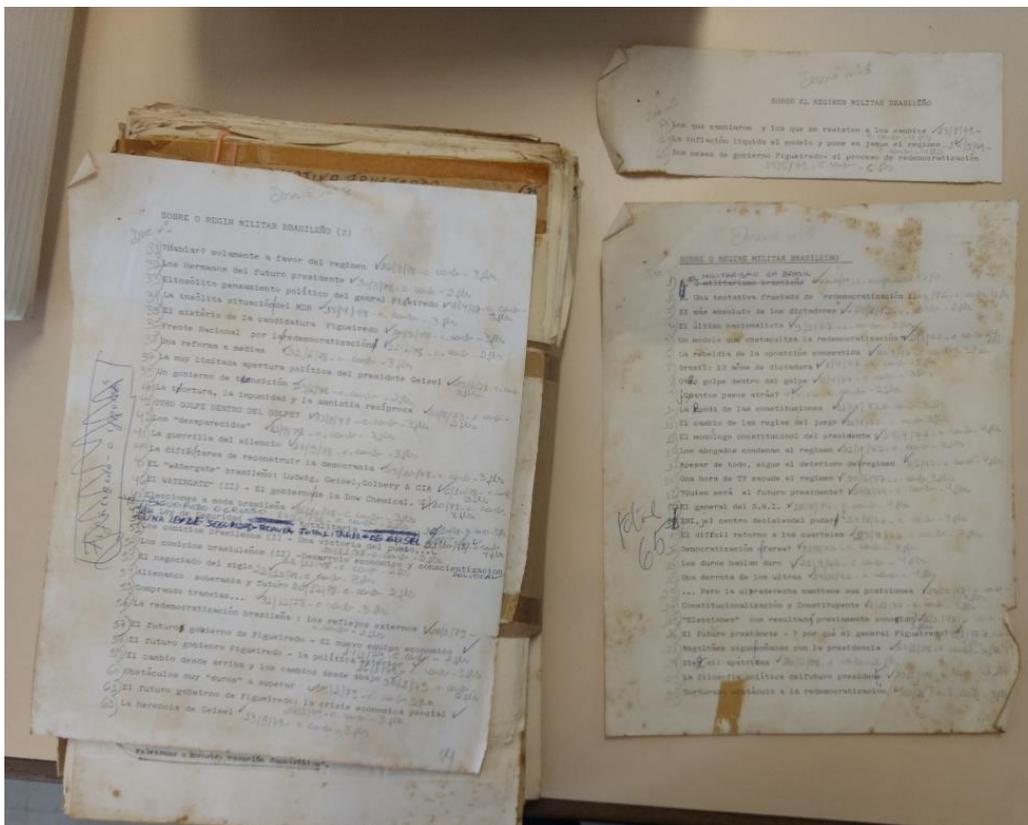
Fonte: Arquivo pessoal.

Com todo cuidado que um arquivo merece iniciei a abertura das caixas e o manuseio daqueles documentos. Tendo realizado a leitura do instrumento preliminar enviado pelo APERJ e já realizado a organização dos papéis que estão no NPH, os documentos ali encontrados eram cópias dos documentos disponíveis no arquivo em Porto Alegre. Sem atentar então ao conteúdo dos textos, busquei compreender os sinais do que poderia ter acontecido com a proposta de organização e catalogação do Acervo Paulo Schilling. Era perceptível que a organização dos documentos havia sido iniciada e que avançara inclusive no sentido de uma classificação para cada um daqueles conjuntos documentais. Alojados em pastas pretas com plásticos, a documentação seguia uma lógica de assuntos e apresentava uma descrição de cada um dos textos presentes naquele dossiê. Eram visíveis também anotações a lápis, informando a data e o número de páginas de cada um dos documentos presentes (foto na próxima página).

A organização, anotações e informações encontradas nas três primeiras caixas e em suas respectivas pastas, entretanto, mudaram a partir do momento em que comecei a analisar a caixa número quatro e mais especificamente o dossiê número 20. É nítida a interrupção do trabalho de organização dos documentos naquele ponto. As anotações, conferências e até mesmo a higienização dos papéis parecem ter sido interrompidos abruptamente, deixando-os armazenados a partir de uma primeira divisão temática, possivelmente realizada no início do projeto ou mesmo pelo titular daqueles documentos. Estas observações, entretanto, ainda não

respondiam ao questionamento: qual o motivo da formação da coleção de Schilling ter sido interrompida?

Figura 6 – Relação de documentos do dossiê nº8 “Sobre o regime militar brasileiro”.
Coleção Paulo Schilling - APERJ



Fonte: Arquivo pessoal.

Com o intuito de encontrar explicações e compreender o que teria acontecido para a interrupção do projeto busquei algumas informações sobre a situação do Arquivo Público naquele momento. A primeira informação que encontrei foi de que em “em 6 de março de 1997 um novo decreto havia entrado em vigor e que a partir de então ficava determinado “o recolhimento ao APERJ da documentação de valor histórico, probatório e informativo produzida pela Administração Pública Estadual”²²⁹. Além disso, o APERJ foi transferido de endereço no ano de 1998, saindo do edifício de propriedade da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE), na rua do Riachuelo, no centro do Rio de Janeiro e se instalado em um prédio na Praia de Botafogo nº 480, onde permanece até hoje²³⁰. Por fim, é possível evidenciar ainda que em 1998 ocorreu a mudança de governo do Estado que deixava de ser administrado por Marcelo Alencar e passava a ter Anthony Garotinho como governador.

²²⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_P%C3%BAblico_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro. Acesso: 30/01/2020.

²³⁰ Idem.

Estas mudanças ocorridas no APERJ, mesmo que significativas, não pareciam, entretanto, ser suficientes para esclarecer a situação dos papéis do personagem desta tese. Com o intuito de desvendar os episódios que diretamente interferiram na interrupção do projeto estabelecido entre Schilling e o APERJ procurei Esther Kuperman, historiadora responsável pelo projeto enquanto ele esteve em funcionamento e que gentilmente cedeu um pouco de seu tempo para uma entrevista²³¹. Esther me relatou que foi apresentada a Paulo no período em que realizava seu doutorado em São Paulo. Ela contou que seu pai, Moisés Kuperman, havia sido companheiro de militância de Schilling e atuado na Guerrilha de Caparaó e que, a partir dessa relação, se criou um laço entre Esther e Paulo. Quando estava em São Paulo, Esther tinha o hábito de visitar Schilling após suas aulas do doutorado e lá permaneciam conversando por horas sobre os mais diversos temas.

Neste mesmo período, Esther atuava como historiadora no Arquivo Público do Rio de Janeiro e estava diretamente envolvida na construção de um centro de documentação a partir de materiais produzidos pela esquerda. No Arquivo atuava como pesquisadora do serviço de coleção de particulares e neste cargo esteve diretamente envolvida na organização das seguintes coleções: Coleção Daniel Aarão Reis Filho, Coleção Jair Ferreira de Sá, Coleção Jean Marc Von der Weid e a Coleção Ângela Borba. Além do trabalho de tratamento da documentação, a historiadora realizou, em 1994, uma “revisão da organização no sentido de padronizar a descrição arquivística e inserir suas informações na base de dados Guia de Fundos do APERJ”, atuando também na elaboração do “termo de doação datado de 1994, processo nº E-06/70123, autuado em 04/11/1994 e assinado no dia 9 do mesmo mês”, iniciando formalmente com este ato a composição da coleção “Memória da Esquerda”, que ficaria alocada no APERJ sob sua reponsabilidade e mais especificamente na sala denominada Jair Ferreira de Sá²³².

A partir de sua experiência dentro do Arquivo e de sua boa relação com Schilling surgiu a ideia de incluir os documentos de Paulo na coleção “Memórias da Esquerda”. Ao solicitar autorização para a diretora do APERJ – Eliana Rezende Furtado de Mendonça – ouviu que poderia seguir adiante com a ideia, entretanto o Arquivo não teria como ajudar diretamente no projeto. Com a autorização dada, Esther levou a ideia a Schilling que aceitou prontamente, explicando a ela, entretanto, que precisava ainda da documentação pois estava

²³¹ Entrevista realizado por telefone pelo autor com Esther Kuperman no dia 30/01/2020. As informações apresentadas a seguir foram obtidas a partir dessa conversa, excetuando-se aquelas devidamente referenciadas.

²³² Para mais informações sobre estas coleções ver: <http://200.222.27.136/index.php/tGkI>; <http://200.222.27.136/index.php/An1e2>; <http://200.222.27.136/index.php/PKOA> . Acesso: 30/01/2020

escrevendo sua biografia²³³. A solução encontrada a partir da falta de apoio do APERJ e da necessidade em continuar com acesso a sua documentação foi a seguinte: quando ia para São Paulo, Esther passava na casa de Schilling e pegava um conjunto de documentos que ela mesmo levava para o Rio de Janeiro e realizava as cópias da documentação. Em sua próxima viagem a São Paulo devolvia os documentos originais e as cópias dos mesmos a Schilling – uma das cópias ficava no APERJ como parte da Coleção – e reiniciava o processo de coleta documental.

Os documentos citados anteriormente retratam a participação da diretora do Arquivo Eliana de Mendonça na tentativa de dar celeridade ao projeto, sugerindo que as cópias fossem realizadas na própria capital paulista, retirando de Esther a responsabilidade de ficar buscando e levando os documentos. O projeto que estava em pleno andamento foi, todavia, como visto anteriormente, interrompido. Quando questionei Esther sobre esta situação ela explicou que após alguns desentendimentos de ordem política e administrativa com a direção do APERJ, ela e outro colega foram desligados de suas funções no Arquivo. Com sua demissão, o projeto de criação da coleção Paulo Schilling também foi interrompido, afinal, conforme ela explicou na entrevista, quem conhecia os documentos e a importância da trajetória de Paulo era ela. Além da interrupção do recolhimento dos documentos de Schilling e de sua catalogação – esta situação explica o fato da organização ter parado no meio do processo – a direção do Arquivo após a sua saída fechou a sala Jair Ferreira de Sá, encerrou o projeto “Memória da esquerda” e aparentemente descartou os registros destes processos, o que dificultou imensamente o entendimento do ocorrido.

Após compreender os motivos que levaram à interrupção do projeto por parte do APERJ questionei Esther sobre como Paulo havia lidado tanto com a possibilidade de ter seus documentos parte da coleção da “Memória da esquerda” e qual a sua reação com a notícia do desligamento de Kuperman e do encerramento do projeto. Segunda a historiadora, o personagem desta tese estava muito feliz com a ideia de organização da coleção Paulo Schilling pois ele tinha um grande interesse que sua documentação viesse a público, fosse mostrada para as pessoas. A possibilidade de continuar tendo acesso a seus papéis através das cópias e assim continuar escrevendo suas obras era o projeto ideal para Paulo. Quando do encerramento da relação com o APERJ, Esther comentou que Paulo ficou bastante chateado mas que acostumado com as idas e vindas da política ao longo de sua trajetória compreendeu

²³³ Acredito que a biografia citada por Kuperman se refira as obras que Schilling escrevia e buscava espaço para a publicação. Não tenho nenhum documento ou mesmo informação que Paulo tenha iniciado a escrita de sua biografia.

bem o que acontecera chegando inclusive a consolar ela própria, “ele soube lidar com o fim do projeto com mais sabedoria do que eu”²³⁴.

Por fim, cabe evidenciar um último ponto do projeto inicial de Schilling e que não foi colocado em prática: a gravação de seus depoimentos. Quais os motivos que fizeram com que a ideia de gravar os seus depoimentos nunca tenha saído do papel? Este ponto fica em evidência principalmente quando volta-se a analisar o “plano de trabalho”, principalmente o ponto “c”, elaborado pelo personagem. No documento, além da publicação de obras e da organização de um arquivo, verificou-se a intencionalidade de deixar depoimentos orais sobre suas vivências, conforme reproduzido abaixo:

c) gravação de recordações do autor sobre campanhas e episódios dos quais participou (como a denúncia do acordo do trigo norte americano (lei 480), a organização do “Master” (os “sem terra” originais), a “Legalidade” que em 1961 derrotou o golpe militar, a assessoria de Brizola, a secretaria executiva da Frente de Mobilização Popular, a organização dos sargentos, marinheiros e “Grupos de 11”, a derrocada frente ao golpe de 1/4/64, os 15 anos de exílio no Uruguai e Argentina, a anistia, a organização do Partido dos Trabalhadores e CUT, etc. e sobre personagens que conheceu e tratou pessoalmente (como Goulart, Brizola, Prestes, Marighella, Arraes, Julião, Perón, Fidel, Allende, Torres, Sendic, Firmenich e outros). Esses relatos referem-se a situações e impressões que, por uma questão de segurança e tática política, não foram divulgadas nas respectivas épocas. E que agora constituem fragmentos históricos que podem ajudar na avaliação do processo político-social brasileiro das últimas décadas.²³⁵

A proposta de Schilling era audaciosa. Os inúmeros temas levantados como possibilidade de gravação – os quais demonstram mais uma vez quão rica foi a trajetória do personagem –, as inúmeras informações sobre os acontecimentos da história recente que traria a público – que poderiam “ajudar na avaliação do processo político-social brasileiro das últimas décadas” – representariam um ganho significativo de informações para futuras pesquisas, além de servir como registro da sua memória e da memória latino-americana, além de contribuir ainda mais com sua militância.

O projeto, entretanto, nunca saiu do papel. Mas qual teria sido o motivo para esta etapa tão bem descrita no “plano de trabalho” não ter sido levada adiante? Sabe-se que a interrupção do recolhimento de seus materiais por parte do APERJ pode ter influenciado nessa questão, contudo, Schilling teria a sua disposição outras formas de deixar gravados os seus registros. Flávia relatou sobre a relutância de Paulo em gravar depoimentos e, que mesmo no final de sua vida, continuava a negar os convites para contar as suas experiências:

²³⁴ Entrevista realizado por telefone pelo autor com Esther Kuperman no dia 30/01/2020.

²³⁵ Documento denominado “Arquivo Paulo R. Schilling”. Pág.12 Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling. É interessante notar que dentre todos os temas levantados por Schilling para a gravação de seus depoimentos não se encontra nada diretamente relacionado a sua vida privada.

Tentamos que gravasse memórias e histórias (tinha muitas) mas é interessante que nunca quis. Creio que não valorizava tanto as memórias ou questões pessoais, preferia as questões mais gerais e políticas. Isso é parte de uma formação intelectual de uma época, o indivíduo não é tão importante assim, talvez, para uma geração. Tentamos, pois tinha histórias ótimas, mas não conseguimos. Queríamos que escrevesse ou gravasse, mas não considerava isso importante. Ele foi procurado para entrevistas nos últimos anos, para homenagens, mas já não se sentia em condições, muito orgulhoso, quem sabe não queria ser visto em uma situação de decadência física. [...] Não se sentia em condições de sair para atividades e recusou várias entrevistas, inclusive acadêmicas, de teses sobre situações que ele tinha vivido ou escrito sobre. Sempre passávamos o convite para ele, mas já não queria responder.²³⁶

É interessante contrapor esta fala de Flávia com o projeto de Paulo. Sua filha explica que o pai nunca quis gravar suas memórias e argumenta que acreditava que ele não valorizava tanto as histórias ou questões pessoais, preferindo aquelas mais gerais e políticas, posicionamento enquadrado por ela como parte de uma formação intelectual ou mesmo de uma época na qual “o indivíduo não é tão importante”. Esta informação aparentemente contradiz o plano de trabalho exposto anteriormente, no qual Schilling se dispunha a gravar seus depoimentos sobre os mais diversos assuntos a partir de sua experiência – “recordações do autor sobre campanhas e episódios dos quais participou”. O que Paulo se dispunha a registrar eram as memórias de sua militância, suas recordações e impressões a partir de temas políticos e não as suas experiências pessoais. Os convites para entrevistas mencionados por Flávia possivelmente tinham ele como tema, o que o fez negar todos.

Mas seriam apenas estes fatores que teriam feito Schilling mudar de opinião? Será que ele realmente queria deixar seus registros orais? Poderia aceitar e crer que o seu interesse inicial por deixar arquivos registrados “sobre situações e personagens político-sociais que assisti/conheci. [...] temas que, por motivos de segurança, não foram levados ao papel nas respectivas épocas” e que, em seu projeto inicial, estavam dentro do “propósito de relatar toda a verdade que conheceu”, perdeu força. Talvez pudesse supor que o fato de o “Projeto Arquivo” junto com o APERJ não ter transcorrido da maneira desejada por ele lhe desmotivara a dar continuidade no registro de suas memórias. Entretanto, isso parece simplista.

Flávia ressalta uma menor importância de seu pai sobre suas memórias mais pessoais, e uma busca sempre pelas questões mais gerais e políticas. Imagino que, ao propor realizar uma “história oral consigo mesmo”, Schilling estaria buscando justamente abranger as questões político-sociais de suas vivências. Parece claro que as suas questões pessoais não são elementos considerados relevantes para sua própria análise, uma vez que o objetivo maior de

²³⁶ Flávia Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, agosto de 2017.

todos os seus investimentos estava no legado de sua militância. E aí está a questão a que pretendo ater-me: o que importava para Paulo não era sua experiência pessoal, e sim o que essa experiência poderia transmitir e deixar para as próximas gerações.

As considerações de Jeanne Gagnebin (2004) permitem aprofundar essa análise. A autora propõe, em seu texto, discutir a questão do fim da narração tradicional e vale-se dos escritos de Walter Benjamin para corroborar suas ideias. O ponto que chama atenção, entretanto, refere-se à percepção da autora sobre a noção de experiência. Entendendo-a como uma “tradição compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho” (GAGNEBIN, 2004, p.84), a autora apresenta a lenda do velho vinhateiro. O velho, em seu leito de morte, confia aos filhos que um tesouro está escondido no solo do vinhedo. Os filhos cavam, cavam, mas não encontram nada. Em compensação, quando chega o outono, suas vindimas tornam-se as mais abundantes da região. Os filhos então reconhecem que o pai não lhes legou nenhum tesouro, mas uma preciosa experiência, e que a sua riqueza lhes advém, agora, dessa experiência.

Por mais que as reflexões da autora na sequência busquem, de certa forma, dar conta de outra agenda, penso que a fábula apresentada permite fazer um paralelo com as intenções de Paulo. Ao passar para os filhos a informação da riqueza enterrada no solo e levá-los a revirar o local, o pai possibilitou-lhes a abundância na colheita seguinte. O “tesouro” enterrado ali era a experiência do pai, os ensinamentos que ele deixava para as gerações futuras. Era “algo maior que as experiências individuais particulares; algo maior que a simples existência individual do pai [...]; algo, porém, que é transmitido por ele”. Um legado a seus descendentes, uma dimensão “que transcende e, simultaneamente, porta a simples existência individual de cada um de nós”. (GAGNEBIN, 2004, p.85).

Paulo optou por não gravar. Diversas podem ter sido as motivações para tal decisão. Entretanto, fica nítido que a sua intenção estava muito bem balizada. A sua experiência, o seu tesouro para as gerações futuras, não iria perder-se. Estava tudo escrito em diversos ensaios, artigos e livros, que, reorganizados incessantemente, deixariam a sua experiência registrada. Por que falar se estava escrito? Não era preciso deixar grandes eloquências sobre os acontecimentos. A situação estava dada. As análises e interpretações dos fatos estavam construídas, e constantemente (re)construídas até os últimos dias. Mais do que a trajetória de um indivíduo, Paulo estava deixando o legado de sua militância em seus documentos. Papéis que consistiam em construções teóricas de uma vida inteira – vida que foi dedicada a isso.

A experiência de Paulo registrada em seus documentos buscava meios de inserção – publicação, disponibilização dos documentos em um Arquivo – e formas de agir sobre o presente, transformá-lo. Testemunha direta dos sucessivos golpes civis-militares que atingiram o Cone Sul da América nas décadas de 1960 e 1970, sua trajetória poderia dar-lhe um lugar de destaque na sociedade. Muitos de sua geração optaram por entrar no cenário político, ou mesmo construíram seus nomes nas universidades e nos meios midiáticos, Paulo, entretanto, optou por continuar no “anonimato”, não se expondo diretamente. Flávia sugere que essa sua característica “é parte de uma formação intelectual de uma época, o indivíduo não é tão importante assim” e que, talvez, seria marca de uma geração. Schilling, entretanto, parece ser muito mais a exceção do que a regra. Optando pelo som da máquina de escrever, Paulo tornou-se, ao mesmo tempo, testemunha e autor: viu e assumiu o papel de registrar o que viveu através de sua produção intelectual, acreditando que essa retomada reflexiva do passado poderia, como propõe Gagnebin (2004:91), “não o repetir infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente”.

O relato de Flávia sobre a organização dos papéis de Paulo vem ao encontro da análise que buscou-se explicitar acima e permite alguns aprofundamentos. Está reproduzido praticamente na íntegra, para que não se perca nenhuma informação:

De fato, creio que o mais importante a destacar é que para o meu pai o trabalho com os documentos – a produção intelectual, a escrita, a divulgação das ideias – sempre foi completamente relacionado com a militância. Não consigo imaginar o trabalho do meu pai (e aí incluo o trabalho com documentos e sobre os documentos) independente de uma agenda política, militante. Isso foi assim quando escreve sobre o trigo, no marco da luta pela organização das cooperativas e luta pela reforma agrária. No Rio de Janeiro, no Panfleto, na luta pela organização popular. No exílio, em Montevideu, no seu trabalho no semanário *Marcha*, no contexto da militância dos exilados, chamando a atenção para o que aqui acontecia, para a importância do Brasil na América Latina. Cito especialmente o “Como se coloca a direita no poder”. Recordo seus trabalhos sobre a geopolítica, ainda na época do *Marcha* e depois na revista *Estratégia* (na Argentina). Na volta do exílio, destaco principalmente o trabalho no CEDI, com as campanhas da dívida externa, dos deslocados das barragens e usinas, a desigualdade da distribuição de renda, exclusão... Sua obra, seu trabalho é pautado pelas agendas de lutas dos diferentes momentos do Brasil e da América Latina. Não creio que meu pai tivesse uma aproximação especial à obra de Gramsci, ele sempre foi um autodidata e suas leituras deveriam seguir as necessidades do que interessava enquanto agenda no momento, mas ele poderia ser citado como um exemplo muito preciso daquilo que Gramsci chama de um “intelectual orgânico”. O movimento do seu trabalho, as temáticas abordadas, seguem uma agenda que não partia de sua inquietação pessoal, mas partia de uma agenda pública, independente de estar ou não ligado a um partido ou a um movimento. Ou seja, não era uma agenda de pesquisas e produção intelectual derivada de uma linha partidária, mas de uma agenda social, pública. Creio que esse é um aspecto muito interessante do seu trabalho [...]. Ele é ligado, assim, menos a diretrizes partidárias e mais ao que percebe como importante para a agenda social. Daí sua busca, sua pesquisa, sua produção.²³⁷

²³⁷ Flávia Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, agosto de 2017.

Fica evidenciada no texto a característica do trabalho intelectual de Schilling, que era voltado para a militância, envolto sempre em uma agenda política e de lutas tanto no Brasil quanto na América Latina. Sua produção partia de uma agenda social e pública. Nesse aspecto, pode-se entender, talvez ainda de forma incompleta, as motivações de Schilling em não gravar depoimentos sobre a sua trajetória, e sim optar por deixar as suas experiências através de seus escritos. Narrar sua experiência só faria sentido se fosse com um objetivo militante, contar por contar não faria sentido. Como os espaços para que seus relatos pudessem contribuir nas agendas de lutas do período estavam extremamente restritos, a finalização do projeto junto ao APERJ demonstrava ainda mais esta situação, Schilling escolheu não falar. Mesmo parte do seu projeto inicial, Paulo optou por não levar adiante esta etapa.

Cabe ressaltar ainda a caracterização de Paulo, nas palavras de Flávia e partindo da teoria de Gramsci, como um intelectual orgânico. Parece-me interessante pensar Paulo nesse sentido. Para o intelectual marxista Antonio Gramsci (1982, p.8) é necessário “elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de [gerar] um novo equilíbrio”. Esta atividade prática geral permitiria – a partir da reflexão de cada um – inovar continuamente o mundo físico e social, tornando-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. Jordana Santos (2009, p.151), em artigo sobre Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais, argumenta no que os intelectuais orgânicos “estão habilitados a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam”; estariam “conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade”, tornando-se, assim, “responsáveis por construir o projeto da sua classe”.

O trabalho de Schilling foi constantemente um trabalho militante, uma escrita que buscou incessantemente permitir ao Brasil e a diferentes países da América Latina um caminho de progresso, com maior igualdade e justiça. Estava engajado em um projeto emancipatório dos grupos sociais menos privilegiados e procurou, com seus escritos, formar uma consciência crítica na sociedade. A sua trajetória permitiu acumular argumentos para tal desejo e, me aparenta cada vez mais claro, que a sua forma de contribuir com esse projeto de transformação do mundo foi escrever. A sua produção intelectual foi o meio escolhido para levar adiante suas reflexões e militância e, dessa maneira, ele se manteve até o fim de sua vida, mesmo quando os espaços para suas palavras ficaram cada vez mais restritos.

Antes de finalizar este subcapítulo, quero fazer uma breve reflexão sobre a utilização da história oral nas análises realizadas até aqui e a necessidade de pensar sobre as noções de público e privado na reconstrução da trajetória de Schilling e na formação de seu arquivo pessoal. Ficou claro no desenvolver deste trabalho que foram as fontes orais – as entrevistas feitas para a pesquisa – que, em boa medida, permitiram reconstruir a militância, os projetos e o legado de Paulo Schilling, foram elas que deram sentido à reunião dos papéis. Tal constatação faz com que se ressalte um elemento significativo na utilização destas fontes ao longo desta pesquisa: a subjetividade envolvida em toda a análise elaborada.

Cléria Botelho da Costa (2014) reflete em seu artigo sobre os dilemas da interpretação presente nas pesquisas que se valem da história oral e permite que se faça uma comparação com o trabalho aqui realizado. Segundo a pesquisadora, interpretar uma entrevista é “atribuir sentidos aos fatos narrados; é relacioná-los a uma teoria; é estabelecer uma relação dialógica entre o *corpus* e o pesquisador [...]”, isto é, “a leitura que faço do mundo do outro certamente não é matizada pelas mesmas cores com as quais enxergo o meu mundo. Portanto, o nosso olhar e os sentidos que atribuímos às coisas, às pessoas, estão sempre carregados de subjetividade” (COSTA, 2014, p.57).

Fica claro que, ao utilizar fontes orais, o pesquisador deve estar atento à subjetividade que a sua análise impõe aos documentos. Quando retorno às entrevistas realizadas para esta pesquisa, parece justo considerar os interesses da família em trazer ao âmbito público os documentos e a história de Schilling e o meu interesse em reconstruir essa narrativa. Este conjunto de objetivos me leva a evidenciar as diferentes subjetividades que foram misturadas neste processo e que delas se construiu a análise apresentada, respeitando os parâmetros de uma análise científica.

Costa (2014, p. 58) afirma em seu texto que “a interpretação deve ultrapassar os limites do visível, estar atento ao histórico social, à cultura, as relações de poder, aos quadros sociais nos quais os temas e objetos da pesquisa se assentam [...]” e nesse sentido, é pertinente trazer à tona a tensão entre as noções de público e privado presente nesta pesquisa.

Renata Schittino (2016, p. 40), em seu artigo sobre o conceito de história pública e o compartilhamento da história, permite algumas reflexões significativas para pensar esta tensão. Dialogando com Hannah Arendt, a autora argumenta que o mundo público se constrói a partir de um vínculo compartilhado e por isso um dado importante é a sua durabilidade, “a preocupação com o mundo pressupõe uma preocupação com a sua permanência”. Ao levar em conta esta definição – o “público” a partir de uma relação direta com as noções de

“permanência” e “durabilidade” – é justo refletir sobre o papel da família Schilling em trazer à tona os papéis de Schilling.

Ao ver o acervo restrito ao ambiente particular, a família Schilling procurou um meio de colocar no espaço público o conjunto documental – foram as filhas e genros, o círculo familiar portanto, que tornaram possível que os seus documentos privados se tornassem públicos – afinal, havia um legado importante nos escritos de Paulo. Os papéis de Schilling não poderiam ficar restritos ao ambiente privado, era preciso compartilhar com o mundo, colocar aqueles papéis em diálogo com os diversos pesquisadores e dessa maneira, garantir a permanência e a durabilidade do legado de Paulo, uma presença pública que permitiria sobreviver à passagem das gerações (SCHITTINO, 2016, p 41).

Outro aspecto da tensão entre público e privado que chamou a atenção foi a necessidade de encontrar um espaço público para guardar um acervo privado. Nas duas tentativas de institucionalizar o arquivo Paulo Schilling os locais escolhidos – APERJ e NPH – foram espaços públicos; entretanto a condução dos processos se deu em meio a iniciativas privadas. No primeiro caso, o projeto partiu da iniciativa de Esther Kuperman, que encontrou no projeto “Memória da esquerda” o meio de levar adiante a ideia. A transferência do material para o NPH também apresentou esta dualidade, a iniciativa privada da família em entrar em contato com o NPH se deu no âmbito de uma política pública voltada para a memória da resistência à ditadura, o projeto “Marcas da Memória”, e que teve por local acolhedor da documentação o NPH, um local público.

Estas reflexões não se esgotam aqui. O intuito destas palavras foi fazer um balanço da prática da história oral aqui realizada, evidenciando a subjetividade do pesquisador no resultado da pesquisa, ao mesmo tempo que se permitiu demonstrar a existência da tensão entre as iniciativas e os espaços públicos e privados na construção do Arquivo Paulo Schilling. Ao juntar a memória da família, o interesse em tornar público o mundo privado de Schilling, a subjetividade deste pesquisador e as diferentes utilizações dos espaços públicos e privados na construção da história, percebe-se um espaço de futuras reflexões que não poderiam ficar escondidas dos leitores²³⁸.

²³⁸Agradeço a minha orientadora Carla Rodeghero, por me chamar a atenção às questões da subjetividade nas entrevistas de história oral e da tensão entre os espaços públicos e privados na trajetória dos papéis de Schilling. Estes pontos não foram melhor analisados aqui principalmente pela proximidade das entrevistas e da organização do Arquivo, fica o registro, entretanto, da pretensão de levar adiante estas discussões em um futuro trabalho.

CAPÍTULO 2

O “Plano B” (ou: as muitas mãos na formação do Arquivo Paulo Schilling)

Xerocar livros e mini ensaios; selecionar, classificar, digitar e xerocar os “especiais”; gravar as recordações do autor; sistematizar os escritos e gravações dentro da classificação apresentada; realizar novas pesquisas; multiplicar o arquivo e disponibilizar aos arquivos públicos e nas bibliotecas especializadas; editar em livros os textos com maior interesse. A lista de atividades acima traduz a intencionalidade de Schilling com o seu plano de trabalho, pretensões estas que se depararam com um campo de possibilidades desfavorável e conseqüentemente não conseguiram ser colocadas em prática. Os livros não foram publicados, as gravações não foram feitas e o seu arquivo ficou pela metade. Com este cenário em mente buscou-se entender qual teria sido a decisão de Paulo para continuar com seus projetos e não deixar que suas palavras fossem esquecidas²³⁹.

Em um primeiro momento e partindo da forma com que os documentos chegaram a este historiador fui levado a acreditar que a solução encontrada pelo personagem havia sido a organização de um arquivo pessoal, afinal seus documentos estavam ali e haviam sido copiados pelo APERJ, bastando que fossem classificados de acordo com o projeto inicial que ele mesmo havia elaborado. Com esta ideia em mente, busquei entender os papéis que chegaram até mim como uma construção intencional feita pelo personagem e que mesmo não sendo seu plano inicial – a ideia era a criação de um arquivo a partir de seus textos com o objetivo de tornar pública suas produções e não um arquivo para memorializar sua trajetória – foi o caminho encontrado por ele para levar adiante suas ideias em meio ao fechamento dos campos de possibilidades no período.

O exame cuidadoso deste processo revelou uma outra situação: os documentos doados ao NPH eram muito mais resultado da negação dos projetos construídos ainda em vida por Schilling do que propriamente um desejo seu de organizar um arquivo pessoal para levar adiante a sua militância. A formação do que se veio a chamar de arquivo foi muito mais fruto do campo de possibilidades vivido do que um projeto pessoal elaborado e pensado por Schilling, foi um segundo plano, que de certa maneira foi iniciado por Paulo, mas continuado por sua família e também por mim e que tomou muito da forma que chegou até o NPH a partir do último projeto que o personagem tentou colocar em prática: a escrita de sua grande obra. O

²³⁹ Documento denominado “Arquivo Paulo R. Schilling”. Pág.12 Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

plano era refundir seus textos em um último livro e dessa maneira dar definitivamente a seus escritos a função de transformar a realidade.

Optei por denominar a situação da escrita dessa grande obra e da organização de seus textos para a consulta na elaboração desse projeto de “plano B”, um planejamento colocado em prática a partir do momento em que os planos principais não deram certo. Com estas questões em mente coube avaliar qual o papel exercido por cada um dos envolvidos – titular, família e historiador – na formação do arquivo pessoal de Schilling buscando compreender a participação de cada indivíduo na construção deste conjunto documental que passamos a denominar de “Arquivo Paulo Schilling”. A elaboração de um inventário do material recebido e a discussão sobre o legado de personagem também são pauta de reflexão nesta parte da tese.

2.1 Os documentos encontram o historiador

Narrei na introdução deste trabalho como os documentos de Paulo chegaram em minhas mãos. Vou me valer agora de algumas palavras com o intuito de descrever a primeira impressão que tive ao mexer nos documentos. Um primeiro ponto que merece destaque é a composição do acervo: os documentos relacionam-se diretamente com a atuação profissional do personagem. São livros, artigos, anotações para publicações, recortes de jornais, revistas, em sua grande parte produzidos por Schilling ou que contaram com a sua participação no processo de editoração. Nada muito surpreendente para quem acompanhou a trajetória de Paulo e estava ciente do distanciamento de suas questões pessoais de suas atividades profissionais.

Para não dizer que nenhum dos papéis permite se aproximar da vida mais privada do personagem é possível evidenciar que os envelopes anexados pela família ao acervo se distanciam do padrão documental do Arquivo. O envelope “Documentação Pessoal” abre espaço para a leitura de cartas escritas e recebidas por Schilling, além do fato de que foi neste envelope que encontrei o documento “Arquivo Paulo R. Schilling” e o seu “Currículo”, fontes extensamente usadas nesta tese. Além disso, os documentos que compõem a pasta “Arquivo DOPS” trazem informações relacionadas ao nome de Paulo elaborado por diferentes órgãos de repressão e permitem um outro olhar sobre o personagem.

Nos documentos fruto das suas atividades profissionais, o principal arranjo quando estes chegaram em minhas mãos eram cinco pastas grandes e duas pequenas classificadas como “Especiales Prensa Latina”, as quais reuniam as publicações realizadas por Paulo no referido periódico. O material apresenta os textos originais e as cópias realizadas pelo APERJ,

organizados em dossiês temáticos de acordo com os assuntos discutidos nos artigos. Infelizmente não há como afirmar quem foi o responsável por esta divisão, entretanto, ao observar a proposta de divisão temática para o Arquivo Paulo R. Schilling construída por ele e que se dividiria em apenas doze grupos, a divisão dos textos em 34 dossiês leva a acreditar em uma interferência direta do APERJ na divisão temática mantida em seu material²⁴⁰.

O segundo grupo de documentos que se destaca são duas pastas denominadas “Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI”, nas quais é possível encontrar uma significativa quantidade de papéis relacionados à atuação de Paulo nesse Centro. Responsável pelo “Projeto Dívida Externa e Conjuntural”, Schilling publicou uma série de estudos e teve uma participação intensa nos debates sobre a Dívida Externa, a Reforma Agrária, a Construção de Itaipu, a Formação do MERCOSUL e na denúncia das práticas Neoliberais. Segundo o relato de Flávia e como apresentou-se na primeira parte deste trabalho, esse Centro foi o local em que Schilling mais produziu no Brasil e no qual, para ela, foi mais feliz²⁴¹.

O conjunto documental permite analisar também as diversas publicações de Schilling entre as décadas de 1960 a 1990: são três pastas com artigos completos – alguns com anotações e revisões –; uma pasta com fragmentos de textos e de obras publicadas; dois envelopes com artigos divulgados em jornais – na sua grande maioria compostos pelos originais – e um envelope com artigos publicados em revistas. Soma-se a essa documentação uma caixa de arquivo com revistas e textos diversos, os quais pode-se supor que eram materiais de leitura do personagem desta tese ou mesmo materiais recebidos por amigos para a sua apreciação.

Um dos eixos com mais destaque no acervo são os mais de 40 livros que o compõem. São obras de sua autoria de e publicadas nos mais diferentes períodos, obras de outros escritores e até mesmo livros não publicados. É possível destacar que, entre os trabalhos não lançados ao público, encontra-se uma pasta com anotações para um possível livro e mais dois textos prontos: um denominado *Ditadura Militar*, e outro – este em caráter muito mais

²⁴⁰ É importante ressaltar que a divisão apresentada na documentação que chegou até este pesquisador não obedece diretamente à divisão inicialmente projetado pelo APERJ. Como o projeto não foi levado até o fim, verificam-se alterações frente à ideia inicial. Além disso, sabe-se que o personagem continuou trabalhando em cima dos textos já escritos o que pode ter levado a mudanças na configuração do material. O projeto inicial de propunha apenas os seguintes tópicos para os seus textos: 1. Sobre o colonialismo, imperialismo e sub-imperialismo; 2. Sobre o nacionalismo na América Latina/Caribe; 3. Sobre o latifúndio e a luta dos camponeses; 4. Sobre as relações de trabalho urbanas e a luta dos trabalhadores; 5. Sobre o golpe militar de 1/4/1964; 6. Sobre os militares e os 21 anos de ditadura; 7. Sobre os governos democráticos pós-ditadura; 8. Sobre a corrupção; 9. Sobre a integração neoliberal e a Pátria Grande; 10. Sobre o neoliberalismo, a nova estratégia do imperialismo; 11. Sobre as tentativas guerrilheiras no Cone Sul do continente e 12. Sobre o papel dos setores progressistas da Igreja. Documento denominado “Arquivo Paulo R. Schilling”. Págs.02-11. Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

²⁴¹ Flávia Schilling, entrevista ao pesquisador por e-mail, agosto de 2017.

completo – intitulado *Geopolítica na Guerra das Malvinas*. A existência de livros não levados ao público em seu acervo, seja pela falta de editoras dispostas ou pela não finalização da obra por Schilling, permite afirmar o compromisso do personagem com seu projeto de militância pelas palavras mesmo quando os campos de possibilidades já não eram favoráveis. A proposta de escrita de sua grande obra – que será analisada na sequência – demonstra que seu engajamento militante se manteve até seus últimos momentos de sua vida.

Entre as obras publicadas por Schilling e que estão disponíveis no acervo, pode-se destacar, *O que é reforma agrária, O fim da história ou o colapso da modernização, Itaipu – Geopolítica e Corrupção, Brasil: a pior distribuição de renda do planeta – os excluídos, El imperio Rockefeller: América Latina, Brasil para extranjeros, Como se coloca a direita no poder e Brasil va a la guerra*. É possível, ainda, ter acesso a livros escritos por Paulo junto com outros pensadores, como, por exemplo, *Una situación explosiva: la cuenca del plata*, que contou com a colaboração de Juan Gugliamelli e Julio Sanguinetti²⁴². Destacam-se, ainda, algumas obras que fazem parte do acervo, mas que não contam com a participação do personagem na sua elaboração, como os livros de Marcelo Quiroga Santa Cruz, Juan D. Perón, Sérgio Bagú, Rene Zavaleta, Augusto Pinochet Ugarte e Carlos Machado²⁴³.

O conjunto documental apresentado deixou-me ao mesmo tempo fascinado e inquieto. Fascinado pela riqueza do material que agora estaria disponível aos pesquisadores e inquieto para tentar entender como aqueles documentos mais ou menos organizados, mas ao mesmo tempo misturados com recortes e anotações a caneta haviam se transformado no arquivo que chegava até o NPH. Qual teria sido a projeção feita pelo personagem aos seus papéis a partir do momento em que os campos de possibilidades inviabilizaram seu plano de trabalho inicial? É possível perceber a intencionalidade de organizar um arquivo pessoal que contasse a sua história? Para responder essas perguntas e compreender um pouco mais sobre os seus “papéis” foi necessário voltar atrás e acompanhar o último projeto de Schilling.

²⁴² O General Juan Enrique Gugliamelli é considerado um dos principais estudiosos da geopolítica do exército argentino. Escreveu sobre desenvolvimento, segurança e estratégia geopolítica. Chamou atenção ao criticar as lideranças militares na condução da guerra das Malvinas. Julio María Sanguinetti é um político do Partido Colorado no Uruguai. Advogado, jornalista e historiador, foi presidente da República Oriental do Uruguai em dois períodos 1985-1990, 1995-2000.

²⁴³ Algumas dessas obras contam com a participação indireta de Schilling, pois, no exílio trabalhou em algumas editoras, e é, assim, o seu editor responsável.

2.2 A grande obra (ou: o projeto de refundir seus escritos para transformar a realidade)

Com os questionamentos acima em mente e tentando compreender a formação do arquivo do personagem desta tese questionei a família Schilling sobre qual seria o projeto que Paulo tinha para seus papéis – levando em conta os projetos que não haviam dado certo – e de que forma ele gostaria de ser lembrado? O debate gerado a partir desta questão segue abaixo:

Cláudia: Ele nunca pensou assim, como queria que lembrassem, porque também, ele não queria morrer nunca.

Flávia: Estar com os papéis era o que permitia a ele manter a identidade, a memória, era muito importante. Mesmo muito adoentado.

Bonas: Ele queria rever o que ele escreveu. O sonho na cabeça dele era refundir em uma obra só.

Andrea: Exatamente, eu ia falar dessa obra.

Bonas: E essa obra teria vários volumes, ou tomos...

Cláudia: seis volumes, esses eram os planos.

Andrea: E era uma obra que produziria uma transformação, que seria importante, que transformaria, não sei muito bem o que, mas seria uma obra transformadora.

Bonas: O problema é que ele queria trabalhar sobre o já escrito.

Andrea: E trabalhava, todos os dias, até o final. Tu chegavas lá e ele estava mexendo nos papéis.

Bonas: Eram textos jornalísticos e não de historiador. Jornalísticos no sentido de serem engajados no momento. Então é difícil quando você escreve assim, você ver daqui uns anos, né?! Então, ele queria refundir isso, era uma coisa infernal. E ficava ali escrevendo...

Andrea: As pastas, tudo estava ali organizadinho.

Cláudia: Ele lia todos os jornais e recortava tudo...

Andrea: Mas ele tinha um prazer em “ter” [trecho inaudível, talvez a fala tenha sido “ler”] as coisas antigas dele...

Gilberto: Mas ele picotava tudo. Era um perigo você dar pra ele, você tinha um trabalho para achar e quando você acordava, ele já tinha recortado, porque claro, ele ainda continuava trabalhando no recorta e cola.

Diego: Isso a gente vê bem direitinho no arquivo, tem pastas que é recortado e colado, e ele anota no lado...

Cláudia: Exatamente, e acho que uma das coisas que mais preocupava pra ele nos últimos tempos era não ter toda a obra completa. Porque ele não tinha, tinha livros faltando. Então eu lembro de uma vez que eu fui para o Uruguai, eu fui falar com o filho do [Enrique] Erro e acabei conseguindo uns três ou quatro livros, mas tinha livros faltando, então nunca vão aparecer, não sei...

Andrea: Ele tinha esse gosto, de olhar pra obra que já tinha, que ele tinha orgulho disso. Ele ficou muito feliz quando o Arquivo do Rio [APERJ] que foi o primeiro Arquivo, foi um momento assim, super, de reconhecimento.²⁴⁴

A conversa com a família Schilling trouxe à tona uma série de informações que permitiram avançar nos questionamentos sobre os projetos de Paulo. Um primeiro ponto que destaco é a importância dada aos papéis: *“Estar com os papéis era o que permitia a ele manter a identidade, a memória, era muito importante. Mesmo muito adoentado”*. Já tinha notado o apego de Schilling com os seus documentos, os diálogos com o APERJ na

²⁴⁴ Entrevista Família Schilling ao autor. Janeiro de 2019. Enrique Erro e Paulo Schilling trabalharam juntos na editora Dialogo em Montevideú.

solicitação do retorno do material enviado para reprodução ou mesmo a importância que ele deixava transparecer em suas cartas já mostravam essa afeição. É interessante, entretanto, a forma com que Flávia constrói essa relação, como um meio de ele manter a sua identidade e memória. Olhando para a trajetória de Paulo percebe-se um indivíduo extremamente engajado, um militante que atuava constantemente na busca por transformações da realidade. A limitação de seu espaço e a restrição ao ambiente privado devem ter sido difíceis para ele e a proximidade com seus papéis pode ter se tornado o meio de manter-se envolvido e engajado, ou mesmo, útil. A sua militância continuava agora dentro de sua casa e o caminho escolhido para levar suas palavras à frente foi a organização de sua grande obra.

“Ele queria rever o que ele escreveu. O sonho na cabeça dele era refundir em uma obra só”. Limitado ao ambiente de sua casa, não só pela falta de espaço público mas também por algumas questões de saúde como será observado a seguir, Schilling buscou se apropriar de seus escritos, ideia que não era totalmente nova pois já estava contemplada como um dos itens de seu plano de trabalho, conforme verificou-se anteriormente. O que me parece novidade é a ideia de juntar suas contribuições teóricas em uma obra só, sua grande obra, que teria em seus planos seis volumes e que *“produziria uma transformação, que seria importante, [...] seria uma obra transformadora”*. O desejo de transformação é inteligível dentro da lógica de militância de Schilling e a escolha de produzir uma grande obra parece ter sido o projeto encontrado pelo personagem dentro do campo de possibilidades que se colocava a sua frente. O projeto era audacioso: reunir em seis volumes todas as suas reflexões. Os escritos de Paulo eram consideráveis – só os especiais para a Prensa Latina passam de 1500 textos – e sem perder tempo, ele parece ter se dedicado constantemente a organizar a obra, *“trabalhava, todos os dias, até o final. Tu chegavas lá e ele estava mexendo nos papéis”*.

Havia, entretanto, conforme explicou Bonas, um desafio significativo, Paulo queria trabalhar sobre o já escrito: *“Eram textos jornalísticos e não de historiador. Jornalísticos no sentido de serem engajados no momento. Então é difícil quando você escreve assim, você ver daqui uns anos, né?! Então, ele queria refundir isso, era uma coisa infernal”*. Mesmo assim, Schilling parece não ter se intimidado com o desafio e manteve-se escrevendo. Na primeira aproximação, quando observei atentamente os papéis que chegaram até mim como parte do arquivo de Paulo, me questionei o porquê de existirem documentos repetidos que estavam recortados, colados e com inúmeras anotações. A revisão dos seus textos com o intuito de compor sua obra levou Schilling a retomar os originais e trabalhar em cima deles: *“ele picotava tudo. Era um perigo você dar pra ele, você tinha um trabalho para achar e quando*

você acordava, ele já tinha recortado, porque claro, ele ainda continuava trabalhando no recorta e cola”.

Sabe-se que a grande obra de Paulo nunca chegou a ser concluída. A dificuldade de retomar os textos ou mesmo sua condição de saúde podem ter dificultado a execução do seu projeto. Parece pertinente questionar, entretanto, se Schilling realmente tinha o intuito de finalizar e publicar esta obra. Não é meu objetivo colocar em xeque a veracidade do projeto, mas entender um pouco mais os motivos que o levaram a tomar a decisão de se dedicar à grande obra. O mercado editorial brasileiro dava inúmeros sinais de que o tipo de texto escrito pelo personagem desta pesquisa não tinha mais espaço; trabalhar com os textos já escritos era difícil e demandava muito tempo, a leitura do momento vivido e as relações que se pretendia estabelecer com o passado traziam inúmeros pontos que demandavam estudos. Parece-me que o projeto da grande obra foi a forma encontrada pelo personagem para se manter lúcido e com sua mente tranquila. Seu eu militante, identidade extremamente significativa para entender o personagem, precisava dessa obra, era sua forma de continuar na luta, continuar militando e contribuindo para a realizada vivida. Era a forma de significar suas experiências e mostrar que havia diferentes caminhos a seguir. Seus textos diziam isso e sua grande obra traria à tona o caminho da transformação almejado por sua militância. Schilling tinha orgulho do que tinha escrito. Ele tinha prazer em ter consigo e reler seus materiais antigos, *“ele tinha esse gosto, de olhar pra obra que já tinha”*, juntar tudo na grande obra era a forma de sua militância e ele se manter vivo.

E com este plano em mente ele continuou seu trabalho até onde sua saúde permitiu. Paulo sofreu alguns acidentes após o retorno ao Brasil e em alguns casos teve que recorrer inclusive a procedimentos cirúrgicos. No final dos anos de 1980, Schilling teve uma fratura no fêmur que o levou à realização de duas cirurgias. A recuperação foi bastante lenta e necessitou de alguns meses – em uma situação de repouso quase que exclusivamente deitado na cama – até que Paulo pudesse retomar a sua rotina, entretanto com algumas dificuldades de locomoção. Posteriormente, Schilling quebrou o braço em um acidente de carro e em 1999 teve um infarto, o que o levou a um “quadro de saúde um pouco mais delicado [e] que faz com que ele se retraia um pouco mais”. No início dos anos 2000, Schilling descobriu um problema de próstata que não poderia ser operado devido ao avançar da idade e ao risco da cirurgia. Essa situação o levou a utilizar sonda em seus últimos anos e a permanecer quase que exclusivamente em uma rotina mais privada²⁴⁵.

²⁴⁵ Entrevista Flávia Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

Mesmo com estas situações de saúde, Paulo se manteve envolvido com os recortes de jornais e com seus escritos. Faltava, entretanto, algumas de suas obras, ponto já levantado por ele ainda quando estava engajado com a organização de seus papéis para doação ao APERJ. Com o intuito de ajudar neste aspecto, suas filhas iniciam um processo de busca pelas obras, Cláudia quando viajou ao Uruguai conseguiu com a ajuda do filho de Enrique Erro, companheiro de trabalho de Paulo naquele país, encontrar alguns exemplares, outras obras foram descobertas por Flávia no acervo da biblioteca da USP e xerocados para seu pai. Infelizmente alguns trabalhos não foram encontrados e não ter todas as suas obras produzidas era um ponto de preocupação para Schilling.

A interferência da família na documentação é um ponto relevante para se refletir aqui, afinal o conjunto de papéis que chegaram até o NPH não foi acumulados apenas por Paulo e esta intervenção deve ser objeto de reflexão. Na entrevista realizada com a família questioneei sobre qual o papel da família na formação deste arquivo e qual a intenção de doar os documentos ao NPH da UFRGS, abordando um pouco a interferência externa na documentação e buscando compreender o que, na visão das filhas, estávamos fazendo:

Flávia: Fazendo com que ele [arquivo] viva, não seja mais um arquivo morto, ele virou um arquivo vivo.

Cláudia: A gente sempre pediu pro pai escrever uma biografia, sempre. Anos, anos, anos, eu comprei gravadorzinho daqueles pequenininhos, e eu falava: fala que eu transcrevo. E nunca, eu não sei porque.

Bonas: Pudor, de falar em primeira pessoa.

Andrea: Não é ele que importa, o que importa são as ideias, é isso que importa! Ele não importa. [...] O lado pessoal não é o que importa, e a vida dele foi assim. Ele nunca descuidou, porque ele cuidou de nós, ele teve uma vida enquanto pai, enquanto homem. Mas isto não era o que era pra ficar primordialmente. O sentido oposto da maioria dos egos que andam por aí inflados. Era o oposto, o que importava era o pensamento, a ideia.

Claudia: Ele falou uns dias antes de morrer que ele tinha pensado na vida dele e ele se sentia muito orgulhoso.

A fala de suas filhas evidencia uma das características mais marcantes da identidade de Schilling: a sua militância em primeiro lugar. Paulo não quis gravar entrevistas e também optou por não escrever sua biografia, sua luta estava na transformação das conjunturas, na busca de um mundo melhor e ele se orgulhava de tudo que havia feito e vivido. Estas escolhas pareciam justas para ele como indivíduo, mas não para suas filhas, que expressam admiração pela postura do pai e por sua trajetória, mas não acham justo que sua história fique limitada a um ambiente mais restrito ou mesmo que seja esquecida. Era preciso transformar os papéis em um “arquivo vivo” e dessa maneira não mediram esforços para encontrar as obras faltantes e

após o falecimento de Paulo, encontrar um espaço no qual aqueles documentos pudessem continuar a produzir reflexões e transformações.

A ideia da família acabou por encontrar um interlocutor quando a professora Carla Rodeghero, responsável pelo projeto Marcas da Memória na UFRGS, entrevistou Flávia meses após o falecimento de Paulo e ali se articulou a vinda destes documentos para o Núcleo de Pesquisa em História da mesma universidade. Quando questionei sobre a expectativa em relação aos papéis de Paulo estarem organizados e disponíveis para consulta, Flávia argumentou:

Eu estou muito feliz que ele [o Arquivo Paulo Schilling] exista, que tu tenhas feito o catálogo [inventário] e que ele materialmente exista em algum lugar e que também exista lá no Arquivo Nacional [se referindo ao APERJ]. Porque eu acho assim, uma das coisas mais bacanas foi o título lá “Marcas da Memória”, eu acho que a gente no decorrer da vida vai deixando alguns rastros, marcas e não é muito mais do que deixa, e poder deixar alguma coisa é muito bom. Então eu estou muito satisfeita, eu não tenho grandes ambições, eu acho que seria maravilhoso se alguém mais em algum momento se interessasse pelo material, não é, para deixá-lo vivo de alguma maneira, mas o fato de ele existir enquanto arquivo é maravilhoso, eu estou muito satisfeita. Porque em geral grandes professores que a gente teve não fica nenhuma marca, é inacreditável. [...]. Eu acho muito importante, maravilhoso²⁴⁶.

É perceptível a sensação das filhas de terem feito o que deveria ser feito, isto é, de terem dado aos documentos de Paulo o destino que deveria, de terem permitido que sua memória e sua militância continuassem vivas. Parece-me possível afirmar aqui que a construção do que agora chama-se de Arquivo Paulo Schilling é muito mais fruto do desejo das filhas e deste historiador do que um desejo do proprietário dos papéis. Esta afirmação, entretanto, só é possível de ser feita a partir do momento em que todo o processo de criação, acumulação e organização dos papéis foi reelaborado e revisto a partir de um olhar etnográfico, com uma dedicação e atenção a cada umas das etapas do processo. A construção da trajetória do personagem e da reflexão proposta para entender de que forma e com que objetivos aqueles documentos foram elaborados permite compreender melhor a biografia do arquivo e evitar erros que um olhar mais rápido poderia induzir.

Observar os papéis de Schilling como um produto sociocultural, isto é, entender o arquivo “não apenas como fruto de uma trajetória que tem o titular como centro, mas também como resultado de um processo cujo objeto é o próprio arquivo” (HEYMANN, 2012, p.178) permitiu avançar significativamente na compreensão do conjunto documental que chegou as minhas mãos. Ao “‘estranhá-lo’ como representação e fonte de acesso à memória pessoal de seu titular” (HEYMANN, 2012, p. 177) foi possível perceber que o arquivo foi feito a várias

²⁴⁶ Entrevista Flávia Schilling ao autor. Janeiro de 2019.

mãos – por Paulo, suas filhas e também por este historiador – o que impossibilita uma associação direta entre o arquivo pessoal e a personalidade de Paulo. É claro que o arquivo permite uma aproximação de pontos importantes da trajetória e da identidade do personagem, entretanto a compreensão dos documentos como um arquivo pessoal só se tornou inteligível quando recorri à etnografia daqueles papéis feita com o auxílio da história oral.

A etnografia realizada permitiu que se descobrisse os processos particulares da constituição do conjunto documental de Schilling, na qual a acumulação não pode ser “associada a um processo ‘natural’ de sedimentação de registros do passado”, mas sim a um processo que perpassa por “subjetividades individuais” que podem ser percebidas na seleção dos documentos a serem preservados (HEYMANN, 2012, p.179). O Arquivo Paulo Schilling da maneira que chegou até o NPH só passou a ser pensado após a aposentadoria do personagem e quando diversos outros caminhos foram fechados, não foi algo buscado e elaborado por ele durante toda a sua trajetória. A tentativa de institucionalizar no APERJ seus escritos ou mesmo a ideia de organizar seus textos e disponibilizar em bibliotecas e arquivos tinha o intuito de levar adiante suas reflexões e militância e não sua pessoa. Naturalizar seus documentos ou mesmo enquadrar o conceito de arquivo pessoal – no sentido de local de memória – aos seus papéis sem uma avaliação mais cuidadosa de sua constituição levaria o pesquisador a inúmeros equívocos.

Conforme lembra Heymann (2012, pág. 185) os arquivos pessoais incorporam “diferentes racionalidades e expressam diferentes temporalidades, estranhos ao ideal, associado aos arquivos institucionais, de uma acumulação contínua de documentos que registram as funções desempenhadas pela entidade produtora”. Os documentos de Paulo que chegaram até mim demonstram nitidamente este processo, não eram papéis organizados e que estavam armazenados com o intuito de registrar as atividades de Schilling ao longo de sua trajetória, mas sim um espaço de consulta aos seus escritos e reflexões.

Utilizar os documentos como fontes para novos textos significava estar constantemente mexendo nos papéis – o que marca a diferença entre o material recebido pelo NPH e aquele disponível no APERJ. Este ponto permite um paralelo interessante com as reflexões levantadas por Heymann (2012) na análise do arquivo de Darcy Ribeiro:

[...] para Darcy Ribeiro, o arquivo era, de fato, um repositório de ideias às quais ele queria ter acesso a qualquer momento. Sobretudo nos últimos anos de vida, quando a urgência na realização das suas “utopias aumentou com a perspectiva da doença e da morte, secundada pela convicção de poder realizá-las, o arquivo parece ter importância como instrumento capaz de municiá-lo para novos empreendimentos. Seu arquivo possuía, portanto, uma dimensão prospectiva, estando, quanto a isso, mas próximo de uma agenda aberta do que de um arquivo” (HEYMANN, 2012, p.189)

Parece-me possível afirmar que os papéis de Schilling se apresentavam ao seu criador de forma bastante semelhante à forma com que Darcy via seus documentos. Pensar o material de Paulo como um “repositório de ideias” disponíveis a qualquer momento ou como um “instrumento capaz de municiá-lo para novos empreendimentos” permite aproximar-se da forma com que os textos do personagem desta pesquisa foram utilizados a partir do momento em que os campos de possibilidades se fechavam. A solicitação ao APERJ da devolução dos seus textos e a ideia de organizar sua grande obra a partir do que já havia sido escrito permitem evidenciar a importância que Paulo dava aos seus papéis, uma “agenda aberta”, essa era a forma como o arquivo se apresentava para ele. Tal característica de seu conjunto documental revela, entretanto, um uso distinto daquele classicamente associado à guarda de papéis por um indivíduo: “nem registro do vivido, nem prova de ação, os papéis acumulados por Darcy [e por Paulo] – ou, ao menos, parcela deles – afastam-se da representação tradicional do ‘arquivo-memória’, parecendo estar mais próximo do que se poderia chamar de ‘arquivo-projeto’”. (HEYMANN, 2012, p. 189).

O ‘arquivo-projeto’ de Darcy está muito próximo do que visualizei nos papéis de Schilling, um conjunto de documentos com um valor histórico significativo para autores e que deveriam estar acessíveis a eles, afinal os usuários dos arquivos eram eles próprios. Outros pontos também contribuem para que se possa caracterizar o arquivo de Schilling dessa maneira e recorro novamente às colocações de Heymann (2012, p. 190-194) para evidenciar tais pontos. Assim como Darcy Ribeiro, Paulo apresenta em seus documentos um volume expressivo de cópias e versões de inúmeros de seus textos, além de ser perceptível uma constatação retomada de temas em seus escritos. Tais características de seu conjunto documental permitem visualizar a documentação acumulada a partir de um “valor de uso”, isto é, Paulo manuseava constantemente seus papéis e seus últimos projetos estavam diretamente ligados a este manuseio. Os novos textos partiriam de trechos e reflexões já escritas e neste aspecto seu arquivo se tornava um importante local de consulta. Para além disso, as inúmeras cópias de um mesmo texto – que poderiam levar a pensar apenas na duplicidade daqueles papéis – estavam diretamente ligadas a este processo de reescrita de suas reflexões e que viriam a ser a partir de um processo de bricolagem, trechos antigos resgatados e atualizados entremeados por argumentações inéditas, novas obras.

O arquivo se transformava assim em um elemento fundamental para a proposta de trabalho construída por Schilling. Não era um arquivo de sua memória, era um arquivo de consulta, essa era a intencionalidade da junção de seus documentos. A busca pelos textos faltantes não se dava apenas por um desejo de ter a obra completa, mas também porque as

reflexões presentes neles poderiam servir para novos trabalhos e novos textos que poderiam contribuir com as discussões necessárias ao momento histórico vivido. O arquivo era assim um “depositório de registros e ideias que deveriam estar sempre à mão, prontos a serem retomados em novos cenários” (HEYMANN, 2012, pág. 200) e tinha, mais precisamente, uma função instrumental.

Neste ponto, concordo com as reflexões de Heymann (2012, pág. 201-202) no sentido de que “a atenção dada às modalidades de constituição do arquivo, e não apenas ao conteúdo dos documentos que o compõe, descortina dimensões da personalidade de seu titular”. Isto é,

trata-se não de sublinhar a velha crença de que o arquivo pessoal é o caminho seguro para acessar a ‘intimidade’ do acumulador – ainda que alguns arquivos contenham preciosos registros de uma ‘escrita de si’, consubstanciada em diários, correspondências e notas, cujas condições de produção cabe à crítica documental analisar-, e sim, de sugerir que o arquivo, quando analisado como conjunto dotado de historicidade revela uma série de práticas que podem iluminar dimensões de sua autopercepção e de sua visão de mundo. A relação que Darcy mantinha com seu arquivo ajuda a entender tanto ele próprio quanto sua produção intelectual.

A análise etnográfica dos papéis de Schilling permitiu entender não só a composição e organização de seu arquivo, mas compreender muito da personalidade e das decisões tomadas pelo personagem. Compreender Paulo Schilling passa por compreender seus papéis, assim como para entender seus papéis é preciso entender Paulo Schilling. O processo de transformação dos papéis doados ao NPH em fonte levou a dotar de historicidade a própria fonte e compreender o contexto e os agentes que se envolveram diretamente neste processo, afinal “o arquivo preserva e, ao mesmo tempo, institui e alimenta o legado” (HEYMANN, 2012, p.221) de Schilling.

Por fim, o trabalho etnográfico realizado até aqui buscou captar os sentidos que orientaram a acumulação e a utilização dos documentos pelo personagem, além de buscar um distanciamento de verificar no arquivo a produção discursiva de uma autorrepresentação. Assim como Heymann (2012) evidenciou no trabalho com o arquivo de Darcy Ribeiro, encontrou-se nos papéis de Schilling a imagem de um “arquivo-projeto”, cujos usos pensados por Paulo se distanciavam da ideia tradicionalmente concebida de “arquivo-memória” e apontavam que sua organização estava voltada para ações futuras mais do que para registros do passado. Ao vislumbrar nesse processo a máxima da militância de Schilling, ver o arquivo como um local de transformações do presente e do futuro me parece muito mais factível do que uma memorialização de suas ações passadas. Seus papéis eram meio e não fim, isto é, estavam ali para serem consultados, para servirem como elemento transformador a partir dos

textos que seriam produzidos. Mas e após o seu falecimento, qual seria a utilização daqueles papéis?

Este parece ser um ponto importante para a reflexão. Após o falecimento de Schilling seus papéis perderam o sentido que ainda tinham para seu produtor. Coube à família pensar no que seria feito com eles. A escolha da doação e a denominação de “arquivo”, nome que não era comumente utilizado por Paulo que preferia chamar o conjunto de documentos de “papéis”, começaram a dar forma ao que hoje se chama de “Arquivo Paulo Schilling”. Ao receber as caixas e pastas e começar a organização me parecia bastante factível chamar aqueles “papéis” de arquivo: estavam organizados em pastas, divididos em grupos de acordo com o objetivo da produção, separados dos livros, etc. Para quem já havia organizado outros acervos, tudo indicava estar em frente de um arquivo pessoal, pensado e organizado por seu criador de acordo com seus objetivos.

A pesquisa realizada mostrou que nem tudo era como parecia ser. Schilling nunca organizou estes papéis que chegaram até o NPH como seu arquivo pessoal, a tentativa de institucionalização realizada com o APERJ era composta de apenas parte daqueles documentos – a pasta que trazia os documentos das polícias políticas, os livros e mesmo um conjunto de documentos diversos que vieram junto com sua produção intelectual não eram parte do primeiro projeto – e a ideia de que aqueles documentos representavam um arquivo foi dada a partir das conversas realizadas para trazer os papéis para o NPH. Estes esclarecimentos só foram possíveis após a etnografia realizada e assim, a memória e a identidade de Schilling que eu imaginava encontrar naqueles documentos no início da pesquisa deram lugar a outros questionamentos: o que eram aqueles papéis? O que Schilling queria com eles?

Acredito que o trabalho apresentado até aqui responde estas perguntas. Sua trajetória e a de seus documentos possibilitam percorrer inúmeros campos de debate historiográfico e revisitar pautas importantes referentes ao período das ditaduras no cone sul da América. Mas o meu projeto para esta tese também se propunha a outro desafio: organizar fisicamente o material recebido e criar um inventário do acervo. Pensando sobre os arquivos pessoais, Hobbs (2018, p. 268) argumenta em seu texto sobre o valor dos documentos e dos indivíduos e reflete sobre o processo de doação dos arquivos. Para ela, ao “lidar com arquivos pessoais, o arquivista não raro se confronta com o poder da personalidade individual, pois o produtor/autor geralmente é também o próprio doador – ou então um parente próximo”, e complementa “é natural que o arquivista venha a sentir uma ligação pessoal com o titular do arquivo ou a ter uma visão geralmente empática a seu respeito (fenômeno bastante comum

entre muitos biógrafos)” (HOBBS, 2018, p. 269). Paulo se transformou ao longo desta pesquisa em um conhecido, um amigo com quem conversei durante horas. Ao concordar com muitas das ideias do personagem e estar constantemente próximo de seus documentos, a pesquisa contou com um olhar empático, mas que não deixou de ser questionador e crítico, como um trabalho científico deve ser. A organização física dos documentos e a construção de um instrumento de pesquisa para os papéis que chegaram até o NPH, para além do meu objetivo como pesquisador, foi se transformando também na forma com que encontrei de retribuir o carinho recebido pela família Schilling ao longo dos quatro anos de pesquisa e de contribuir minimamente com os objetivos de Paulo: levar suas palavras e reflexões adiante.

2.3 A organização e o inventário (ou: a contribuição do historiador na formação do Arquivo Paulo Schilling)

Na última parte desta tese pretendo refletir sobre o trabalho realizado na organização dos documentos de Schilling e na construção de um inventário para o seu acervo documental. Conforme relatado ao longo da tese, o que convencionei chamar de seu arquivo pessoal não tinha esta configuração quando estava em sua posse e foi somente com o envolvimento de sua família e com o trabalho realizado no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS que ele se transformou no Arquivo Paulo Schilling. Vale ressaltar que a minha formação é como historiador e que meu objetivo em nenhum momento foi o de substituir o trabalho de um arquivista. O resultado apresentado abaixo é fruto de leituras e pesquisas e que certamente ainda precisa da atenção e do olhar de especialistas para que possa se afirmar que o trabalho está finalizado.

Os papéis de Schilling chegaram até o NPH com grupos e séries documentais parcialmente organizadas; entretanto, como observou-se foi um arquivo ativo até os últimos dias de seu proprietário o que o leva a apresentar documentos que foram deslocados e reorganizados, e que, de certa forma, estavam sem uma ordenação definitiva. É preciso ressaltar que a passagem da documentação pelo APERJ proporcionou, ao menos aos textos publicados na Prensa Latina, um caráter organizacional mais completo e detalhado ao trazer junto aos textos listas de descrição dos documentos, etapas do projeto que não foi concluído, e que, de certa forma, facilitaram o trabalho que realizei.

Heymann explica que o mais comum no processo de organização de um arquivo pessoal “é que o profissional tome por base o currículo do titular e encare o papelório visando relacionar os documentos de maneira a dar visibilidade às funções e às atividades

desempenhadas por ele ao longo da vida” (HEYMANN, 2012, p.209) e foi esta a forma que escolhi para o trabalho realizado nos papéis de Schilling. É importante ressaltar que tais escolhas, de certa maneira, interferem no processo final e por isso devem estar explicadas aos pesquisadores:

Ao conferir historicidade ao arquivo-fonte, revelando o caminho seguido em seu tratamento, o arquivista assume sua condição de agente do processo de construção da memória, fornecendo elementos que podem orientar de forma diferenciada o acesso do pesquisador aos documentos: ao explicitar os caminhos percorridos, tanto a natureza da documentação – ela própria sugestiva dos rumos tomados ao longo do seu tratamento – quanto as condições de sua “produção arquivística” são postas em tela. (HEYMANN, 2012, p.210)

Elisabeth Kaplan (2018, p.185) expõe em seu artigo sobre a arquivologia, a antropologia e o poder da representação que foi somente a partir dos anos 1980 que alguns arquivistas começaram a refletir sobre uma nova abordagem social da avaliação e seleção dos documentos “a qual aceitaria a subjetividade de todo o processo, assim como da própria história, e preconiza um papel ativo, consciente e autoconsciente do arquivista como coautor do registro histórico, como criador ativo do passado do futuro” e dessa maneira “vendo os arquivos como as representações problemáticas que eles são, e reconhecendo o poder (e a responsabilidade) que isso implica”. Assim, parece importante explicitar o trabalho realizado no conjunto documental de Schilling. Levando em conta que os “arquivos não falam por si mesmo”, mas sim “refletem os interesses, as esperanças e os receios dos usuários” (KETELLAR, 2018, p.193), é preciso narrar a história da formação do arquivo, documentar o processo realizado e dessa maneira dar a devida responsabilidade aos “arquivadores” daqueles documentos (KETELLAR, 2018, p.194).

Imbuído dessas reflexões, iniciei a organização do material de Paulo e a primeira etapa foi entender o arranjo daquela documentação, isso é, como estavam agrupados e dispostos aqueles documentos. Sabendo que “os arquivos devem ser classificados de modo que reflitam claramente a organização e as funções que os produziram”, e que, para tal, é preciso “que se conheçam a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstância (a infraestrutura e o momento)” (BELLOTTO, 2006, p.138), procurei identificar, munido das reflexões já expostas anteriormente, o princípio da organicidade dos papéis que chegaram até o NPH.

David Gracy II (1977, *Apud* BELLOTTO, 2006, p.142), referindo-se aos arquivos institucionais, afirma que o arquivista deve analisar, em um primeiro momento, os documentos nos seguintes termos: proveniência; história da entidade ou biografia do indivíduo produtor dos documentos; origens funcionais, conteúdo e tipos de materiais.

Bellotto (2006, p.142) complementa essa questão evidenciando que ao tratar de arquivos de pessoas é necessário estudar vida e obra do indivíduo em questão e sugere que as seções para esse tipo de fundo “podem vir a ser determinadas pelas fases de atuação/criação profissional do titular”. Tais colocações foram levadas em conta e o diagnóstico inicial dos documentos de Schilling foi facilitado a partir do processo etnográfico realizado e que apresentei anteriormente neste trabalho.

Com estas informações em mãos, foi possível dar sequência às etapas de organização do material. Utilizando-se das afirmações de Bellotto (2006, p.160), de que a teoria arquivística apenas dita os princípios gerais e que estes são facilmente adaptáveis à extensa gama de tipos de arquivos, realizei o processo de descrição dos papéis de Schilling. Isto é, elaborei um instrumento de pesquisa que possibilita ao pesquisador identificar e localizar os textos escritos pelo personagem e que contribui no acesso e na utilização de dados daquela documentação.

A opção para esta tese foi a organização de um inventário que possibilitasse ao pesquisador um panorama geral dos papéis presentes no Arquivo Paulo Schilling. O conceito de inventário é utilizado aqui a partir da definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) e entendido como um “instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 109).

A primeira etapa realizada foi a organização física dessa documentação. O trabalho de limpeza e acondicionamento – substituição das pastas plásticas em que estavam guardados por envelopes, acondicionando-os em caixas de arquivo – se fez de maneira cuidadosa para que se mantivesse íntegro o conjunto de documentos doados, sem dispersão ou acréscimo de qualquer item. Seguindo a forma organizada por Paulo, que apresenta parte dos documentos mantidos na organização proposta pelo APERJ, construímos um quadro de arranjo, isto é, “um esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo”²⁴⁷.

Com esse quadro estabelecido, a documentação foi dividida em seis séries – “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 152) – conforme mostra-se abaixo:

²⁴⁷ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 140.

ESTRUTURA DO QUADRO DE ARRANJO DO ARQUIVO PAULO SCHILLING	
Série 1: Textos e artigos produzidos	
	Subsérie: 1.1 Textos e artigos
	Subsérie: 1.2 Anotações para livro
	Subsérie: 1.3 Trechos de livros
	Subsérie: 1.4 Fragmentos e textos publicados
Série 2: Dossiê Prensa Latina	
	Subsérie 2.1: Originais
	Subsérie 2.2: Cópias
Série 3: Livros publicados	
Série 4: Documentos Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)	
Série 5: Materiais diversos	
Série 6: Documentos anexados pela família	
	Subsérie 6.1: Documentação Pessoal (Doado pela família – nov.2016)
	Subsérie 6.2: Documentos do “Projeto Arquivo”
	Subsérie 6.3: Documentação DOPS

Com a documentação organizada fisicamente, a próxima etapa realizada foi a investigação mais detalhada dos papéis presentes no acervo com o intuito de listar nominalmente – e com o maior número de informações – cada um dos documentos que chegaram até o NPH. O resultado deste trabalho foi a elaboração do inventário do Arquivo Paulo Schilling que se encontra no apêndice desta tese. A construção de tal documento foi um processo exaustivo, mas ao mesmo tempo gratificante. Perceber que os documentos estavam preservados e organizados além de disponíveis para consulta com a possibilidade de examinar seu conteúdo a partir de um instrumento de pesquisa trouxe uma sensação de dever cumprido. E não só em relação à pesquisa proposta para esta tese, mas também em relação a Paulo e à família Schilling. A construção deste instrumento consolida o seu arquivo pessoal e garante na existência deste espaço um local para que suas ideias sigam vivas e que sua militância possa ainda contribuir para um futuro melhor.

Figura 7 – Arquivo Paulo Schilling no NPH da UFRGS durante a sua organização em julho de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal.

As páginas que seguem têm por pretensão explicar o quadro de arranjo dos documentos de Schilling disponíveis no NPH. Para além disso, possibilitar ao leitor tomar contato com algumas informações, mesmo que superficiais, do material que se encontra organizado e acessível aos pesquisadores.

A **série número 1**, intitulada “*Textos e artigos produzidos*”, apresenta uma compilação de mais de 100 textos escritos, quase em sua totalidade, por Paulo. Debates sobre a geopolítica da América – textos em língua espanhola e em língua portuguesa –, como verificado no envelope nº 1, ou mesmo sobre o Mercosul – envelope nº 4 – são recorrentes nas abordagens do escritor. A análise histórica do Brasil, sempre em uma perspectiva social em diálogo com as conjunturas econômicas, também é pauta de debate, como no texto “*Breve informe sobre a exploração do homem pelo homem (da escravidão ao ‘pacote Sarney’)*”, publicado no periódico *Núcleo de Educação Popular* e disponível no envelope nº 8. Os livros escritos e que não foram publicados também estão alocados nessa série e são encontrados nos envelopes nº 7 – que apresenta a obra *Geopolítica na Guerra das Malvinas* –, nº 17 e nº 18, que compilam artigos publicado pelo autor e por outros escritores para organização de um livro, inclusive já dividido em 21 capítulos.

O envelope nº 9, por sua vez, apresenta uma das relações de documentos mais completas em informações ao pesquisador – possui data e o periódico de publicação –

informações difíceis de encontrar, visto que muitos documentos não apresentam muito mais que título e autor. É possível a partir deste conjunto documental realizar uma aprofundada análise da conjuntura latino-americana entre o final da década de 1960 e a de 1970, sem contar que a reflexão caminha até meados do ano de 1984, quando Schilling já estava de volta ao Brasil e cuidadosamente analisou o país, publicando no jornal Folha de São Paulo.

O que chama a atenção do pesquisador mais atento é que o primeiro texto presente nesse envelope data de 1962, ano em que Paulo ainda está no Brasil, e foi publicado no periódico uruguaio *Marcha*, evidenciando uma relação estabelecida com o país vizinho ainda antes do exílio e, ao mesmo tempo, com o periódico que seria um de seus locais de trabalho em Montevideú. Caso o foco de análise seja a primeira metade da década de 1980, o pesquisador é convidado a acompanhar os escritos presentes no envelope nº15, que reúne as publicações do periódico argentino *La Voz*, para o qual o personagem contribuiu constantemente a partir da sucursal estabelecida em São Paulo e que foi abordado anteriormente neste trabalho.

Por fim, permito ressaltar a documentação dos envelopes nº19 a nº23 que apresentam uma reunião de textos e propõem-se a compor dois livros: *Conjuntura brasileira no período de 1950-1964* e *Conjuntura brasileira pós 1964*. A permanência de livros inacabados na documentação enfatiza a reflexão de que Paulo manteve-se envolvido com sua militância através da escrita até os últimos momentos de sua vida e que, de certa forma, aquela escrita o mantinha vivo, lúcido e engajado no projeto de uma América Latina mais justa e menos desigual.

Os documentos presentes na **série 2** – “*Dossiê Prensa Latina*” – representam a grande maioria da documentação do Arquivo e estão divididos em 34 dossiês organizados por assuntos e que seguem, parcialmente, a formulação encontrada na documentação que está no APERJ. Diferente da proposta aqui estabelecida e que manteve a forma com que os documentos chegaram até o NPH – 34 dossiês temáticos – a divisão encontrada no projeto não finalizado no Arquivo Público do Rio de Janeiro apresenta 35 dossiês, sendo os de número 34 e 35 referentes a “publicações do CEDI” e “Livros e ensaios respectivamente”, matérias que em minha organização foram contemplados nas séries 3 e 4.

Como os documentos já haviam passado por uma pré-organização – possivelmente feita por Esther Kuperman – enquanto parte do projeto das memórias da esquerda desenvolvido pelo APERJ, alguns dos dossiês foram mantidos por Paulo e chegaram até Porto Alegre apresentando a relação de textos que fazia parte daquele conjunto. Mantive, na medida do possível, a organização original por dossiês e sinalizei a ausência de alguns dos

documentos descritos e que não estão presentes no acervo que chegou até o Núcleo. Conforme foi visto ao longo deste trabalho, Paulo constantemente estava retornando a seus escritos e frequentemente se valia da bricolagem de textos, o que me leva a crer que muitos dos papéis ausentes acabaram misturando-se a outros, seja na alocação dos mesmos em outras pastas ou na inserção em novos textos.

Mesmo assim, realizei o trabalho de procurá-los em outros locais do arquivo e realocá-los, quando encontrados, nos envelopes a que haviam sido designados. Não foi possível encontrar todos, de forma que alguns textos não estão presentes nos dossiês. Outros, por sua vez, são materiais repetidos ou mesmo publicados em um lugar em língua espanhola e em outro em língua portuguesa, em alguns casos sobrou somente um desses papéis. É possível cogitar ainda, a partir da forma de escrita do personagem em seus últimos anos, que algum material possa estar copilado nos projetos de livros que foram produzidos e não publicados. Somente uma investigação mais aprofundada na documentação e uma leitura completa do material escrito, pontos que não tive fôlego para desenvolver nesta tese, permitirão concluir se houve uma mistura dos textos ou se estes foram extraviados.

É válido ressaltar que a maior parte do conjunto documental da série nº 2 são fotocópias realizadas a partir do processo junto ao APERJ e que aqui foram organizadas em 34 dossiês, somando mais de 860 textos. Os originais, em situação muito frágil, também estão disponíveis no acervo e representam apenas dois envelopes. Em um levantamento temático dos textos que compõe esta série, realizado de forma bastante simples, observa-se a seguinte divisão temática para tais documentos:

- I. Dívida Externa – envelopes nº1 e nº2;
- II. II. Questões Sociais – envelopes nº 3, nº 22, nº 23 e nº 26;
- III. Economia e Política Brasileira – conjuntos 4,5,6,9,11,12,18,19,25,27,29,30 e 31;
- IV. Questões Internacionais – envelopes números 7, 10, 13, 14, 21 e 32;
- V. Ditadura Brasileira, que de certa forma poderia estar enquadrada no item III, mas que propõe aqui uma abordagem mais direta – nº8 e nº17;
- VI. Brasil – Estados Unidos, envelopes números 15, 20, 28 e 33.

A quantidade de temas abordados nesse conjunto documental e a profundidade das análises sobre o cenário do continente americano ao longo das décadas de 1960 até 1980 realizadas por Schilling permitiriam, por si só, outro trabalho de pesquisa. Ressalto, entretanto, que em meio às censuras institucionalizadas durante esse período pelas ditaduras no Cone Sul muitas das reflexões ali apresentadas não poderiam ter saído do rascunho, já que a sua tentativa de publicação nestes países colocaria a vida do personagem em risco. A Prensa

Latina, por sua vez, sendo uma agência de notícias cubana e que estava fora da lógica das políticas de restrições, foi o espaço encontrado por Schilling para a divulgação de suas críticas e de suas análises sociais.

Os livros de Paulo, documentação base da **série número 3** – *Livros Publicados* –, chegaram até o NPH todos misturados, isto é, aqueles que haviam sido escritos por ele estavam juntamente com livros de outros autores. Dessa maneira, optei por criar duas séries: todos aqueles que estavam diretamente ligados à atuação de Paulo ficaram alocados na série 3; os que, por sua vez, estavam ligados ao personagem apenas por serem das editoras que ele dirigiu no exílio, ou mesmo livros com que não consegui traçar uma relação direta, foram organizados na série número 5, a qual denominei de Materiais diversos. Vale ressaltar aqui um exemplo direto da intervenção deste pesquisador no resultado final do inventário e do Arquivo de Paulo. Ao optar por classificar o material a partir de uma perspectiva biográfica, isso é, a prevalência foi dada aos documentos (livros, no caso) produzidos por ele e não optar por outros caminhos, como separar pelas temáticas que interessavam ao titular, assumi uma responsabilidade frente ao resultado final e que acredito necessário deixar isso claro para os futuros pesquisadores.

A série número três não apresenta todos os livros escritos e publicados por Schilling, entretanto permite acompanhar as suas principais obras. Desde o seu primeiro livro publicado *A operação Trigo: tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional*, lançado em 1956, quando ele era Secretário Geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul; perpassando pelas análises que se seguiram sobre essa temática – *O trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul: O acordo do trigo norte americano – Perspectivas da triticultura gaúcha* (1959) e *Crise econômica no Rio Grande do Sul: A crise agropecuária* (1961) –, pode-se entender o processo que colocou Schilling em uma perspectiva política mais significativa, alçando-o ao cenário estadual gaúcho a convite de Leonel Brizola, então governador do Estado.

Em 1963, quando Paulo já estava no Rio de Janeiro, publicou a obra *O que é Reforma Agrária*, livro que pretendia levar a um público amplo o debate que se estabelecia com força na política nacional, em vista das ideias de Reformas de Base propostas no governo de João Goulart. Entre os livros publicados no exílio, destaco a abordagem do autor frente às políticas brasileiras e americanas durante as ditaduras no Cone Sul: *Una historia sucia: el capital extranjero en el Brasil* (1968); *La estrategia norteamericana en america latina: de la Doctrina Monroe al informe Rockefeller* (1970); *?Ira Brasil a la Guerra?*, (1973). *Brasil va a la guerra* (1974); *Una situacion explosiva: la cuenca del plata* (1974).

Um dos livros mais marcantes da trajetória intelectual de Schilling, se não o mais, tem por título *Como se coloca a direita no poder*. A obra, em dois volumes, faz uma análise profunda dos processos históricos que culminaram no golpe de 1964 a partir do ponto de vista de quem viveu tais acontecimentos diretamente. Publicada inicialmente em espanhol, foi traduzida por sua filha Cláudia, e, em 1979, colocada à disposição do público brasileiro, objetivando ser um caminho para autocrítica das organizações e dos dirigentes políticos e sociais.

Por fim, ainda sobre a série nº 3, é importante chamar a atenção para a possibilidade de análise da conjuntura brasileira do início dos anos 1990 através das obras de Schilling: *Dívida externa, fuga de capitais e custos sociais* (1990); *Itaipu: Geopolítica e corrupção* (1991); *Mercosul: integração ou dominação?* (1992); *Brasil: a pior distribuição de renda do planeta – os excluídos* (1994); *O fim da história ou o colapso da modernização? o fracasso do neoliberalismo na América Latina* (1994). Todos esses livros, presentes em seu Arquivo, foram publicados pela editora da CEDI, espaço em que o intelectual encontrava liberdade para levar suas reflexões adiante. Grande parte da produção lá realizada, e que não se tornaram livros propriamente ditos, encontra-se na série nº4.

Por fim, não se pode deixar passar o ano de publicação da última obra de Schilling presente em seus documentos: 1994. Essa data torna-se significativa quando se observa que, a partir de 1995, Schilling iniciaria a sua aposentadoria do CEDI e, ao mesmo tempo, a tentativa de colocar em prática seus projetos os quais analisei cuidadosamente no primeiro capítulo da segunda parte desta tese.

A **série nº4** – *Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)* – corresponde a duas pastas que vieram na organização inicial com a identificação do CEDI e apresentam uma interessante relação de textos referentes à atuação de Paulo nessa instituição, principalmente sobre a temática da Dívida Externa. O Centro possuía, inclusive, um Programa Educativo sobre tal tema, como se percebe nos inúmeros documentos presentes na série e que contaram diretamente com a contribuição de Schilling.²⁴⁸

A série nº 4 possui ainda inúmeros livros publicados por Paulo enquanto estava envolvido no CEDI, os quais não estão relacionados na série nº 3 do Inventário, pois, como estavam alojados dentro das pastas com a documentação referente ao CEDI, optei por deixar tais obras no conjunto documental que chegou até o NPH, respeitando o princípio da ordem original e mantendo a organização feita por Schilling. É importante evidenciar também a

²⁴⁸ O Programa Educativo sobre a Dívida Externa tem andamento na documentação até o ano de 1998 o que evidencia que, mesmo “aposentado”, o personagem desta tese continuava auxiliando a instituição.

quantidade de documentos produzidos em um espaço aproximado de dez anos. São mais de 15 obras publicadas e inúmeros textos escritos sobre a conjuntura político social brasileira e latino-americana. Tal constatação vem ao encontro do que me relatou Flávia em sua entrevista: o CEDI teria sido o espaço em que seu pai teve mais liberdade e, de certa forma, foi mais feliz em suas atividades. Um espaço claro de militância, principalmente na crítica à agenda neoliberal que o Brasil vivia na década de 1990, e no qual ele encontrava incentivo já que, como contou-se anteriormente, as editoras não tinham mais espaço para publicar suas reflexões.

A **série nº5**, a qual denominei de *Materiais diversos*, possui uma série de livros que estão ligados a Schilling por serem de editoras que ele dirigiu no exílio além de obras de outros autores. Ficaram armazenados nesta série também aqueles documentos que não se encaixavam diretamente nas séries que haviam sido pré-organizadas pelo personagem ou mesmo agrupadas em pastas específicas por sua família e que, de certa forma, não estavam vinculados diretamente às produções de Paulo.

Dois pontos chamam a atenção nessa documentação. O primeiro deles está diretamente ligado ao período do exílio de Schilling e ao fato de que, conforme relatado anteriormente, muitos de seus papéis não foram preservados. Diferentes fatores contribuíram para a “perda” destes documentos como as mudanças de cidades, a necessidade de livrar-se deles por motivos de segurança ou mesmo a sua apreensão, como constatou-se na documentação presente no Arquivo²⁴⁹. Observa-se nesta série, entretanto, dez textos que remetem ao período de exílio de Schilling e outros dois ainda anteriores a esse momento – 1959 e 1960 – que, por algum motivo que não foi possível descobrir, foram preservados. O segundo ponto que merece destaque também se relaciona com as datas, só que dessa vez se remete ao documento mais recente que consta na série e que data do ano de 2008. Tal constatação permite reforçar a ideia da continuidade de estudos e, por que não, de produção de Paulo mesmo quando sua situação de saúde se encontrava bastante debilitada e ele já estava totalmente restrito ao ambiente privado.

Por fim, tem-se a **série nº6**, que se refere aos documentos anexados ao arquivo e que não se relacionam diretamente com a atuação intelectual de Paulo. Os três envelopes que compõem esta série e que optei por denominar *Documentos Anexados pela Família* são os seguintes: “Documentos do ‘Projeto Arquivo’”, “Documentação DOPS” e o envelope “Documentação Pessoal” – doado posteriormente, em novembro de 2016, por intermédio de

²⁴⁹ Relatório DOPS nº2037. Secretaria de Segurança Pública da Guanabara. 03/09/1965. Arquivo Paulo Schilling.

uma visita de Flávia a Porto Alegre. É interessante ter contato com estes papéis pois eles diferem radicalmente do conjunto apresentado até aqui e são justamente eles que me permitiram compreender um pouco mais do indivíduo Paulo Schilling, de sua rede de contatos, das formas pelas quais era visto pela Polícia Política e mesmo como ele refletiu sobre sua própria trajetória.

O primeiro envelope, “Documentos do ‘Projeto Arquivo’”, apresenta 14 documentos relacionados com os projetos do personagem para a sua atuação após a sua aposentadoria, além de permitir o acesso às etapas de organização mais sistemática e burocrática do Arquivo de Schilling junto ao APERJ – fontes que serviram de base para a escrita do item 2.1 desta tese. É neste envelope que encontrei também as três versões do *Curriculum Vitae* de Schilling, documento que foi extremamente importante para a escrita desta tese pois além de me permitir acompanhar cronologicamente a sua trajetória, haviam sido escritos e reescritos pelo próprio Paulo o que me possibilitou analisar as formas com que o personagem revisitou e reorganizou a sua história.

A relação de papéis presente no envelope “Documentação DOPS” – nomenclatura que já constava na documentação entregue pela família – soma, ao seu total, 36 ofícios, divididos entre relatórios, boletins informativos, memorandos e informes que foram enviados aos mais diversos setores, como Ministério da Aeronáutica, Ministério do Exército, Presidência da República, Ministério da Guerra, Superintendência Executiva do DOPS, entre outros. Os relatórios acompanham sistematicamente o personagem a partir da sua estadia no Rio de Janeiro, com a intensificação da supervisão de suas atividades após o golpe civil-militar, o que seguem fazendo até mesmo após o processo de Anistia. Os papéis disponíveis são cópias dos documentos originais e foram solicitados por Paulo quando estes foram liberados para consulta pelo governo brasileiro conforme informou Flávia.

O último envelope que compõe a série nº6, denominado por mim de “Documentação Pessoal”, foi doado e anexado ao Arquivo em um segundo momento. Em visita a Porto Alegre para participação em um simpósio, em novembro de 2016, Flávia Schilling me entregou para que alocasse junto ao Arquivo alguns documentos que haviam ficado em São Paulo no momento de retirada do acervo. Essa documentação proporciona ao pesquisador um sobrevoo sobre a rede de contatos de Schilling e a sua atuação na tentativa de levar seus escritos a um público maior, isto é, de publicar suas obras no Brasil durante a década de 1990. As 19 cartas que compõem o envelope, escritas por Paulo ou recebidas por ele, permitem acompanhar sistematicamente as relações do personagem com seus pares, as entidades com as quais ele estava diretamente ou afetuosamente envolvido e as pessoas com as quais buscou

auxílio para levar seus projetos adiante, além das negativas das editoras em publicar suas obras.

Os documentos da série nº 6 e mais especificamente este último envelope citado não fariam parte do acervo do APERJ e dificilmente seriam citados nas obras publicados pelo personagem. Se tornam, dessa maneira, extremamente significativos no conjunto de papéis que compõe o Arquivo Paulo Schilling. Acessar o mundo privado de Schilling, mesmo que os documentos perpassem diretamente pela sua atuação profissional, permitiu perceber com ainda mais força a sua militância e dedicação às causas que acreditava e, dessa maneira, validar a ideia de que seu Arquivo é um arquivo militante e que Paulo levava consigo a frase citada na introdução de seu último livro e escrita por Joaquim Nabuco: “os livros devem ser todos eles campanhas”.

Organizados, inventariados e disponíveis para os demais pesquisadores, assim se encontram os papéis de Paulo Schilling que chegaram ao Núcleo de Pesquisa em História ainda em 2012, ano de seu falecimento. Com a sensação de ter feito o melhor possível com o material que foi doado e com o Inventário do Arquivo Paulo Schilling finalizado – e anexado ao final desta tese – acredito que esta pesquisa chega ao seu fim e fico na expectativa de que muitas outras possam surgir a partir dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início, esta pesquisa tinha o objetivo de analisar e compreender os papéis de Paulo Schilling que haviam sido doados ao Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS em 2012, poucos meses após o seu falecimento e os quais me predispos a organizar. O projeto para esta tese se propôs inicialmente a investigar a formação do Arquivo de Paulo, a reconstruir sua trajetória e a analisar a produção intelectual presente em seus papéis. O andar do trabalho mostrou que a proposta inicial era muito ambiciosa para o tempo disponível e dessa maneira optei por focar mais diretamente no primeiro ponto: o processo de formação do que denominei ao longo deste texto de “Arquivo Paulo Schilling”.

Imbuído desse objetivo procurei refletir sobre os interesses de Paulo na constituição e organização de seus papéis ao mesmo tempo em que questionei as possibilidades de os arquivos pessoais constituírem projetos autobiográficos de seus organizadores. Para tal, foi necessário adentrar em um universo teórico novo e dialogar com a arquivologia, mais especificamente, com os trabalhos que tomam os arquivos pessoais como fonte para a história, tema que descobri estar em disputa e associado a um momento de renovação das práticas historiográficas. Percebi, após as primeiras reflexões realizadas, que para entender os papéis seria preciso entender também o personagem e, dessa maneira, voltei o olhar para a trajetória de Schilling que, com a ajuda de seus documentos, foi reconstruída na primeira parte desta tese.

O olhar atento para os caminhos tomados pelo personagem desta pesquisa levou a perceber um conceito importante que perpassava toda a sua caminhada: a militância política. Seja engajado na organização da luta armada ou nas palavras escritas com a indignação de quem sensivelmente percebia as injustiças a sua volta, Paulo militou incansavelmente frente às causas que acreditava e assim se manteve até onde suas forças permitiram. Andar ao lado de Schilling foi uma experiência enriquecedora, não só como historiador, mas também como ser humano. Nos questionamentos levantados, ainda na escrita da dissertação de mestrado, sobre os motivos que levaram os indivíduos a se envolverem nas lutas contra as injustiças cometidas no cone sul da América ao longo das décadas de 1960 a 1980 não imaginava o quanto ainda tinha a apreender com as decisões e escolhas tomadas por Paulo nesse período.

Engajado nas causas da má distribuição de terras, Schilling começou seu percurso na década de 1950 no Rio Grande do Sul e a partir dessa experiência sua trajetória militante se envolveria com os principais episódios da história recente da América Latina. Tendo passado por Rio de Janeiro, Montevidéu, Buenos Aires até chegar em São Paulo em 1980, local em

que estabeleceu residência e permaneceu até seu falecimento em 2012, o personagem não só viu como também participou e escreveu sobre o que ele viveu. O jornalista, figura construída no exílio como meio de suporte financeiro para a família que o acompanhava, acabou por transformar a sua forma de atuar frente às injustiças presenciadas e acabou por construir a sua militância pelas palavras.

Após a perseguição no Brasil, consequência do golpe de 1964, o exílio em Montevideu foi vivido na expectativa de um breve retorno, ao mesmo tempo em que serviu para a organização da luta armada que, assim como aconteceu em Cuba, deveria derrubar o sistema implantado pelos militares. O envolvimento de Schilling na organização destes episódios – principalmente na Guerrilha de Caparaó – foi uma das descobertas mais surpreendentes da pesquisa. Imaginar Paulo buscando dinheiro e armas, além de ter contato com figuras importantes da esquerda mundial não eram episódios de meu conhecimento e a descoberta dos mesmos possibilitaram entender a força política do personagem. O insucesso da guerrilha de Caparaó e o aumento da repressão no Brasil fizeram com que Schilling deixasse de lado a ideia da luta armada e passasse a encontrar na sua atividade profissional sua forma militar.

Os documentos que chegaram até o NPH permitem acompanhar as campanhas com as quais o personagem esteve envolvido. Seja nos livros seja nos artigos publicados principalmente na *Prensa Latina* cubana, tem-se a reconstrução dos principais acontecimentos através do olhar militante do personagem, que não cansava de expor as desigualdades e injustiças que o Brasil e também a América Latina sofriam. Os exílios fizeram com que a visão de luta de Paulo e sua militância não se limitassem mais ao Brasil e se expandissem a um olhar que denunciava constantemente os problemas vividos pelos latino-americanos em geral.

A militância através da escrita foi a principal forma encontrada pelo personagem para se manter ativo em suas causas de atuação até seu retorno ao Brasil em 1980. Já de volta ao país seu engajamento encontra alguns espaços de atuação também fora da escrita – como o PT, a CUT e o CEDI – mas não fora do discurso, isto é, sem expor a sua figura a espaços mais públicos como a mídia ou as universidades, sua atuação era intensa, porém em espaços mais reservados e discretos. Seja palestrando, ajudando na organização destas instituições ou mesmo escrevendo Schilling buscou espaços para levar adiante sua luta no Brasil, em um período no qual as transformações começavam a acontecer e os vestígios da ditadura ainda eram muito presentes. Sem se expor diretamente, mas atuando de forma significativa, Paulo permaneceu em sua militância até a metade da década de 1990, momento em que iniciou a sua aposentadoria e buscou colocar em prática seus últimos projetos.

O plano de trabalho organizado por Paulo após a sua saída da vida pública para que sua militância continuasse e que suas palavras chegassem ao maior número de pessoas previa organizar e disponibilizar o material que ele havia produzido e acumulado ao longo de sua trajetória. Entre as atividades previstas estavam: xerocar livros e mini ensaios; selecionar, classificar, digitar e xerocar os “especiais” escritos para a Prensa Latina; gravar as recordações do autor; multiplicar o arquivo e disponibilizá-lo aos arquivos públicos e nas bibliotecas especializadas; editar em livros os textos com maior interesse e, quando necessário, realizar novas pesquisas²⁵⁰. Fica claro que a ideia de aposentadoria de Paulo estava vinculada a uma limitação de suas atividades a um ambiente mais privado, mas em hipótese alguma, a uma paralisação ou encerramento de seu engajamento e de sua militância.

Como foi possível acompanhar ao longo da segunda parte desta tese, a intencionalidade de Schilling com o seu plano de trabalho se deparou com um campo de possibilidades desfavorável e conseqüentemente não foi colocado efetivamente em prática. Os livros não encontraram espaço no mercado editorial, as gravações nunca foram realizadas e as cópias e organização de seu arquivo – projeto tocado junto ao APERJ – ficaram inconclusas. Frente a este cenário imaginou-se inicialmente que o personagem teria optado por organizar um arquivo pessoal que pudesse contar as suas memórias e que não o deixasse esquecido. O avançar da pesquisa mostrou que minha hipótese estava incorreta e que Schilling optara frente aos campos de possibilidades disponíveis a ele escrever a sua grande obra: seis volumes que abordariam todas as suas lutas e que ficariam, após o seu falecimento, como legado da sua militância.

Não havia o projeto “Arquivo Pessoal Paulo Schilling” construído para guardar as suas memórias como imaginou-se; tinha-se sim, a organização do material produzido para servir de base para os novos escritos e para a grande obra que seria realizada. Seus papéis eram uma “agenda aberta” que deveria estar sempre disponível para consulta, um “arquivo-projeto” nos termos de Heymann (2012, P. 189-194), um conjunto de documentos com um valor histórico significativo para o autor e que deveria estar acessível a ele, afinal o usuário do arquivo era ele próprio. Não havia sido Schilling o responsável por classificar os seus papéis como um arquivo pessoal, quem deu essa denominação ao acervo documental foi a família e posteriormente este historiador.

O entendimento destas características e de seus significados só foi possível a partir do momento em que me propus a analisar o arquivo que tinha em mãos a partir de uma

²⁵⁰ Documento denominado “Arquivo Paulo R. Schilling”. Pág.12 Documentação pessoal – Envelope 01. Arquivo Paulo Schilling.

“perspectiva etnográfica” (HEYMANN, 2013, p.67), isto é, abordar o arquivo “sob um olhar antropológico” que desloca “a atenção dos documentos para o processo de constituição desses acervos”. Esta perspectiva, em diálogo com a noção de “biografia do arquivo” (RANDOLPH, 2005, p.210), expõe a necessidade de o historiador identificar o processo de construção do arquivo, buscar a história da sua produção, analisando o intercâmbio entre as configurações sociais e institucionais, ao mesmo tempo em que se relacionam as experiências vividas por seu titular. Ao buscar compreender as continuidades e mudanças e entender a composição atual dos documentos – considerando a história de sua produção – foi possível acompanhar em detalhes os movimentos do processo de formação do Arquivo de Schilling e dessa maneira entender os objetivos daqueles papéis e também de seu criador: seus textos eram a sua militância e a reunião e organização de seus papéis o meio para continuar suas lutas.

De acordo com Ernst (2002, p. 120-122 *apud* KETELAR, 2018, p. 198) “os arquivos não nos levam apenas ao passado: preservam o presente para o futuro ao transmitirem testemunhos e experiências autênticas da atividade humana através dos tempos”. Compreender o processo de formação do Arquivo de Schilling, dessa maneira, permitiu aprofundar reflexões sobre o passado, sobre a trajetória do indivíduo e daqueles documentos ao mesmo tempo em que captar a lógica da sua militância mostrou como aquele acervo tinha uma função para a transformação do presente e a busca de um futuro mais justo e igualitário, afinal era, acima de tudo, um arquivo militante.

Hobbs (2018, p. 262) afirma em seu artigo que “os arquivos pessoais contêm igualmente indícios do caráter individual do produtor da documentação. [...] um vislumbre de seu mundo interior, assim como de suas manifestações externas nas atividades públicas”. A pesquisa realizada permitiu corroborar esta ideia: entender Paulo Schilling passa por entender seus papéis, assim como para entender seu arquivo, foi preciso conhecer Paulo Schilling. Através da perspectiva etnográfica a tese conseguiu explorar a relação entre produto e produtor e perceber, como escreve Hobbs (2018, 262), que os arquivos pessoais “são o lugar onde personalidade e fatos da vida interagem de forma documental”, afinal eles documentam as atividades dos indivíduos ao mesmo tempo em que registram “a visão particular, idiossincrática e singular das pessoas quando estão fazendo as coisas que fazem e comentando a esse respeito” (HOBBS, 2018, p. 262).

Com esta perspectiva em mente, a primeira parte da tese aqui apresentada procurou, ao reconstruir a trajetória de Schilling, explicar por que Paulo escrevia, enquanto a segunda, ao destacar os projetos pessoais que acompanharam o personagem até o fim de sua vida, buscou compreender o que ele queria com seus papéis. O personagem explicou os documentos, assim

como os documentos permitiram entender o personagem. O acervo pessoal de Schilling foi, desta maneira, objeto e fonte desta pesquisa. O conjunto documental foi o fio condutor da análise realizada e a partir dele que se procurou reconstruir a trajetória do personagem e de seus papéis. Reconstrução esta que só foi possível a partir das entrevistas de história oral realizadas. Os depoimentos gravados foram fundamentais para o entendimento do percurso de Paulo e sem as contribuições de seus familiares e amigos, muitas das análises realizadas não teriam sido possíveis.

Paulo faleceu em 26 de janeiro de 2012 aos 86 anos e em sua triste partida recebeu através de textos publicados online o carinho e a homenagem de amigos. Destaco aqui as palavras escritas por Geraldo Hasse em um especial para o periódico Sul21 e intitulado *Paulo Schilling (1925-2012): Sem choro nem vela, foi-se o padrinho dos sem-terra:*

Morreu praticamente esquecido no final de janeiro no exílio paulistano o riopardense Paulo Schilling (1925-2012), uma das figuras mais ricas da história política gaúcha. Braço esquerdo do governador Leonel Brizola, ele tinha luz própria e jamais renunciou aos ideais nacionalistas de inspiração marxista, a despeito do colapso da maior parte das experiências comunistas do século XX.

[...]

Sem disputar mandato eleitoral, PS fez política dentro da estrutura de poder, como um autêntico intelectual orgânico, mais apegado às próprias ideias do que ao pragmatismo político-partidário. Também não era de subir em palanque ou mesa de auditório. Só se pronunciava quando cutucado, daí talvez ter se tornado uma espécie de passageiro clandestino da história brasileira. Um passageiro privilegiado que chegou a estar ao lado dos condutores de um processo democrático truncado na primeira metade dos anos 1960.

Por tudo isso é difícil refazer seu perfil: além de naturalmente reservado, ele pouco se expunha, até mesmo desdenhava das possibilidades de sucesso na mídia ou na academia. Ironicamente, o padrinho dos sem-terras gaúchos chega ao final quase sem biografia. Como se um aluvião histórico tivesse enterrado a maior parte dos seus feitos, estudos e planos para mudar o panorama econômico do Rio Grande e do Brasil. É uma injustiça que precisa ser reparada, ainda mais que suas análises sobre a realidade agrária continuam válidas.

[...]

São dignos de nota, porém, o respeito e o carinho dos poucos jornalistas que o entrevistaram nos últimos 30 anos. Flavio Aguiar na Carta Maior e José Caldas Costa no Século Diário o reverenciaram, não apenas pela coerência intelectual, mas pela consistência de suas análises e propostas no âmbito do uso da terra no Brasil. “Era daqueles personagens temidos pelos tiranos de todos os tempos, porque sabia pensar” [...].

Aos sobreviventes da corrida iniciada por Paulo Schilling na época da redemocratização do pós-Guerra, fica o desafio de levantar sua contribuição ao esforço pela justiça social²⁵¹.

O texto de Hasse, que se dispõe ainda a fazer uma breve retomada da trajetória do personagem e a apresentar algumas considerações de Schilling a partir de um depoimento

²⁵¹ HASSE, Geraldo. Paulo Schilling (1925-2012): Sem choro nem vela, foi-se o padrinho dos sem-terra. Especial para o jornal Sul 21, fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/02/paulo-schilling-1925-2012-sem-choro-nem-vela-foi-se-o-padrinho-dos-sem-terra/> Acesso 01/03/2020.

dado por ele em 1982 à revista da Fundação de Estatística e Economia (FEE), retoma algumas considerações que destaquei ao longo desta tese e acredito pertinente refletir uma última vez sobre elas. O autor coloca Paulo como uma das figuras mais ricas da história política gaúcha ao mesmo tempo em que destaca o esquecimento que se tem sobre o personagem. É interessante pensar nesta questão pois ao realizar este trabalho me parece claro a importância intelectual de Schilling para pensar as conjunturas latino americanas das décadas de 1960 a 1990, sua contribuição nos mais de 30 livros e 1000 artigos escritos representam reflexões significativas sobre a época. Entretanto quando se busca referências a sua pessoa cai-se praticamente em um vazio, como se Paulo não fosse uma figura relevante do cenário político brasileiro ou mesmo não existisse.

Hasse evidência ainda que Paulo *“fez política dentro da estrutura de poder, [...] mais apegado às próprias ideias do que ao pragmatismo político-partidário”* e que *“naturalmente reservado, ele pouco se expunha, até mesmo desdenhava das possibilidades de sucesso na mídia ou na academia”*. Estes fatores parecem ter contribuído para que tivesse ao longo desta pesquisa a mesma sensação descrita pelo autor de que *“um aluvião histórico tivesse enterrado a maior parte dos seus feitos, estudos e planos”*. Estes traços da atuação do personagem se apresentaram como um desafio constante para o fazer desta pesquisa e sou muitíssimo grato a todos que se dispuseram a contribuir com minhas reflexões a partir de entrevistas, seja de história oral, por e-mail ou ainda por telefone. Pensar Paulo Schilling foi um desafio que só foi possível de ser realizado a partir do auxílio daqueles que conviveram junto dele e se permitiram contar as suas histórias.

Por fim, cabe destacar a ponderação feita pelo autor: *“fica o desafio de levantar sua contribuição ao esforço pela justiça social”*. O esforço pela justiça social enfatizada no texto remete à característica mais marcante da atuação de Schilling, a sua militância política. Seja dentro da política convencional, na organização da luta armada ou mesmo na escrita de seus textos seu objetivo era sempre o mesmo: ajudar na construção de um mundo mais justo e menos desigual. Sua trajetória permite enfatizar tal enfoque, seus papéis demonstram isso e aqueles que pensaram sobre ele também perceberam tal questão. O desafio, entretanto, continua e novos trabalhos precisam avançar nas reflexões sobre as contribuições do personagem através de sua militância.

A tese aqui apresentada não realizou um estudo sobre os escritos de Paulo, o foco esteve voltado ao processo de escrita dos textos e posteriormente à transformação destes em um arquivo e não sobre o seu conteúdo – por mais que em diversos momentos eu tenha me permitido ler calmamente seus papéis. Fica em aberto a perspectiva de compreender a

produção intelectual de Schilling nos diferentes períodos de sua trajetória, tema que pode trazer novas reflexões sobre os diferentes contextos e episódios ocorridos na América Latina e principalmente no Brasil ao longo das ditaduras vivenciadas nas décadas de 1960 a 1990²⁵².

A contribuição mais direta desta tese está no inventário produzido a partir da organização física dos documentos de Schilling doados ao NPH da UFRGS. A construção deste instrumento de pesquisa, no apêndice desta tese, teve por objetivo permitir uma visão panorâmica sobre a produção intelectual do personagem ao mesmo tempo em que possibilitou a compreensão do processo de formação de seu arquivo e de sua atuação militante. Cabe ressaltar que por mais que este trabalho tenha chegado ao seu fim, a organização dos documentos armazenados no NPH e que compõe o Arquivo Paulo Schilling devem passar ainda por mais algumas etapas até que se possa dizer que o processo esteja totalmente finalizado.

A limpeza realizada na documentação foi feita em caráter superficial – em alguns casos, principalmente nos papéis mais deteriorados, os grampos de metal foram mantidos na documentação – e precisaria de um processo de higienização mais específico. Além disso, como é possível verificar no inventário no apêndice da tese, alguns documentos não foram encontrados o que justifica um trabalho com um olhar mais apurado para cada um dos textos que compõe o acervo para que se possa verificar a sua localização em diferentes envelopes ou confirmar o seu extravio. Fica evidenciado aqui a expectativa pela continuidade deste trabalho em um projeto maior que pudesse revisitar o que já foi feito e avançar em um melhor armazenamento e, por que não, na digitalização e disponibilização online do Arquivo Paulo Schilling.

É preciso evidenciar que alguns documentos ainda estão sendo anexados ao acervo. Em dezembro de 2019 recebi de Flávia outros dois documentos de Paulo e que não haviam sido enviados anteriormente. O primeiro é a fotocópia da obra “As múltiplas faces da corrupção” publicado pela editora Koinonia em 1994 e que não possuía cópia no arquivo. O segundo documento enviado chama ainda mais a atenção: trata-se de um rascunho para a escrita de um livro intitulado “A dívida externa do terceiro mundo: o maior roubo da história econômica/financeira mundial”. A pasta em que os papéis estão alocados indica que o material seja possivelmente de 2010. Conforme verifiquei ao longo deste trabalho, Schilling

²⁵² O trabalho de Laura Vasconcellos, doutoranda em história no CPDOC/FGV, intitulado provisoriamente de “Paulo Schilling e o nacionalismo revolucionário” e que possivelmente seja defendido em 2021, irá avançar significativamente na análise dos escritos de Schilling e abrir um espaço importante de reflexões sobre o pensamento deste importante intelectual brasileiro. Aproveito para agradecer a Laura pela parceria ao longo desta tese, a troca de informações sobre nossas pesquisas permitiu avanços importantes para a tese além de possibilitar pensar a ciência de modo coletivo, como acredito que ela deva ser feita.

continuou escrevendo até onde sua saúde permitiu, entretanto não imaginava que em 2010, já com a saúde bastante debilitada, ele ainda continuasse envolvido com a escrita e organização de novas obras. Quando enviei um e-mail a Flávia avisando da chegada do material em Porto Alegre, recebi a informação que ela havia encontrado mais uma pasta de Paulo – uma entrevista dele sobre o Brizola – e que me encaminharia posteriormente. Estas questões me permitem afirmar que o trabalho com o Arquivo de Schilling ainda não está totalmente finalizado e que possivelmente novas pesquisas venham a avançar nas análises até aqui realizadas

Escrever um estudo de trajetória é sempre um desafio ao pesquisador, escrever uma biografia de um personagem em vida é ainda mais complexo. Quando realizei a minha dissertação de mestrado me senti extremamente desafiado ao reconstituir a trajetória de Flávia Schilling e saber que ela leria o trabalho em seguida. Como criticar minha fonte? Como contradizer seus argumentos e reflexões? Ao me propor pesquisar a trajetória de Paulo e de seus papéis, sabia que a tarefa seria difícil, mas imaginava ser ela mais tranquila do que havia sido anteriormente, afinal não haveria o julgamento e a análise de Paulo. Foi neste ponto que me enganei.

Conforme relatei na segunda parte desta tese, o “poder da personalidade individual” (HOBBS, 2018, p. 268) exercido por Paulo a este historiador foi um dos desafios encontrados ao escrever esta tese. Para Hobbs (2018, p.269) “é natural que o arquivista venha a sentir uma ligação pessoal com o titular do arquivo ou a ter uma visão geralmente empática a seu respeito (fenômeno bastante comum entre muitos biógrafos)”. O vínculo estabelecido com a família Schilling e a simpatia construída por Paulo foram pontos aos quais me mantive constantemente em alerta e que acredito não tenha interferido no resultado deste trabalho que procurou sempre ser questionador e crítico como um trabalho científico deve ser. Ressalto, contudo, que esta tese, para além do meu objetivo como pesquisador, se transformou em uma forma de retribuir o carinho recebido pela família Schilling ao longo dos quatro anos de pesquisa e de destacar a incrível trajetória de Paulo que, a partir de agora, conta com mais uma forma de levar suas palavras, reflexões e militância adiante.

Figura 8 – Paulo Schilling e suas filhas Andrea, Claudia e Flávia (esquerda para direita) em outubro de 2011.



Fonte: Arquivo pessoal Cláudia Schilling.

REFERÊNCIAS:

ENTREVISTAS

BONAS, Ariovaldo; CARVALHO, Gilberto; SCHILLING, Andrea; SCHILLING, Cláudia; SCHILLING, Flávia. *Entrevista família Schilling*. Entrevista concedida a Diego Scherer da Silva em janeiro de 2019.

CAVALCANTI, Cláudio Antônio Vasconcelos. Entrevista concedida por e-mail a Diego Scherer da Silva em fevereiro de 2019.

CORBISIER, Ana de Cerqueira César. Entrevista concedida a Diego Scherer da Silva em janeiro de 2019.

GALVÃO, Araken Vaz. Entrevista concedida por e-mail a Diego Scherer da Silva em fevereiro de 2019.

KUPERMAN, Esther. Entrevista concedida por telefone a Diego Scherer da Silva em janeiro de 2020.

SCHILLING, Andrea. Entrevista concedida por e-mail a Diego Scherer da Silva em julho de 2017.

SCHILLING, Cláudia. Entrevista concedida por e-mail a Diego Scherer da Silva em fevereiro de 2019.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida a Diego Scherer da Silva em junho de 2012.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida a Diego Scherer da Silva em abril de 2013.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida por e-mail a Diego Scherer da Silva em agosto de 2017.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida por e-mail à Laura Vianna Vasconcellos em dezembro de 2018.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida a Diego Scherer da Silva em janeiro de 2019.

SCHILLING, Flávia. Entrevista concedida por e-mail a Diego Scherer da Silva em fevereiro de 2019.

SCHMIDT, Paulo. Entrevista concedida a Diego Scherer da Silva em agosto de 2017.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Fábio Henrique. *Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica: uma análise do centro ecumênico de documentação e informação (1974-1994)*. Dissertação, Pós-graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil*. Dissertação, Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005.

ALVES, Bernard José Pereira. *O papel do MASTER na política agrária de Brizola no Rio Grande do Sul*. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociologia. VIII Jornada de Sociologia de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociologia, Buenos Aires, 2009.

ALVES, Bernard José Pereira. *A política Agrária de Brizola no Rio Grande do Sul: notas sobre a atuação do governo e movimento*. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca mais*. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, vol. 11, n.21, Rio de Janeiro, p. 9-34, 1998.

ASEFF, Marlon. *Retratos do Exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, 2011.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENEDETTI, Mario. *Primavera num espelho partido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. "Arquivos Pessoais são Arquivos". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez 2009.

- COSTA, Cléria Botelho. A escuta do outro: dilemas da interpretação. In: *História Oral*, v. 17, n.2, p.47-67, jul/dez 2014.
- DBTA – *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ECO, Umberto. *O Cemitério de Praga*. Rio de Janeiro: Record, 2011. Recurso digital.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação de terra no Brasil: uma página virada da história? Artigo elaborado a pedido da Comissão Pastoral da Terra para publicação no *Caderno de Conflitos – Brasil*, 2001. Disponível em: https://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html. Acesso em: 02/01/2018.
- FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, vol. 11, n.21, Rio de Janeiro, p. 59-87, 1998.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. Editores e militância nos anos 1990. In: *VI Simpósio Estado e Poder*. Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Aracaju, 2010.
- GARBERO, Maria Fernanda. Arte e cultura no tempo presente (1985-2016). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, vol. 11, n.21, Rio de Janeiro, p. 121-127, 1998.
- GOMES, Angela de Castro. Escritas de si, escritas da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. Arquivos pessoais: desafios e encantos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez 2009.
- GONZALEZ, Sérgio. Grupos dos onze: lembranças que contam a verdade histórica. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória – Da campanha da legalidade ao golpe de 1964*. Porto Alegre: Corag, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da vultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5(14): 73-90, 1990.
- HARRES, Marluza Harres. O governo Brizola (1959-1962) e o problema rural no Rio Grande do Sul: leituras e interpretações. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. (Orgs.). *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2017.
- HARRES, Marluza Harres. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127 jul. 2011.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos históricos*, n.19, Rio de Janeiro, p.41-66, 1997.
- HEYMANN, Luciana. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados"*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2 pp.40-57, jul-dez, 2009.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Org.). *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2013.
- HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111–135, jan./jun. 2010.
- KAPLAN, Elisabeth. “Muitos caminhos para verdades parciais”: arquivos, antropologia e o poder da representação. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- KETELLAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

- MARQUES, Teresa C. Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: Os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- MARQUES, Teresa C. Schneider. Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa. In: *Revista Territórios e Fronteiras*, V.2, N.1, Jan/Jun 2009.
- MARRERO, Juan. Prensa Latina, primera ventana contra la intoxicación informativa. Disponível em: <http://www.lafogata.org/masetti/notas/p1.14.pdf>. Acesso: 18/07/19.
- MARTINS, Jose de Souza. Sociedade Brasileira. In: *O Brasil no contexto: 1987-2017*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARTINS, Marisângela T.A. *O Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS*. Artigo elaborado para a disciplina de “História dos registros humanos” da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. 2018.
- MAUÉS, Flamarion. O mercado editorial de livros no Brasil no período da abertura (1974-1985). In: *Educação em debate*. Ano 28 - V I - N°. 51/52 - 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora contexto, 2017.
- NEDEL, Letícia Borges. 'Da Sala de Jantar à Sala de Consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente'. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Org.). *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2013.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; SOBRAL, Camilla Campoi de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. *Revista do Arquivo* (Arquivo Público do Estado de São Paulo). São Paulo, Ano II, nº 4, 2017.
- PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, A. S.. O 68 no Uruguai: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. *História. Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 8, p. 28-49, 2009
- PINO, Mirian. El semanario Marcha de Uruguay: una genealogia de la critica de la cultura en America Latina. In: *Revista de Critica Literaria Latinoamericana*. Ano XXVIII, N 56. p. 141-156. Lima-Hanover, 2002.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, n.14. São Paulo, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. História oral: uma relação dialógica. In: *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

- PORTO, Fabíola Brigante Del. A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. In: *Perseu: história memória e política*. Revista de Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- RANDOLPH, John. On the biography os the Bakunin Family Archive. In: Burton Antoinette (ed.). *Archives Stories: Facts, Fictionns, and the Writting os History*. Durham/London: Duke University Press, p. 209-231.
- RIBEIRO, Denise Felipe. *A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia*. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2011.
- RODEGHERO, Carla Simone. Um pouco além do concebível: o Chile e a Argentina na memória de um exilado brasileiro. In: *História Unisinos*, V. 16, N. 1. P. 93-105, janeiro/abril 2012.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. Para (Re)Colocar um Problema: A Militância em Questão. In: *Trends Psychol.* [online]. Vol.26, n.2, p.565-592, 2018.
- SANTOS, Jordana Souza. Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n.102, 2009.
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. In: *Sociologias*, ano 13, no 28, set./dez., p. 200-255. Porto Alegre, 2011.
- SCHILLING, Paulo. *A operação Trigo: Tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional*. Porto Alegre: Ed. Moderna, 1956.
- SCHILLING, Flávia. *Querida Família.*. Porto Alegre: CooJORNAL, 1978.

- SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder*. Volume 1: Os protagonistas. São Paulo: Global editora, 1979
- SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii: Biografia de um militante revolucionário – De 1943 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017.
- SILVA, Diego Scherer. "Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado": os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil - Uruguai, 1964-1980). Dissertação – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SOUZA, William Wrighini; CRIPPA, Giulia. L&PM Pocket, a maior coleção de livros de bolso do Brasil: uma análise do catálogo. In: *ANIMUS – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*.V.13, N.26. Santa Maria, 2014
- SVICERO, Thais Jeronimo. Os Arquivo pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. *História e Cultura*, v. 2, p. 221-237, 2013.
- SZATKOSKI, Elenice. *O jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. Tese – Programa de Pós-Graduação em História – PUC/RS – Porto Alegre, 2008.
- TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, 2009.
- TONI, Flávia Camargo. Biografia, autobiografia e processos de criação no arquivo de Camargo Guarnieri. In: *XVII Congresso da Anppom São Paulo 2007*, 2007, São Paulo. Anais do XVII Congresso da Anppom, 2007.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

APÊNDICE

Inventário do Arquivo Paulo Schilling

ARQUIVO PAULO SCHILLING
NPH - Núcleo de Pesquisa em História
Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9.500 - Campus do Vale
Bloco A2 - Prédio 43311 - Sala 214 - CEP 91509900
Fone: (51) 3308 6631 Correio eletrônico: nph@ufrgs.br
<p>Informações para pesquisa no NPH:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O acesso à Coleção Paulo Schilling é público e gratuito. 2. Para um atendimento mais eficiente, sugere-se que o usuário agende sua consulta. É necessário preencher formulário de identificação para acessar os documentos. O usuário pode preenchê-lo no NPH antes da consulta ou enviá-lo preenchido por e-mail; 3. O usuário pode antecipar sua pesquisa consultando os catálogos dos fundos e coleções disponíveis na aba “Acervo”. Para conjuntos documentais ainda não disponibilizados no site, é possível contar com o auxílio da equipe do NPH por e-mail, telefone ou presencialmente. 4. O usuário deve guardar seus pertences pessoais em local indicado pela equipe do NPH e portar somente o necessário para realizar sua pesquisa (papel, lápis, notebook, tablet e máquina fotográfica sem uso de flash); 5. Nas salas de consulta, o NPH disponibiliza três terminais de computadores, duas leitoras digitalizadoras de microfilmes e microfichas, um terminal de computador conectado a scanner e um reproduzidor de fita cassete; 6. Procedimentos básicos de conservação de documentos devem ser observados nas salas de consulta, como uso de máscaras e luvas; 7. A reprodução de documentos é permitida mediante preenchimento de termo de responsabilidade de uso e conhecimento da legislação em vigor, na qual o usuário declara estar ciente que a utilização indevida dos documentos incorre na Lei de Direitos Autorais (nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998) ficando, portanto, sujeito às penalidades nela previstas. Dependendo do documento, poderá ser necessária a autorização expressa do(s) depoente(s) ou herdeiro(s). O pesquisador também precisa se comprometer a dar o crédito institucional para o Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS.

ARQUIVO PAULO SCHILLING	
QUADRO DE ARRANJO DO ARQUIVO	
Série 1: Textos e artigos produzidos	
	Subsérie: 1.1 Textos e artigos
	Subsérie:1.2 Anotações para livro
	Subsérie:1.3 Trechos de livros
	Subsérie: 1.4 Fragmentos e textos publicados
Série 2: Dossiê Prensa Latina	
	Subsérie 2.1: Originais
	Subsérie 2.2: Cópias
Série 3: Livros publicados	
Série 4: Documentos Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)	
Série 5: Materiais diversos	
Série 6: Documentos anexados pela família	
	Subsérie 6.1: Documentação Pessoal (Doado pela família – nov.2016)
	Subsérie 6.2: Documentos do “Projeto Arquivo”
	Subsérie 6.3: Documentação DOPS

ARQUIVO PAULO SCHILLING	
SÉRIE 1 – TEXTOS E ARTIGOS PRODUZIDOS	
Caracterização	Textos produzidos por Paulo Schilling e publicados em diversos periódicos do Brasil e América do Sul. O conjunto documental apresenta ainda textos de referência e materiais no que não chegaram a ser publicados.
Datas-Baliza	1962-1993
Quantidade	171 documentos
Notação	S1-Cx1/ S1-Cx2/ S1-Cx9
Observações: Os documentos foram mantidos na ordem entregue pela família no momento de doação do acervo.	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
1.1 Textos e artigos	1. Geopolítica	1. Material para um possível livro; 7 textos sobre assuntos de geopolítica. (Textos em espanhol e português).	1
	2. Cursos e listas de Livros – Paulo Schilling	1. Currículo Paulo Schilling; 2. Lista dos cursos ministrados e livros publicados.	1
	3. El Precio social del “Milagro”	1. Livro <i>El precio social del ‘milagro’</i> – 5 capítulos.	1
	4. Artigos Publicados: Jornal/Revista	1. Fichas Latinoamericanas – ano 1 – nº2. Ed Terra Nueva. Argentina. “Brasil y el colonialismo portugues” p.2-10 (2 originais); 2. Contexto Pastoral – Debate – Suplemento do <i>Jornal Contexto</i> . Pastoral, nº 20, Maio/Junho 1994. “Privatização: Lucros concentrados e prejuízos socializados. P.3-20. (Xerox, 2 cópias); 3. <i>Tempo e presença</i> : Revista bimestral do Cedi – Jan/fev. 1993. Ano 15 – nº 267. “Mercosul em debate: Consequência e perspectivas para a ação pastoral” – 4 páginas (Xerox); 4. <i>Debate</i> : “Declaração – Contexto pastoral”. (Sem autoria e outras informações); 5. “O pacote de Sarney”. (Sem autoria e outras informações).	1
	5. Artigos Publicados: Jornal/Revista II	1. <i>Tempo e presença</i> – Resenha: Alternativa para o Brasil (Livro de autoria de Paulo Schilling) – p. 43; 2. <i>Marcha</i> – 28/07/1971. “Brasil amenaza con la invasion” – p. 16-18; 3. <i>Izquierda</i> . “La iglesia: ¿Revolución o contrarrevolución?. Autoria de Paulo Schilling – p.6; 4. <i>Nova Escola</i> – Ano VII – nº 56 – abril 1992 – “Capa: 500 anos de América: Por que tanta gente diz que não há motivo para festa”. P.34-37(Xerox) 5. Seleção de textos e poemas.	1

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	6. Propostas de Cursos	1. Arquivo Paulo Schilling – Documentos que começam a pensar um arquivo; 2. Polígrafo sobre dados do Brasil; 3. Proposta de curso: Antecedentes históricos (2 cópias); 4. Proposta de curso: Conjuntura Econômica, Política e Social (7 cópias, com 1 versão modificada).	1
	7. Geopolítica na Guerra das Malvinas	1. Livro completo não publicado sobre a Guerra das Malvinas.	1
	8. Artigos Publicados em Jornais I	1. Breve informe sobre a exploração do homem pelo homem no Brasil (da escravidão ao “pacote Sarney”) – Núcleo de Educação Popular; 2. La cuenca de la integracion o los rios de la discordia; 3. Dívida Externa, década perdida, “africanização e perda de soberania – suplemento do jornal <i>Contexto Pastoral</i> – Debate; 4. Mercosul: que integração é essa? – <i>Contexto pastoral</i> – Debate; 5. A dívida externa e econômica, política e moralmente impagável – Entrevista com Fidel Castro (Não é de autoria de PS) – 3 cópias; 6. América Latina: Colônia de banqueiros ou pátria grande? – 3 cópias.	1
	9. Artigos Publicados em Jornais II	1. Uma política economica antisocial – cuadernos de marcha; 2. Em Brasil – <i>Marcha</i> , 1970; 3. Brasil: uma gran potencia – <i>Marcha</i> , 1971; 4. ¿Una nueva triple alianza? – <i>Marcha</i> , 1971; 5. Análisis de la crisis politica: El internacionalism proletario y el problema checo – Izquierda; 6. Brasil, “protector de Bolívia? – <i>Marcha</i> , 1972; 7. Bolívia: un satelite dificil – <i>Marcha</i> , 1973; 8. Brasil em Punta del Este – texto de Jose da Silva; 9. Brasil y el control del Atlantico Sur – <i>Marcha</i> , 1972; 10. La esterilizacion em Brasil – <i>Marcha</i> , 1973; 11. Sequia em el Nordeste – <i>Marcha</i> ; 12. Despues de los militares, los tecnocratas – <i>Marcha</i> , 1968 – 2 cópias;	1
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	9. Artigos Publicados em Jornais II	<p>13. La crisis brasilena – <i>Marcha</i>, 1969;</p> <p>14. Brasil, Mister Kissinger y el General Pinochet – <i>Marcha</i>, 1973;</p> <p>15. Retorno al “Big Stick” – <i>Marcha</i>, 1969;</p> <p>16. Brasil: una estrategia y dos tactics;</p> <p>17. Los diez dias que conmovieron al Brasil – <i>Marcha</i>, 1969;</p> <p>18. Brasil: del golpe de estado al martirio – <i>Marcha</i>, 1969;</p> <p>19. Geopolítica del subimperialismo – <i>Marcha</i>, 1970;</p> <p>20. Brasil: La tortura, pan cotidiano – <i>Marcha</i>, 1971;</p> <p>21. Brasil: contrarrevolucion permanente;</p> <p>22. Brasil: el dificil retorno a los cuarteles;</p> <p>23. En el Brasil: ¿Qué papel representa la burguesia nacional?;</p> <p>24. ¿Ira Brasil a la guerra? (VI) – Uma nueva division internacional del trabajo – <i>Marcha</i>, 1971;</p> <p>25. El Brasil de los Yanquis – <i>Marcha</i>, 1962;</p> <p>26. Brasil: La guerra preventiva – 1971;</p> <p>27. Dos razas: Civiles y Militares – <i>Marcha</i>;</p> <p>28. Brasil y Argentina – <i>Marcha</i>, 1972;</p> <p>29. Terceiro Mundo, uma colônia dos banqueiros internacionais – Folha de São Paulo (1984?);</p> <p>30. Moratória, alternativa para a recessão – Especial para Folha de São Paulo – 1984;</p> <p>31. Vinte anos de dependência externa – Folha de São Paulo, 1984;</p> <p>32. Modelo do FMI impede a retomada do crescimento – Especial para a “Folha” (1984?);</p> <p>33. Garrastazu visita Portugal – Brasil y sus planes em Africa – <i>Marcha</i>, 1973 – 2 cópias;</p> <p>34. O Colpaso do “modelo econômico” brasileiro, O Rio Grande, 1979;</p> <p>35. Llama a la Puerta – Eduardo Galeano – <i>Marcha</i>, 1971;</p> <p>36. Brasil y Argentina (III) – <i>Marcha</i>, 1972;</p> <p>37. Brasil: Cien millones – <i>Marcha</i> 1973;</p> <p>38. Este es el camarada prestes – Entrevista de Paulo Patarra – <i>Marcha</i>;</p> <p>39. Geisel, pai ou padrasto? – Coojornal, 1979;</p> <p>40. Reação à política marítima de Carter – O Rio Grande, 1979;</p> <p>41. Tres profetas, tres profecias – <i>Marcha</i>;</p>	1
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	9. Artigos Publicados em Jornais II	41. O último dos grandes caudilhos – O Rio Grande, 1979; 42. Tránsito político de las Olimpíadas – <i>Marcha</i> , 1972; 43. Allende em la Cepal – Telemundo, 1971; 44. Vanguardas y masas – <i>Marcha</i> , 1971; 45. [Mc]namara el control de [l]a natalidad em el tercer mundo – Telemundo; 46. La piámide de Nasser – autor desconhecido – telemundo; 47. ¿Brasil hacia el perunismo? – <i>Marcha</i> , 1970; 48. Argentina: el ejercito outra vez – inter press service, 1969; 49. Las multiples “invasiones” del Uruguay – <i>Marcha</i> , 1973; 50. El peronismo asusta a Brasil – <i>Marcha</i> , 1973; 51. Em Cartagena, a montanha pariu um ratinho – Especial para a Folha de São Paulo, (1983); 52. Um novo estilo de panamericanismo - O Rio Grande, 1979; 53. Entrelones de una visita – <i>Marcha</i> , 1969 (sem autor); 54. Realidade e legitimidade da dívida externa – Especial para Folha de São Paulo, 1984; 55. Las “provincias” de su imperio - Telemundo, 1969; 56. Para los que dudan – Telemundo, 1969; 57. Um débito que já foi pago diversas vezes – Especial para a Folha de São Paulo, 1984; 58. Brasil a los cuatro vientos, Hector Borrat – <i>Marcha</i> , 1972; 59. A Revolução de Vargas – a política getulista e a atualidade do seu pensamento nacionalista – Coojornal, 1979; 60. Isalve, Vietnam heroico, ejemplo y guía – <i>Marcha</i> , 1972; 61. Brasil y Portugal: integracion y neocolonialismo – <i>Marcha</i> , 1972; 62. Brasil/Argentina: El “destino manifesto” – <i>Marcha</i> , 1971 (autor desconhecido).	1
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	9. Artigos Publicados em Jornais II	63. Prato feito, não. Entrevista exclusiva de Paulo Schilling ao repórter Tomás Pereira. Coojornal, 1979. 64. Brasil: el papel de gendarme – Telemundo; 65. As verdadeiras causas da inflação brasileira - O Rio Grande, 1979; 66. Da denúncia de Getúlio à economia de guerra de Figueiredo - O Rio Grande, 1979.	1
	10. Artigos Completos Paulo Schilling I	1. El Cono Sur de America. Esbozo de un proyecto de interpretación histórica supranacional e interdisciplinaria de la region del cono sur y de sus relaciones com los sucessivos centros exteriores de poder y decision; 2. Brasil – Alternativas e Protagonistas; 3. La concentración del poder de decision en los medios de comunicacion social en Brasil; 4. Un negociado al estilo colonial.	2
	11. Artigos Completos Paulo Schilling II (parte I)	1. Um siglo de tentativas de ocupación; 2. El nacionalismo revolucionário: el caminho brasileno (¿acaso latinoamericano?) de la revolución; 3. America Latina, colonia de banqueros; 4. Escrito sobre economia.	2
	12. Artigos Completos Paulo Schilling II (parte II)	1. 23 anos despues (Gobierno Sarney); 2. Depoimento de Paulo Schilling para Zilah; 3. Brasil: 9 anos de dictadura; 4. A geopolítica no conflito das Malvinas; 5. II reunion de los economistas de los partidos populares del sur de América; 6. A “mexicanização” da política brasileira.	2
	13. Artigos Completos Paulo Schilling III (parte I)	1. A economia Argentina: a um passo do colapso; 2. Ética e questão agrária no Brasil; 3. Uruguay 1995 – La dura realidade de uma experiencia neoliberal; 4. Em primeiro lugar, quem é Tancredo 5. El miedo de los poderosos – 1983.	2

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	15. La voz	<p>20. Montoro governador de São Paulo – 17/11/82 (2 cópias);</p> <p>21. La luna de miel sera efimera – 03/12/1982;</p> <p>22. Los comunistas, la apertura y la ley de segurança nacional – 04/12/1982;</p> <p>23. Congresso derrota Figueiredo – 22/09/1983;</p> <p>24. Superada la crisis – 05/10/83;</p> <p>25. Los generales sirven para tudo, menos para gobernar – 14/09/1983;</p> <p>26. Brasil: el retorno del bipartidarismo (2 cópias);</p> <p>27. La batalla de la desinformacion – 19/11/1982 (2 cópias);</p> <p>28. Resultados finales de los comícios de São Paulo – 25/11/1982 (2 cópias);</p> <p>29. Brasil: el populismo no há muerto todavia – 26/11/1982;</p> <p>30. Lunes, fiesta popular: elecciones em brasil – 12/11/1982;</p> <p>31. Brasil:1984 – 13/01/1984;</p> <p>32. ¿Por que la osensiva contra el PCB? – 05/12/82;</p> <p>33. Brasil – 1982: el ano politico – 12/01/83;</p> <p>34. Las elecciones de ayer: um paso adelante – 15/11/1982;</p> <p>35. Trabajo, tierra y libertad – 08/11/1982;</p> <p>36. Las silbatinas presidenciales – 10/11/82;</p> <p>37. Futurologia electoral – 26/10/82;</p> <p>38. Figueiredo vayaja por 120 mil. ¿Y ahora que? – 08/11/82;</p> <p>39. El populismo no há muerto todavia – 26/11/82;</p> <p>40. Unidad argentino brasilena sobre la deuda externa? – 15/05/1984.</p>	2
	16.Material avulso	<p>1. Ética e questão agrária no Brasil – Texto básico da exposição feita na XVII Coferência Nacional dos Advogados – Justiça: realidade e utopia. RJ, 31 de agosto de 1999;</p> <p>2. Textos grampeados juntos: “A internacional dos banqueiros” e “A utopia da igualdade entre os homens”;</p> <p>3. A América Latina y la nueva conjuntura economica mundial (primeira de uma serie de tres notas) – Especial para Prensa Latina.</p>	2

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 1: Textos e artigos produzidos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
1.2 Anotações para livro	17.Anotações para livro I	Reunião de artigos publicados pelo autor e por outros escritores para a organização de um livro – Capítulo 1 ao 9.	9
	18.Anotações para Livro II	Reunião de artigos publicados pelo autor e por outros escritores para a organização de um livro – Capítulo 10 ao 21.	9
	24. Rascunho para livro	Rascunho para o livro <i>A dívida externa do terceiro mundo: o maior roubo da história econômica/financeira mundial</i> . A pasta indica que o material seja possivelmente de 2010.	9
1.3 Trechos de livros	19.Trechos de livros - I	Reunião de capítulos de livros de autoria de Paulo Schilling, possivelmente reorganizados para uma nova publicação. Conjuntura brasileira no período 1950-1964.	9
	20.Trechos de livros - II	Reunião de capítulos de livros de autoria de Paulo Schilling, possivelmente reorganizados para uma nova publicação. Conjuntura brasileira no período 1950-1964.	9
1.4 Fragmentos de textos publicados	21.Fragmentos de textos publicados I	Reunião de textos e artigos de autoria de Paulo Schilling e outros, possivelmente reorganizados para uma nova publicação. Conjuntura brasileira no período pós 1964.	9
	22.Fragmentos de textos publicados III	Reunião de textos e artigos de autoria de Paulo Schilling e outros, possivelmente reorganizados para uma nova publicação. Conjuntura brasileira no período pós 1964	9
	23.Fragmentos de textos publicados III	Reunião de textos e artigos de autoria de Paulo Schilling e outros, possivelmente reorganizados para uma nova publicação. Conjuntura brasileira no período pós 1964	9

SÉRIE 2 – DOSSIÊ PRENSA LATINA	
Caracterização	Textos produzidos por Paulo Schilling e publicados no periódico cubano Prensa Latina, evidenciando principalmente os anos das ditaduras Latino Americanas.
Datas-Baliza	1965-1980 (datas aproximadas)
Quantidade	873 documentos
Notação	S2-Cx3/ S1-Cx4/ S1-Cx5/ S1-Cx9
Observações: A descrição dos envelopes mantém a lista de textos organizados originalmente pelo APERJ, entretanto alguns documentos não foram encontrados e não estão disponíveis para consulta.	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
2.1: Originais	1. Originais	4 envelopes brancos: Originais prensa Latina	9
	2. Originais	4 envelopes brancos: Originais prensa Latina	9
2.2: Cópias	1. Dívida externa	1. Brasil transforma su deuda externa em inversiones directas; 2. La conferência sindical de Campinas; 3. Pacto Amazonico: las multinacionales de Brasil; 4. Los presidentes de Montevideo y la deuda; 5. El largo, tortuoso, agotador camino de retorno a la democracia; 6. Los partidos políticos brasileños; 7. La deuda externa en Brasil y en la Argentina; 8. Brasil: panorama de la deuda externa; 9. la capitalización de la deuda: ofensiva de citibank; 10. Escandalo: la balanza comercial fue maquilada.	3
	2. Dívida externa	1. Por um club de los deudores; 2. A dívida externa e a democracia; 3. La fantástica deuda interna; 4. La deuda externa y el imperialismo; 5. La deuda externa e informática; 6. La deuda externa y la soberania nacional; 7. La deuda externa es ilegítima; 8. Atualizando los datos sobre la deuda externa; 9. Capítulo brasileiro para el estudio conjunto de la deuda externa de América Latina/Caribe; 10. A maior parte da dívida externa é indevida; 11. La deuda externa y la inflación; 12. Dívida externa e soberanía; 13. Colônia de banqueiros; 14. Investigar a realidade e a legitimidade da dívida externa; 15. La crisis de unos y la quiebra de otros; 16. As consequências econômicas da dívida externa; 17. El precio social de la deuda externa;	3

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	3. Sociais	<ol style="list-style-type: none"> 1. El latifúndio intocable; 2. São Paulo: um símbolo del capitalismo salvaje; 3. El latifúndio desafía Sarney; 4. Grave enfrentamiento em el campo brasileno; 5. Brasil: contrastes y confrontos; 6. La violência en el campo brasileño; 7. Los “boia-frias” – de servos de la gleba a asalariados rurales; 8. El buye gordo y la salude humana; 9. Esterilozación e imperialismo; 10. La ley de Linch en Brasil; 11. Reforma agraria y geopolítica; 12. Dengue, fiebre amarilla, malaria etc; 13. Brasil: el menos salario del mundo; 14. Brasil, un Bangladesh latinoamericano; 15. Estados Unidos exportan la muerte; 16. Una huelga unitaria; 17. El confisco salarial mas grande del mundo; 18. El garrote en los salarios; 19. La futura constitución brasileña y los trabajadores; 20. Salario minimo peor que la esclavitud; 21. La escala móvil de salarios; 22. “Boias Frias” en huelga; 23. El desempleo en Brasil – drama en dos actos; 24. FMI desempleo; 25. La inflación y los salarios; 26. Todavía sobre las perdidas salariales; 27. Unidad y huelga. 	3
	4. Economia brasileira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Café: o fim de um ciclo; 2. A crise econômica se agrava; 3. A inflação líquida o modelo poe em xeque o regime; 4. O que Geisel entrega a Figueiredo; 5. Uma economia absurda; 6. Brasil: colônia de banqueiros; 7. O preço social do “milagre”; 8. A inflação e o “milagre”; 9. O fracasso do modelo do setor agrícola; 10. A dependência política e o intercambio comercial. 	3
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	4. Economia brasileira	11. Um país hipotecado; 12. A suba e a baixa do café; 13. Capitalismo sem capital; 14. Inflação com estagnação; 15. As super empresas estatais brasileiras 16. Açúcar amargo; 17. Um epitáfio para o “modelo brasileiro”; 18. Empresas estatais, privadas nacionais e transnacionais; 19. E agora, o quê?; 20. O desenvolvimento regional desigual; 21. A crise das exportações brasileiras; 22. Sob a suspeita dos banqueiros internacionais; 23. Brasil, 1975 – balanças comerciais e de pagamentos; 24. Os privilégios das multinacionais; 25. O comércio exterior no primeiro semestre de 1975; 26. A orgia consumista da burguesia	3
	5. Economia brasileira	1. Los dólares se evaporaram; 2. Quieren comprar lo que queda de nuestros países; 3. La desnacionalización de Brasil; 4. Brasil – paraíso capitalista; 5. La fuga de capitales extranjeros de Brasil 6. El GATT, los servicios y la soberanía de nuestros países; 7. La internacionalización de la banca en Brasil; 8. La informática brasileña y el modelo asiático; 9. Carajás en peligro; 10. Exportar o comer; 11. Carajás: un potencial económico fabuloso; 12. Brasil, 1980; 13. Brasil: un modelo mantenido a oxígeno; 14. O colapso do modelo económico brasileiro; 15. As verdadeiras causas da inflação brasileira; 16. La autocrítica del tecnócrata mor;	3

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	6. Economia brasileira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasil: Balance 1973; 2. Brasil: um milagro para salvar el milagro; 3. Brasil: la filosofia de la política de exportación; 4. El fin del milagro brasileño: el balance del 1º semestre 1974; 5. A la caza de eurodólares; 6. El milagro del Brasil: su salvación viene del Japon; 7. En el fin del milagro brasileño se necesitan dólares; 8. Milagro brasileño: déficit de labalanza comercial genera pánico; 9. Brasil: el deterioro del milagro; 10. Brasil: los incentivos fiscales; 11. Brasil: el deterioro del milagro; 12. El despilfarro de la burguesía compromete el milagro; 13. El cuento de los teconocratas; 14. Inflación, salarios e inversiones; 15. Brasil: una economía empantanada; 16. Algunas consideraciones sobre la inflación brasileña; 17. Balance del primer semestre de 1975; 18. ¿Crecimiento zero?; 19. El fantasma de la depresión; 20. El fin de un ciclo; 21. Inflación para el pueblo, inflación para las transnacionales; 22. Las posibilidades de exportar; 23. Un impasse difícil de superar; 24. Las prioridades; 25. ¿Crecimiento zero?; 26. Relaciones comerciales y financeiras con el exterior; 27. La enorme dependencia externa; 28. “Brasil Potencia” – inflación y hambre; 29. “Brasil potencia” – El departamento del tesoro vigila; 	3
	7. Relações internacionais/ Geopolítica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumenta el abismo entre el mundo rico e los países subdesarrollados; 2. Brasil: un cambio temerario en las relaciones internacionales; 3. Se amplia el conflicto del Beagle. 	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	7. Relações internacionais/ Geopolítica	4. Brasil – Venezuela – las relaciones económicas; 5. El pacto amazónico; 6. Los verdaderos objetivos el viaje del presidente Pérez; 7. Otra vez el Atlantico Sur; 8. El conflicto del Beagle – los intereses de terceros; 9. El conflicto del Beagle – los ingenes históricos; 10. El Pacto Amazonico – otra derrota de Brasil; 11. Brasil – Venezuela – puntos de vista divergentes; 12. Brasil: una política exterior contestada; 13. ¿Un Bloque político en el cone sur?; 14. La no concretada – por innecesaria invasión brasileña del uruguay; 15. Plata: la cuenca de la discordia; 16. Brasil – Argentina – Chile; 17. Pacto Amazonico – otra victoria del Itamarati; 18. El Pacto Amazonico: los “sueños dorados” de los militares brasileños; 19. El Pacto Amazonico: los conflictos regionales; 20. El Pacto Amazonico: Las carreteras multinacionales de Brasil; 21. La cuenca amazónica: la estrategia brasileña en la región.	3
	8. Sobre o regime militar brasileiro*	1. El militarismo em Brasil; 2. Una tentativa frustrada de redemocratizacion; 3. El más absoluto de los dictadores 4. El ultimo nacionalista 5. Um modelo que obstaculiza la redemocratizacion 6. La rebeldia de la oposicion consentida 7. Brasil: 13 anos de ditadura 8. Outro golpe dentro del golpe 9. Quantos passos atrás? 10. La ronda de las constituciones; 11. El cambio de las reglas del juego; 12. El monologo constitucional del presidente; 13. Los abogados condenam al regimen; 14. Apesar de todo, sigue el deterioro del regimen; 15. Uma hora de Tv sacude el regimen; 16. Quien sera el futuro presidente?.	3
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	8. Sobre o regime militar brasileiro*	17. El general del SNI; 18. ¿SNI, el centro decisivo del poder?; 19. El difícil retorno a los cuarteles; 20. ¿Democratización o farsa?; 21. Los duros hablan duro; 22. Uma derrota de los ultras; 23. ... pero la ultraderecha mantiene sus posiciones; 24. Constitucionalización y Constituyente; 25. “Elecciones” com resultado previamente conocido; 26. El futuro presente - ¿Por qué el general Figueiredo?; 27. Magalhães sigue sonando com la presidencia; 28. Diez mil apátridas; 29. La filosofía política del futuro presidente; 30. Torturas: Obstáculo a la redemocratización; 31. ¿Hablar? Solamente a favor del regimen; 32. Los Hermanos del futuro presidente; 33. El insólito pensamiento político del general Figueiredo; 34. La insólita situación del MDB; 35. El misterio de la candidatura Figueiredo; 36. Frente nacional por la redemocratización; 37. Uma reforma a medias; 38. La muy limitada apertura política del preidente Geisel; 39. Um gobierno de tensión; 40. La tortura, la impunidad y la amnistia reciprocaOutro golpe dentro del golpe; 41. Los “desaparecidos”; 42. La guerrilla del silencio; 43. La difícil tarea de reconstruir la democracia; 44. El Watergate brasileno: Ludwig, Geisel, Golbery & CIA; 45. El “Watergate” (II) – EL gobierno de la Dow Chemical; 46. Elecciones a moda brasilena; 47. Figueiredo: o grosso; 48. Una ley de Seguridad; 49. Una ley de seguridad todavia totalitária de Geisel; 50. Los comícios brasilenos (I) – Uma victoria del Pueblo; 51. Los comícios brasilenos (II) – Dessarolo econômico y conscientización política;	3
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	8. Sobre o regime militar brasileiro*	<p>52. El negociado del siglo; 53. Alienanco soberania y futuro; 54. Comprando tranvias...; 55. La redemocratizacion brasilina: los reflexos externos; 56. El futuro gobierno Figueiredo – EL nuevo equipo econômico; 57. El futuro gobierno Figueiredo – la política exterior; 58. El cambio desde arriba y los câmbios desde abajo; 59. Obstáculos muy “duros” a superar; 60. El futuro gobierno Figueiredo: la crisis econômica y social; 61. La herencia de Geisel; 62. Los que cambiaron y los que resisten a los câmbios; 63. La inflación liquida el modelo y pone em jaque el regimen; 64. Dos meses de gobierno Figueiredo – el processo de redemocratización.</p> <p>*Documentos faltando.</p>	3
	9. Brasil: Economia e política	<p>1. Balance del “atentado” al Presidente Sarney; 2. Crisis Política en tres tempos; 3. Brasil: FMI que si, FMI que no.; 4. La industria automotora en Brasil; 5. Brasil: Fin de la moratória; 6. El melancólico fin de la “moratória” Brasilena; 7. La inflación y la política social.*</p> <p>* Documentos faltando.</p>	3
	10. Dívida externa, Fronteira Atlântica e Mercosul	<p>1. Mercosul: integração em tempos de crise. In: <i>Boletim Nacional da Pastoral Operária</i>. Ano XVI – nº 121; 2. Alternativas para o Brasil. Resenha – <i>Revista Tempo e Presença</i>; 3. O imperialismo, o Neoliberalismo e o mercosul; 4. Intercâmbio Norte-Sul: quem ajuda a quem? 5. A avalanche neoliberal; 6. A dívida externa e a privatização do Estado. Publicação do CEDI – Projeto Cajamar – SP.</p>	3

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	10. Dívida externa, Fronteira Atlântica e Mercosul*	<p>7. A América Latina e a Nova conjuntura econômica mundial. Publicação do CEDI – Projeto Cajamar – SP;</p> <p>8. Estudo preliminar sobre os projetos neo-liberais de abertura de fronteiras, integração econômica e formação de mercado comum. Publicação do CEDI – Projeto Cajamar – SP;</p> <p>9. O colapso econômico na Argentina. Revista tempo e presença. Publicação do CEDI – Projeto Cajamar – SP;</p> <p>10. Dívida Externa, década perdida, “africanização” e perda de soberania. In: <i>Debate: dívida indevida</i> – Suplemento do jornal Contexto Pastoral nº9;</p> <p>11. Privatização: lucros concentrados e prejuízos socializados. In: <i>Debate: Assalto ao patrimônio o público</i> – Suplemento do jornal Contexto Pastoral nº20;</p> <p>12. Mercosul: Que integração é essa? In: <i>Debate</i> – Suplemento do jornal Contexto Pastoral nº15;</p> <p>13. Julgamento e condenação do poderoso cavaleiro Dom Dinheiro. In: <i>Revista Tempo e presença</i> – Publicação do CEDI – Projeto Cajamar – SP.</p> <p>14. Sangria de capitais. In: Quem não deve não paga – publicação do Encontro nacional sobre dívida externa. Publicação CEDI/IBASE;</p> <p>15. Relatório da Conferência Sindical Latino Americana e Caribenha sobre a dívida externa; publicado pela Assessoria de Imprensa da Conferência;</p> <p>16. A dívida externa e os trabalhadores; Departamento de estudos sócio-econômicos e políticos da CUT;</p> <p>17. A dívida externa e os trabalhadores. Revista debate sindical. DESEP/CUT;</p> <p>18. Uma dívida paga muitas vezes. Boletim Nacional da CUT;</p> <p>19. Dívida Externa e Igrejas – Consulta nacional – CONIC/CESE/CEDI;</p> <p>20. Brasil y el colonialismo Portugues. Brasil y su frontera atlântica – Revista Fichas LatinoAmericanas – Editora Tierra Nueva.</p> <p>* Documentos faltando.</p>	3

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	11. Imperialismo, colonialismo e economia brasileira*	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sobre el imperialismo brasileno; 2. La euforia de los imperialismo jovenes; 3. Los grandes objetivos expansionistas; 4. Carreteras: arma geopolítica; 5. La integración econômica lationoamericana; 6. La integración através dels satélite privilegiado; 7. La satelizacions de chile y el cerco a Argentina; 8. Brasil, el delegado del mundo rico; 9. ¿Imperialismo, subimperialismo, o que?; 10. Atuais formas de penetración; 11. Demografia, estrutura agraria y expansionismo; 12. La cueca mas grande del mundo; 13. La “neutralizacion” del Peru; 14. Baumgarten y Pilatos; 15. El neocolonialismo de la comision trilateral?; <p>Las experiências chilena e argentina;</p> <ol style="list-style-type: none"> 16. Las elecciones del 15/11/74 em Brasil; 17. Votar em outra (ilegível); 18. Um milagro para pocos; 19. Las classes medias se rebelaran; 20. La juventude no domesticada; <p>Los factores de poder del regimen siguen intactos;</p> <ol style="list-style-type: none"> 22. El gobierno interpreta el resultados de las elecciones; 23. Brasil? Elecciones y petróleo; 24. Medio siglo de lucha por el petróleo brasileno; 25. Vernon Walters: “Nuestro hombre em Brasil”; 26. El complexo industrial militar; 27. La ofensiva petroleira; 28. Uma batalla em las sombras; 29. Brasil, el coloniamismo português y la revoluion de abril; 30. Um cambio diplomático con (ilegível) a petróleo; 31. Brasil – Portugal – Mozambique; 32. Las derrotas de Brasil em Portugal y Africa; 33. Brasil y la contra revolucion em Portugal; 34. Las relaciones entre Brasil y Portugal; 35. A geopolítica no conflito das Malvinas: I. A doutrina Monroe; 36. A geopolítica no conflito das Malvinas: II. O TIAR; 37. A geopolítica no conflito das Malvinas: III. Os satélites privilegiados. 	3
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	11. Imperialismo, colonialismo e economia brasileira*	<p>38. A geopolítica no conflito das Malvinas: IV. A Argentina europeia;</p> <p>39. A geopolítica no conflito das Malvinas: V. A “lua de mel” entre Regan y Galtieri;</p> <p>40. A geopolítica no conflito das Malvinas;</p> <p>41. El derecho a la vida y a la salud;</p> <p>42. El derecho a la alfabetización;</p> <p>43. El derecho a la tierra y al trabajo;</p> <p>44. Ek derecho al salario vital;</p> <p>45. El derecho a la vivienda;</p> <p>* Documentos faltando.</p>	
	12. Sobre la economía brasilena	<p>1. Inflación com estancamento;</p> <p>2. El desarrollo regional desigual;</p> <p>3. La privatización de los lucros y la socialización de las perdidas;</p> <p>4. El por que de la estatización de la economía;</p> <p>5. La inevitable estatización de la economía;</p> <p>6. La transformación de la empresa estatal en Brasil;</p> <p>7. La dependencia y la política en e intercambio comercial;</p> <p>8. La deuda externa brasileña;</p> <p>9. El sube y baja del café;</p> <p>10. La batalla del café;</p> <p>11. Recesión con inflación;</p> <p>12. El fracaso del modelo en el sector agrícola;</p> <p>13. El déficit en la balanza comercial;</p> <p>14. La crisis de las exportaciones brasileñas;</p> <p>15. Como frenar la inflación;</p> <p>16. La balanza de pagos, la deuda externa y las reservas monetarias;</p> <p>17. ¿Como equilibrar la balanza comercial?;</p> <p>18. Epitafio para el modelo brasileño;</p> <p>19. La ronda del azúcar;</p> <p>20. Una solución brasileña para las cíclicas crisis del azúcar;</p> <p>21. Azúcar amaro;</p> <p>22. Brasil ¿Ahora que?;</p> <p>23. Brasil, el impasse total del modelo;</p> <p>24. El nuevo ciclo del café.</p>	3

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	13. Aspectos especiais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informe sobre el sindicalismo brasileiro; 2. La crisis brasileña y los sindicatos; 3. Algunas consideraciones sobre el salario mínimo en Brasil; 4. Los inmundos (pro)positos de ancianos; 5. Una sentencia hegemónica; 6. El precio social del milagro brasileño; 7. Escribir para olvidar el hambre; 8. Brasil, campeón de los contrastes; 9. Educación Brasil – 1977; 10. Brasil 1979 – el año gremial; 11. Brasil – control de natalidade; 12. Los de abajo financiam a los de arriba; 13. Reforma agraria al revés – deformaciones; 14. Los salarios del hambre; 15. Historias de los boias frias; 16. La condición de mujer en Brasil; 17. Los fraudes estadísticos y el salario mínimo; 18. Brasil – el control de la natalidad;* 19. Tierras devolutas: posseiros y grilheiros; 20. Diez años después: huelgas en Brasil;* 21. Rio de Janeiro – la capital de neuroses; 22. El milagro brasileño y la mortalidad infantil; 23. Medicina y distribución de la renta; 24. Los condenados al analfabetismo; 25. Hambre en el granero. <p>* Documentos faltando.</p>	4
	14. Aspectos Internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasil: el paraíso de los laboratorios farmacéuticos internacionales; 2. Las empresas transnacionales: mito y realidad (05/06/76); 3. Intercâmbio comercial y discriminación ideológica (09/06/76); <p>OBS: Este dossiê não possuía título nem relação de documentos – apenas 3 textos com a denominação dossiê 14. A organização e denominação desse envelope foi feita por Diego Scherer.</p>	4

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	15. Brasil e Estados Unidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carter y los derechos humanos; 2. Los dilemas del presidente Carter; 3. Los locales de tortura en Buenos Aires; 4. Brasil: El paraíso de los militares; 5. Nixon, Ford, Kissinger y el Brasil; 6. Carter y el Brasil: los derechos humanos; 7. Brasil-Estados Unidos: sigue el deterioro; 8. La teoría de los “Key Countries” en la práctica; 9. Brasil, Potencia por un año; 10. Las vicisitudes del “Itamarati”; 11. La alianza para el progreso, instrumento de intervención; 12. El proceso de expoliación; 13. Brasil-Estados Unidos: Ping Pong diplomático; 14. Un acuerdo netamente colonialista; 15. Brasil-Estados Unidos: posiciones antagónicas; 16. Jimmy Carter y el Brasil; 17. ¿Quién le teme a Jimmy Carter?; 18. Brasil: el retorno de mr. Gordon; 19. El atrevido Mister Simon; 20. Brasil: la visita de inspección de mr. Link; 21. Estados Unidos-Brasil: Las contradicciones entre el imperio y el subimperio; 22. El tiro por la culata; 23. Brasil-Estados Unidos: una contradicción antagónica; 24. Las relaciones Brasil-Estados Unidos 25. La intervención norteamericana en Brasil 26. Brasil – Estados Unidos – RFA: el explosivo problema nuclear 27. Agravio yanqui al congreso brasileño; 28. Kissinger: una visita sin importancia; 29. Aureliano busca el “visto bueno” de Reagan; 30. Brasil – Estados Unidos: distensión o agravamiento; 31. El “camino de Damasco” del presidente Carter; 32. Una situación surrealista; 33. Brasil – Estados Unidos: ¿y ahora que?; 34. Brasil – Estados Unidos: las posibles nuevas etapas del enfrentamiento; 35. Brasil – Estados Unidos: un “impasse” total; 36. La visita de la joven señora; 37. Carter y el “Key Country”. 	4

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	16. Sem informações	1. La inexplicable debilidad de la izquierda brasilina *Este é o dossiê com menos informações, acredito que outros documentos, possivelmente alocados no envelope 34, façam parte dessa seção.	4
	17. Política, ditadura, repressão	1. Redemocratização – prós y contras; 2. Diez mil apátridas; 3. Brasil: la violência y la impunidad policial; 4. Los derechos humanos em Brasil: el escuadron de la muerte; 5. Brasil: el terrorismo del sistema; 6. Brasil, siguen las torturas; 7. Los universitários brasilenos; 8. Liquidacion de la cultura nacional; 9. El liberalismo europeu y la ditadura brasilena; 10. Brasil: EL império de la policia; 11. Tecnologia de la tortura; 12. Las arbitrariedades cotidianas; 13. Distencion – ¿realidade o mito?; 14. Trama diabólica; 15. Brasil: nove anos de ditadura; 16. Brasil: los rumores de la redemocratizacion; 17. Brasil: el 4º gobierno de la Era Militar; 18. Brasil: 48 estrellas eligen um presidente; 19. Al general no le gusta la ideologia; 20. Libertad de prensa; 21. A política de distencion del general Geisel; 22. Brasil: El fin de las distension política – las causas del fracasso; 23. Brasil: El fin de las distension política – los hechos ostensibles; 24. Petroquímica, política y corrupcion; 25. Censura a la prensa brasilena; 26. Los últimos seran los primeiros; 27. La juventude y el gobierno; 28. Brasil: corrupcion política, corrupcion militar; 29. Tradicion, família y propiedadde; 30. Vitoria de los halcones; 31. Brasil: el presidente em la encrucijada; 32. Brasil: La corrupcion institucionalizada; 33. Brasil: la difícil candidatura del general Figueiredo; 34. Brasil: la insólita posición del partido opositor; 35. Brasil: uma crisis aparentemente irreversible; 36. Brasil: el lavado publico de lar opa sucia del regimen.	4

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	17. Política, ditadura, repressão* Obs.: Grande parte dos documentos ainda não foram encontrados.	37. Elecciones em Brasil: um candidato a candidato civil; 38. El largo, difícil, conbtraditorio caminho de la redemocratizacion; 39. Brasil: lo que piensa el futuro presidente; 40. EL difícil caminho de la redemocratizacion; 41. El insólito pensamiento político del presidente Figueiredo; 42. El futuro presidente de Brasil; 43. El general del SNI; 44. Brasil: la violenta disputa presidencial; 45. Brasil: la quebra de la unidad militar; 46. Brasil: los estudiantes y el processo político; 47. Los estudiantes y la redemocratizacion; 48. El futuro presidente de Brasil: ¿por que el general Figueiredo?; 49. Brasil 1978: elecciones; 50. SNI – el super organismo de inteligência; 51. Brasil: apertura política; 52. Brasil: el retorno a los cuarteles; 53. Brasil: el largo processo de redemocratizacion; 54. El liberalismo econômico y la ditadura política; 55. Constitucionalizacion y Constituyente; 56. Brasil: doce anos de ditadura; 57. Brasil: cosas de la censura; 58. ¿Crisis militar em Brasil?; 59. Brasil: elecciones; 60. Un trágico círculo vicioso; 61. El modelo que impede la redemocratización; 62. Brasil – la rebeldia em la oposicion; 63. Brasil – 13 anos de dictadura; 64. Brasil: dictadura plena; 65. Brasil: el cambio de las reglas del juego; 66. Brasil: prohibido ganhar elecciones; 67. La ronda de las constituciones; 68. El monologo constitucional; 69. Brasil: los abogados condenan el regimen; 70. La lucha por la redemocratizacion; 71. Brasil: cambio ministerial; 72. Brasil: redemocratizacion ou ditadura plena; 73. Censura y economia; 74. Un dilema para el general Geisel; 75. ¿Volver los estudiantes?; 76. Brasil – ¿fin del regimen?; 77. El regimen y la corrupción.	4

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	18. Sobre o subimperialismo brasileiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bolivia: um satélite instável; 2. Las vicisitudes del subimperialismo brasileiro; 3. El expansionismo brasileiro: ahora la Amazônia 4. El pacto amazónico; 5. Brasil – Argentina: una nueva vuelta de tuerca; 6. Bolivia: se consolida el preceito de la coupacion; 7. Bolivia – Chile – el poder tras el trono; 8. Brasil: la batalla del carbón; 9. Sigue el expansionismo brasileño; 10. “Brazilians go home”; 11. Brasil – Paraguay: sifge la integración; 12. La integración amazónica; 13. Brasil – Argentina: una nueva vuelta de tuerca (2ª nota); 14. Brasil – Argentina: una nueva vuelta de tuerca (1ª nota); 15. El general-presidente Geisel visita al Uruguay; 16. La visita del presidente Geisel a la republica Federal de Alemania; 17. Uruguay o provincia Cisplatina?; 18. Brasil – Venezuela: las relaciones económicas; 19. La industria bélica brasileña y la geopolítica del cone Sur; 20. Distencion en la Cuenca del Plata; 21. Los verdaderos objetivos del viaje del presidente Geisel; 22. Teoria y Praxis de las “fonteras viva”; 23. El ciclaje de Itaipu: una derrota de Brasil; 24. ¿Cambio en la estrategia continental de Brasil? 25. Hegemonia o cooperación?; 26. La diplomacia de los hechos consumados; 27. Ingenieria hidráulica y Geopolítica; 28. Paraguay: una conjuntura decisiva; 29. La reunión trilateral – Argentina, Brasil y Paraguay; 30. Bolivia X Chile: un serio revez diplomático brasileño; 31. ¿Por qué la agresiva posición brasileña en el rio de la Plata?; 32. El expansionismo brasileño:ahora la Amazonia; 33. Brasil – Venezuela:unas relaciones cambiantes; 34. Brasil – Venezuela: pontos de vista divergentes; 35. El presidente Perez y la integración latinoamericana; 36. El pacto amazónico: otra derrota de Brasil. 	4
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	19. El expansionismo brasileno	22. La incipiente integracion Brasil-Argentina; 23. La bomba nuclear argentina; 24. Atlantico sur: ¿paz o guerra?; 25. “La bomba” y las relaciones Brasil-Argentina; 26. O tratado de Itaipu; 27. O mais colonialista da história; 28. O gaz boliviano: economia e geopolítica; 29. Paraguai: economia e política; 30. (Ilegível) as ditaduras do cone sul; 31. La “nueva republica” y Pinochet y Stroessner; 32. Integracion latinoamericana: a nível de los pueblos o de las transnacionales; 33. Por la paz y contra la intervencion; 34. Integracion Argentino-brasilena; 35. Algunas consideraciones sobre la conferencia de la O.E.A em Quito; 36. A montanha pariu um ratinho...; 37. Brasil-Argentina-Chile; 38. Argentina-Brasil: ¿y ahora que?; 39. La no concretada – por innecesaria – invasion brasilena del Uruguay (1971); 40. Por um cambio radical na política externa brasileira; 41. ¿Um bloco político no cone sur?; 42. O conflito do canal de Beagle; 43. El desarrollo militar brasileno; 44. ¿Uruguay o província cisplatina?; 45. EL ciclaje de Itaipu: uma derrota de Brasil; 46. La indústria belixa brasilena y la geopolítica del cono sur; 47. La cuenca del plata: un fracasso y una advertência; 48. El general-presidente Geisel visita al Uruguay;	4

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	20. O imperialismo norte americano	<ol style="list-style-type: none"> 1. A estratégia norte-americana na América Latina: desde a Doutrina Monroe até o informe Rockefeller; 2. O Brasil nos ianques; 3. Uma negociata ao estilo colonial; 4. A desnacionalização da economia; 5. As “multinacionais” invadem o hinterland; 6. Uma CPI sobre as “multinacionais”; 7. TV – a “cultura” importada; 8. Ferrovias para o povo, ferrovias para as “multinacionais”; 9. Transporte e imperialismo (I); 10. Transporte e imperialismo (II); 11. Meio século de lutas pelo petróleo brasileiro; 12. O autoritarismo prussiano do presidente; 13. Conforto para os ricos, lucros para as “multinacionais”; 14. A política petroleira do presidente Geisel; 15. Os “contratos de risco” e o balanço de pagamentos; 16. ¿Contratos de risco ou contratos sem riscos?; 17. Petróleo e repressão; 18. O general-presidente e o senador norte-americano; 19. O paraíso das transnacionais; 20. Os superexecutivos; 21. As empresas transnacionais: mito e realidade; 22. The Dow Chemical Company: a privilegiada entre as privilegiadas; 23. Quatro séculos e meio de colonialismo; 24. A invasão japonesa; 25. Um negócio tipicamente colonialista; 26. O paraíso dos laboratórios farmacêuticos internacionais; 27. Como agem os oligopólios nos nossos países; 28. Os modernos vice-reis; 29. O “liberal” Kennedy e o golpe de abril; 30. A Aliança para o Progresso, instrumento de intervenção; 31. Brasil X Estados Unidos: uma contradição antagônica; 32. A visita de Geisel à Alemanha; 33. Como se fosse Disraeli; 34. A maneira mafiosa de atuar das transnacionais. 	5
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	20. O imperialismo norte americano	35. O colonialismo de ontem e a dependência de hoje; 36. Alienando a soberania e o futuro; 37. A negociata do século; 38. Vendendo bondes; 39. Teoria e praxe da Comissão Trilateral; 40. Aumenta o pauperismo da América Latina; 41. Aumenta o abismo entre o mundo rico e os países subdesenvolvidos; 42. Daniel I – Rei da Amazônia; 43. De São Domingos à Nicarágua: a deterioração do sistema inter-americano; 44. Um escândalo explosivo: o entreguismo e a corrupção nuclear.	5
	21. Diplomacia e geopolítica e etc.	1. Brasil y la invasión de Nicaragua; 2. “Xavantes” en la Argentina;* 3. Malvinas: ¿atacará Argentina otra vez?; 4. El tratado de Itaipu: el mas colonialista da historia; 5. [Ilegível] el acuerdo nuclear Brasil-Alemania; 6. ¿A que viene Reagan?; 7. El gobierno brasileño coopera en la ocupación británica; 8. Itaipu y las relaciones Brasil-Argentina; 9. ¿Mas será exiliado?; 10. Sigue en Brasil la campana contra la dictadura argentina; 11. El accidente con ek Barão de Teffe; 12. Problemas de soberanía y interferencia; 13. El retorno de la diplomacia militar y secreta; 14. Por el fin de los secuestros en la Argenian;* 15. Argeninos ma ifiestan frente al consulado en São Paulo. * Documento faltando.	5

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	22. Aspectos sociais e direitos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indios exigen las cabezas de los coroneles de Funai; 2. Solucion para el desempleo: represión; 3. Conflictos sociales en tres tiempos; 4. Los dramas de habitación; 5. Quando la policía sequestra; 6. San Paulo, la violenta; 7. La lucha por los desaparecidos es continental (Ana Corbisies); 8. La libertación de los esclavos; 9. Figueiredo y los desaparecidos en Argentina; 10. La fuerza aérea tortura; 11. La “ley de Linch” en Brasil; 12. La policía sigue matando; 13. Los militares contra los abuelos e bisabuelos; 14. Los locales de tortura en Buenos Aires; 15. Niños: artículo de exportación; 16. Quando los hospitales matan; 17. Brasil – un “Bangladesh” latinoamericano; 18. Desertores uruguayos; 19. Investigan caso Dupont; 20. Nuevos cadáveres clandestinos; 21. Comunicación social y derechos humanos; 22. ¿sequestrado Dupont en San Paulo?; 23. Lilian y Universino; 24. Lilian y Universino: cuatro años después; 25. Los modernos esclavos en Brasil; 	5
	23. Sociales (II) Continúa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasileños, conejitos de India de los laboratorios extranjeros; 2. Los trenes de “Central de Brasil”; 3. Inflación, inversiones y desempleo; 4. Privatizaciones de las ganancias y socialización de las pérdidas; 5. La favela de la Rocinha; 6. Diez millones de niños abandonados; 7. Brasil: militarismo y salud; 8. Aumenta el pauperismo en América Latina; 9. La realidad y el “milagro social” – aguas corrientes e cloacas; 10. El general desdorado; 11. El colapso de la enseñanza en Brasil; 12. El Banco Mundial y la reforma agraria en Brasil; 13. Analfabetismo y delincuencia infantil; 14. La violencia del río y la opresión de las orillas. 	5

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	23. Sociais (II)	15. Brasília capital de la esperanza; 16. Brasil: la total desestabilidad de los trabajadores; 17. Brasil: la esclavitud noventa anos después; 18. Contrastes cariocas;* 19. Brasil: ¿crecimiento demográfico? Los espacios vacios y las fuentes de trabajo; 20. Los índios brasileños: hacia el exterminio total; 21. Brasil: los condenados de la tierra; 22. Exiliados en su propia tierra; 23. La violencia del sistema; 24. Los viejos: esos indeseables; 25. Analfabetismo y turismo * Documento faltando.	5
	24. Cone Sul – Rio da Prata	1. Distención en el Rio de la Plata; 2. Brasil – Argentina: un dialogo interrumpido; 3. Un bloque político en el Cone Sur; 4. Otra vez el Atlántico Sur; 5. El conflicto del Beagle: los intereses de terceros; 6. El “impasse” total en el rio de la Plata; 7. El “Canal del Paraná” del Rio Paraná; 8. El conflicto del Beagle: origines históricos; 9. Se amplia el conflicto del Beagle; 10. Plata: la cuenca de la discordia.	5
	25. Petróleo, Transporte e Imperialismo	1. Petrobrás: el símbolo del nacionalismo brasileño; 2. El dilema del petróleo; 3. Nafta y política; 4. Nueva ofensiva de las petroleras; 5. Entre petroleras y los guaraníes; 6. El drama del petróleo; 7. Petrobrás – el ente estatal del petróleo; 8. Transporte & Imperialismo – rodovias y ferrovías; 9. Transporte & Imperialismo – fletes baratos para las transnacionales; 10. Ferrocarriles para el pueblo, ferrocarriles para las mutinacionales; 11. Los trenes de Central de Brasil.	5

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	26. Sociales III	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasil: el milagro y la realidad social; 2. El precio social del “milagro” brasileño: la meningitis; 3. La salud del pueblo brasileños en la garras de los laboratorios estrajeros; 4. Militarismo y Salud; 5. El “milagro” y la realidad social: aguas corrientes y cloaca; 6. Brasil: la guerra del trabajo; 7. Brasil: salarios y sindicatos; 8. Brasil: la política salarial; 9. Brasil: los salarios de hambre; 10. La trágica acumulación capitalista; 11. Brasil: La medicina y la distribución de renta. 	5
	<p>27. A agonia de Tancredo Neves, a nova República – Sarney</p> <p>“Ensaio sobre Tancredo Neves enviado a “La Voz” Buenos Aires e “Prensa Latina: La nueva Republica de Tancredo Neves (53 laudas)”</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A difícil tarea de substituir um Santo; 2. ¿Otra vez “directas ya”?; 3. Tancredo dribla la muerte uma vez más; 4. ¿Y ahora, José?; 5. José Sarney: el nuevo presidente de Brasil; 6. Semblanza de Tancredo Neves; 7. El gobierno empieza a gobernar; 8. Brasil y Tancredo gravemente enfermos; 9. Tancredo vive artificialmente; 10. Una intervención mas; 11. Tancredo y Getulio Vargas; 12. Tncredo Vive artificialmente; 13. El país en compas de espera; 14. La agonia de Tancredo y la Nueva Republica; 15. ¿Un diagnostico medico o político?; 16. Un drama brasileño en tres actos. 	5
	28. Política exterior – Brasil x EUA	<ol style="list-style-type: none"> 1. La libertad de los mares y el Tercero Mundo; 2. El general de la CIA en visita de inspección; 3. La visita de inspeccion de mr. Link; 4. Las reacciones a la nueva ley de comercio exterior de EUA; 5. Brasil – Estados Unidos: las contradicciones se agudizan; 6. Brasil – Estados Unidos: La integración de A. Latina; 7. Brasil – Estados Unidos: las contradicciones entre el imperio y el subimperio; 8. El pragamtismo del gobierno brasileño; 9. La política exterior brasileña; 	5
	Continua		

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	28. Política Exterior – Brasil x EUA	10. La nueva estrategia yanque brasileña en América Latina; 11. La política exterior del nuevo gobierno brasileño.	5
	30. Brasil - Política	1. Las coronarias del presidente y la estabilidad del régimen;* 2. El miedo de los poderosos;* 3. El paraíso de los militares;* 4. El pueblo empieza a reaccionar;* 5. Montoforo: gobernador de San Pablo;* 6. Resultado de los comicios de São Paulo; * En la frontera argentina: elecciones ya definidas;* 8. Brasil: el retorno al bipartidarismo;* 9. La batalla de la desinformación;* 10. El pueblo voto;* 11. Las segundas mayores elecciones del occidente;* 12. Las elecciones de ayer: un paso adelante;* 13. Las elecciones en san Pablo;* 14. Las silbatinas presidenciales;* 15. “Trabajo, tierra y libertad”;* 16. ¿Y ahora que?;* 17. Futurología Electoral;* 18. Lula analiza las elecciones (entrevistas). * Documentos estão na série 1, envelope nº 15.	5
	31 Brasil Economía Continua	1. Brasil em el FMI; 2. La ficción del PIB; 3. Brasil: colônia de banqueros; 4. Unidad argentino brasilina sobre la deuda externa; 5. No pagar la deuda externa; 6. Por uno club de deudores; 7. II reunion de los economistas de los partidos populares del sur de América; 8. Brasil bajo la intervención del FMI; 9. La escalada inflacionaria; 10. Inflación e imperialismo; 11. Quieren comprar lo que queda de nuestros países; 12. Por que no pagar la deuda externa; 13. La Deuda externa y el imperialismo.	5

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	32. Brasil Política II	17. El pueblo voto; 18. La segunda mas grandes elecciones del occidente; 19. Las elecciones em São Paulo; 20. Mobilizaciones populares y amenazas gubernamentales; 21. Brasileia – plaza de guerra; 22. Pueblo y gobierno em um enfrentamento decisivo; 23. El Pueblo brasileno bate recordes; 24. Una solucion para la crisis politica brasilena; 25. El Pueblo brasileno quiere votar; 26. La mujer brasilena: ciudadana de segunda categoria; 27. Hundieron el almirante; 28. La peor administracion de la historia; 29. Una situacion politica cambiante; 30. El prestigio de figueiredo – bajo zero; 31. Lula libre; 32. Rumores alarmistas; 33. Renunciaron a la sombra de Golbery; 34. Una violenta protesta popular; 35. Elecciones directas em Brasil; 36. Brasil – 1982 – el ano politico; 37. ¿Por que la ofensica contra el PCB?; 38. Brasil: 1984. * Documentos faltando.	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	33. Geopolítica – Brasil – Argentina – América Latina	<ol style="list-style-type: none"> 1. ¿Unidos o dominados?; 2. Sequestreado Dumont em San Paulo; 3. Justicia brasilena y argentina investigan Dumont; 4. A incipiente integración Brasil-argentina; 5. Firmenich nunca estuvo com el ealmirante massera; 6. Brasil y las Malvinas; 7. El pedido de extradicion de Mario Firmenich; 8. El atlántico latinoamericano; 9. Figueiredo y Alfonsin; 10. San Martin x Itamarati; 11. Foz de Iguazu: algo, pero muy poco; 12. Malvinas: chantaje inglés; 13. Unidade argentino-brasileno sobre la deuda externa; 14. Solidariedad a Mario Firmenich; 15. Solidariedad a Firmenich; 16. “Xavantes” en la Argentina; 17. Repudio a goyo alvarez; 18. Un brasileño en la OEA; 19. Figueiredo en las naciones unidas; 20. Paraguai: economía, política y geopolítica; 21. ¿El início del fin de la dictadura de Stoessner?; 22. Inicio de la reacción latinoamericana; 23. Montevideo: un paso adelante; 24. La declaración de cancun: un equivoco; 25. El Itamarati y el Surinam; 26. Gaz de petróleo; 27. Figueiredo en Bolivia; 28. Adiós sete quedas; 29. Desertors uruguaio en la OEA. 	5
	34. Geopolítica – Brasil X EUA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reagan se fue a Bolivia; 2. Brasil capitulo frente a Reagan; 3. ¿Alianza militar Brasil – Estados Unidos?; 4. La visita de mr. Schultz y la soberania; 5. “Reagan rides agrain”; 6. Theodore Roosevelt em Brasil; 7. Los discuros de Reagan y Figueiredo; 8. Brasil capitulo, si; 9. Reagan en Brasil; 10. Mr. Schultz y el proteccionismo; 11. Agravio yanque al congreso brasileno*; 12. Kissinger: uma visita sin importância*; 13. Aureliano chaves busca el “visto biueno” de Reagan. 	5

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 2: Dossiê Prensa Latina			
Subsérie	Envelope	Descrição	Caixa
	35. Documentos Avulsos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deformaciones del capitalismo dependente: capitalismo sin capital; 2. Simonsen – Simon – Sim; 3. Brasil: cuatro siglos y medio de colonialismo; 4. De los siniestros sonatos de la dictadura al generalato; 5. Para el historia del FMI; 6. Sobre la “nueva republica”; 7. Brasil 1986: el ano politico y social; 8. Elecciones em la gran metropolis; 9. Comicios municipales con repercusion nacional; 10. Sarney despues de los comícios; 11. El dramático dilema del PMDB; 12. Una visita sin importância; 13. Panorama diplomático brasileno: Julio 1976; 14. Pacto Amazonico; 15. Informe sobre la situacion de las relaciones Brasil-EUA (2 documentos); 16. Los capitales extranjeros en Brasil; 17. Brasil: una victoria de la iniciativa privada; 18. Brasil: una de las empresas transnacionales; 19. Documento sem título; 20. Brasil – Estados Unidos: sigue el “impasse nuclear”; 21. Sobre empresas transnacionales se comanda desde el exterior: la economia brasilena; 22. Como si brasil fuera um nuevo puerto rico; 23. Como actuan las empresas transnacionales; 24. Informe sobre inversiones extranjeras em Brasil; 25. Los militares, la futura constituicion y la doctrina de Seguridad Nacional; 26. “Siete ninos mueren de hambre cada 5 minutos”; 27. Figueiredo, la crisis y la trégua politica; 28. Dívida externa – texto no prelo; 29. Brasil: la “solucion” del Citibank. 	5

SÉRIE 3 – LIVROS PUBLICADOS	
Caracterização	Obras produzidas por Paulo Schilling.
Datas-Baliza	1956-1994
Quantidade	25 obras
Notação	S3-Cx6/ S3-Cx7
Observações: Alguns documentos são fotocópias.	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 3: Livros publicados			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
		<ol style="list-style-type: none"> 1. SCHILLING, Paulo R. <i>A operação Trigo: tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional</i>. Porto Alegre: Editora Moderna, 1956. 2. SCHILLING, Paulo R. <i>Trigo: O trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul – O acordo do trigo norte americano – Perspectivas da triticultura gaúcha</i>. Rio de Janeiro: ISEP, 1959. 3. SCHILLING, Paulo R. <i>Crise econômica no Rio Grande do Sul: I. A crise agropecuária</i>. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica LTDA, 1961. 4. SCHILLING, Paulo R. <i>O que é reforma agrária</i>. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1963. (3 exemplares – fotocópia). 5. SCHILLING, Paulo R. <i>Como se coloca a direita no poder</i>. Volume 1: Os protagonistas. São Paulo: Global editora, 1979. 6. SCHILLING, Paulo R. <i>O expansionismo brasileiro: A geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do itamarati</i>. São Paulo: Global editora, 1981. (2 cópias – xerox). 7. SCHILLING, Paulo R. <i>¿O fim da história ou o colapso da modernização?: o fracasso do neoliberalismo na América Latina</i>. São Paulo: CEDI/Koinonia, 1994. (2 cópias – xerox). 8. SCHILLING, Paulo R. <i>A ditadura Militar: O populismo e o nacionalismo</i>. Livro riscado e anotado, possivelmente para uma nova publicação. 	6
		<ol style="list-style-type: none"> 1. SCHILLING, Paulo R. <i>O que é reforma agrária</i>. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1963. (xerox incompleto); 2. SCHILLING, Paulo R. <i>Brasil para extranjeros</i>. Montevideo: Editorial Dialogo, 1966. 3. SCHILLING, Paulo R. <i>Una historia sucia: el capital extranjero en el Brasil</i>. Montevideo: Editorial Dialogo, 1968. 4. SCHILLING, Paulo R. <i>Brasil de los latifundistas</i>. Montevideo: Editorial Dialogo, 1968. 5. SCHILLING, Paulo R. <i>Hélder Camara</i>. Montevideo: Biblioteca de <i>Marcha</i>, 1969. 6. SCHILLING, Paulo R. <i>La estrategia norteamericana em america latina: de la Doctrina Monroe al informe Rockefeller</i>. Montevideo: Editorial Dialogo, 1970. (1 publicação compelta e outra pela metade). 	7

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 3: Livros publicados			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
		<p>7. SCHILLING, Paulo R. ¿Ira Brasil a la Guerra? Montevideo: Fundación de cultura universitária, 1973. (2 publicações.)</p> <p>8. SCHILLING, Paulo R. et. All. Uma situacion explosiva: la cuenca del plata. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1974.</p> <p>9. SCHILLING, Paulo R. Brasil va a la guerra. Buenos Aires: Schapire Editor, S.R.L., 1974.</p> <p>10. SCHILLING, Paulo R. Como se coloca a direita no poder. Volume 2: os acontecimentos. São Paulo, Global editora, 1981.</p> <p>11. SCHILLING, Paulo R. Dívida externa, fuga de capitais e custos sociais. São Paulo: CEDI, 1990.</p> <p>12. SCHILLING, Paulo R. Itaipu: Geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991. (2 publicações e 1 xerox).</p> <p>13. SCHILLING, Paulo R. Mercosul: integração ou dominação? São Paulo: CEDI, 1992;</p> <p>14. SCHILLING, Paulo R. et. All. EL Mercosur: um problema complejo. Buenos Aires: Centro editor de America Latina, 1993.</p> <p>15. SCHILLING, Paulo R. Brasil: a pior distribuição de renda do planeta – os excluídos. São Paulo: CEDI/Koinonia, 1994. (3 publicações).</p> <p>16. SCHILLING, Paulo R. O neocolonialismo da comissão trilateral: uma aplicação no Chile e na Argentina. Capitulo de livro destacado, sem maiores informações.</p> <p>17. A ditadura Militar. 1º volume. Livro não publicado. (2 envelopes).</p> <p>18. SCHILLING, Paulo R. <i>As múltiplas faces da corrupção</i>. São Paulo: Koinonia, 1994. (Fotocópia)</p>	7

SÉRIE 4 – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI)	
Caracterização	Textos produzidos por Paulo Schilling para o CEDI. O acervo documental conta também com textos de formação.
Datas-Baliza	1988-1996
Quantidade	49 documentos
Notação	S4-Cx8
Observações: Textos apresentam um rico panorama sobre a conjuntura brasileira após a ditadura civil-militar.	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 4: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	Dívida Externa (parte I)	1	8
		<p>1. Programa educativo dívida externa – Documento: Dívida externa. N°6. (2 cópias);</p> <p>2. Programa educativo dívida externa – Documento: Dívida externa. N°2;</p> <p>3. Programa educativo dívida externa. Informativo dívida externa. N°40. Março/Abril 1993;</p> <p>4. Programa educativo dívida externa. Informativo dívida externa. N°46. Abril/maio/junho 1994;</p> <p>5. Programa educativo dívida externa. Informativo dívida externa. N°32. Setembro/Outubro 1991;</p> <p>6. Folder: La buena noticia de la inglesia de America Latina. 1992;</p> <p>7. Programa educativo dívida externa. Enquanto houver dívida externa, haverá fome. Cuadernos dívida externa, N°5;</p> <p>8. Dívida externa e igrejas. Consulta nacional. CONIC-CESE-CEDI. Março 1988;</p> <p>9. Panfleto: Curso – Sociedade, economia e política. Programa educativo dívida externa;</p> <p>10. Programa educativo dívida externa. A renegociação da dívida externa brasileira e o plano Brasy: Avaliação de alguns dos principais resultados. Cuadernos dívida externa, N°7;</p> <p>11. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. Documentos sobre a Dívida. A conversão da dívida externa. CUT/DESE. Maio 1988;</p> <p>12. SCHILLING, Paulo.; OLIVA, Aloizio Mercadante. <i>Os direitos humanos e a dívida externa</i>. Para a coleção “primeiros passos” da Brasiliense sob auspícios da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo;</p> <p>13. SCHILLING, Paulo. Intercambio norte-sul: quem ajuda quem?;</p> <p>14. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. Estudo preliminar sobre os projetos neo-liberais de abertura de fronteiras, integração economica, formação de mercado comum e dívida externa;</p>	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 4: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	Dívida Externa 1 (parte I)	15. Asamblea permanente de los derechos humanos de bolivia. De la segurid nacional al tri-lateralismo. Razones por la que el Gobierno de Carter defiende la vigência de los Derechos Humanos – Ensayo crítico sobre el cambio de la política de EE.UU com respecto a los regimes militares de América Latina; 16. posteres produzidos por SOLIDARIDAD (2 documentos iguais).	8
	Dívida Externa 1 (parte II)	1. CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Plano Anual: 1993; 2. CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Plano de trabalho:1994. Documento extraído do Planejamento 94 para apresentação na Assembleia Geral Ordinária do CEDI. Fazenda da Serra, 4 a 6 de fevereiro de 1994; 3. JARAMILLO, Isabel. Low-intensity conflict: a puzzle for assembling. American Study Center (CEA). Preliminary Reports on Research; 4. KOINONIA. Unidade temática, Cidadania e Dgnidade. Projeto sociedade e economia. 5. KOINONIA. Caderno 1: Constituição.	8
	Dívida Externa 2 (parte I)	1. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. A dívida externa e o imperialismo na penultima década do século XX. São Paulo, setembro de 1989. (2 cópias); 2. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. A dívida externa e a privatização do Estado. São Paulo, outubro de 1989; 3. SCHILLING, Paulo. Prefácio da segunda edição do livro” Mercosul: integração ou dominação”. CEDI. Projeto dívida externa e conjuntura. 1994; 4. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. Documentos sobre a dívida. América Latina: Colônia de banqueiros ou pátria grande?; 5. Programa educativo dívida externa – Documento: Dívida externa. N°4; 6. Programa educativo dívida externa – Documento: Dívida externa. N°6 (2 cópias).	8

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 4: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	Dívida Externa 2 (parte I)	<p>7. Programa educativo dívida externa. Você sabia que... Edição de 17/04/1996;</p> <p>8. Entrevista: Por que a dívida externa virou uma bola de neve. Marketing e negocios nº6, novembro de 1992;</p> <p>9. Programa educativo dívida externa. Informativo dívida externa. Nº50. abril/maio/junho 1995.</p>	8
	Dívida Externa 2 (parte II)	<p>1. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. A dívida externa e o imperialismo na penultima década do século XX. São Paulo, setembro de 1989;</p> <p>2. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. A origem, a evolução, a crise e as consequências economicas e sociais da dívida externa e das políticas sociais neoliberais;</p> <p>3. La deuda externa y los trabajadores. Cuadernos de trabajo de Hegoa. Centro de documentacion e investigaciones sobre países em desarrollo. Cuaderno 4, mayo 1990. CUT/Brasil;</p> <p>4. SCHILLING, Paulo. Deuda externa: el mayor fraude em la historia del capitalismo.</p> <p>5. Abaixo assinado ao Exmo.sr. Dr. Eduardo Duhalde. M. D., Presidente da Republica da Argentina. A/c Consulado da Argentina em São Paulo;</p> <p>6. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. Contribuições para o seminário Perspectivas Internacionais e Movimento Sindical. “A América Latina e a nova conjuntura economica mundial”. Instituto Cajamar, São Paulo, 1990;</p> <p>7. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. A origem, a evolução, a crise e as consequências economicas e sociais da dívida externa. Texto preparado para a comissão de Estudos da OAB sobre a dívida Externa;</p> <p>8. SCHILLING, Paulo. Dívida Externa, fuga de capitais e custos sociais. São Paulo: CEDI, 1990.</p>	8

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 4: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
	Dívida Externa 2 (parte III)	<p>9. SCHILLING, Paulo. Intercambio norte-sul: quem ajuda quem?;</p> <p>10. O mercado comum de Mr. Bush.;</p> <p>11. O fim da história? (Anotação a caneta: capítulo do livro “o fracasso do neoliberalismo na América Latina”;</p> <p>12. A acelerada decadência do império;</p> <p>13. A ação afirmativa e o contrato com a América;</p> <p>14. Programa educativo dívida externa – 10/05/1995;</p> <p>15. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. Documentos sobre a dívida. A conversão da dívida externa. CUT/ DESEP – maio 1988;</p> <p>16. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. A dívida externa e o imperialismo na penúltima década do século XX. São Paulo, setembro de 1989;</p> <p>17. SCHILLING, Paulo. Prefácio da segunda edição do livro” Mercosul: integração ou dominação”. CEDI. Projeto dívida externa e conjuntura. 1994;</p> <p>18. SCHILLING, Paulo. Projeto dívida externa – CEDI. Estudo Preliminar sobre os projetos neoliberais de abertura de fronteiras, integração econômica e formação de mercado comum;</p> <p>19. SCHILLING, Paulo. Prefácio da segunda edição do livro” Mercosul: integração ou dominação”. Outubro de 1993;</p>	8

SÉRIE 5 – MATERIAIS DIVERSOS	
Caracterização	Livros, revistas e textos que compunham o material doado sem, entretanto, ter a participação direta de Paulo em sua produção.
Datas-Baliza	1959-2008
Quantidade	42 documentos
Notação	S5-Cx9
Observações:	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 5: Materiais diversos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
		<ol style="list-style-type: none"> 1. O movimento dos agricultores sem terra. Discurso pronunciado pelo deputado Ruy Ramos na Câmara Federal em 14.7.60. 2. BAGU, Sergio. <i>Mariano Moreno</i>. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971. 3. CRUZ, Marcelo Quiroga Santa. <i>El saqueo de Bolivia</i>. Argentina: Ediciones de crisis, 1973. 4. PROUT. Economia de bem estar coletivo de Prout. Porto Alegre, Proutista Universal Publicações. 5. PROUT. <i>Alternativa ao Capitalismo e Comunismo</i>. Petrópolis: Proutist universal, 1992. 6. ZAVALA, René. <i>Bolivia: el desarrollo de la conciencia nacional</i>. Montevideo: Editora dialogo, 1967. 7. PINTO, Alvaro Vieira. <i>Ideologia e desenvolvimento nacional</i>. Rio de Janeiro: Ministério de educação e cultura, 1959. 8. UGARTE, Augusto Pinochet. <i>Geopolítica: diferentes etapas para el estudio geopolítico de los Estados</i>. Santiago: Instituto Geográfico Militar, 1968. 9. CLAPS, Manuel. <i>Yrigoyen</i>. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971. 10. Periódico Estrategia. Instituto Argentino de Estudios Estrategicos y de las relaciones internacionales. Julio/Agosto 1979. 11. PROUT. Manifesto de Prout. Teoria da utilização progresiva. Proutist Universal, 1968. 12. PERÓN, Juan D. <i>Latinoamerica: ahora o nunca</i>. Montevideo: editora dialogo, 1967. 13. Caderno de debates: A nova ordem economica Mundial: de onde vem e para onde nos leva. SINDPPD-RS, 1995. 14. MACHADO, Carlos. <i>História de los orientales</i>. Montevideo: ediciones de la banda oriental, 1973. 15. PONS, Roberto Ares. <i>Em el umbral de la Emancipacion: curso de historia nacional y americana</i>. Montevideo: La casa del Estudiante, 1968. 16. Para entender a ALCA. São Paulo: edições Loyola, 2002. 17. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Mulher e Constituinte. CNDM, 1985. 	9

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 5: Materiais diversos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
		<p>18. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Fazendo a diferença: a educação especial na rede municipal de Ensino de Porto Alegre. Porto Alegre: Stampa, 2000.</p> <p>19. Conselho Latino Americano de Igrejas. O mercosul em debate: consequências e perspectivas para a ação pastoral.</p> <p>20. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Movimento de alfabetização: para ler e escrever. Porto Alegre: RJR, 1998.</p> <p>21. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. A política cultural da rede municipal de ensino. Porto Alegre: 2001.</p> <p>22. Periódico Páginas abertas. Ano 28, nº18. São Paulo, 2003.</p> <p>23. CLADEM. Diagnóstico Nacional e balanço regional: Direitos sexuais e direitos reprodutivos – Brasil, América Latina e Caribe. São Paulo: 2002.</p> <p>24. Manual de impressão em serigrafia. Metodo ACRILEX. Sem maiores informações.</p> <p>25. Publicação Fórum Social Mundial – Sextante. Porto Alegre: FABICO-UFRGS, 2001.</p> <p>26. Partido dos Trabalhadores. SUL: informação e opinião sem manipulação. Porto Alegre: Publicação da bancada do PT na Assembleia Legislativa do RS, 2000.</p> <p>27. SECOM. O Brasil esta mudando: 18 meses. Brasil um país de todos. Governo Federal, 2004.</p> <p>28. <i>Revista Porém</i>: Cultura & Política. Fevereiro de 2003.</p> <p>29. <i>Revista Porém</i>: Cultura & Política. Maio de 2003.</p> <p>30. <i>Revista Porém</i>: Cultura & Política. Setembro/Outubro de 2003.</p> <p>31. <i>Revista Porém</i>: Cultura & Política. Agosto de 2004.</p> <p>32. <i>Revista Porém</i>: Caderno Especial. Novembro de 2003.</p> <p>33. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. A prefeitura de Porto Alegre e a Segurança Urbana. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2004.</p>	9

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 5: Materiais diversos			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
		<p>34. <i>Revista pró-educação</i>: cultura, ecologia, educação e atualidades. Rio de Janeiro: Book RJ Gráfica e Editora, 1999.</p> <p>35. <i>Revista Fórum</i>. Nº 54, Ano 5, setembro de 2007.</p> <p>36. <i>Revista Fórum</i>. Nº 55, Ano 6, outubro de 2007.</p> <p>37. <i>Revista Fórum</i>. Nº 72, Ano 8, março de 2008.</p> <p>38. Secretaria Municipal de Educação. Mapa lilás: políticas públicas de gênero no Rio Grande do Sul.</p> <p>39. Secretaria Municipal de Educação. Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, 2001.</p> <p>40. Periódico Luz e Ação: um jornal de cinema e televisão. Ano 1, nº3, outubro/novembro 1981.</p> <p>41. Secretaria Municipal de Educação. IX seminário nacional de educação: uma cidade educadora para uma cultura solidária. Porto Alegre: PMPA, 2001.</p> <p>42. <i>Revista Seleções BD</i>. Nº3, julho 1988.</p> <p>43. Estados Unidos invade o Brasil e aumentam seu território.</p> <p>44. HSBC – The UK perspective.</p> <p>45. Fotocópia de página da revista Debate.</p> <p>46. Fotocópia de três páginas avulsas de documento sem espanhol – sem maiores informações.</p>	9

SÉRIE 6 – DOCUMENTOS ANEXADOS PELA FAMÍLIA	
Caracterização	Documentos doados pela família e que se diferenciam da documentação base do Arquivo. O conjunto apresenta cartas, documentos produzidos para a organização do Arquivo e a documentação produzida pela polícia política sobre Paulo Schilling.
Datas-Baliza	1964-2006
Quantidade	70 documentos
Notação	S6-Cx10
Observações:	

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 6: Documentos Anexados pela Família			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
1.1 Documentação Pessoal (Doado pela família – nov.2016)		<ol style="list-style-type: none"> 1. Cartão postal MST em branco; 2. Carta escrita pelo Irmão Zeldite para Paulo Schilling – Setor Pastoral Social – CNBB (01/09/1994); 3. Carta de Paulo Schilling ao editor Ivan Pinheiro Machado da editora L&M (SP, 07/06/1996); 4. Carta escrita por D. Affonso Felipe Gregory para Paulo Schilling (Imperatriz, 08/04/1996); 5. Carta escrita pelo Cônego Laerte Vieira da Cunha, Vice-Chanceler do Arcebispado de São Paulo, para Paulo Schilling (SP, 12/02/1996); 6. Carta escrita por Simas A. Kunsch da redação da Revista “Sem fronteiras” para Paulo Schilling (SP, 14/07/1995); 7. Carta escrita por Pedro Casaldaliga para Paulo Schilling (São Félix do Araguaia, MT, 29/03/1996); 8. Carta de Anthony Pereira para Paulo Schilling (NY, EUA, 07/01/1994); 9. Carta de D. Demétrio Valentini para Paulo Schilling (Jales, SP, 09/05/1996); 10. Carta da diocese de Nova Iguaçu para Paulo Schilling (Nova Iguaçu, 01/09/1996); 11. Email de Santiago Najarro para Flávia Schilling (20/05/1999); 12. Cartão de natal de Tania J. Faillace para Paulo Schilling, 1996; 13. Prefácio escrito por Carlos Heitor Cony (sem outras informações); 14. Foto de Paulo Schilling – impressora; 15. Fragmento do livro Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighela (dedicatória de Frei Betto – SP, 08/05/1981); 16. Carta sem remetente para Paulo Schilling (Salto da Divisa, 09/12/1995); 17. Conjunto de documentos enviados a Paulo Schilling por Tania Jamardo Faillace; 18. Carta escrita por João Guizzo, gerente editorial da Editora Ática para Paulo Schilling (SP, 28/08/1996); 19. Carta escrita por Christine Rohrig (Editora Paz e Terra S/A) para Paulo Schilling (SP, 04/12/1995); 20. Carta escrita pelo departamento editorial da L&PM para Paulo Schilling (Porto Alegre, 13/08/1996). 	10

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 6: Documentos Anexados pela Família			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
1.2 Documentos do “Projeto Arquivo”		<ol style="list-style-type: none"> 1. Curriculum Vitae – Paulo R. Schilling, datilografado com anotações (2 Cópias); 2. Depoimento de Paulo Schilling – 23/04/2006; 3. Currículo Vitae – Paulo R. Schilling – digitado e impresso; 4. Carta enviada por Esther, APERJ, ao Paulo Schilling (RJ, 14/06/1997); 5. Carta de a Sr. Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Diretora Geral do APERJ a Paulo Schilling (RJ, 03/03/1997); 6. Carta de Paulo Schilling a Sr. Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Diretora Geral do APERJ. (SP, 15/02/1997); 7. Carta de a Sr. Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Diretora Geral do APERJ a Paulo Schilling (RJ, 15/01/1997); 8. Carta de Paulo Schilling a Pinaud; 9. Termo de compromisso de doação com Clausula de Retrocessão de arquivo em posse de Daniel Aarão Reis, Jean Marc Van Der Weid e Ângela Borba; 10. Documento denominado Arquivo Paulo R. Schilling; 11. Depoimento de Paulo Schilling para Zilah (05/08); 12. Carta de Esther Kuperman – Chefe do Serviço de coleções particulares do APERJ a Paulo Schilling (RJ, 06/03/1996); 13. Documento com relatório de atividades desenvolvidas na cordenadoria de documentação do APERJ; 14. Lista escrita a mão de “Especiales” (artigos) escritos por Paulo. 	10

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 6: Documentos Anexados pela Família			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
1.3 Documentação DOPS		<ol style="list-style-type: none"> 1. Departamento federal de Segurança Pública – Planilha de registro, prontuário 973; 2. Relação de condenados pela auditoria da 5ª região militar e que se encontram foragidos; 3. Informe nº1691/ SFCI – brasileiros que solicitaram asilo nas embaixadas ou países Sul Americanos.; 4. Documento enviado pelo coronel Livio de Macedo Galdo ao diretor do DOPS – 20/05/1964; 5. Relatório DOPS nº 8126; 6. Relatório DOPS nº 5757; 7. Documento da Justiça Militar – 3ª auditoria do exército da 1ª CJM; 8. Fotocópia da reportagem do Jornal <i>O Globo</i> de 31/08/1979 – Auditoria considera Brizola anistiado; 9. Fotocópia de reportagem intitulada “Cardin teve pena dura”; 10. Ofício DOPS enviados pelo diretor ao Cel. Celso Meier (RJ, 03/09/1965); 11. Ofício reportando condenados e foragidos (22/12/1969); 12. Ministério do Exército – Boletim informativo nº 3/75; 13. Informe nº2533/SFICI referente a documentação apreendida de Paulo Schilling – 08/06/1964; 14. Boletim informativo da chefia do Serviço de polícia do III exército – Porto Alegre, 15/04/1971; 15. Relatório Ministério da Aeronautica – Subchefia de operações e informações – 05/05/1965; 16. Relatório Ministério da Guerra – I exército – informe nº56/67 – 12/05/1967; 17. Cópia texto de jornal intitulado – Schilling lamenta anistia restrita. 29/06/1979; 18. Informe nº165/116 – 16/07/1982; 19. Relatório sobre os principais grupos terroristas no Brasil; 20. Documento da secretaria de segurança e informação do estado de Santa Catarina sobre o 10º congresso brasileiro de comunicação social – Florianópolis – 22/01/1982; 21. Relatório de asilados brasileiros no Uruguai; 22. Memorando da “S.O.P.” Nº 223/64 da Secretaria De Segurança Pública. 	10

ARQUIVO PAULO SCHILLING			
Série 6: Documentos Anexados pela Família			
Subsérie	Envelope	Conteúdo	Caixa
1.3 Documentação DOPS		23. Relatório do Ministério da Justiça e negócios interiores – Serviço de Ordem Política e Social – Seção de Investigações – RJ, 11/01/1967; 24. Presidência da República – Serviço Nacional de Informações – Informação nº1518. Assunto: Eleições sindicais – 22/12/1966; 25. Documento da Comissão Coordenadora do Ato para Criação da Frente de Mobilização Popular dos Marítimos e Classes Anexas do Estado do Rio de Janeiro; 26. Relatório DOPS nº 5108 – 25/08/1964; 27. Relatório confidencial sobre subversão; 28. Documento intitulado “Grupo dos onze: Comandos nacionalistas; 29. Documento da Superintendência Executiva – Atividades Culturais – D.O.P.S. – Informação – 11/11/1965; 30. Documento Ministério da Justiça datado de 18/09/1980. Assunto: Sindicato dos jornalistas de São Paulo – Debate sobre o projeto da Lei de Estrangeiros; 31. Documento – Ministério da Guerra. Assunto: Atividades subversivas. Rio de Janeiro, 05/11/1964; 32. Documento da Superintendência Executiva do DOPS. 19/05/1966; 33. Relação dos asilados políticos que deixaram o país após o movimento Revolucionário de 1º de abril de 1964. 12/05/1965; 34. Relação de asilados políticos em missões diplomáticas. (documento completo); 35. Relação de asilados políticos em missões diplomáticas; 36. Relatório do Ministério da Marinha nº0405, 31/10/1974. Assunto: Voz Operária.	10